

Frederico Viana Machado

Fabiano Barnart

Renan de Mattos

Organizadores



A Diversidade
e a Livre Expressão
Sexual
entre as Ruas,
as Redes
e as
Políticas Públicas

editora



redeunida

nuances

NUANCES GRUPO PELA LIVRE EXPRESSÃO SEXUAL

Frederico Viana Machado
Fabiano Barnart
Renan de Mattos
Organizadores

A Diversidade
e a Livre Expressão
Sexual
entre as Ruas,
as Redes
e as
Políticas Públicas

editora



redeunida

nuances

NUANCES GRUPO PELA LIVRE EXPRESSÃO SEXUAL

Coordenador Nacional da Rede UNIDA

Júlio César Schweickardt

Coordenação Editorial

Alcindo Antônio Ferla

Conselho Editorial

Adriane Pires Batiston – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Alcindo Antônio Ferla – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ángel Martínez-Hernández – Universitat Rovira i Virgili, Espanha

Angelo Steffani – Universidade de Bolonha, Itália

Ardigó Martino – Universidade de Bolonha, Itália

Berta Paz Lorido – Universitat de les Illes Balears, Espanha

Celia Beatriz Iriart – Universidade do Novo México, Estados Unidos da América

Denise Bueno – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Dora Lucia Leidens Correa de Oliveira – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Emerson Elias Merhy – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Francisca Valda Silva de Oliveira – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Izabella Barison Matos – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Heider Aurélio Pinto – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil

João Henrique Lara do Amaral – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Julio César Schweickardt – Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil

Laura Camargo Macruz Feuerwerker – Universidade de São Paulo, Brasil

Laura Serrant-Green – University of Wolverhampton, Inglaterra

Leonardo Federico – Universidade de Lanus, Argentina

Lisiane Böer Possa – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Liliana Santos – Universidade Federal da Bahia, Brasil

Luciano Gomes – Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Mara Lisiane dos Santos – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Márcia Regina Cardoso Torres – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil

Marco Akerman – Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Luiza Jaeger – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil

Maria Rocineide Ferreira da Silva – Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira – Universidade Federal do Pará, Brasil

Renan Albuquerque Rodrigues - Universidade Federal do Amazonas/Parintins, Brasil

Ricardo Burg Ceccim – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Rodrigo Tobias de Sousa Lima - Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil

Rossana Staevie Baduy – Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Simone Edi Chaves – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Sueli Goi Barrios – Ministério da Saúde – Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria/RS, Brasil

Túlio Batista Franco – Universidade Federal Fluminense, Brasil

Vanderléia Laodete Pulga – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Vera Lucia Kodjaoglianian – Fundação Oswaldo Cruz/Pantanal, Brasil

Vera Rocha – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil

Frederico Viana Machado
Fabiano Barnart
Renan de Mattos
Organizadores

**A DIVERSIDADE E A LIVRE EXPRESSÃO
SEXUAL ENTRE AS RUAS, AS REDES E AS
POLÍTICAS PÚBLICAS**

1ª Edição
Porto Alegre/RS – 2017
Rede UNIDA

Comissão Executiva Editorial

Janaina Matheus Collar
João Becon de Almeida Neto

Comissão de Revisão

Fabiano Barnart
Frederico Viana Machado
Meriene Moraes
Rafael Dall' Alba
Renan de Mattos;

Projeto Gráfico [Capa, Arte da Capa e Miolo]

Perseu Pereira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

D618 A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas / Frederico Viana Machado, Fabiano Barnart, Renan de Mattos, organizadores. – 1.ed. – Porto Alegre : Rede UNIDA/NUANCES, 2017.
289 p. : il.
Trabalhos apresentados no Seminário Internacional - Êba! Viado na Pista – Nuances 24 anos.

ISBN: 978-85-66659-91-7

DOI: 10.18310/ 9788566659917

ISBN versão impressa: 978-85-66659-92-4

1. Nuances (ONG). 2. Diversidade sexual. 3. Gênero. 4. Sexualidade. 5. Arte – Cultura – Movimento LGBT. 6. Orientação sexual. I. Machado, Frederico Viana. II. Barnart, Fabiano. III. Mattos, Renan de.

CDU: 613.88

NLM: HQ1075

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Copyright © 2017 by Frederico Viana Machado, Fabiano Barnart e Renan de Mattos.

Financiamento: CAPES / CNPq: 408430/2013-3

Todos os direitos desta edição reservados à Associação Brasileira Rede UNIDA
Rua São Manoel, nº 498 - CEP 90620-110, Porto Alegre – RS Fone: (51) 3391-1252
www.redeunida.org.br

Agradecimentos

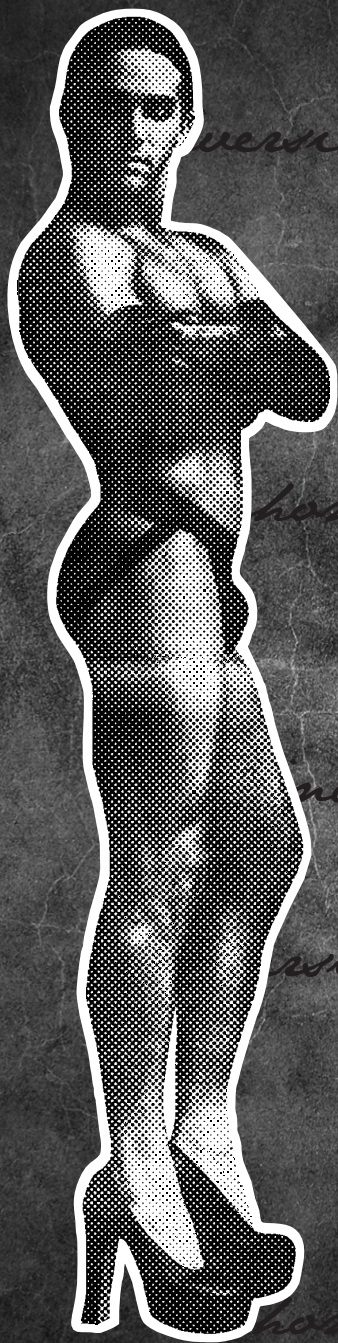
Nada melhor que agradecer primeiramente ao Nuances que há 26 anos iniciou a luta pelo direitos da população LGBT, no Estado do Rio Grande do Sul e possibilitou a realização do seminário e a produção deste livro - que foi escrito e organizado com a contribuição de muitas pessoas. O apoio de todas e todos que participaram foi fundamental para que fosse possível concretizar esse trabalho ousado de reunir as contribuições dos e das participantes do *Seminário Eba! Viado na pista - Nuances 24 anos nas ruas*.

Agradecemos também às instituições e pessoas apoiadoras: os movimentos sociais que estiveram representados no evento, o Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LAPPACS/UFRGS); Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região Metropolitana (Sindbancários); Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e de Raça (CRDH/NUPSEX); Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero e o Grupo de Pesquisa INCP - Identidades, Narrativas e Comunidades de Prática.

Às autoras e autores do livro nosso especial agradecimento por terem, de forma gentil, aceito nosso convite para a concretização desta obra, deixando registrado em palavras, as imagens, as vozes, as ideias e as práticas trocadas ao longo do seminário em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, dedicamos esta obra ao Célio Golin, por quem temos um carinho e respeito profundo, por sua trajetória de vida dedicada à militância junto ao Nuances e seus ensinamentos.

Os organizadores.



diversidade sexual

transsexual

lésbica

não binário

homossexual

Sumário

diversidade sexual

transgênero

intersexual

gay

diversidade sexual

transsexual

lésbica

não binário

homossexual

Sumário

Apresentação - Palavra do Nuances – *Célio Golin* 13

Prefácio - Lutar com e pelo prazer: as pistas do corpo para buscar caminhos – *Ricardo Burg Ceccim, Alcindo Antônio Ferla, Daniel Canavese de Oliveira* 15

Introdução - Debatendo sexualidades entre as ruas, as redes e as políticas públicas – *Frederico Viana Machado, Fabiano Barnart, Renan de Mattos* 23

PARTE I

Trajetórias e atualidades dos movimentos LGBTQT no Brasil e na América Latina

CAPÍTULO 1 - Que onda é essa? Guerras culturais e movimento LGBTQT no cenário brasileiro contemporâneo - *Regina Facchini; Julian Rodrigues* 35

CAPÍTULO 2 - Liberdades públicas e homossexualidade: a liberdade de orientação sexual no direito brasileiro e o Supremo Tribunal Federal (ADPF 132) - *Roger Raupp Rios* 61

CAPÍTULO 3 - Secas y mojas: de por qué leyes y políticas sexuales nunca dejan a nadie satisfecha - *Mario Pecheny* 77

PARTE II

Educando para a diversidade: o desafio do ensino no ensinar gênero e sexualidade na escola e na educação superior

CAPÍTULO 4 - Preconceito contra gênero e diversidade sexual e de gênero em uma universidade pública brasileira: prevalência, o seu reconhecimento, e os efeitos da educação - *Ângelo Brandelli Costa; Rodrigo Oliva Peroni; Eric Seger de Camargo; Andrew Pasley; Henrique Caetano Nardi* 97

CAPÍTULO 5 - Eixo acolhimento do Centro de Referência em Direitos Humanos - CRDH: grupo de vivências para pessoas trans – *Flávia Luciana Magalhães Novais; Diego Carrilho da Silva; Helen Barbosa Santos* 107

CAPÍTULO 6 - The Privilege Walk: Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça, caminhando sobre as interseccionalidades – *Camila Santos Pereira; Diego Carrilho da Silva; Eric Seger de Camargo; Flávia Luciana Magalhães Novais; Helen Barbosa Santos; Leonardo Régis de Paula; Luís Artur Costa* 113

PARTE III

Arte e cultura LGBTT: estratégias de transformação social e enfrentamento político

- CAPÍTULO 7 - Produção de si: a arte como resistência - *Sandro Ka* **131**
- CAPÍTULO 8 - Políticas públicas para cultura LGBTT - *Cláudia Schulz* **147**
- CAPÍTULO 9 - Entre drag queens e (trans)formistas: trânsitos de gênero como arte – *Caio Cesar Klein* **151**

PARTE IV

Geografias Marginais: espaço e poder, gênero e sexualidades

- CAPÍTULO 10 - Geografias e sexualidades: os espaços públicos na vivência de homens gays na cidade de Ponta Grossa, Paraná - *William Hanke; Marcio Jose Ornat* **161**
- CAPÍTULO 11 - Dinâmicas atuais na busca de sexo entre homens: o uso do GRINDR como ferramenta de gestão de práticas sexuais - *Adolfo Pizzinato; Cristiano Hamann; João Gabriel Maracci-Cardoso* **179**
- CAPÍTULO 12 - Meu corpo, minhas regras! A prática do aborto entre múltiplas escalas territoriais de poder e resistência – *Meriene Santos de Moraes* **195**

PARTE V

Travestilidades e transexualidades: violência nas ruas e nas instituições

- CAPÍTULO 13 - O sexo das pessoas trans: uma análise de materiais didáticos - *Eric Seger de Camargo* **205**
- CAPÍTULO 14 - Entre a pista e a polícia: as travestilidades brasileiras face à agenda da política criminal e penitenciária - *Guilherme Gomes Ferreira* **215**
- CAPÍTULO 15 - Assassinatos pautados em gênero: um interstício sobre a violência letal contra travestis e transexuais no Rio Grande do Sul - *Fabiano Barnart; Stela Nazareth Meneghel* **229**

Apresentação

Palavra do nuances

No ano de 2015, mais precisamente em abril, o Nuances comemorou seus 24 anos de existência. Como grupo pioneiro na luta pela defesa da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT, no Estado do Rio Grande do Sul, muitas coisas e acontecimentos passaram por esta história. Uma história viva, polêmica e desafiadora, pois tratar de temas como estes num país como o nosso é um grande desafio. Com ousadia e atrevimento estamos aí, por aí. Muita coisa se produziu nas mais variadas áreas nestes anos, no entanto, a visibilidade e o embate político que causamos, acredito que seja o maior fruto dessa trajetória. Para marcar a data, criamos um logotipo e slogan: **Êba! Viado na Pista - 24 anos nas ruas**. Para nós, 24 é um número “cabalístico” (um número com poder de significado) e que faz muito sentido (número do veado no Jogo do Bicho, incorporado à cultura popular para a população gay na designação “viado”).

Lançamos um documentário em parceria com o Coletivo Catarse de Comunicação, sobre a vida de Nega Lû, no Bar Ocidente, amiga de muitas nuanceiras e figura emblemática na cidade de Porto Alegre – nome artístico de Luiz Airton Farias Bastos, cantora, bailarina, performer e garçonzete. Se autodefinia em 3P - “preto, pobre e puto”, deixando o registro de alegria, ironia e ousadia homossexual na história da cidade. Lançamos mais uma edição do Jornal do Nuances, o nº 45, pois o povo já vinha pedindo – como número especial de aniversário. Sem dúvida, entretanto, o ponto alto que marcou os 24 anos do Nuances foi o seminário internacional realizado na sede da Casa dos Bancários, onde por três dias discutimos e dialogamos sobre temas atuais e históricos, tentando problematizar nossos desafios de luta.

Para o Seminário Internacional, pensamos em uma programação para tentar dar conta dos atuais desafios, tanto no sentido político conjuntural, como no sentido das várias construções e produção de conhecimento sobre o tema. Mesas sobre história, arte, cultura e política se fizeram presentes para dar sentido à trajetória que o Nuances construiu nestes 24 anos. Na primeira mesa, sobre o Movimento LGBT no estado, militantes de várias organizações colocaram suas demandas e os desafios a serem enfrentados na atual conjuntura política. Na mesa sobre a Trajetória do Movimento LGBT no Brasil e América Latina foram discutidos temas referentes a direitos sexuais e sobre como o tema dos direitos tem pautado tanto o debate religioso, como da educação e do comportamento. No atual cenário brasileiro, onde os fundamentalistas religiosos nos impuseram uma derrota na modificação sobre os Planos Municipais e Estaduais de Educação, voltou à tona a importância de discutir e aprofundar o debate em torno do Estado laico. Em outra mesa, essa sobre Arte e Cultura, tentamos discutir como esse tema pode ser uma ferramenta importante, não somente na visibilidade da causa, mas como, por meio dela, construir estratégias

de transformação social. A produção que hoje temos no país sobre arte de forma mais ampla, vem impactando não somente o público LGBT, mas trazendo para o cenário político-cultural debates fundamentais de comportamento. Também uma mesa redonda, Educando para a Diversidade, colocou a produção acadêmica sobre os vários temas e seus desafios. Hoje a academia tem sido um lugar muito importante na produção de conhecimento e também no debate de ocupação e disputa de poder pela população LGBT.

Como um novo produto, o Seminário Internacional, permitiu organizar este livro que vem a público e agora está a sua disposição. Os convidados que participaram do Seminário Internacional são colaboradores históricos do Nuances ou são parceiros recentes como o Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde – LAPPACS, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vertido em livro, os capítulos trazem para o leitor um pouco do que ali foi pautado, não apenas nas mesas, mas nos comentários, uma vez que os autores puderam enviar seus textos na perspectiva dessa produção.

Este é o sétimo livro produzido pelo Nuances, agora em uma inédita parceria com a Editora da Rede Unida, uma editora que articula sociedade, humanidades e saúde. Os textos que estão neste livro traduzem para o leitor o que foi debatido no seminário, a pauta político-social que nos reúne e permanente desafio de fazer redes de saberes e redes de ação.

Boa leitura!

Célio Golin

Militante e fundador do Nuances

Prefácio¹

Lutar com e pelo prazer: as pistas do corpo para buscar caminhos

Ricardo Burg Ceccim

Alcindo Antônio Ferla

Daniel Canavese de Oliveira

Lutar pela livre orientação sexual, livre expressão corporal de masculinidades e feminilidades; lutar pelo direito ao prazer com um corpo que sente e deseja; lutar por um corpo que experimenta e vive o querer-se; lutar por um corpo que pode afirmar sua diversidade e o prazer de singularizar-se, lutar tendo a posse do prazer, eis uma disposição pelo que e como lutar. O prazer como seleção de caminhos de luta e invenção de territórios, lutar em coletivos que nomeiam o prazer, defender o prazer, não ter medo do prazer. Prazer de poder ser. O prazer como cartografia de luta. Falamos em “prazer”, como poderíamos falar em “desejo”, em “afeto” ou em “micropolítica”, conforme nos fizessemos acompanhar por Foucault, Guattari, Spinoza ou Deleuze/Guattari.

Citamos dois cartógrafos dessa luta, Rico Dalasam e Linn da Quebrada, para falar das pistas do corpo à luta com e pelo prazer, o que somente pode ser sabido pelo corpo, posto que a experimentação do prazer requer o corpo. Escolhemos esses dois cartógrafos do corpo, pois nos apresentam as paisagens de sua cartografia em e com seu próprio corpo. São cartógrafos do resistir e, por isso, do existir de corpos sensíveis e em luta pelo prazer de ser. Sua cartografia está na cena cultural brasileira com a música, a dança e a criação estética. Junto com muitos artistas brasileiros do segmento LGBTQ+ que entraram na cena cultural brasileira especialmente a partir do ano de 2015. Eles vieram interferir no rap e no funk nacionais, como ouvintes e dançantes, e, depois, como transgressores criativos e vitalizados do mesmo rap e funk que lhes deu potência de ser para seguir essa potência intercessora de ser, resistir e existir.

Diz Rico Dalasam: “A vida me fez flor, no mesmo corpo fez granada”. E Linn da Quebrada afirma: “A minha existência é manifesto”. Dois artistas brasileiros, negros, de origem na periferia pobre das cidades de Taboão da Serra e de São Paulo, um gay, uma travesti, ambos em contato com resistir, persistir, existir. Manifesta Dalasam: “minha imagem é uma tentativa de comunicar como eu faço para existir e resistir”.

¹ O presente texto corresponde a um documento original de Ricardo Burg Ceccim, acrescido dos informes sobre a interação de editoras e a reunião de parcerias acadêmicas por Alcindo Antônio Ferla e sensível à presença participativa de Daniel Canavese de Oliveira no evento que dá argumento a este prefácio.

Explode Linn: “Batam palmas para as travestis que lutam para existir e a cada dia conquistar o seu direito de viver, de brilhar e de arrasar”. Segundo Dalasam e Linn, temos de apontar o que vem no futuro, como serão as coisas ali na frente, para isso a arte, para isso os seus corpos, para isso escrevem poesia, as cantam e dançam. Lutam com o prazer (da poesia, da dança, da música e da estética de roupas, cabelos e cores pelo rosto e corpo) na defesa de um mundo mais livre e aberto para a diversidade (de nossos gêneros, sexualidades e cores de pele). Lutam por criar e construir imaginários que tornem possível a vida de gente que está no invisível, que está “à margem das margens” (Rico) ou cujo “segredo é ignorado por todos, até pelo espelho” (da Quebrada).

Dalasam não quer só o orgulho de existir, quer “orgunga” por existir (orgulho negro e gay por ser e para ser negro e gay). Orgunga é o orgulho de ser diverso daquilo que é aceito como norma, vivido por quem já experimentou a vergonha de ser o que é. Aceite-C foi um hit de Rico Dalasam para 2015. Linn diz não ser nem ator, nem atriz, é atroz. Linn da Quebrada fala sobre inventar uma história, criar afetos, produzir sexualidades, diz que podemos falar sobre sexualidade e gênero, mas que essa fala é sobre corpo, existência e vida. É hora de “enviadescer”, gostar das afeminadas, das que mostram muito a pele, rebolam, saem maquiadas. Na luta pelo prazer, não se trata do interesse por um grande pau ereto, mas de, com o macho, bater um papo reto. Rico Dalasam fala que é preciso tomar a capacidade de sentir para transformá-la em arma de expressão e Linn da Quebrada (“linda quebrada”, brinca ela), diz que, mais que uma bicha trans, é um corpo em produção de si mesmo, um corpo em devir. Orgulho trans, gay, negro, feminino (Linn).

O artista e a artista construíram seus nomes de luta em composição de seus nomes de batismo. Ricardo (ou Jeferson Ricardo) usou se seu apelido de casa para Ricardo (Rico) e resumiu uma pauta em sobrenome. Dalasam é “Dispondo Armas Libertárias A Sonhos Antes Mutilados”. Lino (ou Lino Junior) apanhou Linn e usou de seu lugar de vida, as quebradas de Vila Elmaz (São José do Rio Preto) e da Fazenda da Juta (Zona Leste de São Paulo), para propor um “sobrenome”: da sarjeta, da periferia, da negritude, isto é, da Quebrada. Para ambos, não mais corpos vergonhosos, mas corpos orgulhosos ou corpos orgunga. Orgulhosos de orgulho que vem depois da vergonha (Rico), descobrindo o corpo como uma possibilidade de ocupação estética e política (Linn). Diz a Linn: “venho de um corpo e uma existência que não podem existir e que, se existirem, merecem ser punidas”. MC Xuxu evoca: um beijo pras travesti, um beijão pras maloqueiras, um beijo pra quem é do bem, um beijão para o meu bonde!

Conta Rico: “a gente toca numa faixa [encosta num limiar] que te coloca abaixo da capacidade de sonhar”. Sobre a luta, Linn relata que não é por uma identidade, mas umanatureza que possa se pôr em resistência e existência. Rico lembra que resistir e existir é uma condição onde você ressuscita alguns sonhos ou você descobre o que é sonhar e começa a construir um ideal sobre as coisas. Em parceria com Pablllo Vittar, Rico Dalasam fala em não esperar o carnaval pra ser vadia, mas ser todo dia. A brava drag Pablllo Vittar grita e acrescenta à letra e música: ressuscita!

Para Linn, se trata de ocupar espaços com “nossa voz, nossos corpos, nossas vidas”, a fim de que outras pessoas saibam “que pessoas como eu existem”, mostrar-se e deixar que o diverso

se encontre até o ponto em que as oposições se resignifiquem. Depois que você lança arte, criação, vida, aquilo vai existindo, as coisas tomam caminhos que uma identidade não suporta. Ana Roxo, dramaturga e atriz escreve: “eu acredito em vida terna, eu quero ser aceita, eu só quero ser aceita (pra mim, pra si, pro sol), eu me perdo, eu doo, eu dou, eu faço eu”. Segue a Linn: “ser Trans é poesia. É assumir-se corpo. Ir além. Ser criação e criadora. A médica e a monstra. Ser Trans é divino. É obra de d'eus, de todos os eus que me constituem. Não é obra das trevas. É obra das travas. Ser trans é um ato de coragem”. Linn conhece a geografia da rua e fala da geografia da ocupação: o corpo é um espaço a ser ocupado, um território a ser conquistado diariamente e afirmado cotidianamente. “A partir do momento que vou ganhando território dentro de mim mesma, eu sinto que vou me ocupando, ocupando espaços em mim, ganhando esses territórios, tomando bastião de liberdade do meu próprio corpo”.

Para Rico, se trata de “resistir na dimensão que o opressor não alcança”. Nossa voz, nosso corpo, nossa vida “para mostrar que dá pé” e, assim, “colocar o corpo pra jogo”. Desafia: “a luz que tem dentro de você: deixa o mundo saber!”. Depõe ao final de sua última turnê que “entregues à morte do corpo vulnerável, conectados pela certeza de que se não chegássemos vivos em casa, a mensagem teria sido passada a quem pudesse dar sequência”. Então incita: “desejo que nunca falte fogo no cu pra tudo!”. A drag Lorelay Fox (do gay Danilo Dabague) esclarece que a arte causa contato e permite contatar o estranhamento (um exemplo é a arte drag). A drag tem um corpo obra de arte, ela vem dar esse recado: é possível ser julgado pelo que se pode montar, mas como ser julgado pelo que não se pode desmontar? Não se pode tirar o ser que se é, diz ela. Na vida, nossa arte somos nós, o que somos e temos de ser, o que somos é o querer do ser (dissemos antes: prazer, desejo, afeto, micropolítica). A drag pode chegar em casa e desmontar seu corpo-arte-drag, mas ninguém pode chegar em casa e desmontar aquilo que é. É preciso ter clareza: ninguém pode nos tirar aquilo que somos. A drag é uma performance da potência, mas a potência é nossa (o afeto em nós).

Pablo Vittar (Phabullo, que se pronuncia Pablo, irmão gêmeo de Phamella, que se pronuncia Pâmela, acrescentou Vittar como marca do seu alter ego drag, sem mudar seu nome), identificado com o grupo das “bi afeminadas”, nem por isso definindo-se por um nome feminino, ficou famoso pela versão chamada “Open Bar” para “Lean On”, do DJ Diplo (Banda Major Lazer e voz de MØ). A canção original, Lean On, diz “mande um beijo, dispare uma arma” e insiste que “precisamos de alguém pra nos apoiar, tudo o que precisamos é de alguém pra nos apoiar”.

A canção sugere que as noites podem ser aconchegantes, basta apoio, em especial (ou exatamente) o apoio que nos deixe fluir (“nós só nos segurariamos pra deixar fluir”). Para o tema que nos coloca nesse livro, é peculiar o tema do apoio para noites que possam ser as aconchegantes e para o deixar fluir. A tensão com aquilo que denuncia Linn: as travas como seres abjetos a que se reserva o escuro da noite, a invisibilidade e os perigos da exclusão. Denuncia a noite como segregação das travas. Denuncia a falta de apoio para a vida dos corpos da noite, reivindica apoio-vida para a vida-existência, apoio-vida-luta-de-resistência para a criação de existência. Pablo comenta que sua arte em música é feita para agregar, uma oposição ao segregar.

Para Linn, ser Trans é entrar em campo de batalha, entregar-se para não abrir mão de si. “O que pode ser, algumas vezes, solitário, mas tenho me encontrado em outras solidões. E tenho percebido que não estou sozinha”. Rico lembra que, de Mandume, quando compôs uma estrofe para a canção coletiva de Emicida (sobre crianças, quadris, pesadelos e lições de casa), a Todo dia, que foi revisitada com Pablo Vittar (sobre namoro, relações de namorados e exercício da alegria), “a mesma caneta, a mesma luta”. Em Mandume ele dizia “Domado eu não vivo, eu que não quero o seu crime e nem ver minha mãe jogar rosas”. O enunciador diz que é cravo, viveu “dentro os espinhos, treinado com as pragas da horta”, já morreu muitas vezes, portanto levar bala não marca, a alma sorri se se mantiver viva a ideia de vida. “Briga é resistir nesse campo de fardas”. Paz Berti, rapper argentina (rapera) vivendo no Brasil, conta que ama a música e as mestiçagens brasileiras, funk e rap no Brasil contêm samba. Paz se define como “transmaricas” (é gay, tem barba, usa vestes e adereços femininos) e fala desse campo de fardas que assola a noite e o dia: o Estado mata índios, putas, pobres, mendigos, negros e trabalhadores.

Karol Conka (pronuncia-se “conká”), cantora negra bissexual, fala de um “atual”: sob o espírito da empatia e do falar por inteiro, o que importa é gostar das pessoas, apenas gostar de pessoas. Também mandar o seu recado, “sem massagem!” A inspiração é o que acontece ao nosso redor, chega dessa facilidade de julgamento ou de apontar dedos sem se preocupar em entender a realidade dos fatos: “tá aqui o meu recado direto, sem massagem”. Ao formular a aceitação na empatia (troca, encontro) e no dizer verdadeiro (falar franco), Karol traz as noções de amizade e parrhésia de Michel Foucault: o franco falar ou a vocalização de lutas de afirmação da vida (parrhésia) e o encontro que demanda contexto vivo e experiência de acolhimento ético da existência (amizade). Não interessa a simples tolerância, mas o absoluto respeito mútuo (amizade/empatia, parrhésia/franco falar). Saly Wellausen mostra que o parresiasista porta a harmonia entre logos e bíos, o cuidado de si comporta o cuidado do corpo até alcançar o cuidado da alma (cuidado de si, cuidado da saúde, cuidado do corpo, cuidado da alma).

O que os cartógrafos do corpo e da luta com e pelo prazer, Rico Dalasam e Linn da Quebrada – assim como o auxílio luxuoso de Lorelay Fox, Pablo Vittar, Paz Berti e Karol Conka –, colocam em cena se aproxima daquilo que Spinoza (o filósofo Baruch Spinoza, em A Ética) intitula de afeto, a cartografia feita pelo corpo para ser corpo. Sempre que o corpo se afeta com determinada afecção (imagem, ideia, corpo) ele aumenta ou diminui o seu esforço de existir vitalmente, aumenta ou diminui a sua potência de composição, de ação de vida e existência. Um afeto de vida produz mais vida, um corpo afetado pela vitalidade, produz mais vida, mais vitalidade. É preciso lutar pela vida e buscar os afetos de vitalidade. Um afeto antivida é de decomposição, destruição, de ampliação das conexões de esconderijo, risco e morte. O que aumenta a potência de vida aumenta a potência de agir e do sentir do corpo, a sensibilidade e a alegria aumentam. Existindo afecções que enfraqueçam a alegria, vulnerabilizam a vida, diminuem a potência do corpo e fragilizam a defesa da vida. Para o filósofo, quando o homem deseja que o ser do seu corpo (sua capacidade de afetar e ser afetado) e o ser do seu pensamento (o conhecimento do desejo de vida) perseverem, ele também deseja ser feliz: “ninguém pode desejar ser feliz, agir e viver bem sem, ao mesmo tempo, desejar ser, agir e viver, isto é, existir em ato” (Ética IV, Proposição XXI).

Na formulação do filósofo, na medida em que isso ocorre, o ser que já é racionalmente virtuoso torna-se ainda mais virtuoso, pois sua mente e seu corpo passam a perseverar com maior intensidade de produção de ideias adequadas e de produção de afecções alegres (de composição de vida). O interesse por um corpo potente é por um corpo que pode afetar e ser afetado, compor alegrias, compor a luta pela vida.

A luta com e pelo prazer é fundamentalmente um processo de tomada da consciência e do corpo a um só tempo, uma forma de cartografia dos afetos de alegria em contraposição ao machismo, sexismo, racismo, elitismo, uma transformação concreta pela entrada em cena dos corpos LGBTQ+, corpos que podem radicalmente modificar a estrutura da sociedade ao questionar a base primária de cada ser humano, seu corpo, não um corpo organismo, mas sua corporeidade, o corpo expressão do ser, não uma “moral”, mas uma “natureza” do corpo. . “Não lembro de ter nascido pra agradar você, eu faço o que eu bem entender. E tu vai ter que aturar, esse é o proceder!”, assim se pronuncia Glória Groove. É a intimidade, o universo de sensações que leva um corpo a perseverar na vida de sua natureza. É o contato com sua natureza que torna um corpo em defesa da vida. Sabemos que é em combate que temos de afirmar um direito ao desejo, ao prazer, ao corpo. O combate à opressão machista, sexista, racista, elitista, que nos obriga a ações sociais e políticas, coletivas e institucionais. Paz Berti, “rapper sudaka”, diz que é o lugar da agenda política libertária contra o Estado fascista, portanto, é a crítica à razão patriarcal e a crítica à razão machista e racista que precisamos colocar em movimento num sentido teórico e prático para ensejar uma sociedade diversa, às avessas da segregação e da exclusão. Podemos dizer que a luta pela livre expressão corporal vem como procedimento de demolição dos processos de poder como dominação, exploração e humilhação dos corpos marcados como sexuais e sensuais, independentemente de qualquer binariedade homem – mulher, uma vez que multiplicidades homem-mulher/mulher-homem estão em cena.

Dito isso, compartilhamos a alegria com os 24 anos do Nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual no Rio Grande do Sul, completados no ano de 2015. O Nuances escolheu não deixar quieta a data, resolveu mostrar como se assumiu 24 e saiu do armário. Um grupo ocupado com as masculinidades (trans)viadas, que assumiu 24 anos de luta nas ruas, com e pelo prazer da população LGBTQ+. Para a data, estabeleceu uma parceria com o Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde – LAPPACS, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio de uma ação de Extensão Universitária. A atividade principal foi o Seminário Internacional “Êba, viado na pista: Nuances, 24 anos nas ruas!”, ambiente e território ao debate das transformações da sociedade, demarcações socioespaciais à segregação e exclusão, direitos humanos e das populações específicas, visibilidade e voz aos corpos sensíveis de resistência e re-existência. Numa parceria inédita da Editora da Rede UNIDA com o Projeto Editorial Nuances veio viabilizada a presente publicação com o produto e produção do Seminário, não sem a submissão aos padrões de aprovação entre editores científicos, que condicionou a seleção de textos, sua organização e o trabalho de composição editorial com privilégio à produção intelectual.

Estiveram presentes a Rede Governo Colaborativo em Saúde e o Núcleo de Educação, Avaliação e Produção Pedagógica em Saúde (EducaSaúde), ambos da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul; o Grupo de Pesquisa Identidades, Narrativas e Comunidades de Prática (INCP), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; o Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) e o Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e de Raça (CRDH), ambos vinculados ao Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; o Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR; a Rádio Web Saúde Coletiva; o Grupo Somos – Saúde, Educação e Sexualidade; a Liga Brasileira de Lésbicas – LBL; as Organizações Não Governamentais Outra Visão – liberdade sexual, identidade de gênero e direitos humanos; Criolos – educação e saúde da população trans negra, Diversxs – cidadania LGBT, Igualdade RS – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul e Mundo Invisível – direitos dos trabalhadores sexuais; a Coordenadoria de Diversidade Sexual, da Secretaria Estadual da Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, e a Secretaria Adjunta da Livre Orientação Sexual, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; o Conselho Nacional LGBTT e o Conselho Estadual LGBTT, além de professores do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), dos Programas de Pós-Graduação em Educação, em Geografia, em Psicologia, em Saúde Coletiva e em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade de Buenos Aires e a Universidade Estadual de Campinas.

Em que pese toda esta representatividade e expressividade, o que mais parece produtivo é a presença em conversa daquilo que instaura certos corpos em movimento, em ato de produção de corpos, o “território” de conversas. O que os artistas LGBTQ+ brasileiros da música têm insistido: nós precisamos divulgar o trabalho uns dos outros, compor cenas musicais em conjunto. Cada espaço aberto por um deve abrir mais espaço para o outro, essa deve ser a nossa consciência e a permissão ao nosso corpo (como disse a MC Xuxu: com as gays, as bi, as trans e as sapatão o clã está formado pra fazer revolução).

O Brasil, em 2015, consolidou, fez aparecer ou introduziu diversos artistas LGBTQ+, como Aretuza Lovi, As Bahias e a Cozinha Mineira (Raquel Virgínia e Assucena Assucena), Banda Uó (Mel Gonçalves/Candy Mel, Davi Sabbag e Mateus Carillo), Daniel Peixoto, Danna Lisboa, Gloria Groove, Jaloo (Jaime Melo), Karol Conka, Lia Clark, Lineker, Liniker, Linn da Quebrada, Luana Hansen, MC Xuxu, Não Recomendado (Caio Prado, Daniel Chaudon, Diego Moraes), Pabllo Vittar, Paz Berti (argento-brasileira), Rico Dalasam e Verónica Valenttino (Banda Verónica Decide Morrer - Verónica Valenttino, Jonaz Sampaio, Léo BreedLove, Eric Lennon e Vladya Mendes), além de youtubers como Lorelay Fox e Tereza Brant, entre outros. Mencionamos esses nomes pelo poder de imposição de corpos possíveis que representam, pela expressão de que seus/nossos corpos são possíveis e podem cartografar.

Entramos em cena, diz Linn da Quebrada, para trincar a imagem-poder do macho-grande-pau-ereto-gotejante e introduzir a imagem-potência viada, posicionamento político e social contra o machismo, o Estado patriarcal, o sempre superior respeito reverente ao masculino-homem-branco-reto. Se as feministas trouxeram “o feminino na política”, o clã da MC Xuxu, segundo a voz de Linn (ambas feministas), deve (tem o dever), agora, de enviadescer a política e introduzir esse devir na vida política de nossas existências. A agenda do Nuances responde há 24

lanos pela anotação de Linn: “somos fortes e protegidas quando estamos juntas”. Diz Paz Berti: “Maricas, somos todas irmãs!”

A Luana Hansen, rapper lésbica negra (artista que veio da favela, que já morou na rua, que vendia drogas e fumava pedra antes da escolha pelo hip hop), escreveu e canta “flor de mulher” eembra que “a semente espalha tudo o que é dito”. Depois de “desapropriadas da opção do querer”, vamos fazer a quebrada ser visível, sair do patamar dos esquecidos. Afirma: sim, sou mulher; sim, tem gente arco-íris. Defende que temos de eliminar letras de música, atitudes e pensamentos machistas e racistas, mas comemora que tem professoras e escolas que usam suas músicas na sala de aula para criar debates sobre LGBTfobia, genocídio da população negra e violência de gênero. Alerta que “lésbicas, gays, bis, trans, travestis pedem acesso ao estudo, vida, trabalho, futuro” e pergunta: “Pra quem vai o seu amém? Pra quem julga e machuca? Pra quem sobrevive e luta?”

Sabemos que o Seminário que dá origem ao presente livro – ou o presente livro – dizem bem pouco quando comparados às vidas das populações L, G, B, T, T, T, Q, +, mas sabemos que toda visibilidade em dados, informações, conceitos, relatos compõem “comunidades de luta”. Candy Mel (cantora e apresentadora, negra, transgênero/mulher-trans, integrante da Banda Uó) diz: estamos aí, integrados pelo interesse na tolerância, aceitação e liberdade na comunidade LGBT, mas o segmento LGB se refere à sexualidade ou à diversidade sexual, T se refere à gênero ou à diversidade de gênero. São duas linhas que não se encontram, as lutas é que se encontram. A Mel diz assim: o que acontece daqui (o fora) pra dentro (o corpo) nem a gente sabe antes de começar a acontecer, a gente é um mar de coisas, a gente vai aprendendo; mas o que se externaliza de nós vira identidade e parece que devemos ser explicados ou dar explicação por identidades, mas que nosso corpo desconhece, o corpo tem sensações e o que ele quer.

Paz Berti lembra que são negros, pobres, índios e putas mortos, segundo geografias socioespaciais, geografias somente possíveis em um estado patriarcal, machista, fascista. Não podemos perder de vista que estamos, como disse Rico Dalasam, construindo imagens, narrativas e significações outras, corpos com flor e granada. É nesse sentido que pensamos esse livro, o seminário que lhe deu antecedência e a justificativa para a comemoração dos 24 anos: acumular potência. Potência teórica, prática e corporal. Está aí presente o conceito de interseccionalidade (uma imagem, uma ideia), trazido pelos organizadores do evento e por referências da obra, cuja maior importância, segundo nosso entendimento, está na efetiva luta pela liberdade de orientação sexual, de expressão corporal de masculinidades e feminilidades, ao prazer com um corpo que sente e deseja, ao corpo que se afeta e sabe afetar, ao corpo que experimenta e vive o querer-se, ao corpo que pode afirmar sua diversidade e o prazer de singularizar-se, isto é, tudo aquilo que dissemos em nosso parágrafo de abertura.

Tentamos um prefácio com artistas (uma imagem, uma ideia, um corpo), sugerimos a leitura desse livro, então, como coreografia: que seja usado para que corpos possam dançar, cantar e produzir a sua estética. Que a lista de entidades, grupos, universidades, governos e instâncias aqui citadas e outras sejam redes de apoio para isso!

Referências

22BANDA UÓ. Canal da Banda Uó. [9 Jan 2017]. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/user/bandaouo>>

DELEUZE G; GUATTARI F. Micropolítica e segmentaridade. In: DELEUZE G; GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia – v. 3. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 83-115.

EMICIDA OFICIAL VEVO. Emicida - Mandume ft. Drik Barbosa, Amiri, Rico Dalasam, Muzzike, Raphão Alaafin. [5 Dez 2016]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mC_vrzqYfQc>

ESFINGEOROBÓRICA (esfinge + oroborus = decifro-me e devoro-me). Me desapego de mim, decifrou Ana Roxo em 14/08/2008. [acesso em 02 Jul 2015]. Disponível em:
<<http://purpleann.blogspot.com.br/2008/08/eu-no-sei-quando-hora-de-parar-eu-mimo.html>>

FOUCAULT, M. A coragem da verdade: o governo de si e dos outros. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GLORIOSA, GLORIA GROOVE. Canal da Glória Groove. [9 Jan 2017]. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/channel/UCLoL96fSeaLOen3mpDYeqtA>>

GUATTARI F. Microfísica dos poderes e micropolítica dos desejos. In: QUEIROZ A; VELASCO E CRUZ N. Foucault hoje? Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p. 33-41.

KAROL CONKA. Canal de Karol Conka. [9 Jan 2017]. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/user/karolconka>>

LINN DA QUEBRADA. Canal de Linn da Quebrada. [9 Jan 2017]. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/channel/UCje0RwqumaW8Be1c1YKL7DA/featured>>

LINN DA QUEBRADA. Release. [15 Set 2016]. Disponível em: <<https://www.linndaquebrada.com/release>>

LUANA HANSEN. Canal de Luana Hansen. [9 Jan 2017]. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/channel/UCAYd9ciy2tmysiull0R-jdQ>>

MAJORLAZER. Major Lazer & DJ Snake - Lean On (feat. MØ) (Official Music Video). [22 Mar 2015]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YqeW9_5kURI>

MC XUXU. Canal da MC Xuxu. [9 Jan 2017]. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/channel/UCnE9XBIDMs7JHpggSsJaarg>>

PABLO VITTAR. Canal da Pablo Vittar. [9 Jan 2017]. Disponível em:
<https://www.youtube.com/channel/UCugD1HAP3INAiXo70S_sAFQ>

PARA TUDO. Canal Para Tudo por Lorelay Fox. [12 Ago 2015]. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=kIMKs9YgZBg>>

PAZ BERTI. Paz raperxsudaka. [15 Jun 2015]. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/channel/UCSJR0vJecoyYiSUD-bFs3Sw>>

RICO DALASAM. Canal do Rico Dalasam. [9 Jan 2017]. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/user/ricopahoglose>>

SPINOZA B. Ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (p. 291).

TRIZ. Elevação Mental. [10 dez 2017]. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=npGrq2lFmls&feature=youtu.be>>

WELLAUSEN S. Michel Foucault: parrhésia e cinismo. Tempo Social [Rev. Sociol. USP], São Paulo, v. 8, n. 1, mai 1996, p. 113-125.

Introdução

Debatendo gênero e sexualidades entre as ruas, as redes e as políticas públicas

Frederico Viana Machado

Fabiano Barnart

Renan de Mattos

Em abril de 2017 o Nuances - Grupo Pela Livre Expressão Sexual comemorou seus 26 anos de existência. O grupo tem um papel de destaque entre os movimentos sociais gaúchos, com um protagonismo que extrapola as fronteiras das lutas pelos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e ganha importância no cenário político de construção da cidadania no Brasil. Foi o primeiro grupo de luta pela defesa dos direitos da população LGBT e promoção da cultura de diversidade no Rio Grande do Sul², além disso, soube como poucos oxigenar suas estratégias políticas e dialogar com as perspectivas mais avançadas sobre gênero e sexualidade.

O Nuances é um grupo nacionalmente reconhecido pelo seu trabalho, com participação em eventos e execução de projetos e parcerias de abrangência internacional, e possui um histórico de ações desafiadoras, transformadoras e polêmicas. Ao longo desses 26 anos diversas pessoas fizeram e fazem parte do Nuances, um grupo que marcou a trajetória de vida de muitos e muitas que atualmente estão nas mais diversas esferas de atuação profissional, acadêmica e de militância: são gestores e gestoras de políticas públicas, professores e professoras, militantes ou ativistas, que carregam no corpo as experiências que vivenciaram junto ao grupo, transformando suas atuações.

O grupo nuances nasce no início da década de 1990, dentro da Casa do Estudante da UFRGS em Porto Alegre, um coletivo que, desde a sua fundação, procurou dialogar com a universidade, e não apenas como um grupo a ser pesquisado e estudado, mas como produtor de conhecimento. Os papéis de “pesquisador” e “ativista/militante”³ estiveram associados em diversos casos.

² Em 1991, quando foi criado, o grupo foi batizado de MGH - Movimento Homossexual Gaúcho. Este nome foi modificado em 1993, passando a ser chamado de Nuances - Grupo Pela Livre Orientação Sexual, Construindo Cidadania. (GOLIN, 2017)

³ O grupo Nuances faz uma diferenciação entre militantes e ativistas para diferenciar os níveis de envolvimento com as ações do grupo. Os militantes estão ligados ao movimento com participação orgânica. Ativismo é entendido como o envolvimento mais pontual à uma determinada causa ou ação política específica.

Muitas/os militantes/ativistas são também pesquisadores e vice-versa. Mas esta relação vai além. Diversos ativistas/militantes se aproximam da universidade por conta de suas atividades políticas e muitos estudantes iniciam sua militância a partir de suas práticas na pesquisa ou extensão. Os atores políticos podem ser vistos, neste contexto, como produtores de conhecimento, participando conjuntamente de uma pauta que é, ao mesmo tempo, científica, política e cultural.

Ao longo da trajetória do Nuances, diversos livros foram publicados: *Homossexualidades, cultura e política* (GOLIN; WEILER, 2002); *A Justiça e os Direitos de Gays e Lésbicas - Jurisprudência Comentada* (GOLIN; POCAHY; RIOS, 2003); *Rompendo o Silêncio - Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea* (POCAHY, 2007); *Corpo - Políticas de Enfrentamento ao Heterossexismo* (POCAHY, 2010); *Homossexualidade e Direitos Sexuais - Reflexões a partir da decisão do STF* (RIOS; GOLIN; LEIVAS, 2011); *Nuances 25 anos: uma trajetória inconformada com a norma* (GOLIN, 2017).

Este livro, que aqui apresentamos, vem somar à essa lista de publicações associadas ao Nuances. A parceria agora é com o Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LAPPACS/UFRGS). Reunimos os trabalhos apresentados no seminário de comemoração dos 24 anos do grupo, aos quais agregamos escritos de outros participantes e convidados especiais. Este seminário, também fruto da parceria entre o Nuances e o LAPPACS, foi realizado nos dias 28 e 29 de agosto de 2015, com o título: Seminário Internacional - Éba! Viado na Pista - Nuances 24 anos nas ruas.

O evento construiu um ambiente privilegiado para debater as transformações da sociedade e as formas de exclusão sócio-espacial que atingem a população LGBTT, bem como as inovações no ativismo e militância através da arte e cultura, o resgate da história do movimento no Brasil e na América Latina e a importância dos movimentos e atores sociais na construção, desenvolvimento, execução e avaliação de políticas públicas nas áreas de saúde, segurança pública, educação, cultura e direitos humanos. Foram debatidas a agenda do movimento LGBTT e as estratégias atuais para o enfrentamento e resistência a todas as formas de discriminação, opressão e preconceito, considerando as novas faces do conservadorismo e as polarizações sociais que nos colocam questões urgentes e complexas.⁴

Fruto deste seminário, o livro articula pensamentos e reflexões gestados nas fronteiras que tensionam e articulam a universidade, os movimentos sociais e as políticas públicas, sejam estas geridas por setores do Estado ou por organizações da sociedade civil. Os autores deste livro habitam estes espaços, com pertencimentos múltiplos, mas coincidem em seu engajamento político para a construção de uma sociedade mais democrática e capaz de lidar com a diversidade das formas de existência.

Uma das marcas que atravessam os trabalhos aqui apresentados é a necessidade de articulação das diferentes lutas sociais, e que aparece nas mais diversas formas e contextos, explicitando os riscos da polarização social, os debates sobre interseccionalidade como conceito articulador ou a associação das múltiplas formas de desigualdade presentes nas

⁴ Para uma descrição completa deste seminário ver Machado, Barnart e Mattos (2016).

ações que estão sendo discutidas, tais como pobreza, racismo, machismo, heterossexismo, etc. Este ponto, é importante ressaltar, esteve historicamente presente nas ações e reflexões desenvolvidas pelo Grupo Nuances, que sempre apontou a importância das discussões sobre sexualidade estarem conectadas com as diversas formas de desigualdade e opressão.

Outro aspecto bastante significativo diz respeito a uma compreensão ampliada dos territórios como espaços de (des)construção identitária (em especial quando tratamos de identidades políticas que se constituem como estratégia de luta) que ganham complexidade por meio das interações nas redes sociais e por olhares atentos quanto a ocupação das cidades. Assumir uma identidade política não necessariamente irá corresponder à complexidade que adquire cada sujeito em seus processos de subjetivação, pois isto ganha concretude como uma maneira de organização política coletiva, pautada em questões comuns e afirmando as diferenças. As análises que incorporam saberes de campos como a Geografia traçam um panorama, ainda que recente, acerca dos modos pelos quais as múltiplas territorialidades são influenciadas e influenciam a formação do complexo, heterogêneo, fragmentado e hierarquizado espaço urbano, produzindo territórios diversos de resistência, de prazer, de luta, entre outros, que interpelam o estigma, a norma e o preconceito.

As análises aqui presentes nos alertam sobre uma ontologia estendida, cuja vertiginosa diversificação das formas de existência dificulta o mapeamento dos territórios e sujeitos que demandam voz e vez para a expansão do político. Os embates contra os essencialismos iluministas ainda nos retornam à necessidade de críticas consistentes que não engessem os sujeitos em reificações identitárias, que podem deslocar as hierarquias sociais sem identificar suas dinâmicas e fundamentos. Isto se reflete, nas novas formas de expressão cultural, de suas vozes que emergem como forma de politização. Artistas, militantes e ativistas que fazem de suas vidas, de seus corpos, de suas obras e palavras, elementos da política e da construção de conhecimento, desafiando hierarquias e normas da sociedade das mais diversas nuances, ampliando assim os lugares e territórios do político - afetivos, marginais e/ou estratégicos, na interação com o espaço social.

Vimos esta discussão tanto no prefácio como na apresentação deste livro, que relata os esforços do grupo Nuances na produção do documentário sobre a Nêga Lú. O livro conta com capítulos que tratam diretamente sobre arte e cultura. Entretanto, uma leitura atenta nos revela como esta questão atravessa grande parte das questões postas pela maioria dos autores. Como já sinalizamos, não se trata de discutir a sexualidade isoladamente, mas, cada vez mais, mostrar suas cores, gerações, etnias, gêneros, territórios, classes sociais e, rompendo com quaisquer segmentações, o discurso singular dos sujeitos que ocupam o espaço público, produzindo suas espacialidades individual e coletivamente entre as ruas, as redes e as políticas públicas.

Os textos aqui apresentados são contribuições significativas para a compreensão destas dinâmicas, sendo cotejadas por pesquisas, práticas e vivências individuais e/ou coletivas que extrapolam os processos de categorização social que historicamente orientaram a mobilização e a organização dos movimentos sociais, bem como a elaboração e implementação de políticas públicas. Como autores engajados, instauram a reflexão sobre ações e situações concretas,

retornando sobre elas com novas ideias, questões e reflexões.

Estes esforços para refletir sobre a articulação das diferentes formas de opressão podem ser vistos como respostas à fragmentação pela qual passaram e ainda passam diversos movimentos sociais. Após a Segunda Guerra Mundial, os movimentos ditos “identitários” passaram a reivindicar a autonomia de suas lutas, se descolando das esquerdas tradicionais, por não aceitarem atuar como caudatários de uma “luta principal”, pela falência do socialismo real, pela diversificação das ideologias e estratégias de militância e ativismo, dentre outras razões. Atualmente temos visto tentativas de articulação entre temas e campos de ativismo. Embora ainda não consigamos vislumbrar processos articulatórios mais amplos e efetivamente capazes de produzir cadeias de equivalência entre as diferentes lutas sociais, as reflexões aqui apresentadas são alentos para construções nesta direção.

O livro traz quinze capítulos divididos em cinco partes. Na Parte I, *Trajatórias e atualidades dos movimentos LGBT no Brasil e América Latina*, apresentamos os textos que discutem, respectivamente, o cenário político cultural, jurídico e das políticas públicas. No Capítulo 1, intitulado “*Que onda é essa?*”: “*guerras culturais*” e movimento LGBT no cenário Brasileiro contemporâneo, Regina Facchini e Julian Rodrigues enfocam algumas mudanças recentes do movimento LGBT, em especial a partir da virada para os anos 2010, tendo como contexto o fortalecimento do conservadorismo político e o crescimento da crítica à atuação política por vias institucionais e à possibilidade de representação.

No segundo capítulo, *Liberdades públicas e homossexualidade: a liberdade de orientação sexual no direito brasileiro e o Supremo Tribunal Federal*, Roger Raupp Rios discute algumas perspectivas e tensões no desenvolvimento dos direitos sexuais no Brasil. Tomando como objeto de análise e crítica a *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132*, traça um panorama das principais tendências e tensões que caracterizam os direitos sexuais no direito brasileiro, a partir da perspectiva dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, para examinar as questões de orientação sexual e identidade de gênero. Neste esforço, toma como referência o tratamento jurídico e o debate contemporâneo diante das demandas jurídicas articuladas pelo movimento LGBT.

No terceiro capítulo, *Secas y mojadas: de por qué leyes y políticas sexuales nunca dejan a nadie satisfecha*, Mario Pecheny discute o cenário político e social posterior à aprovação de leis e a implementação de políticas sexuais, identificado recentemente na América Latina. Mesmo que estas ações representem avanços em termos de justiça social no campo dos direitos sexuais, seguem recebendo críticas e gerando insatisfação entre ativistas. Esta discussão é muito pertinente, sobretudo para avaliarmos a forma como alguns movimentos sociais têm demandado do Estado a especificidade de suas pautas, com novas leis e políticas específicas, mesmo que isto possa significar a inclusão em normas conservadoras, como a família e o casamento, como busca por dignidade, respeito, felicidade e legitimidade social.

A Parte II deste livro, *Educando para a diversidade: o desafio do ensino no ensinar gênero e sexualidade na escola e na educação superior*, apresenta produções e experiências que derivam de pesquisas e projetos desenvolvidos na academia, com destaque para o NUPSEX - Núcleo de

Pesquisa em Gênero e Sexualidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Durante o seminário, pesquisadoras e pesquisadores dos mais diversos campos de estudo e áreas de atuação fizeram parte desse momento, compartilhando suas experiências nos estudos e práticas sobre o desafio de trabalhar com gênero e sexualidades, em especial na universidade, seja através de projetos extensão ou iniciação científica. Essa realidade reflete o cotidiano da universidade que marginaliza, dificulta e deslegitima a pesquisa e formação nos campos de gênero e diversidade sexual. A desatenção das instituições de ensino para com as questões relacionadas ao gênero e sexualidade proporcionam um ambiente avesso à diferença e que limita a formação de cidadãos e profissionais preparados para a vivência em sociedade, com respeito às diversidades humanas.

Os capítulos desta parte do livro são exemplos bastante contemporâneos dos esforços desenvolvidos em atividades locais de extensão universitária que oferecem serviços à comunidade por meio do tripé ensino-pesquisa-extensão, associando interesses acadêmicos e engajamento político no trabalho com gênero e sexualidade. Além do impacto político-institucional na universidade e da oferta de serviços, estas ações constituem espaços privilegiados para a formação de acadêmicos e futuros profissionais.

No Capítulo 4, *Preconceito contra gênero e diversidade sexual e de gênero em uma universidade pública brasileira: prevalência, o seu reconhecimento, e os efeitos da educação*, escrito por Ângelo Brandelli Costa, Rodrigo Oliva Peroni, Eric Seger de Camargo, Andrew Pasley e Henrique Caetano Nardi, são apresentados alguns resultados de uma pesquisa que buscou avaliar as atitudes e crenças relacionadas à orientação sexual e identidade/não conformidade de gênero dirigida ao corpo discente da graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para mapear o preconceito presente na Universidade. Os resultados da pesquisa são um alerta sobre a extensão e a gravidade das formas de preconceito e discriminação e oferecem elementos importantes para subsidiar intervenções e debates sobre estes temas nas universidades.

No quinto capítulo, *Eixo Acolhimento do CRDH: Grupo de Vivências para pessoas trans*, Flávia Luciana Magalhães Novais, Diego Carrilho da Silva e Hellen Santos relatam a experiência de um Grupo de Vivência para pessoas Trans, desenvolvido pelo Centro de Referência em Direitos Humanos em relações de gênero, sexualidade e raça (CDRH), que é um programa de extensão do Núcleo de pesquisa em sexualidade e Relações de gênero (NUPSEX) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São apresentados e discutidos os impactos, desafios e dificuldades enfrentados pela equipe na condução desta experiência de acolhimento.

O sexto capítulo, *The Privilege Walk: Centro Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça*, caminhando sobre as interseccionalidades, Camila Santos Pereira, Diego Carrilho da Silva, Eric Seger de Camargo, Flávia Luciana Magalhães Novais, Helen Santos, Leonardo Régis de Paula e Luís Artur Costa discutem as interseccionalidades entre gênero, raça-etnia, classe, geração e diversidade sexual, tomando como objeto de análise as ações do Centro Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça (CDRH/NUPSEX). O trabalho discutido neste capítulo é um exemplo da premência de articularmos em nossas práticas e teorias as múltiplas diferenças e desigualdades.

Os autores lançam mão do conceito de interseccionalidades para discutir casos atendidos pelo CRDH que são bastante explícitos em mostrar que a opressão social dificilmente aparece de forma isolada e segmentada. As/os autoras/es articulam os diferentes marcadores sociais de forma relacional, buscando superar essencialismos que naturalizam as desigualdades e a violência social.

Passamos então à terceira parte do livro, *Arte e Cultura LGBT: estratégias de transformação social e enfrentamento político*, que traz três capítulos com perspectivas distintas e complementares. Dois deles partem do trabalho de artistas para pensar a política como catalisadora da criatividade e expressividade, ao mesmo tempo em que é a criatividade que irá instaurar e renovar a política. O terceiro relata uma experiência institucional de políticas de arte e cultura voltadas para a população LGBT, mas que igualmente requer criatividade e comprometimento para encarar a gestão no ambiente enrijecido dos órgãos governamentais.

Sandro Ka, no Capítulo 7 - *Produção de Si: A arte como resistência*, parte da noção de que a população LGBT, devido ao preconceito que cerceia seus espaços de sociabilidade, produz elementos que refletem uma cultura própria. O autor defende o reconhecimento da arte como forma de resistência e de afirmação de direitos, discute os dados de uma pesquisa intitulada "Mapeamento Cultural LGBT" e, por meio de entrevistas, analisa a obra de três artistas brasileiros que tratam da sexualidade com engajamento social e político: o diretor teatral Cesar Almeida (Curitiba/PR), o ilustrador Nerone Prandi (São Paulo/SP) e o ator e diretor teatral Silvero Pereira (Fortaleza/CE).

Este capítulo aponta para a existência de uma produção artística que, em meio a um cenário hostil marcado pela homofobia e transfobia, se desenvolve com qualidade e engajamento, produzindo questionamentos e refletindo sobre os diferentes modos dessa população se relacionar e perceber o mundo, afinando-se à noção de Direitos Culturais e de Direitos Humanos, na perspectiva do reconhecimento e do respeito às diferenças.

Cláudia Schulz, autora do Capítulo 8, *Políticas públicas para cultura LGBT*, foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, um cargo estratégico para conhecer e refletir sobre as políticas públicas para a população LGBT. A autora discute o "Relatório Final do Comitê Técnico de Cultura para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais - LGBT", elaborado pelo Comitê Técnico de Cultura LGBT, que esteve vigente de 2012 a 2014. Temos aqui um panorama das ações estratégicas para o desenvolvimento de políticas públicas para a Cultura LGBT, desenvolvidas pelo Ministério da Cultura, e alguns apontamentos sobre as dificuldades e os desafios para avançarmos nesta agenda.

O Capítulo 9, *Entre drag queens e (trans)formistas: trânsitos de gênero enquanto arte*, de Caio Cesar Klein, reflete sobre as identidades que habitam e se confundem na noite LGBT e que construíram uma (sub)cultura que tem na resistência o seu ponto de criação através da transversalidade entre arte e gênero. O texto parte do debate realizado na mesa *Arte e Cultura LGBT do Seminário Internacional Êba! Viado na pista! Nuances 24 anos nas ruas* e dos primeiros achados da pesquisa de doutorado em andamento sobre arte transformista junto ao Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFRGS.

A Parte IV do livro, *Geografias marginais*, traz reflexões sobre poder, espaço, gênero, sexualidades e corpo entre diferentes escalas. Os três textos desta parte tomam a espacialidade de formas distintas, mas que expressam a complexidade dos territórios e as reflexões que partem dele. Mesmo que apenas o primeiro e o terceiro texto desta parte sejam escritos por Geógrafa e Geógrafos, a análise espacial apresentada tem como enfoque principal as temáticas de gênero e sexualidades. O Capítulo 10 trata da relação entre o preconceito sexual e os espaços públicos; o Capítulo 11 analisa a construção das dinâmicas das relações virtuais entre homens na busca de sexo, por meio de um aplicativo de georreferenciamento; e o Capítulo 12 discute como o território corporal pode se constituir em um espaço de resistência, a partir das práticas clandestinas de aborto.

O décimo capítulo, *Geografias e sexualidades: os espaços públicos na vivência de homens gays na cidade de Ponta Grossa, Paraná*, de autoria de William Hanke e Marcio Jose Ornat, aborda a homossexualidade e sua relação com o espaço público, analisando as diferentes marcas territoriais que se apresentam sobre os corpos, produzindo e perpetuando preconceitos, estigmas e as mais diversas formas de exclusão espacial. Faz um resgate histórico e uma revisão bibliográfica da evolução dos estudos sobre as Geografias das Sexualidades e Feministas na ciência Geográfica.

O Capítulo 11, *Dinâmicas atuais na busca de sexo entre homens: o uso do GRINDR como ferramenta de gestão de práticas sexuais*, de Adolfo Pizzinato, Cristiano Hamann e João Gabriel Maracci-Cardoso, aborda as principais dinâmicas sexuais entre homens que fazem sexo com outros homens a partir de um aplicativo que utiliza geolocalização. Observam o espaço virtual e sua relação perturbadora com o esvaziamento dos espaços públicos como forma de resistência à heteronormatividade, num processo de volta ao armário e à discriminação. Este capítulo deriva das pesquisas desenvolvidas pelo grupo *Identidades, Narrativas e Comunidades de Prática*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Procura desenvolver compreensões a respeito do exercício livre da sexualidade, principalmente em articulação com as atuais estratégias de prevenção à infecção pelo vírus HIV promovidas no Sistema Único de Saúde. Aqui os autores discutem os limites de abrangência de nomenclaturas clássicas, como Homens que fazem Sexo com Homens (HSH), frente às inúmeras possibilidades de autonarratividade e exercício da sexualidade nas novas plataformas virtuais, argumentando sobre as possibilidades de complexificar as discussões sobre as noções de território e ocupação do espaço.

No Capítulo 12, Meriene Santos de Moraes, em *“Meu Corpo, minhas regras!”: A prática do aborto entre múltiplas escalas territoriais de poder e resistência*, tensiona as diferentes formas de poder que estruturalmente incidem sobre o corpo da mulher, expressas no controle institucional da sexualidade e da reprodução. As mulheres que precisam fazer um aborto clandestino sofrem com a internalização da culpa moral e religiosa, passando por cima de questões de saúde física e psicológica. A autora identifica a prática do aborto ilegal como uma subversão nos corpos das mulheres, fazendo deles territórios de resistência à norma imposta pelas moralidades e jurisprudências brasileiras. Este relato traz dados interessantes para

pensarmos os argumentos de Mario Pecheny, no capítulo dois deste livro, sobre a dissonância entre os avanços conquistados no campo dos direitos LGBT e a estagnação das lutas pelo direito ao aborto.

Apesar da temática sobre travestis e pessoas trans não ter constituído um momento específico durante o seminário que deu origem a este livro, esse debate apareceu diversos momentos, mostrando sua atualidade e necessidade de visibilidade. Diversas travestis, pessoas trans, transformistas e/ou drag queens estiveram presentes no evento, como participantes, convidados e convidadas e, principalmente, para ocupar o seu lugar de fala. Contamos com a presença das drags Cassandra Calabouço e Candy Diase (ou Cândida Dias, personagem de Caio Klein, autor do capítulo nove) como cerimonialistas do seminário, e da cantora trans Valéria Houston Barcellos, que apresentou um show na confraternização de encerramento do evento.

Na medida em que defendemos a articulação entre ativismo/militância e produção do conhecimento, convidamos essas pessoas para falar sobre suas experiências e debater suas ideias e reflexões. Candy e Valéria compuseram a mesa sobre Arte e Cultura LGBT. Eric Seger e Lins Roballo participaram da roda de conversa sobre educação, compartilhando suas experiências como pessoas trans na militância, na academia e atuação profissional. Além disso, tivemos a presença de Gloria Crystal representando a Secretaria Adjunta de Livre Orientação Sexual da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Marina Reidel representando a Secretaria de Justiça e Direitos Humano do Estado do Rio Grande do Sul. Contar com estas contribuições no seminário e, sobretudo, como autores neste livro, é motivo de grande satisfação para nós.

A quinta parte deste livro, intitulada *Travestilidades e transexualidades: violência nas ruas e nas instituições*, reúne textos sobre temáticas trans. No Capítulo 13 - *O Sexo das Pessoas Trans – Uma análise de materiais didáticos*, Eric Seger de Camargo apresenta parte dos resultados da pesquisa “Subjetivação e Experiência: análise de ações dirigidas à redução da homofobia e do heterossexismo na educação”, do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), do Instituto de Psicologia da UFRGS. O autor analisa materiais didáticos disponíveis online sobre gênero e sexualidade voltados para professores/as, observando como são tratadas questões referentes à anatomia e fisiologia humana, para interrogar sobre a legitimidade do gênero das pessoas trans e seus corpos sexuados. São identificados discursos que reiteram a naturalização das formas hegemônicas de ser homem e ser mulher, apontando questões importantes para o campo da educação.

No Capítulo 14, *Entre a pista e a polícia: as travestilidades brasileiras face à agenda da política criminal e penitenciária brasileira*, Guilherme Gomes Ferreira discute o resultado de duas pesquisas, uma realizada no Presídio Central de Porto Alegre, e outra sobre os processos de criminalização experimentados pelas travestis. O autor identifica que o cenário de genocídio das travestis no Brasil vem acompanhado da consolidação discursiva da categoria “travesti” enquanto própria de contextos ligados à pobreza, à periferia e à criminalidade, fazendo com que as travestis figurem no imaginário social como pessoas potencialmente perigosas, o que leva à naturalização de uma política penal de controle e repressão para esta população. Contra este cenário, é apresentado o argumento de que as relações com o “mundo do crime” no cotidiano das travestis é também resultado das condições de vida, cuja precariedade condiciona a prostituição como

possibilidade de sobrevivência e aproxima do tráfico de drogas e das zonas de conflito e violência.

Se no pós-guerra os movimentos sociais trabalharam para se desvencilhar de uma luta principal, demonstrando que suas demandas não podiam ser explicadas unicamente pela estratificação socioeconômica, hoje os diversos movimentos sociais organizados em torno de demandas identitárias trabalham para revelar, ao mesmo tempo, a especificidade de suas demandas, mas também, as inter-relações entre hierarquias e formas de opressão e violência. O texto de Guilherme Ferreira mostra como os processos de suspeição no campo da criminalidade e segurança pública estão relacionados aos preconceitos e desigualdades sociais (uma questão também exemplificada no Capítulo 6 deste livro). Segundo o autor, análise da criminalidade e da seletividade penal no caso das travestis deve levar em conta experiências anteriores de vulnerabilidade socioeconômica, raça/etnia, território e até mesmo outras circunstâncias como exercício da religiosidade e expectativas estéticas.

O Capítulo 15, *Assassinatos pautados em gênero: um interstício sobre a violência letal contra travestis e transexuais no Rio Grande do Sul*, de Fabiano Barnart e Stela Nazareth Meneghel, discute a violência letal contra travestis e transexuais em Porto Alegre apresentando um recorte de uma pesquisa sobre femicídios e assassinatos pautados em gênero no Rio Grande Do Sul.

O texto traz um panorama do contexto de desigualdades e das dinâmicas sociais que nos ajudam a compreender as especificidades envolvidas nos crimes analisados. Indicam o descaso social e a negligência do poder público em relação à violência letal transfóbica ou transfeminicídio, e argumentam que isto deve ser encarado como uma questão de violação dos direitos humanos, um problema de segurança pública e justiça. Seguindo uma característica interseccional que atravessa a maioria dos capítulos deste livro, as/os autoras/es mostram que os crimes que incidem sobre a população de travestis e mulheres transexuais atingem especialmente aquelas que são negras e se prostituem,

Trabalhos como os que aqui apresentamos mostram que a pergunta sobre como relacionar as múltiplas formas de hierarquização e discriminação está firmemente colocada no campo político e acadêmico. As respostas que daí derivam se diversificam e buscam amparo interdisciplinar em variados campos de conhecimento, teorias, estratégias metodológicas, nas relações e entendimentos sobre as práticas e percepções entre sujeitos e objetos de estudo. Destacamos, a partir de uma imersão nos textos, que analisar as interações simbólicas e a dimensão da materialidade da vida contemporânea não se faz independente das novas tecnologias, bem como das transformações nos meios de produção e reprodução da vida e, sobretudo, sem sensibilidade para a riqueza das formas de sociabilidade que emergem e se renovam no cotidiano.

A organização deste extenso compilado de escritos foi, ao mesmo tempo, uma empreitada árdua, mas extremamente gratificante e afetiva. Para conseguirmos incluir todas estas produções enfrentamos diversos contratempos e consideramos todas as particularidades que foram possíveis. Atravessarmos estas páginas revisando, classificando, organizando e discutindo, constituiu um aprendizado que não cabe nas palavras, pelo que reforçamos nossos

agradecimentos à todas as pessoas e instituições que contribuíram para sua concretização. Esperamos que este livro seja uma leitura prazerosa e produtiva para todas/os as/os leitoras/es e que tenhamos cumprido à altura a tarefa de organizarmos o sétimo livro que leva o nome do Grupo Nuances. Vida longa ao NUANCES!

Referências

GOLIN, Celio. **Nuances 25 anos: uma trajetória inconformada com a norma**. Porto Alegre: Editora Nuances, 2017

GOLIN, Célio; POCAHY, Fernando.; RIOS, Roger. **A justiça e os direitos de gays e lésbicas; jurisprudência comentada**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003.

GOLIN, C.; WEILER, Luis. **Homossexualidades, cultura e política**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

MACHADO, Frederico; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan. **Êba! Viado na pista! Nuances: 24 anos nas ruas - Gênero, sexualidades, saúde, educação, política e cultura LGBTQBT**. Revista da Extensão, v. 12, p. 14-22, 2016.

POCAHY, Fernando. **Corpo - Políticas de Enfrentamento ao Heterossexismo**. Porto Alegre: Editora Nuances, 2010.

_____. **Rompendo o silêncio; homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Nuances, 2007.

RIOS, Roger.; GOLIN, Célio.; LEIVAS, Paulo. **Homossexualidade e direitos sexuais; reflexões a partir da decisão do STF**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

Parte I

Trajetórias e atualidades dos movimentos LGBTT no Brasil e na América Latina



CAPÍTULO 1

“Que onda é essa?”: “guerras culturais” e movimento LGBT no cenário brasileiro contemporâneo

Regina Facchini

Julian Rodrigues

Câmara Municipal de São Paulo: 11 e 25 de agosto de 2015, duas terças-feiras. Primeira e segunda votação do Plano Municipal de Educação da capital paulista. Do lado de fora, em frente à Câmara, em ambas ocasiões, dois grupos de pessoas confrontavam-se com carros de som, faixas, cartazes, bandeiras. Um dos lados da rua foi interditado.⁵

Separados por grades de ferro, ativistas do movimento feminista e do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais e homens trans (LGBT), de um lado e militantes católicos de outro – muitos jovens, padres e freiras –, se enfrentavam em uma verdadeira guerra de palavras de ordem, discursos, exibição de cartazes, músicas.

“Família, sim: gênero não”; “Gênero: vai pra Cuba”; “Ninguém nasce X: ou é menino ou menina”; “Não à ideologia de gênero” eram três dos cartazes, entre tantos outros, exibidos pelos religiosos. Na camiseta que esse grupo vestia, estava escrito: “Somos (em fonte azul) Família (em cor verde) – um risco amarelo compunha a arte.

Por sua vez, ativistas pela educação, militantes LGBT (a maioria do grupo) e também feministas traziam as bandeiras e cores do arco-íris e lilases, símbolos dos respectivos movimentos e portavam cartazes tentando desconstruir a ideia de que a menção à necessidade de políticas de igualdade de gênero e enfrentamento da discriminação a LGBT nas escolas da rede municipal seria um ataque à “família”. “Vai ter gênero no PME sim” e “Nossa família LGBT está ameaçada” foram dois dos cartazes empunhados por ativistas desse grupo (Diário de campo).

Este artigo tem por objetivo contribuir para situar a conjuntura política recente relacionada aos direitos de LGBT e os processos de mudança pelos quais vêm passando o movimento LGBT no Brasil contemporâneo. O faz a partir de três frentes interconectadas de reflexão: a) as “guerras culturais” que a um mesmo tempo confrontam a agenda de direitos

⁵ Esses episódios tiveram cobertura razoável da mídia. Diversas matérias registraram o ocorrido em ambas as rodadas de votação, como <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/camara-de-sp-aprova-em-1-votacao-plano-municipal-de-educacao.html>, acessado em 25 de setembro de 2015.

humanos e o lugar de LGBT como sujeito de direitos e os arrasta para o centro de uma intrincada arena de disputas políticas; b) os processos de mudança no movimento LGBT e a necessidade de refletir criticamente acerca de possíveis omissões e exclusões de expressões ativistas que divergem do perfil majoritariamente encontrado em dado período; c) os processos de mudança que têm lugar no ativismo LGBT a partir desta última virada de década, tomando em conta diferentes formas de engajamento.

No momento da escrita desse texto as disputas se acirraram com a ruptura institucional representada pelo início do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. O governo interino inicia trazendo políticos conservadores de inflexão neoliberal e que atuam em nome de setores religiosos para o núcleo do governo. Uma de suas primeiras medidas foi extinguir o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Direitos Humanos e Juventude, bem como o Ministério da Cultura e da Ciência e Tecnologia, entre diversos outros anúncios de retrocesso nas políticas sociais e de direitos humanos. O novo líder do governo é expoente da bancada evangélica. O emblemático pastor Silas Malafaia, um dos conservadores evangélicos mais proeminentes do país é entusiasta e apoiador de primeira hora do governo do presidente interino.⁶

Apesar dos desdobramentos mais recentes, partiremos das votações dos planos municipais e estaduais de educação em 2015, para traçar nossa reflexão, considerando que se trata de um dos pontos paradigmáticos em relação às “guerras culturais” que vêm sendo travadas no país no que diz respeito aos direitos humanos e aos direitos sexuais.

Direitos sexuais e “guerras culturais” no Brasil contemporâneo

As cenas com as quais abrimos este artigo dizem respeito à votação do Plano Municipal de Educação (PME) na cidade de São Paulo. Ao final do processo de votação, na sessão do dia 25 de agosto, o Plano Municipal de Educação paulistano teve o mesmo destino do Plano Nacional de Educação:⁷ foi aprovado sem nenhuma menção à necessidade da discussão sobre as relações sociais de gênero ou da não discriminação em razão da orientação sexual ou identidade de gênero. Os grupos religiosos conservadores venceram a batalha e apenas quatro vereadores

⁶ Este texto foi escrito no primeiro semestre de 2016, a partir de fala elaborada para o *Seminário Internacional Eba! Viado na pista - Nuances 24 anos nas ruas*, em agosto de 2015. Como se tratou de um período de transformações muito velozes e intensas no país, cumpre informar que para a publicação final foram atualizadas apenas as referências relativas a teses que foram defendidas ou artigos que estavam então no prelo e já foram publicados, mantendo-se a reflexão no patamar em que se encontrava naquele momento. Sendo assim, este texto retrata um momento de nossa reflexão sobre o tema. Para reflexões sobre conservadorismo e atores políticos autotransclassificados como religiosos - que ainda não estavam disponíveis no momento da escrita, mas podem contribuir para o debate - ver Ronaldo de Almeida (2017) e Juan Marco Vaggione (2017).

⁷ O Plano Nacional de Educação foi aprovado em definitivo pela Câmara dos Deputados em 3 de junho de 2014, conforme <http://fne.mec.gov.br/noticias/494-camara-aprova-plano-nacional-de-educacao-texto-seguinte-para-sancao>, acessado em 25 de setembro de 2015.

⁸ Os vereadores Cláudio Fonseca (PPS), Juliana Cardoso (PT), Netinho de Paula (PDT) e Toninho Vespoli (Pso) votaram contra o texto aprovado por defender a inclusão das questões de gênero e diversidade sexual, conforme <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2015/08/vereadores- aprovam-plano-municipal-de-educacao-sem-discussao-de-genero-7921.html>, acessado em 25 de setembro de 2015

registraram seus votos contrários e defenderam a manutenção daquelas ações programáticas.

Importante registrar que o Ministério da Educação havia se posicionado claramente a favor da inclusão dos temas de gênero e diversidade sexual, em nota técnica divulgada no dia 17 de agosto de 2015. A essa ação se seguiu a criação - no dia 9 de setembro - de um Comitê de Gênero no âmbito do Ministério, com o objetivo de “desenvolver políticas e subsídios para garantir o direito à educação de qualidade, dentre outras ações, projetos e programas educacionais, com a promoção dos direitos relacionados às questões de gênero, e o enfrentamento das diversas formas de preconceito, discriminação e violência”.⁹

Se os grupos religiosos conservadores haviam vencido a batalha no palco do legislativo, por seu lado, o ativismo feminista-LGBT parecia ter tido êxito no âmbito do Executivo Federal. Entretanto, no dia 21 de setembro, o Comitê de Gênero se transformou em “Comitê de Combate às Discriminações”, diluindo o caráter específico que motivou sua criação e retirando da portaria toda e qualquer menção à palavra “gênero”. Segundo o coordenador geral da campanha pelo direito à educação, o ativista Daniel Cara, essa nova portaria teria sido fruto das pressões dos grupos conservadores e seus parlamentares no Congresso Nacional.¹⁰

As pressões do conservadorismo (sobretudo da chamada bancada evangélica) contra o avanço das políticas afirmativas da população LGBT e os direitos sexuais estão num processo crescente nos últimos anos, vis a vis com o próprio avanço dessa agenda no Executivo Federal e mesmo no Judiciário. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar e em 2013 o Conselho Nacional de Justiça determinou que todos os cartórios do país celebrassem o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

No Brasil, as ações do Estado vinham crescendo no sentido de implementar políticas públicas de enfrentamento da desigualdade social e afirmação de direitos de grupos historicamente discriminados, como as mulheres, a população negra, os indígenas, as pessoas com deficiência, a juventude e a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

Tais políticas, que combatem desigualdades e reconhecem as diferenças – chamadas políticas de reconhecimento e de garantia da paridade na participação, nos dizeres de Nancy Fraser (2007) - ganharam impulso, sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988, que avança em diversos sentidos, como nos direitos e garantias fundamentais (direito à igualdade, à dignidade, à não-discriminação, entre outros) e também nos direitos sociais, como descrevem Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2001).

Sob esse ponto de vista, é possível destacar, no período imediatamente posterior à promulgação da nova Constituição, um processo contínuo de incorporação de demandas de

⁹ <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=16&data=10/09/2015> acessado em 25 de setembro de 2015.

¹⁰ <http://danielcara.blogosfera.uol.com.br/2015/09/22/governo-cede-a-pressao-e-substitui-comite-de-genero/>, acessado em 25 de setembro de 2015.

diversos movimentos sociais, como os que lutam pela igualdade de gênero, pela igualdade racial, pelos direitos da juventude e pela cidadania LGBT por parte do Estado.

O papel dos movimentos sociais feminista e LGBT tem sido central para pautar a agenda dos direitos sexuais. Regina Facchini, em diálogo com Marcelo Daniliauskas (2011), sintetiza o processo assim:

As primeiras políticas públicas brasileiras cujo foco são homossexuais têm por ocasião o combate à epidemia do HIV/Aids no início dos anos 1990 (FACCHINI, 2005). O primeiro documento oficial do Brasil a reconhecer publicamente homossexuais no campo da promoção dos direitos humanos é o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), elaborado em 1996. Com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), em 2001, e a elaboração do PNDH II, em 2002, são incluídas algumas ações direcionadas a LGBT. A partir de 2003, a articulação entre LGBT e direitos humanos ganha novo impulso: 1) com a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que passa a ter status de ministério e incorpora o CNCD, como instância de participação e controle social; e 2) com a designação de um grupo de trabalho para elaborar um plano de combate à homofobia, que deu origem ao “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” em seu formato interministerial (FACCHINI, 2009, p. 136).

Tensões e disputas, contudo estiveram recorrentemente presentes. Um exemplo: as reações conservadoras contra vários pontos do Plano Nacional de Direitos Humanos III, sancionado pelo ex-presidente Lula em 2010. Entre outras questões, a pressão religiosa fez o governo alterar a redação da ação relacionada à mudança na legislação sobre aborto (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012).

Um marco da reaglutinação do polo conservador parece ter sido as eleições de 2010. Segmentos evangélicos, por exemplo, tradicionalmente refratários à esquerda e que haviam sido deslocados para o apoio a Lula em 2002, mudaram de posição e “parecem ter amplificado a reação coletiva dos segmentos tradicionalistas” (MACHADO, 2012, p.28).

Os segmentos conservadores católicos também se engajaram na campanha contra a candidata Dilma Rousseff, apoiada por Lula (MACHADO, 2012). Um dos fatos mais marcantes foi a verdadeira cruzada capitaneada pelo ex-bispo da Diocese de Guarulhos, D. Luiz Gonzaga Bergonzini, que orientou por diversos meios (artigos de jornal, correntes de e-mails, publicação de panfletos) que os católicos deviam rejeitar a candidata do PT porque ela “desrespeitava a vida” e os “valores familiares”.

Para reagir a esses ataques, a candidata fez vários gestos simbólicos e políticos, desde visitar a cidade de Aparecida no feriado de 12 de outubro até lançar uma “Carta Aberta ao povo de Deus”,¹¹ assumindo compromissos, como o de não tomar nenhuma iniciativa para alterar a legislação relativa ao aborto, nem nenhuma iniciativa que “afrente a família”.

¹¹ <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=16&data=10/09/2015> acessado em 25 de setembro de 2015.

Sobre a criminalização da discriminação e violência contra a população LGBT, a candidata se comprometeu a só sancionar o então Projeto de Lei da Câmara 122/06 se o mesmo não ferisse a liberdade de crença e culto.¹²

Nesse sentido, verifica-se um movimento de absorção por parte da candidata do campo progressista, da agenda dos grupos conservadores religiosos com o intuito de neutralizar a sistemática campanha de desqualificação que vinha sofrendo e garantir as condições para vencer aquele pleito, o que efetivamente veio a ocorrer.

Interessante registrar, que, em entrevista à revista *Marie Claire*,¹³ em abril de 2009, a então Ministra da Casa Civil, que viria a ser candidata a presidenta, afirmara posição totalmente distinta sobre a questão a descriminalização do aborto. Disse Dilma Rousseff: “(...) duvido que alguém se sinta confortável em fazer um aborto. Agora, isso não pode ser justificativa para que não haja a legalização. O aborto é uma questão de saúde pública”.

A inflexão ocorrida em 2010 parece ter sido decisiva para as diversas disputas e tensões ocorridas no governo Dilma entre conservadores religiosos - e seus porta-vozes no parlamento - e os movimentos feministas e LGBT.

Um outro fato que acabou se tornando uma divisão de águas e – tudo indica – influenciou as posições políticas do governo Dilma desde então, foi o episódio que ficou conhecido como “veto ao kit gay”, em maio de 2011.¹⁴

Trata-se da suspensão do projeto “Escola sem Homofobia”, elaborado pelo MEC em conjunto com redes e organizações não governamentais. Por pressão da bancada chamada “bancada evangélica”, e atravessando um momento delicado de fortes denúncias contra o então Ministro da Casa Civil, Antônio Palloci, a presidenta optou por vetar o projeto. Na ocasião, destacou-se o deputado federal fluminense Anthony Garotinho, líder evangélico, que liderava os movimentos pela derrubada do Ministro Palloci e teria recuado quando do atendimento de sua demanda pela chefe do Executivo Federal.

Além do desgaste com os movimentos sociais e setores progressistas, a presidenta sofreu – e sofre ainda – duras críticas em virtude de suas declarações tentando justificar o ocorrido. Dilma afirmou: “não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”.¹⁵

Essa posição conceitual - de 2011 - tem presidido as definições da maioria dos embates ocorridos entre os dois grupos nos conflitos sobre conteúdo das políticas públicas de gênero e diversidade sexual do governo Dilma. Foram vários episódios de embates que tiveram como centro políticas

¹² Em 2014 o projeto foi definitivamente arquivado, após uma tortuosa e polêmica tramitação no Senado. O Congresso Nacional nunca aprovou nenhuma legislação de garantia de direitos à população LGBT no Brasil.

¹³ <http://revistamarielaire.globo.com/MarieClaire/0,6993,EML1697826-1739-3,00.html>, acessado em 27 de setembro de 2015.

¹⁴ <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/25/governo-recua-com-kit-anithomofobia-por-pressao-da-frente-parlamentar-evangelica-e-catolica.htm>, acessado em 30 de setembro de 2015.

¹⁵ <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html>, acessado em 30 de setembro de 2015. Para uma análise mais detida desse processo ver Vanessa Leite (2014).

do Ministério da Saúde e da Educação.

Na maioria dos casos, as pressões dos grupos conservadores têm sido lideradas por pastores evangélicos, bispos e padres católicos – por meio da mídia, das redes sociais e das pregações sem suas igrejas – e por deputados federais, por meio da chamada bancada evangélica na Câmara dos Deputados.

Segundo o Mapa das Religiões, da Fundação Getúlio Vargas, coordenado por Neri (2011), os evangélicos representam 20,2% da população brasileira (contra 17,9% em 2003). No Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Evangélica conta, hoje, com cerca de 57 membros (contra 70 da legislatura anterior), entre deputados federais e senadores e “tem a intenção de ajudar na luta em assuntos polêmicos como aborto, união civil gay, liberdade religiosa, entre outros temas que dizem respeito à família e a fé cristã.”¹⁶

Apesar dessa recente diminuição no número de representantes, o que vimos é uma atuação cada vez mais aguerrida do setor evangélico conservador, pois, em boa parte das vezes, atua em alianças com outros setores sociais representados no Congresso Nacional, apelidados como “bancada BBB” (bala, boi, bíblia) em inspirado chiste da deputada federal Erika Kokay (PT-DF).¹⁷

Além disso, analistas acreditam que essa legislatura é uma das mais conservadoras das últimas décadas, como tem reiterado, entre outros, Antônio Queiroz do Departamento Intersindical de Estudados Parlamentares (DIAP).¹⁸

É esse cenário atual brasileiro: de intensos embates culturais, ideológicos, sociais e políticos entre diferentes grupos sociais que reivindicam reconhecimento e alargamento de direitos por um lado, e outros que se opõem a esse processo defendendo valores tradicionais e conservadores (na sua maioria lastreados por uma moral de inspiração cristã).

Tal cenário, com a dinâmica social dele decorrente - as batalhas culturais, as reverberações dos debates na mídia, as disputas nos parlamentos, o processo de mobilização social suscitado por esses temas, as representações, alianças e incidência realizadas no âmbito do Estado brasileiro - constitui o contexto com o qual interagem os ativistas LGBT nos últimos anos.

Para pensar processos de mudança

Ao focalizarmos o movimento LGBT, também nos deparamos com processos de mudança significativos nos últimos anos. Contudo, ao falarmos em mudanças, nos confrontamos com dois tipos de ansiedades contemporâneas relacionadas aos movimentos sociais, que poderíamos chamar de “a atualidade das lutas” e “o futuro das lutas”.

¹⁶ <http://noticias.gospelmais.com.br/bancada-evangelica-encolhe-2015-confira-nomes-71711.html>, acessado em 1 de outubro de 2015.

¹⁷ <http://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>, acessado em 16 de maio de 2015.

¹⁸ <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>, acessado em 1 de outubro de 2015.

A primeira delas tem relação com a recente emergência visível e politicamente impactante de novos atores políticos, cujas formas de apresentar-se publicamente, de atuar politicamente e de conceber o próprio fazer político têm sido apontadas como contrastantes em relação a movimentos sociais que se pautaram pelo diálogo no interior de espaços de participação socioestatais no período pós-redemocratização. Entre eles, poderíamos citar como exemplos o movimento Passe Livre, ator fundamental nas chamadas Jornadas de Junho de 2013, mas também o recente movimento de ocupações de escolas por estudantes secundaristas e as Marchas das Vadias.

O segundo tipo de ansiedades tem relação com o envelhecimento das gerações de ativistas que viveram o período da abertura política e o processo de redemocratização no Brasil a partir de diferentes movimentos, mas também com o questionamento sobre a continuidade e os desdobramentos dos mesmos, e em que termos têm se dado, a partir da atuação de novas gerações de ativistas. O que há de novo e o que há de comum em relação aos modos de engajamento que os precederam? Que rumo estão dando as novas gerações ao “legado” da luta das gerações anteriores?

Falar em mudanças e em continuidades ao longo do tempo nos leva a enfrentar as controvérsias em torno das periodizações e de como se “conta a história” de algo tão caro a tanto atores engajados e emocionalmente envolvidos com projetos de transformação social. Falar em “ondas” tem sido um expediente bastante utilizado para situar mudanças no interior de um dado movimento social.

A possibilidade de pensar em uma “nova onda” no movimento LGBT é utilizada aqui como mote para falarmos de processos de mudança recentemente observados e que, constituindo ou não um novo marco na periodização do movimento, têm merecido nossa atenção. Discute-se também, preliminarmente, a relação entre “ondas” e “gerações” no interior do movimento como formas de refletir sobre processos de mudança no interior do mesmo.

Um movimento em duas ou três “ondas”

A partir de uma periodização bastante provisória traçada por Regina Facchini (2005), em recuperação histórica realizada como base ao seu estudo do movimento GLBT nos anos 1990, difundiu-se a ideia de que esse movimento, cujo sujeito político contou com diversas formulações desde sua emergência nos anos 1970, tivesse passado até então por três “ondas”. Esse esforço de reflexão sobre processos de mudança se deu dentro dos limites de um mestrado, realizado num contexto em que havia bem poucos estudos sobre esse movimento, situados na maior parte no eixo Rio de Janeiro-São Paulo e relativos à passagem dos anos 1970 para os 1980, e no qual a internet apenas começava a se difundir no país.

Apesar disso, essa periodização, que considerou as formas de organização, os modos de formulação do sujeito coletivo e o ideário político predominante entre os grupos mais visíveis, foi um dos elementos mais destacados na divulgação dessa pesquisa da autora.¹⁹

Essa periodização parte dos anos 1970, que teriam assistido a emergência do associativismo homossexual em sua vertente explicitamente politizada.²⁰ Nesse momento, as organizações do movimento estiveram mais densamente concentradas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, com forte inflexão antiautoritária, e grande parte das principais demandas levadas ao espaço público até hoje pelo movimento LGBT já se encontravam delineadas. As principais tensões observadas pela literatura (MACRAE, 1990; GREEN, 2000; SIMÕES; FACCHINI, 2009) remetiam tanto à representação de questões relacionadas a gênero e raça na prática política cotidiana dos grupos quanto a diferentes projetos de transformação social, opondo autonomistas e socialistas.

Nota-se, ainda, nesse período, o início da atuação de ativistas que estavam menos preocupados com uma transformação social mais ampla e mais envolvidos com uma ação mais pragmática, relacionada ao avanço dos direitos de homossexuais. Esse último ponto implicava uma tensão, menos enfatizada na literatura sobre o período, entre convenções acerca da sexualidade que podem ser situadas por meio da oposição entre “ser” ou “estar” homossexual (FRY; MACRAE, 1983; CARRARA, 2016). Essa atuação mais pragmática teria como saldo a primeira grande conquista desse movimento: a retirada do “homossexualismo” do código de doenças do então Inamps, em 1985.

A partir de meados dos anos 1980, apesar da redução expressiva da quantidade de grupos e das dificuldades trazidas pela epidemia de aids, há mudanças significativas, com o crescimento da influência de ativistas cuja atuação é mais pragmática e a consequente alteração no foco de busca de mudanças sociais mais amplas para uma atuação dirigida para os direitos dos homossexuais. Tais mudanças acompanham a reabertura de espaços de diálogo entre Estado e sociedade civil, que ainda não alcançavam diretamente os homossexuais, e influenciam os desdobramentos nos anos 1990. O combate à violência e o início da organização de uma resposta coletiva contra o HIV são marcantes nesse período, assim como o deslocamento geográfico da atuação para o eixo Rio de Janeiro-Salvador, a partir do protagonismo dos grupos Triângulo Rosa e Grupo Gay da Bahia (FACCHINI, 2005).

Uma importante tensão nesse momento se dá no modo como diferentes ativistas e organizações enfrentavam o estigma relacionado à associação entre aids e homossexualidade. Atuar ou não em relação à luta contra a epidemia dividia os ativistas. Esse é também o momento em que: 1) são formalizadas as primeiras associações de luta por direitos dos homossexuais como

¹⁹ Essa periodização partiu de um momento em que havia bem menos acúmulo do que há atualmente acerca das primeiras organizações do movimento nas diferentes regiões do país. Retomamos essa periodização, cientes da necessidade, que não poderá ser satisfeita neste momento e para este texto, de recuperar essas contribuições ainda dispersas e complexificar a elaboração dessa periodização. Um primeiro exercício nessa direção foi feito em Facchini (2012) e esperamos que possa em breve ser adensado.

²⁰ Para desdobramentos em torno de movimentações comunitárias anteriores ao movimento homossexual referidas em James Green (2000), ver Thiago Soliva (2012; 2016).

como tal, fazendo uso do direito de livre associação; 2) se pactua o uso da expressão “orientação sexual” na luta por direitos, como forma de escapar à tensão entre “ser” ou “estar” homossexual; 3) ativistas participam do processo da Constituinte, procurando incluir dispositivo vedando a discriminação por orientação sexual no texto constitucional (CÂMARA, 2002).

Esse curto período, que iria dos primeiros anos da década de 1990, foi tomado por Facchini (2005) como indicativo de uma “segunda onda”, o que não é consenso na literatura. James Green (2000) trabalha com duas “ondas” para se referir ao movimento até os anos 2000 e estabelece como corte o período pós-redemocratização, apontando para a continuidade entre o que se dá a partir de meados dos anos 1980 e o período posterior. Facchini (2005), não discorda de certa continuidade, contudo, utiliza o corte na periodização como estratégia para enfatizar: 1) a importância das mudanças que se operam no ideário e modos de atuação do movimento na década de 1980, que foi bem pouco explorada pela literatura, visto que a quantidade de pesquisas e de referências ao primeiro período é muito maior; 2) as diferenças em relação ao período posterior, no qual homossexuais passam paulatinamente a ser inseridos nas políticas públicas e a ocupar espaços de participação socioestatais, bem como formas de atuação críticas ao “vitimismo” e ao imperativo da assunção individual como principal estratégia ativista passam a operar com maior vigor.

A partir da primeira metade da década de 1990, o movimento é marcado pelo crescimento da quantidade de organizações e difusão por todo o país, pela institucionalização da atuação, diversificação de formatos e de identidades na composição de seu sujeito coletivo, que deram origem ao atual movimento LGBT. A “incidência política” e a “visibilidade massiva” – as Paradas do Orgulho LGBT e manifestações congêneres – são as principais estratégias utilizadas nesse período. A ênfase numa “visibilidade positiva” das homossexualidades passa a coincidir com processos de segmentação de mercado, que dão origem ao chamado “mercado GLS”, que mantém relações de colaboração e de conflito com o movimento (FRANÇA, 2007; FACCHINI; FRANÇA, 2009).

Podemos considerar que entre os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000 temos um período marcado pela atuação por vias institucionais, por formatos de organização mais institucionalizados e pelo diálogo com o Estado, seja via legislativo ou executivo. Esse processo se dá num crescendo, desde os editais de apoio a atividades de ONG na prevenção às DST/Aids entre HSH (homens que fazem sexo com homens) no início dos anos 1990, passando pela inserção de homossexuais nos programas nacionais que estabelecem diretrizes e ações para políticas de direitos humanos – o que se deu pela primeira vez em 1996 no governo Fernando Henrique Cardoso, e pela criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), em 2001.

As duas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva podem ser vistas como o ápice desse

²² Os anos 1990 assistem à explicitação de diferenças de gênero no sujeito coletivo do movimento, que passa primeiramente a se identificar como de gays e lésbicas. Em seguida, se dá a incorporação de travestis e, posteriormente, de transexuais. Os anos 2000 assistem a incorporação de bissexuais ao acrônimo que nomeia o movimento e as tensões em torno do significado do T. Sobre o movimento de lésbicas ver Guilherme Almeida e Maria Luiza Heilborn (2009), sobre a trajetória do movimento/dos segmentos de travestis, mulheres transexuais e homens trans ver: Guilherme Almeida (2012); Bruno Barbosa (2010; 2015); Mario Carvalho (2011; 2015); Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013; 2015).

processo, quando a inserção de GLBT passa a gerar políticas públicas e editais focalizando direitos humanos, bem como sua relação com o combate ao HIV/aids e, transversalmente, com relação às políticas para mulheres, jovens, negros. Os grandes marcos nesse momento foram a criação do Programa Brasil Sem Homofobia, em 2004, e a I Conferência LGBT em 2008, em cuja abertura, a presença do presidente Lula explicitava o compromisso do governo federal em relação a essa “população”.

É também nesse período, que se estende desde a primeira metade dos anos 1990, que se constituem e multiplicam as redes nacionais e regionais de organizações LGBT e se aprofunda o diálogo internacional. A multiplicação e a dança das letras do acrônimo que nomeia o movimento é característica desse período e se estabiliza finalmente com a adoção da formulação LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - na I Conferência Nacional LGBT.²² Tal multiplicação dá conta da emergência de novas questões trazidas, ainda nos anos 1990, por travestis e transexuais, mas também expressam novas formas de gerir conflitos em torno de visibilidade e representatividade que se estendem desde os primeiros momentos do movimento, com as lésbicas e, posteriormente, com bissexuais. Refletem, ainda, um momento político em que a inserção em espaços de participação socioestatais e a elaboração de políticas voltadas a essa “população” requerem definições claras de sujeitos e de suas demandas (FACCHINI, 2009; AGUIÃO, 2014).

A difusão de todo um vocabulário marcado por categorias como “populações”, “segmentos”, “especificidades” e “transversalidade” e as disputas por recursos sempre escassos em encontros de redes, comitês técnicos e plenárias de conferências, que se constituíram como espaços privilegiados de conflito e de pactuação, são também característicos desse período (FACCHINI, 2009; AGUIÃO, 2014).

Esse modelo predominou claramente no período, especialmente na perspectiva de quem não tem muita proximidade com os processos internos ao movimento ou não participa diretamente de seu cotidiano. Contudo, num olhar mais próximo, é possível identificar grupos e mesmo redes nacionais – especialmente redes compostas por lésbicas e por travestis e transexuais - que pautaram sua atuação numa crítica – que variou em intensidade – desse modelo. Tais redes ou organizações geralmente criticavam também o predomínio dos gays e de demandas caracterizadas como “de gays” ou “de homossexuais” e/ou de dada versão muito “respeitável” das homossexualidades levadas ao espaço público, a hierarquização interna entre “segmentos” e as dificuldades relacionadas à representação não só de variadas “especificidades”, como de diferentes posicionamentos políticos.

Uma tensão importante desse momento se expressa por meio de acusações de “cooptação” e de atuação “partidarizada” e têm como focos: 1) os riscos trazidos pela adoção de formatos institucionalizados e dependentes de recursos públicos; 2) a centralidade de estratégias que passam pela ocupação de espaços de participação socioestatais; 3) o trânsito de ativistas

²² Tal consenso é reformulado na III Conferência Nacional LGBT, quando a sigla permanece a mesma, mas passa a se referir a “lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais e homens trans”, refletindo a consolidação de mais de uma década de ativismo de homens trans no Brasil.

para espaços de gestão pública; 4) os impasses relacionados às inserções partidárias de ativistas, gestores e governantes; 5) o desdobramento desses impasses com a formação de núcleos LGBT em partidos situados em diferentes pontos do espectro político, que também estão no poder em diferentes localidades e incluem as pautas de LGBT nas políticas implementadas (FACCHINI, 2009; SIMÕES; FACCHINI, 2009; AGUIÃO, 2014).

Mudanças, conflito e diversidade: geração e outros marcadores de diferença

Para além das tensões envolvendo identidades coletivas, ideários, afinidades políticas e modelos de atuação, estudos recentes sobre organizações e redes ativistas envolvendo jovens indicam, contudo, tensões geracionais, seja no movimento universitário, que se configura numa rede nacional de coletivos universitários construída a partir de 2003 nos Encontros Nacionais Universitários de Diversidade Sexual - ENUDS (LIMA, 2016), ou nos grupos “de, por e para jovens”, situados a partir do início dos anos 2000 em São Paulo e no E-Jovem, rede nacional de grupos presenciais de base local articulada principalmente via internet (DANILIAUSKAS, 2016).

Com relação ao ENUDS (atual Encontro Nacional em Universidade sobre Diversidade Sexual e de Gênero - ENUDSG), Stephanie Lima (2016) indica um diálogo extremamente crítico com relação aos movimentos dos quais se origina – o “movimento LGBT institucionalizado” e o movimento estudantil – e a definição pela negação da “institucionalização”, do “controle das pautas” por orientações oriundas de partidos, da organização a partir de “identidades fixas e essencializadas”, do “academicismo” e de hierarquias entre identidades, entre organizações e entre sujeitos nas organizações. Em seus 13 anos de existência, o ENUDS, que se define como um espaço de vivência e de formação – e poder-se-ia dizer de formação via vivência –, influenciou mais de uma geração de militantes, alguns dos quais continuam a frequentá-lo e/ou estão atualmente atuando em redes de ativismo institucionalizadas, em cargos de gestão, em espaços de controle social de políticas públicas ou em universidades, e reúne atualmente coletivos espalhados por boa parte das universidades públicas brasileiras (LIMA, 2016).

Nos grupos “de, por e para jovens” estudados por Marcelo Daniliauskas (2016), a articulação mediada pela internet e iniciativas online ou off-line de apoio mútuo - não necessariamente institucionalizadas e/ou integradas a redes nacionais de organizações e espaços de controle social ou de participação mais amplos – aparecem como modo de lidar com a distância entre a linguagem e a atuação do movimento tido como “dos adultos” e as demandas mais cotidianas e vividas com urgência por adolescentes e jovens, como as relações na escola e na família de origem, a discriminação, a violência e os dilemas do “assumir-se”.

Desse modo, se há um modelo de organização que predomina no movimento LGBT entre os anos 1990 e 2000, assim como tensões e críticas internas a aspectos específicos, que acabaram por ganhar menos visibilidade para fora do movimento, as iniciativas protagonizadas por jovens dentro ou fora dos espaços universitários a partir dos anos 2000 indicam tanto limites desse modelo quanto aspectos que passam a estar mais presentes a partir dos anos 2010. As referidas pesquisas indicam, ainda, toda uma revalorização de um ideário atribuído ao

movimento da passagem dos anos 1970 para os 1980, que toma como referência a considerável quantidade de trabalhos acadêmicos e de investimentos ativistas que focalizaram o Grupo Somos de São Paulo e o jornal *Lampião de Esquina*.

Contudo, antes de nos dedicarmos a esses aspectos e às mudanças mais recentemente observadas, cabe situar brevemente nossa perspectiva no que se refere a periodizações do movimento. Recentemente, e a partir de reflexões sobre os feminismos, o uso da metáfora das “ondas” tem sido criticada por circunscrever dadas reflexões e posicionamentos a determinados períodos e pelas omissões e exclusões de expressões ativistas que não se encaixam em padrões predominantes em dados períodos. Carla Gomes e Bila Sorj (2014), tomando em conta tais críticas, argumentam em favor da substituição de uma perspectiva centrada em quadros temporais sucessivos por outra que focalize as gerações e os grupos atuando simultaneamente em relações de cooperação e de disputa.

Reconhecemos a importância dessa contribuição, que inclusive permite que nós, autores deste texto, aprimoremos nossa reflexão crítica e o exercício de situar o lugar a partir do qual produzimos esse conhecimento, evidenciando nossa inserção geracional.²³ Contudo, consideramos pertinente pontuar algumas diferenciações entre o uso que se tem feito de “ondas” em relação ao movimento LGBT brasileiro e o que se observa em relação aos feminismos na literatura internacional.

Uma primeira diferença diz respeito ao tipo de relação que se estabelece entre movimento social e perspectivas acadêmicas. A produção de periodizações em “ondas” sobre os feminismos inclui tanto expressões de ativismo quanto de elaboração de teoria feminista. Apesar de determinadas tensões no campo ativista terem como pano de fundo aspecto teóricos – como no caso do “ser” ou “estar” homossexual -, a relação entre movimento homossexual/LGBT e produção acadêmica tem sido marcada por oscilações entre distanciamento e desconfiças e demandas por legitimação (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013). Além disso, como indicam vários autores (CARRARA; SIMÕES, 2007; GROSSI, 2010; FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013; FACCHINI, 2016) não há no Brasil uma separação equivalente ao que se identifica em contexto norte-americano entre gay and lesbian studies e estudos feministas ou de gênero: aqui não se constituem como campos separados. Desse modo, as periodizações que dizem respeito ao movimento não incluem ou encompassam reflexões de âmbito acadêmico.

Além de se circunscreverem ao movimento social, as periodizações ou narrativas de cunho histórico desenvolvidas sobre o movimento homossexual/LGBT no Brasil focalizam, assim como as referidas aos feminismos, traços mais marcantes em dados períodos, mas não têm deixado de explorar os conflitos existentes no interior de cada um deles. Os trabalhos mais recentes focalizam inclusive tensões geracionais, além das mais frequentemente abordadas,

²³ Aqui valeria retomar alguns aspectos descritos em Facchini (2005) acerca do contexto em que se desenvolveram a atuação do Grupo Corsa e outros grupos que desenvolveram suas ações no mesmo período em São Paulo, inclusive o Grupo Identidade de Campinas, nos quais se deram nossas inserções iniciais no movimento. Sem dúvidas, nosso olhar é marcado por nossa inserção orgânica no ativismo nas décadas de 1990 e 2000, período de crítica ao vitimismo e de apostas na direção da visibilidade massiva, da incidência política em espaços de participação socioestatais que se constituíam e da busca de articulação entre segmentos do movimento e entre este e outros movimentos sociais.

relativas a projetos políticos, questões raciais, de gênero, disputas entre identidades políticas e diferenciações a partir de formatos de atuação.

Embora esta reflexão mereça um tratamento mais denso do que é possível nos limites deste texto, nos parece que a periodização a partir de “ondas” não é excludente em relação à possibilidade de tomar como referências a convivência de gerações e a pluralidade de expressões ativistas. Para tanto, é preciso que sua construção considere não apenas as gerações, mas sobretudo o conflito como elemento constitutivo, e não circunstancial ou excepcional, das relações no interior do movimento social.

É o olhar atento à produção da diferença - para os processos de designação de outros (BRAH, 2006) - no movimento, que a nosso ver permite produzir periodizações menos excludentes. Ao considerarmos os conflitos motivados por tensões geracionais, por posições políticas contrastantes, mas também por questões que envolvem outros marcadores sociais de diferença, como algo constitutivo do movimento, entendemos que mesmo a delimitação temporal pode não necessariamente remeter à imagem de quadros temporais sucessivos, dado que há diferenças que persistem, que se recolocam, além de revalorização de estratégias, ainda que reconfiguradas, em dados contextos.

Pós-2000: “incidência política”, participação e construção de políticas públicas

A busca de diálogo com o Estado e o desenvolvimento de todo um vocabulário e modos de operação focados nas ideias de “conquistas” e de “garantia de direitos” - também expressas na articulação entre “incidência política” e “visibilidade massiva”, que tem lugar a partir da segunda metade dos anos 1990 - produziram muitos avanços, inclusive na arena estatal. O aumento da visibilidade de LGBT e de suas conquistas, porém, como vimos na primeira parte do texto, aos poucos atraiu a atenção e a oposição de setores conservadores da sociedade brasileira e de políticos que buscam atrair os votos desses segmentos, potencializando seus traços conservadores. Esse quadro se agrava a partir do processo eleitoral federal em 2010.

Contudo, a análise desse período não pode prescindir de uma reflexão sobre os impactos dos 13 anos de gestão petista no governo federal sobre o movimento. Silvia Aguião, Adriana Vianna e Anelise Gutterres (2014), focalizando a participação na esfera pública e o movimento LGBT, indicam que, entre ativistas entrevistados, a primeira década dos anos 2000 é apontada como o momento em que o “movimento começa a construir a política pública”. Conforme assinalam José Sérgio Leite Lopes e Beatriz Heredia (2014), em análise que considera diversos movimentos sociais, o processo de inclusão crescente a partir do Estado que se configura no período pós-redemocratização traz não apenas novas necessidades de afirmação identitária, com repercussões sobre a reconstrução permanente da relação com as “bases”, mas afeta o conjunto das relações no interior do movimento.

Ainda de acordo com esses mesmos autores, a participação institucional é marcada por “lutas classificatórias” intensas em relação a opositores políticos, mas também nas relações entre e no interior de movimentos. É marcada por relações de competição, mas também por

por trocas e aprendizados mútuos, entre movimentos. Entre os ativistas que mais diretamente se engajam nesse tipo de participação haveria forte investimento em subverter sentidos de categorias, mas também a indicação de quem elas abrangem, transformando reivindicações em linguagem de Estado e demandas por políticas públicas e criando pontes entre classificações oficiais e as formas de autoatribuição encontradas nas “bases” (LOPES; HEREDIA, 2014).

Trata-se de um processo que produz saberes, expertises, mas também os contornos dos próprios atores, movimento, gestores e Estado, tal qual os entendemos (AGUIÃO, 2014). Além do conhecimento profundo do funcionamento e da dinâmica dos canais de participação e do aprendizado de que o Estado e o governo são atravessados por porosidades e por ambiguidades que podem ser exploradas, esse processo leva a uma circulação muito grande de ideias e de práticas entre movimentos, ONG e administração pública, influenciando o repertório dos atores (LOPES; HEREDIA, 2014).

Se, como assinala Barbosa (2015), esse processo transforma ativistas em especialistas no manejo de convenções oriundas dos meios acadêmico, ativista ou estatal, ele também é muito restritivo e cria perfis muito específicos que passam a ser valorizados pelas organizações ativistas. Lopes e Heredia (2014) assinalam uma divisão geracional do trabalho que tende a alocar jovens, com domínio de tecnologias, na atuação em projetos e ativistas mais velhos, politicamente experientes e com inserção política, nos espaços de participação socioestatais. Indicam, ainda, a produção de uma “gramática oficial” da participação que tende a exigir que “os movimentos falem a linguagem da gestão” (LOPES; HEREDIA, 2014, p.38).

Embora diferentes gerações de militantes tenham se engajado de diferentes maneiras nesse processo, é um tanto evidente que ele tende a reforçar clivagens internas, não só geracionais, como com relação a ativistas e organizações que mais tradicionalmente defendem princípios de horizontalidade e são mais críticas a aproximações com o Estado ou governos, como tensões derivadas de diferentes inserções partidárias. Além disso, se configura numa experiência vivida intensamente por um conjunto restrito de pessoas, e que não é facilmente passível de tradução ou de compreensão por quem não a vive/viveu mais diretamente.

Silvia Aguião, Adriana Vianna e Anelise Gutterres (2014), ao focalizarem os processos em torno das duas primeiras conferências nacionais de políticas para LGBT, indicam um processo de intenso otimismo seguido por um arrefecimento do entusiasmo. Na I Conferência, o entusiasmo e o otimismo teriam sido propiciados pelo sentimento de reconhecimento, reforçado pela presença de Lula e membros do executivo e do legislativo, e pela avaliação positiva da expansão do envolvimento da “sociedade civil” nas etapas municipais e estaduais. No entanto, na II Conferência seria notável um arrefecimento do entusiasmo, motivado pela ausência, tomada como desprestígio, por parte da presidenta e de outras autoridades, mas também pela pouca divulgação/conhecimento acerca das ações desenvolvidas nos três anos que separaram as duas conferências e pelo impacto de medidas impopulares, como a restrição do orçamento da SEDH e o veto presidencial ao kit anti-homofobia, tomadas como indícios de obstrução da pauta.

Nesse contexto, intensificam-se questionamentos à “relação muito próxima entre sujeitos ligados ao movimento social e instâncias governamentais e à 'qualidade' de

determinados formatos de participação social” (AGUIÃO; VIANNA; GUTTERRES, 2014, p. 252). Passam a proliferar acusações às “pessoas e redes que mantêm uma relação mais estreita com esferas de governo [, apontados como] 'cooptados', 'vendidos', 'pelegos', pois aceitariam passivamente as negociações nos termos em que o governo oferece e não cobrariam com a devida ênfase as falhas e faltas da gestão governamental” (AGUIÃO; VIANNA; GUTTERRES, 2014, p. 258).

Tais críticas seriam endereçadas aos atores mais cotidianamente envolvidos em espaços de participação socioestatais, como conselhos, e teriam por foco especialmente a não construção de uma política efetiva de combate à violência. Estariam em jogo tanto uma inquietação com relação aos limites dos espaços de participação quanto o reconhecimento do escopo efetivamente alcançado pelas políticas direcionadas a LGBT, vistas como “fragmentárias, pontuais e periféricas” (AGUIÃO; VIANNA; GUTTERRES, 2014, p. 262).

Além das tensões no interior do movimento, das dificuldades de entendimento e de comunicação acerca das estratégias e dos investimentos na participação em espaços socioestatais, é preciso reconhecer outros efeitos desse processo de participação. O próprio entusiasmo com a I Conferência possivelmente teve consequências em relação ao potencial crítico do movimento, como também em relação a alguns elementos da chamada “gramática estatal”, em especial no que toca à organização da participação em torno de recortes de “segmentos” e “populações”.

Para além dos processos de participação, há outros que marcam os anos de gestão petista no governo federal e que merecem atenção para pensar os contornos das expressões ativistas. Não deve ser desprezado o impacto da ênfase das oposições na “corrupção”, numa campanha que se manteve crescente ao longo do período dessas gestões. Além de uma “crise política” que se aprofunda após a reeleição de Dilma, tal ênfase pode ser relacionada a certa desilusão, e mesmo desprezo, em relação à “política institucional”, e que se intensifica, tanto no que diz respeito às eleições e partidos quanto às ONG ou aos movimentos sociais que atuam a partir de espaços de participação socioestatal/“controle social”.

Há também a já citada política de alianças do governo que inclui políticos que atuam mobilizando o pertencimento religioso e consolidando sua imagem pública a partir de ações como o bloqueio à agenda LGBT e a mobilização de pânico morais (COHEN, 1972), a partir de perspectivas bastante parciais de proteção da família, da vida e das crianças. Soma-se, ainda, o reconhecimento internacional de que o Brasil deixou de ser um país que merece apoio financeiro por dificuldades políticas ou econômicas, o que, ao lado da burocratização do acesso a recursos governamentais, marca uma crise geral do financiamento a organizações não governamentais. Em sua tese de doutorado, Silvia Aguião (2014) ainda retrata o cenário relativamente bem-sucedido do programa Rio Sem Homofobia e o trânsito de importantes quadros ativistas para a atuação na gestão, o que se tornou bastante comum com a implementação de políticas LGBT nos diversos âmbitos de governo. No entanto, em São Paulo, o cenário no mesmo período - embora também marcado pela incorporação de ativistas na gestão, com programas bem-sucedidos em poucas cidades - era marcado pela maioria das ONGs com atividades encerradas ou bastante

restritas, muitas inclusive por dificuldades de lidar com as crescentes exigências da burocracia administrativa de projetos.

Vinícius Zanoli (2015) e Vinícius Zanoli e Thiago Falcão (2016), que focalizam o ativismo e as políticas para LGBT em Campinas entre os anos 1990 e primeira metade dos anos 2010, retratam um cenário que passa da emergência do primeiro serviço brasileiro a oferecer apoio jurídico, psicológico e social a LGBT ao desmonte de um dos primeiros programas municipais voltados para LGBT. Na gestão e no equipamento público a ela vinculado, gestores e funcionários (alguns vindos do ativismo) relatavam sentirem-se como tendo uma atuação ativista, sobretudo pela desproporção entre a enorme demanda e os poucos recursos financeiros e humanos e pelo fato de terem de justificar a necessidade de existência de tais serviços e estruturas durante todo o tempo.

Com relação às ONG e grupos ativistas, o cenário em Campinas passa do surgimento das primeiras apostas no trabalho apoiado por projetos financiados por recursos públicos e da participação no orçamento participativo, na passagem para os anos 2000, para um momento em que, na primeira metade dos anos 2010, ONG se viam impossibilitadas de receber recursos públicos e em que ativistas passavam a ocupar cada vez mais espaços de “controle social” e a se reaproximar dos partidos, em alguns casos na expectativa de acessar possibilidades de atuação na gestão, em outros, visando reduzir o quadro de precariedade nas políticas públicas (ZANOLI, 2015).

Na cidade de São Paulo, desde o final dos anos 2000, tornou-se incomum ver ONG ou grupos ativistas com sedes para suas atividades e mesmo com atividades periódicas abertas. Os poucos apoios estatais a atividades vinham de repasses municipais de recursos do SUS para prevenção ao HIV/Aids, que se tornaram mais escassos e de acesso mais burocratizado. Na primeira metade dos anos 2010, passou a ser frequente entre os ativistas que circulam por espaços de conselhos e comitês técnicos em âmbito federal ouvir falar da frustração de “ir mais uma vez participar de reuniões sem ter certeza se tudo aquilo sairia algum dia do papel” (diário de campo, 2014).

O resultado desse processo, de todo modo, indica mudanças nas carreiras ativistas. De um lado temos a quase total inviabilidade da perspectiva de atuação militante remunerada, como era o caso de coordenadores e agentes de prevenção ou de educação comunitária em projetos apoiados de ONG entre meados dos anos 1990 e dos anos 2000, ou mesmo de não depender exclusivamente de investimento de recursos pessoais a fim de manter ações ativistas. Marcelo Daniliauskas (2016) retrata, entre grupos e organizações “de, por e para jovens” em São Paulo na primeira metade dos anos 2010, um cenário em que a necessidade de investimento de recursos por parte de coordenadores de organizações tendia a acentuar um traço personalista nas mesmas, visto que a manutenção das atividades muitas vezes passava a ser dependente do aporte de recursos pessoais de fundadores e/ou coordenadores.

Para além da participação socioestatal: novos sentidos e multiplicação de formas do fazer político

Se na atuação ativista por vias institucionais há um importante quadro de mudanças, no âmbito mais geral, desde a virada da década de 2010, nota-se uma crescente valorização de três traços que se combinam em diferentes modos de atuação: 1) a horizontalidade e a autonomia; 2) o uso da internet para mais do que mera comunicação de eventos e discussões pontuais ente organizações, no estilo lista ou grupo de discussões que predominou até os anos 2000, e o ciberativismo; 3) o caráter “espontâneo” e lúdico das ações ativistas. Entre as combinações possíveis, pode-se imaginar uma variedade grande de formas de ação, inclusive uma modalidade tão celebrada quanto questionada e envolta em polêmicas: “ciberativistas independentes” não vinculados a quaisquer organizações ou coletivos.

Uma série de pesquisas recentes (ZANOLI, 2015; FALCÃO, 2017; CARVALHO; CARRARA, 2015; DANILIAUSKAS, 2016; LIMA, 2016) indicam pelo menos dois tipos de críticas direcionadas ou associadas aos formatos de organização e atuação que predominaram entre os anos 1990 e 2000. Um primeiro conjunto de questionamentos é direcionado a organizações formais - por vezes jocosamente referidas como “movimento social organizado” – e remete à “cooptação” e à falta de vínculo com o cotidiano dos sujeitos, acompanhados pela crítica da atuação política por vias institucionais e por uma valorização de aspectos lúdicos, da “voz das ruas” e, no extremo, da vocalização individual e supostamente espontânea.

Um segundo conjunto tem como foco críticas à atuação a partir de identidades, ao “essencialismo estratégico” e ao risco de formatação ou engessamento de identidades. Nesse caso, as reações muitas vezes ultrapassam a reflexão crítica e os esforços para superar coletivamente as exclusões engendradas no processo, tendendo ao questionamento mais radical e à desvalorização de processos de negociação coletiva. Tal desvalorização não raro é acompanhada pela exaltação da multiplicação de manifestações individuais, especialmente no espaço público das ruas ou de redes sociais, e pela enunciação necessária do “lugar de fala” em interações online.

A interlocução parece se deslocar de um foco predominante na figura do Estado como administrador de demandas - com agendas a serem disputadas a partir de “lutas classificatórias” e do conhecimento e manejo das porosidades, ambiguidades e vontades políticas pontuais no interior dos governos e do Estado (HEREDIA; LOPES, 2014), - na direção da disputa da opinião pública e da intervenção visando “desconstruir preconceitos”.

Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2015), com foco no movimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans, identificam processos que consideram aparentemente antagônicos:

[D]e um lado há maior institucionalização da luta política através da ampliação dos canais de interação sócio-estatal e da geração de repertórios para tais interações na esfera discursiva dos encontros presenciais em âmbito nacional, e por outro lado, um processo de desinstitucionalização marcado pelo surgimento de coletivos avessos ao diálogo com o Estado (potencializado pela falência financeira de diversas ONGs), com práticas comunitaristas e repertórios gerados na esfera discursiva da internet (CARVALHO; CARRARA, 2015, p. 387).

Tais processos, de acordo com esses autores, se traduzem numa polarização que no vocabulário militante é operada por trocas de acusações como as que distinguem “cooptadas” ou “caretas” versus “inconsequentes” e “radicais”. Mas também delimitam diferentes arenas de atuação e tensões geracionais, raciais e de classe.

De um lado temos ativistas mais velhas, cujas trajetórias delineiam um perfil de baixa escolaridade e de exclusão do mercado formal de trabalho, enfatizando fóruns e redes ativistas, comissões, comitês e conferências como espaços privilegiados de atuação e argumentando que “pouca coisa se conquista de fato pela internet”, em referência a legislações específicas ou proposição de políticas públicas. De outro, temos jovens que almejam ingresso, cursam, iniciaram ou concluíram o ensino em nível superior ou de pós-graduação, inserção possibilitada pela origem social e/ou trajetória pessoal²⁴ aliadas aos avanços, obtidos recentemente, em relação ao direito de uso do nome social em escolas, universidades e na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Estas últimas mobilizam situações do cotidiano nas universidades e em redes sociais, convertidos em palco da ação política, a partir de uma retomada do transfeminismo, de um repertório gestado na esfera discursiva da internet e do foco central na mudança de mentalidades (CARVALHO; CARRARA, 2015).

As implicações dessas mudanças nos sentidos produzidos em torno do que é política e do fazer político são evidentes. Mas não param aí. Ao focalizarmos as formas de atuação que se delineiam entre mais jovens, as noções de sidestreaming (multiplicação de campos feministas) e de teias político-comunicativas (ALVAREZ, 2014; FERREIRA, 2015), produzidas no contexto da análise dos feminismos contemporâneos, parecem analiticamente bastante profícuas. O fato de que a formação e a produção de repertórios venham se dando majoritariamente por meio de ferramentas de comunicação na internet e por meios de redes sociais entre ativistas mais jovens, bem como os conflitos explícitos nas redes sociais, as famosas “tretas”, evidenciam um processo mais amplo de multiplicação dos campos e dos nódulos que constituem o campo político-discursivo do movimento LGBT atualmente.

A crítica à centralidade das identidades, da política institucional e à atuação marcada por essencialismo estratégico - encontrada sobretudo entre ativistas mais jovens, mas não só entre estes/as - tem relação com a difusão desde meados dos anos 2000 de literatura feminista pós-estruturalista, especialmente dos queer studies, mas também dos estudos pós-coloniais, dos transgender studies e do transfeminismo. Tal difusão tem sido facilitada pela internet e pela criação de blogs e de grupos em redes sociais nos quais são disponibilizadas traduções, nem sempre contextualizadas, ou obras, divulgadas em arquivos em formato .pdf, gerando debates que incluem pesquisadores, estudantes e/ou ativistas.

²⁴ Esta observação é de responsabilidade dos autores deste texto, em diálogo com as reflexões de Carvalho e Carrara (2015). Referimo-nos aqui a fatores da trajetória individual como não ter perdido completamente o apoio familiar, não ter coincidido o início da “transição” em direção à identidade e expressão de gênero atuais com um momento na vida ou com circunstâncias que levassem ao rompimento do processo de escolarização num estágio e em condições que pudessem dificultar a possibilidade de retomada.

Embora tais arenas de debate se constituam, como apontam Carvalho e Carrara (2015), numa esfera discursiva com potencial de gerar todo um vocabulário próprio e de gestar teorias políticas, deve-se notar suas características com potencial limitante. Além dessa forma de difusão parcializada e o modo como se dão os debates nem sempre favorecerem a contextualização, a maneira como a literatura de diferentes períodos e contextos é incorporada acaba por levar a um efeito que poderíamos chamar de “sobreposição de temporalidades” no debate político no campo ativista, com o acionamento simultâneo de referências de diferentes períodos, deslocadas de seu contexto de criação e dos embates que as fizeram emergir.²⁵ Isso diferencia o que é produzido nesses contextos do modo como se produz conhecimento no meio acadêmico, o que não constitui por si só como problema e nem se configura como novidade. Gabriela Marques (2016) mostra como, no contexto dos anarcofeminismos da cena anarcopunk nas últimas décadas do século XX, a produção de fanzines, que se articulavam de forma a constituir rizomas – de um modo semelhante ao que alguns usos da internet propiciam atualmente –, fazia emergir um “feminismo faça você mesma”, elaborado a partir de uma bricolagem do que se tinha à mão, o que incluía referências acadêmicas.

Contudo, merece atenção o fato de que tais referências bricoladas sejam manejadas ao mesmo tempo e chamadas a intervir em polêmicas situadas no presente. Sobretudo, porque tais interações se dão em ambientes que, conforme salienta Mario Carvalho (2017), não propiciam formas de interação que possibilitem a modulação do discurso em função das reações do outro para fins de convencimento político, de modo a gerar as famosas “tretas”. Além disso, as interações são moduladas por tecnologias específicas, que favorecem determinados tipos e resultados, entre os quais estaria a possibilidade de transformação de “potenciais aliadas/os” em “inimigas/os” ou “adversárias/os” na luta política. Nessa direção, o acionamento de referências oriundas do campo acadêmico e a emergência de clivagens políticas a partir desse uso merecem não apenas mais investimento em sua compreensão, como atenção do ponto de vista de seus efeitos políticos: haveria uma lógica de prestígio envolvida no acionamento ou adesão a uma ou outra forma de situar o fazer político? Tal prestígio poderia, de algum modo, ser convertido em autoridade moral?

Para além disso, ao que tudo indica, ao retirar-se a centralidade do Estado como interlocutor no processo de reconhecimento de direitos, a negociação política de identidades coletivas no interior do movimento passa por deslocamentos, inclusive de foco e de sentidos. Desse modo, seguem-se longos debates, entre ativistas de diferentes gerações e/ou que atuam a partir de estratégias diversas, acerca do reconhecimento ou não, por parte do movimento mais institucionalizado ou por alguém que divulga um texto na internet, de aspectos individuais ou sobre a maior ou menor importância de visibilizar determinadas especificidades para uma luta mais coletiva. Para um interlocutor externo a esse universo talvez fique cada vez mais difícil lidar com a profusão de classificações que aludem a aspectos cada vez mais multifacetados e diversificados das sexualidades ou expressões e identidades de gênero.

²⁵ Tal reflexão, ainda em elaboração, deve aos diálogos com Íris Nery do Carmo, a partir de sua pesquisa com feminismos autônomos protagonizados por jovens, e com Carolina Branco de Castro Ferreira, acerca dos feminismos contemporâneos.

Uma crítica à possibilidade de representação subjaz ao questionamento da atuação por vias institucionais e de seus mecanismos de produção de sujeitos políticos. O modo como leituras de teoria feminista têm sido reelaboradas nos repertórios gestados nas redes sociais, bem como a valorização da expressão individual e o acionamento de uma suposta crítica radical dos *queer studies* às identidades como instrumentos políticos, parecem estar relacionados ao que por vezes soa como uma quase completa inviabilidade da representação.

Ao acompanhar as atividades de uma comunidade de estudantes universitários LGBT de Campinas na rede social Facebook, Thiago Falcão (2017) nos mostra como, nas tensões entre sujeitos que se situam a partir de diferentes identidades, o acionamento da necessidade de declarar minuciosamente o “lugar de fala” a partir das mais diversas posições sociais de um dado sujeito acaba não somente por fragmentar a comunidade e dificultar determinados debates coletivos, mas também por cristalizar posições e tornar o exercício de estar ali e de dialogar algo que parte das pessoas passa a evitar. Na conta em que são declarados ou apontados determinados “privilégios” ou “opressões” e se fixa tais opressões ou privilégios a determinados sujeitos - e a partir da dificuldade de negociar conflitos - há uma transposição do estrutural para o âmbito individual: não se trata mais do machismo, mas de um sujeito que incorpora ele mesmo o machismo – “o machista”, “o racista” ou “o homofóbico”. O acionamento de uma acusação desse tipo desqualifica o sujeito para a continuidade do diálogo. Delineia-se, assim, um cenário no qual, no limite, apenas cada sujeito tem autoridade moral e política para falar sobre si mesmo.

No contexto pesquisado por Falcão (2017), o fazer político tem como foco central a “desconstrução de preconceitos”, e o Estado e os repertórios para a atuação em espaços relacionados às políticas públicas são algo que parece se configurar como exterior, que aparece eventualmente a partir de notícias de jornal. A mobilização, contudo, apela mais diretamente às emoções, com o acionamento de estratégias apontadas por vezes como “vitimistas”, de exposição cotidiana das dificuldades pessoais, das mortes, da “opressão” vista a partir de seus aspectos mais sutis. A exposição da “opressão” parece se tornar uma forma de manter a possibilidade de fala. Por outro lado, a valorização do lugar de oprimido parece potente num cenário extremamente conservador.

Apesar da importância de táticas que procurem garantir que sujeitos subalternizados nas relações sociais de poder possam falar e que sejam ouvidos, é preciso atenção para os limites que o acionamento dessas táticas pode trazer em determinados contextos, bem como para as confusões que podem estar implicadas em determinados usos:

Que os marcadores de gênero, raça/etnia, cor, classe, regionalidade, sexualidade, entre outros são fundamentais na construção das possibilidades de vida e também de fala dos sujeitos políticos, não há dúvida. O problema é a pressuposição de que tais marcadores sejam produtores automáticos e inquestionáveis de um projeto político determinado. A este processo, soma-se uma confusão política entre “falar com” e “falar por”, entre aliança e protagonismo político (CARVALHO, 2017, p. 367).

Entre ativistas com atuação mais institucional, trata-se de um momento marcado pelo acirramento da violência e discursos de ódio, por rarefação de recursos e cenários de possibilidade de concretização daquilo pelo que se luta. Assim como o Estado, a presidenta e os deputados, ativistas de organizações que dialogam com o Estado estão sob constante suspeita: suspeita de cooptação, de corrupção e de representação ilegítima. Num cenário com menos possibilidade de efetivação de políticas, o tensionamento em torno da possibilidade de representação faz, por vezes, acirrar posições em torno dos sujeitos políticos pactuados em espaços do movimento.

Por outro lado, o acionamento do que possibilita maior comoção também é uma estratégia mobilizada. A contagem e ampla visibilização dos mortos, dos espancamentos, da “vulnerabilidade” dos sujeitos das “periferias”, das pessoas trans, das especificidades trazidas (lidas em sentido de adição) por questões raciais, geracionais ou regionais seguem operando uma lógica de acionamento da maior “vulnerabilidade” como lugar de autoridade moral. Nesse contexto não apenas se fortalecem com se tornam mais visíveis sujeitos coletivos como travestis, mulheres transexuais e homens trans, LGBT de periferia e se torna estratégico o acionamento do lugar de sofrimento das mães de LGBT.

Há algo muito positivo na visibilidade dos mais diversos efeitos das mais variadas desigualdades, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento de enquadramentos que produzem vidas vivíveis e vidas que não contam como tal (BUTLER, 2015). Há também um potencial criativo e de renovação nos repertórios e estratégias que se configuram a partir do uso ativista da internet, além de um potencial alargado para a mobilização política. Contudo, nos parece digna de nota e de reflexão a distinção tecida por jovens universitários que participam dos ENUDSG entre “ativistas”, que têm uma atuação individual, e “militantes”, cuja atuação se dá necessariamente em contexto coletivizado (LIMA, 2016). Parece-nos também fundamental a articulação entre as mais diversas lutas progressistas e comprometidas com a democracia e cuidados redobrados com as disputas internas por recursos escassos, sejam eles a possibilidade de inserção na agenda governamental ou a legitimidade de falar sobre desigualdades e sofrimentos.

O quadro delineado na primeira parte deste artigo remete à interpretação já clássica de Gayle Rubin (1992), e seu conceito de sex wars, que tem sido retomado por Marcelo Natividade e Leandro de Oliveira (2013) a fim de explorar as nuances e as contradições desses conflitos, que têm como pano de fundo, segundo os autores, a crescente visibilidade LGBT. As semelhanças entre o cenário dos anos 1980 do século XX, nos EUA descritos por Rubin, e o Brasil de hoje são facilmente identificáveis:

Que os marcadores de gênero, raça/etnia, cor, classe, regionalidade, sexualidade, entre outros são fundamentais na construção das possibilidades de vida e também de fala dos sujeitos políticos, não há dúvida. O problema é a pressuposição de que tais marcadores sejam produtores automáticos e inquestionáveis de um projeto político determinado. A este processo, soma-se uma confusão política entre “falar com” e “falar por”, entre aliança e protagonismo político (CARVALHO, 2017, p. 367).²⁶

Contudo é preciso observar que, enquanto nos EUA o manejo político de questões morais sempre esteve mais presente, no Brasil tem sido mais comum, mesmo em debates acerca de direitos sexuais, privilegiarmos o foco nas desigualdades sociais. No debate sobre o direito ao aborto legal, por exemplo, enquanto o debate norte-americano se dá em torno do direito de escolha e da autonomia, no Brasil a maior parte dos argumentos giram em torno da morbimortalidade relacionada ao abortamento inseguro e sua concentração em termos de classe, raça e geração. Pablo Ortellado (2014, online) analisa o avanço conservador atual no Brasil e a reconfiguração da polarização entre direita e esquerda em novos termos, o que remeteria a um movimento de expansão de “guerras culturais”:

(...) processo pelo qual temas como o direito dos homossexuais, a legalização do aborto, o controle de armas e a legalização das drogas passaram a ganhar proeminência no debate político americano no final dos anos 1980, opondo “conservadores” a “progressistas”. (...) essa nova polarização dividia o espectro político de outra maneira, opondo ortodoxos ou conservadores, de um lado, e progressistas, de outro. Os conservadores se definiriam por um “compromisso com uma autoridade moral externa definida e transcendente”, e os progressistas, por uma autoridade moral “caracterizada pelo espírito da era moderna, um espírito de racionalismo e subjetivismo”.

Nesse contexto, movimentos como o feminista e o LGBT, ainda marcados por baixo reconhecimento social e estatal, por um alcance fragmentário e pontual das políticas direcionadas e por um lugar periférico no conjunto das políticas de Estado, são catapultados para o centro do debate e se tornam objeto de ataque intenso. Em paralelo, se observa um aprofundamento de um processo de complexificação e maior diversificação interna aos campos político-discursivos de tais movimentos, que no caso do movimento LGBT se desenrola desde os anos 1990, acentuando-se a partir dos anos 2000.

Por mais cautela que seja necessária ao lançar mão de metáforas como a de “ondas”, tal expediente pode ajudar a situar e a refletir sobre processos de mudança em curso. Na direção dos processos de mudança situados neste texto, parece-nos estratégico valorizar a importância e fortalecer as trocas, colaborações e alianças entre gerações de militantes e entre movimentos, assim como promover a articulação entre diferentes estratégias políticas.

²⁶ Tradução livre do original: “Right-wing opposition to sex education, homosexuality, pornography, abortion, and pre-marital sex moved from the extreme fringes to the political centre stage after 1977, when right-wing strategists and fundamentalist religious crusaders discovered that these issues had mass appeal”.

Nesse contexto, movimentos como o feminista e o LGBT, ainda marcados por baixo reconhecimento social e estatal, por um alcance fragmentário e pontual das políticas direcionadas e por um lugar periférico no conjunto das políticas de Estado, são catapultados para o centro do debate e se tornam objeto de ataque intenso. Em paralelo, se observa um aprofundamento de um processo de complexificação e maior diversificação interna aos campos político-discursivos de tais movimentos, que no caso do movimento LGBT se desenrola desde os anos 1990, acentuando-se a partir dos anos 2000.

Por mais cautela que seja necessária ao lançar mão de metáforas como a de “ondas”, tal expediente pode ajudar a situar e a refletir sobre processos de mudança em curso. Na direção dos processos de mudança situados neste texto, parece-nos estratégico valorizar a importância e fortalecer as trocas, colaborações e alianças entre gerações de militantes e entre movimentos, assim como promover a articulação entre diferentes estratégias políticas.

Formas de atuação por vias institucionais ou com foco na mudança de mentalidades não precisam ser consideradas como mutuamente excludentes. Como bem argumentam Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2015, p. 397) a partir do movimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans, talvez seja possível pensar que não haja de fato grandes diferenças “em torno de projeto político, que de fato continua o mesmo: o direito à autodeterminação de gênero e a luta por sua respeitabilidade. O que muda são as estratégias e repertórios”.

A crítica às políticas de identidade, especialmente ao modo como foi operada na virada do século, nos parece bastante salutar. Contudo, talvez seja necessária muita cautela para que ao fazê-la, no cotidiano, não sejam aumentadas as dificuldades para romper as cercas que, por ventura, tenham sido reforçadas por mais de uma década de políticas forjadas em torno de “populações” e de “segmentos”.

Como sugere Avtar Brah (2006), o antídoto para as distorções geradas pelas políticas de identidade são políticas de solidariedade. É preciso nos perguntarmos em que medida substituir a separação entre “populações” por separações entre sujeitos fixados no lugar de “opressores” ou de “oprimidos” e ampliar a disputa pelo lugar de maior vitimização pode nos ajudar a enfrentar o quadro de retrocessos que se configura. Atomizados ou em disputa por legitimidade entre nós mesmos, mobilizando movimentos contra o movimento, talvez corramos o risco de desperdiçar nossa única saída, que é a construção da solidariedade entre os sujeitos afetados pelo avanço do conservadorismo.

Referências

AGUIÃO, Sílvia. **“Fazer-se no Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos 'LGBT' como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

AGUIÃO, Sílvia; VIANNA, Adriana; GUTTERRES, Anelise. Limites, espaços e estratégias de participação do movimento LGBT nas políticas governamentais. In: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz (orgs.). **Movimentos sociais e esfera pública**: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. p. 239-270.

ALMEIDA, Guilherme Silva de. “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

ALMEIDA, Guilherme Silva de; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Gênero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 225-249, 2009.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e175001, 2017.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Imaginando trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

_____. **Normas e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa**. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 47, 2016.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p.65-100, 2007.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. **Homossexualidade, violência e justiça: a violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2001.

CARVALHO, Mario Felipe de L. “**Muito prazer, eu existo!**” Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.25, n.1, p.347-363, 2017.

_____. **Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. 2011.

Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, Mario Felipe de L.; CARRARA, Sérgio. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. **Contemporanea – Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 382-400, 2015.

_____. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, 2013.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**. London: Mac Gibbon and Kee, 1972.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens LGBT - Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FACCHINI, Regina. Conexões, processos políticos e movimentos sociais: uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 6-20, 2012.

_____. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**, Natal, v. 3, n. 4, p. 131-158, 2009.

_____. Prazer e perigo: situando debates e articulações entre gênero e sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, Mario Felipe de L.; CARRARA, Sérgio. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. **Contemporanea – Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 382-400, 2015.

_____. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, 2013.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**. London: Mac Gibbon and Kee, 1972.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Não se nasce militante, torna-se**: processo de engajamento de jovens LGBT - Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação**: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FACCHINI, Regina. Conexões, processos políticos e movimentos sociais: uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 6-20, 2012.

_____. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**, Natal, v. 3, n. 4, p. 131-158, 2009.

_____. Prazer e perigo: situando debates e articulações entre gênero e sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, 2016.

_____. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 161-193, 2013.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 54-81, 2009.

FALCÃO, Thiago Henrique de O. **Memes, textões e problematizações**: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 44, p. 199-228, 2015.

FRANÇA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 28, p. 289-311, 2007.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, Sexualidade e Reprodução: A constituição dos estudos sobre gênero, sexualidade e reprodução no Brasil. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: antropologia. São Paulo: Anpocs, 2010, p. 293-340.

LEITE, Vanessa Jorge. **“Impróprio para menores?”** Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. 2014. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. LIMA, Stephanie Pereira de. **As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!** Uma análise sócio-anropológica do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES). 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz. Introdução. In: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz (orgs.). **Movimentos sociais e esfera pública:** burocracias, confrontos, aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. p. 21-42.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.7, p. 25-54, 2012.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade:** identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARQUES, Gabriela. **(Re)invenção do anarcofeminismo:** anarcofeministas na cena punk (1990-2012). 2012. Tese (Doutorado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. **As novas guerras sexuais:** diferença, poder religiosos e identidade LGBT no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

NERI, Marcelo Cortes (coord). **Novo mapa das religiões no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2011.

ORTELLADO, Pablo. Guerras Culturais no Brasil. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 01 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1784>> Acesso em: 24 maio 2016.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole (ed.). **Pleasure and Danger:** exploring female sexuality. London: Pandora Press, 1992. p. 267-319.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do homossexual ao movimento LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOLIVA, Thiago Barcelos. **A confraria gay:** um estudo de sociabilidade, homossexualidade e amizades na Turma OK. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Sob o símbolo do glamour:** um estudo sobre homossexualidades, resistência e mudança social. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

VAGGIONE, Juan Marco. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e175002, 2017.

ZANOLI, Vinícius Pedro C. **Fronteiras da política:** relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995-2013). 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ZANOLI, Vinícius Pedro C. FALCÃO, Thiago Henrique de O. “Desmanche”: notas sobre as disputas em torno da legitimidade das políticas LGBT no Brasil. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 24, n. 24, 2015

CAPÍTULO 2

Liberdades Públicas e Homossexualidade: A Liberdade de Orientação Sexual No Direito Brasileiro e o Supremo Tribunal Federal (ADPF 132)²⁷

Roger Raupp Rios

Introdução

A proteção antidiscriminatória devida à homossexualidade como orientação sexual é uma das conquistas democráticas mais presentes neste início de século XXI. Desde o último quadrante do século XX, até a recente decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, cortes constitucionais e tribunais internacionais de direitos humanos vêm garantindo à orientação sexual homossexual amparo jurídico, com fundamento em diversos direitos humanos e fundamentais, tais como privacidade, devido processo legal, igualdade e o direito à vida familiar. A presente reflexão cuida da proibição de discriminação em virtude de orientação sexual tendo presente a homossexualidade como critério que se manifesta primordialmente como liberdade sexual.

Para tanto, a primeira parte insere tal liberdade sexual no campo das liberdades públicas, emprestando especial atenção à decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu às uniões homossexuais o estatuto jurídico de comunidade familiar. Diante desse quadro, a segunda parte aponta desafios à afirmação da liberdade de orientação sexual no direito brasileiro, particularmente pelo pouco apreço à liberdade e a autonomia em nossa cultura e tradição jurídicas, o que pode ser ilustrado por tendências assimilacionistas, expressas em noções como homoafetividade e ideologias familistas no seio dos direitos sexuais.

1 Homossexualidade e Liberdade de Orientação Sexual

1.1 Liberdade, orientação sexual e homossexualidade

²⁷ Tradução livre do original: “Right-wing opposition to sex education, homosexuality, pornography, abortion, and pre-marital sex moved from the extreme fringes to the political centre stage after 1977, when right-wing strategists and fundamentalist religious crusaders discovered that these issues had mass appeal”.

Como referido na introdução, o reconhecimento da homossexualidade como orientação sexual juridicamente protegida contra discriminação, inserida no âmbito dos direitos humanos internacionais e dos direitos fundamentais nacionais, é avanço bastante recente. Tanto que, apesar dos aludidos pronunciamentos favoráveis, há ainda resistência em foros internacionais e nacionais responsáveis pela promoção de direitos humanos e fundamentais nessa seara. Assim, ao iniciar essa seção, antes de tratar da orientação sexual como liberdade, é mister salientar a homossexualidade não só como identidade, mas também como prática protegida por tal direito.

Estudar as exigências dos direitos humanos e fundamentais em geral, e da liberdade em particular, ante a homossexualidade, implica visualizar os diversos tratamentos jurídicos dispensados diante das pessoas e das situações em virtude da orientação sexual. **Orientação sexual** é ora compreendida como a identidade atribuída a alguém em função da direção de seu desejo e/ou condutas sexuais, seja para outra pessoa do mesmo sexo (homossexualidade), do sexo oposto (heterossexualidade) ou de ambos os sexos (bissexualidade).

Não obstante a definição de orientação sexual relacione-se com a atribuição de uma determinada identidade, o conceito de orientação sexual aqui utilizado não se limita nem se fixa à contenda identitária entre essencialistas e construcionistas. Sem desdenhar a importância e as consequências dessas perspectivas, onde os primeiros radicam a homossexualidade em estruturas universais e imanentes aos indivíduos, e os segundos nela percebem o resultado variável e mutante a depender de cada cultura e momento histórico, importa salientar que homossexualidade é aqui referida como conduta juridicamente admitida. Com efeito, para a proteção jurídica da homossexualidade enquanto aspecto eventualmente relevante na conformação de determinada relação social, não é preciso responder qual dessas perspectivas melhor descreve a gênese das identidades sexuais, mas sim assegurar a licitude de sua prática, seja ela percebida como identidade ou como mera conduta.

1.2 Liberdades públicas e liberdade de orientação sexual

Desse modo, nesta reflexão, lanço mão da expressão “**liberdade de orientação sexual**” tendo em mira especificamente as discriminações em face da homossexualidade, deflagradas diante de práticas sociais, sexuais ou não, que comprometem a liberdade de indivíduos e de grupos. Sublinhe-se que, conforme a definição jurídica vigente, restringir, anular ou deixar de reconhecer possibilidades de ação ou omissão, por relacioná-las à homossexualidade, de forma intencional ou não, provocando prejuízo para direitos humanos e liberdades fundamentais, configura discriminação juridicamente reprovada. É o que ocorre, por exemplo, quando práticas homoeróticas são especialmente sancionadas, quando comparadas aos mesmos comportamentos quando praticados por heterossexuais, e quando inações são socialmente censuradas, gerando preterições na vida em sociedade.

Assentada a liberdade de orientação sexual ao âmbito de proteção antidiscriminatório, pode-se avançar mediante a consideração dessa liberdade no quadro das liberdades públicas e na explicitação, tanto de seu conteúdo, quanto de sua relação com os direitos de privacidade e à

proteção da dignidade da pessoa humana.

Como se sabe, há um extenso debate conceitual envolvendo as categorias “direitos humanos” (reconhecidos em nível internacional, pelo direito internacional público), “direitos fundamentais” (positivados nas constituições nacionais, garantidos perante todos os poderes públicos) e “**liberdades públicas**” (restringindo-se àquelas liberdades individuais disciplinadas por lei, cujo exercício livre de ingerência de terceiros é protegido diretamente pelo Poder Executivo. Sem menosprezá-lo, pode-se afirmar com segurança que a liberdade de orientação sexual é concretização do direito de liberdade geral, reconhecido tanto no direito internacional dos direitos humanos, como no direito constitucional vigente de vários países. Além disso, a liberdade de orientação sexual pode ser qualificada como liberdade pública, adotando-se o conceito referido nesse parágrafo, dada a presença de inúmeros instrumentos normativos atribuindo ao Poder Público sua garantia e proteção contra a ingerência de terceiros.

A liberdade de orientação sexual, com efeito, é uma concretização do direito de liberdade, inserida no conjunto maior das liberdades sexuais. Ela pode ser derivada tanto do direito geral de liberdade, como ser listada como liberdade específica, e, de modo ainda mais minudente, como uma das várias liberdades sexuais.

Enquanto concretização do **direito geral de liberdade**, a liberdade sexual radica-se já na primeira geração dos direitos. De cunho negativo, ela reclama uma esfera livre de intromissão do Poder Público e de terceiros na autonomia individual. Nessa acepção mais ampla, ela destaca que “as pessoas podem viver mais ou menos como bem lhes aprouver, garantida igual e simultânea liberdade para todos.” Nessa linha, a orientação sexual é uma esfera da vida individual protegida da interferência de terceiros, configurando âmbito protegido pelo direito à liberdade também como direito à **privacidade**.

A liberdade sexual é a capacidade de atuar e de se expressar sexualmente, sem qualquer coação e segundo suas próprias escolhas, tendo como pilares a vontade e o consentimento, limitando-se naquilo que prejudicar ao próximo. Compõe-se de dois elementos indissociáveis, como qualquer outra liberdade: o direito individual de exercê-la e a obrigação dos demais membros da sociedade de abster-se em interferir. É fácil perceber como o direito de liberdade tem nítida influência na sexualidade, pois engloba a reivindicação da livre expressão sexual, do livre exercício de preferências sexuais, de estilos de vida e livre adoção de identidades sexuais e de gênero.

Na teoria dos direitos fundamentais, a liberdade geral sexual concretiza-se como direito à autodeterminação sexual, englobando tanto um 'status' negativo (proibitivo de intervenções estatais e de particulares nessa esfera), como um 'status' positivo, conferindo ao seu titular o poder de exigir proteção estatal diante de intromissões de terceiros.

Como um dos princípios básicos das declarações de direitos humanos e do constitucionalismo clássico, a liberdade é, ao lado da igualdade, direito que pressupõe o reconhecimento da dignidade de cada ser humano de orientar-se, de modo livre e merecedor de igual respeito, na esfera de sua sexualidade. Consequência disto é o romper com o tratamento subalterno reservado não somente a homossexuais, mas a mulheres, travestis, soropositivos para

o vírus HIV e transexuais, grupos percebidos, numa visão tradicional, autoritária e discriminatória, como objetos de regulação ao invés de sujeitos de direitos.

Com efeito, a proteção jurídica que a norma constitucional protetiva da **dignidade humana** proporciona é, dentre outros conteúdos, a garantia de que o sujeito será respeitado como um fim em si mesmo, ao invés de ser concebido como um meio para a realização de fins e de valores que lhes são externos e impostos por terceiros.

Vale dizer, é levar a sério a autonomia individual, que possibilita conduzir-se conforme suas próprias convicções e projetos pessoais (respeitados, é claro, direitos de terceiros), livre de imposições externas e de condicionamentos decorrentes de visões de mundo alheias. Isso implica que visões de mundo heterônomas, que objetivem impor aos indivíduos homossexuais limites e restrições vinculadas a concepções de mundo metafísicas ou políticas heterônomas, com repercussão nos direitos fundamentais, estão em desacordo com os direitos fundamentais de liberdade e de proteção à dignidade humana.

Nessa linha, nunca é demasiado reforçar a relação entre o direito de liberdade e a dignidade da pessoa humana. Para tanto, lanço mão dos argumentos de José Reinaldo de Lima Lopes:

(...) é uma razão bastante forte para defender o fim das discriminações pelo exercício da liberdade sexual, dessa parte da vida que nos liga diretamente a outro ser humano e indiretamente a todos seres humanos. A autonomia tem uma história recente entre nós. Não terá mais do que duzentos anos como idéia-força da vida social e da moral pública. Essa história recente é ainda mais recente e frágil em sociedades como a brasileira, em que não é difícil encontrar os que afirmam que a autonomia e as liberdades civis não são as primeiras questões de nossa vida pública. (...) Creio que não há nada de questão menor nesse ponto. Nesse ponto, creio que dizer algo nesse sentido, que a liberdade individual, inclusive a liberdade sexual é menor ou pode esperar, significa colocar a pessoa humana abaixo de objetivos falsamente mais altos. O argumento é típico dos que não valorizam a autonomia e acreditam que alguém está acima do próprio sujeito para determinar-lhe a vida. O argumento é contraditório entre os que têm convicções religiosas (sejam elas religiosas no sentido vulgar, sejam elas convicções políticas com o caráter absoluto da verdade típico das convicções religiosas). A falsidade disso está em que essa espécie pressupõe muitas vezes um todo universal ('a sociedade') que existe acima e fora dos sujeitos que o compõem. Ora, a noção de autonomia que fundou o constitucionalismo moderno rejeita esta idéia normativa. Para o liberalismo, as pessoas não existem para a sociedade, para a família, para a tradição, para a religião, para uma outra coisa qualquer. Logo, não se pode, sem boas razões, submeter a autonomia dos sujeitos a fins que ele não escolheu e cuja realização não elimina a possibilidade de outros escolherem e realizarem fins diferentes. A liberdade, compreendida no limite do respeito simultâneo e compatível com igual liberdade de outrem, não é objeto de transação, pois se trata de um fim inerente à própria natureza humana, cuja proteção é a razão de um estado de direito constitucional (LOPES, 2007).

Já como **liberdade sexual específica**, a liberdade de orientação sexual pode ser enumerada ao lado de outras liberdades sexuais em particular, também destacáveis como dimensões da liberdade sexual, cuja regulação, mais ou menos restritiva, estará sujeita à ponderação com outros direitos e bens constitucionais. Robert Wintemute (2005; 1995), a propósito, fornece quadro enumerativo de tais dimensões, arrolando, dentre outras, a liberdade de consentimento sexual, a liberdade de intercurso físico sexual envolvendo diversas partes do corpo, a liberdade de estabelecer relacionamentos sem depender do estado civil, a liberdade de relações sexuais sem depender do número de parceiros envolvidos, a liberdade de trabalho sexual e a liberdade de engajar-se em relações sadomasoquistas.

1.3 Liberdade de orientação sexual no direito brasileiro: a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF n. 132

Delineada a liberdade sexual como direito humano fundamental, típica liberdade pública, é de se destacar a compreensão desenvolvida pelo **Supremo Tribunal Federal**, deferindo proteção jurídica à liberdade de orientação sexual, resultado esse que resultou de extensa trajetória jurisprudencial.

De fato, nos primeiros casos de reconhecimento de uniões homossexuais levados ao conhecimento do Poder Judiciário, a ação era fulminada, sem julgamento do mérito, ao fundamento de que não havia possibilidade jurídica do pedido, em face da ausência de previsão legal que amparasse essas relações afetivas, tanto na Constituição Federal, quanto no Código Civil de 1916. Incrivelmente, alguns tribunais no Brasil ainda mantinham esse entendimento até não muito tempo atrás.

Num momento posterior, o Poder Judiciário passou a reconhecer essas uniões como sociedades de fato, colocando-as no campo do direito das obrigações, nitidamente mais preocupado em resolver questões patrimoniais, em caso de dissolução dos relacionamentos, do que propriamente afastar o tratamento discriminatório. O caso paradigma foi o julgamento, no Superior Tribunal de Justiça, do Recurso Especial nº 148.897/MG. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, 1998) O entendimento era o de que, como a legislação não permitia o reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo, os casos de separação de conviventes homossexuais deveriam ser resolvidos por aplicação analógica da Súmula 380 do STF, desde que houvesse prova da contribuição efetiva da formação ou aumento da formação patrimonial dos conviventes, o que era resultado da combinação de esforços ou recursos, para lograr fim comum, conforme dicação do art. 1.363 do Código Civil de 1.916, já revogado, o qual também era aplicado ao caso.

Ultrapassado esse entendimento, num terceiro momento formou-se a convicção de que as uniões entre pessoas de mesmo sexo não deveriam ser tratadas no campo do direito obrigacional, mas sim no campo do direito de família, alcançando a elas o mesmo *status* das uniões estáveis dos heterossexuais. O argumento utilizado era que deveria ser aplicada a analogia nesses casos, ante a lacuna na legislação, que não eram considerados como casamentos, tampouco como uniões estáveis.

Dessa forma, o reconhecimento de direitos aos homossexuais passou a depender de uma assimilação do modelo heterossexual, bastando que fossem satisfeitos os requisitos presentes em entidades familiares formadas pelo casamento ou uniões estáveis entre pessoas de sexos distintos, como afetividade, comunhão de vida e assistência mútua, dever de fidelidade, habitação comum, convivência *more uxório*, continuidade da união. O reconhecimento de direitos aos homossexuais, nesse particular, permaneceu sendo discutido no campo do direito de família, utilizando-se de institutos próprios desse ramo do direito.

Esse caminho culminou no litígio constitucional levado ao Supremo Tribunal Federal pela via do controle concentrado de constitucionalidade, consubstanciado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132, proposta pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro. Nela se postulou a aplicação do regime jurídico da união estável às uniões homossexuais, com pedido subsidiário, para a hipótese de não cabimento da ADPF, de recebimento como Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), de modo a imprimir interpretação conforme à Constituição aos incisos II e V do artigo 19 e ao artigo 33 do Decreto-Lei nº 220/75 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro) e ao artigo 1.723 do Código Civil de 2002.

A decisão do STF foi unânime no sentido de conferir ao artigo 1723 do Código Civil de 2002 uma interpretação conforme a Constituição Federal de 1988, para afastar qualquer interpretação que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura, entre pessoas do mesmo sexo, como família. Apesar da unanimidade do ponto de vista quantitativo, qualitativamente não se observa idêntica convergência. Os fundamentos utilizados nos diversos votos foram vários, resultando, ao final, na afirmação de que entre os direitos fundamentais, inseridos na Constituição Federal, está o direito ao uso da sexualidade sem discriminação em razão de orientação sexual e que as relações entre homossexuais, duradouras, podem configurar família e união estável. As técnicas hermenêuticas utilizadas também foram diversificadas: uns entenderam pela aplicação da analogia, outros entenderam pela interpretação conforme a Constituição.

No que respeita diretamente ao tratamento da liberdade de orientação sexual no regime constitucional inaugurado em 1988, o voto condutor do julgamento foi bastante preciso e minucioso. Ele foi explícito ao fundamentar a liberdade sexual como concretização do direito geral de liberdade (mencionando, inclusive, a lição de Hans Kelsen quanto à norma geral negativa), bem como associou a liberdade de orientação sexual aos direitos de liberdade específicos de intimidade, privacidade e vida privada.

A fim de evitar tautologia, e considerando a importância do precedente e da argumentação nele traçada, permito-me reproduzir os excertos que seguem:

17. Nada obstante, sendo o Direito uma técnica de controle social (a mais engenhosa de todas), busca submeter, nos limites da razoabilidade e da proporcionalidade, as relações deflagradas a partir dos sentimentos e dos próprios instintos humanos às normas que lhe servem de repertório e essência. Ora por efeito de uma “norma geral positiva” (Hans Kelsen), ora por efeito de uma “norma geral negativa” (ainda segundo Kelsen, para cunhar as regras de clausura ou fechamento do Sistema Jurídico,

doutrinariamente concebido como realidade normativa que se dota dos atributos da plenitude, unidade e coerência). Precisamente como, em parte, faz a nossa Constituição acerca das funções sexuais das pessoas. Explico.

18. Realmente, em tema do concreto uso do sexo nas três citadas funções de estimulação erótica, conjugação carnal e reprodução biológica, a Constituição brasileira opera por um intencional silêncio. Que já é um modo de atuar mediante o saque da kelseniana norma geral negativa, segundo a qual “tudo que não estiver juridicamente proibido, ou obrigado, está juridicamente permitido” (regra de clausura ou fechamento hermético do Direito, que a nossa Constituição houve por bem positivar no inciso II do seu art. 5º, debaixo da altissonante fórmula verbal de que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, e que me parece consagrada do que se poderia chamar de direito de não ter dever). É falar: a Constituição Federal não dispõe, por modo expresso, acerca das três clássicas modalidades do concreto emprego do aparelho sexual humano. Não se refere explicitamente à subjetividade das pessoas para optar pelo não-uso puro e simples do seu aparelho genital (absenteísmo sexual ou voto de castidade), para usá-lo solitariamente (onanismo), ou, por fim, para utilizá-lo por modo emparceirado. Logo, a Constituição entrega o empírico desempenho de tais funções sexuais ao livre arbítrio de cada pessoa, pois o silêncio normativo, aqui, atua como absoluto respeito a algo que, nos animais em geral e nos seres humanos em particular, se define como instintivo ou da própria natureza das coisas. (...)

22. Muito bem. Consignado que a nossa Constituição vedou às expressas o preconceito em razão do sexo e intencionalmente nem obrigou nem proibiu o concreto uso da sexualidade humana, o que se tem como resultado dessa conjugada técnica de normação é o reconhecimento de que tal uso faz parte da autonomia de vontade das pessoas naturais, constituindo-se em direito subjetivo ou situação jurídica ativa. Direito potestativo que se perfila ao lado das clássicas liberdades individuais que se impõem ao respeito do Estado e da sociedade (liberdade de pensamento, de locomoção, de informação, de trabalho, de expressão artística, intelectual, científica e de comunicação, etc). Mais ainda, liberdade que se concretiza:

I - sob a forma de direito à intimidade, se visualizada pelo prisma da abstenção, ou, então, do solitário desfrute (onanismo);

II – sob a forma de direito à privacidade, se a visualização já ocorrer pelo ângulo do intercurso ou emparceirado desfrute (plano da intersubjetividade, por conseguinte).

23. Não pode ser diferente, porque nada mais íntimo e mais privado para os indivíduos do que a prática da sua própria sexualidade. Implicando o silêncio normativo da nossa Lei Maior, quanto a essa prática, um lógico encaixe do livre uso da sexualidade humana nos escaninhos jurídicos fundamentais da intimidade e da privacidade das pessoas naturais. Tal como sobre essas duas figuras de direito dispõe a parte inicial do art. 10 da Constituição, *verbis*: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”.

À toda evidência, ao reconhecer juridicamente a união entre homossexuais, o STF deu um passo na reprovação de comportamentos homofóbicos, deixando claro que não é possível ao

Estado brasileiro tolerar esse tipo de tratamento aos cidadãos por motivo de orientação sexual. A decisão também reforçou a orientação sexual homossexual como merecedora de igual respeito e proteção constitucional, ao reconhecer de forma categórica a orientação sexual como critério proibido de discriminação, como se infere no voto do Ministro Celso de Mello: “[...] se impõe proclamar, agora mais do que nunca, que ninguém, absolutamente ninguém, pode ser privado de direitos nem sofrer quaisquer restrições de ordem jurídica por motivo de sua orientação sexual”.

2 Desafios à Liberdade de Orientação Sexual no Direito Brasileiro

Se inexistisse dúvida quanto ao avanço da proteção antidiscriminatória no direito brasileiro em prol da liberdade de orientação sexual, essa constatação não pode afastar a necessidade de uma análise mais profunda das tendências e das tensões presentes nesse processo, sob pena de consolidarem-se respostas insuficientes e fracas diante da discriminação por orientação sexual e, de modo mais amplo, da compreensão dos direitos sexuais.

Tomem-se casos emblemáticos, conjuntamente, a elaboração jurisprudencial noticiada, da liberdade sexual como direito fundamental, e o mais importante plano nacional de combate à homofobia, o Programa Brasil sem Homofobia.

Com efeito, no contexto nacional, o marco mais significativo sobre diversidade sexual e direitos sexuais é o Programa Brasil sem Homofobia (Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB - gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais - e de Promoção da Cidadania de Homossexuais) (BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004) lançado em 2004 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, a partir de definição do Plano Plurianual PPA – 2004-2007. Trata-se, nas suas palavras, de programa constituído de diferentes ações, objetivando (a) o apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; (b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; (c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e (d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB. Antes dele, as duas versões do Plano Nacional de Direitos Humanos (de 1996 e 2002) mencionaram o combate à discriminação por orientação sexual, sem, contudo, emprestar ao tópico maior desenvolvimento.

Como dito acima, na trajetória dos direitos humanos, a afirmação da sexualidade como dimensão digna de proteção é relativamente recente, tendo como ponto de partida, no contexto internacional, a consagração dos direitos reprodutivos e da saúde sexual como objetos de preocupação. Em âmbito nacional, a inserção da proibição de discriminação por orientação sexual iniciou-se em virtude de demandas judiciais, a partir de meados dos anos 1990, voltadas para as políticas de seguridade social. Seguiram-se às decisões judiciais iniciativas legislativas, municipais e estaduais, concentradas nos primeiros anos no segundo milênio, espalhadas por diversos Estados da Federação.

Um exame do conteúdo destas iniciativas e da dinâmica com que elas são produzidas no

contexto nacional chama a atenção para duas tendências: a busca por direitos sociais como reivindicação primeira onde a diversidade sexual se apresenta e a utilização do direito de família como argumentação jurídica recorrente. Estas tendências caracterizam uma dinâmica peculiar do caso brasileiro em face da experiência de outros países e sociedades ocidentais, onde, via de regra, a luta por direitos sexuais inicia-se pela proteção da privacidade e da liberdade negativa e a caracterização jurídico-familiar das uniões de pessoas do mesmo sexo é etapa final de reconhecimento de direitos vinculados à diversidade sexual.

Além destas tendências, a inserção da diversidade sexual, assim como manifestada na legislação existente, revela a tensão entre as perspectivas universalista e particularista no que diz respeito aos direitos sexuais e à diversidade sexual, de um lado, e à luta por direitos específicos de minorias sexuais, de outro.

2.1 Liberdade de orientação sexual e direitos sociais

A primeira tendência a ser examinada é a utilização de demandas reivindicando direitos sociais como lugar onde se defendeu a diversidade sexual. Como referido, enquanto em países ocidentais de tradição democrática a luta por direitos sexuais ocorreu, inicialmente, pelo combate a restrições legais à liberdade individual, no caso brasileiro o que se percebe é a afirmação da proibição da discriminação por orientação sexual como requisito para o acesso a benefícios previdenciários. Tal é o que revela, por exemplo, a superação no direito europeu da criminalização do sexo consensual privado entre homossexuais adultos - a chamada sodomia - com fundamento no direito de privacidade, ao passo que, no caso brasileiro, desde o início, o combate à discriminação foi veiculado em virtude da exclusão discriminatória contra homossexuais do regime geral da previdência social, quando se trata de pensão e auxílio-reclusão para companheiro do mesmo sexo.

Uma hipótese para a compreensão deste fenômeno vem da gênese histórica das políticas públicas no Brasil. Gestadas em suas formulações pioneiras em contextos autoritários, nos quais os indivíduos eram concebidos muito mais como objetos de regulação estatal do que sujeitos de direitos, estas dinâmicas nutrem concepções frágeis acerca da dignidade e da liberdade individuais. Alimentadas da disputa política entre oligarquias e do referencial do positivismo social, as políticas públicas no Brasil caracterizaram-se pela centralidade da figura do trabalhador como cidadão tutelado, caracterizando um ambiente de progresso econômico e social autoritário, sem espaço para os princípios da dignidade, da autonomia e da liberdade individuais. Daí a persistência de uma tradição que privilegia o acesso a prestações estatais positivas em detrimento da valorização do indivíduo e de sua esfera de liberdade e respeito à sua dignidade, dinâmica que se manifesta na história das demandas por direitos sexuais mediados pelos direitos sociais no Brasil.

2.2 Assimilacionismo e familismo heterossexista

Direitos sexuais, e a liberdade de orientação sexual, dizem respeito à concretização dos direitos humanos e dos direitos fundamentais na esfera da sexualidade, cujo âmbito não se

confunde nem se limita àquele peculiar à realidade dos agrupamentos familiares. Se é verdade que alguns direitos sexuais podem fundamentar a pertinência das uniões homossexuais ao conceito jurídico familiar de união estável (como fez o STF a partir da liberdade sexual), também o é que esta relação nem sempre será adequada e corretamente compreendida quando o que está em jogo é o conteúdo jurídico do direito sexual invocado.

O tratamento da liberdade sexual, objeto deste estudo, no âmbito do direito de família demonstra de modo emblemático esta tensão e os riscos que ela encerra para a afirmação dos direitos sexuais. O conteúdo jurídico da liberdade sexual vai muito além da possibilidade de manter vida familiar com pessoa do mesmo sexo e receber proteção adequada, por parte do Estado, para a vivência desta espécie de relação conjugal. O direito de liberdade sexual inclui esferas da intimidade (note-se que o Ministro relator foi explícito no ponto, nele incluindo o “solitário desfrute”, ilustrado pelo onanismo), que independem da conjugalidade familiar; inclui a busca do prazer sem qualquer projeto de conjugalidade afetiva; inclui a prestação de serviços sexuais a título oneroso; inclui a prática sexual simultânea com mais de um parceiro ou parceira; inclui também práticas sexuais consideradas não-convencionais, como o sadomasoquismo, por exemplo.

Em virtude desta moldura limitadora de direito de família a partir da qual, por razões de técnica processual, se desenrolou o aludido julgamento no Supremo Tribunal Federal, corre-se o risco de, numa leitura mais apressada ou conservadora, condicionar-se a compreensão do conteúdo jurídico dos direitos sexuais à convivência familiar. O risco deste viés conservador, longe de ser mera especulação teórica, pode se cristalizar numa tendência que designe de assimilacionismo familista. Esta tendência se caracteriza pela conjugação de duas ideologias: o assimilacionismo - onde membros de grupos subordinados ou tidos como inferiores adotam padrões oriundos de grupos dominantes, em seu próprio detrimento - e o familismo - aqui entendido como tendência a subordinar o reconhecimento de direitos sexuais à adaptação a padrões familiares e conjugais institucionalizados pela heterossexualidade compulsória.

No campo da diversidade sexual, o assimilacionismo se manifesta por meio da legitimação da homossexualidade mediante a reprodução, afora o requisito da oposição de sexos, de modelos aprovados pela heteronormatividade. Vale dizer, a homossexualidade é aceita desde que nada acrescente ou questione os padrões heterossexuais hegemônicos, desde que anule qualquer pretensão de originalidade, transformação ou subversão do padrão heteronormativo. Nesta dinâmica, a estes arquétipos são associados atributos positivos, cuja reprodução se espera por parte de homossexuais, condição “sine qua non” para sua aceitação.

No assimilacionismo familista, a dimensão mais palatável, e cuja adaptação mais facilmente pode ocorrer, verifica-se nas relações familiares, dada a predominância, na dogmática contemporânea do direito de família, das realidades existenciais em detrimento do formalismo nos vínculos jurídicos, diretriz antes predominante. Neste contexto, a identificação do “afeto” como fator distintivo dos relacionamentos e identificador dos vínculos familiares, cumpre função anestésica e acomodadora da diversidade sexual às normas da heterossexualidade compulsória, na medida em que propõe a “aceitação” da homossexualidade sem qualquer questionamento

mais intenso dos padrões sexuais hegemônicos. Isto porque a “afetividade” acaba funcionando como justificativa para a aceitação de dissonâncias à norma heterossexual, servindo como um mecanismo de anulação, por compensação, de práticas e preferências sexuais heterodoxas, cujo desvalor fica contrabalanceado pela “pureza dos sentimentos”. Desta forma, opera-se uma assimilação ao mesmo padrão que se buscava enfrentar, produzindo a partir daí um novo rol de exclusões.

Neste sentido, sem deixar de reconhecer as intenções antidiscriminatórias presentes na cunhagem do termo, não é por acaso que se disseminou o uso do termo “homoafetividade”. Trata-se de expressão familista que muito dificilmente pode ser apartada de conteúdos conservadores e discriminatórios, por nutrir-se da lógica assimilacionista, sem o que a “purificação” da sexualidade reprovada pela heterossexualidade compulsória compromete-se gravemente, tudo com sérios prejuízos aos direitos sexuais e à valorização mais consistente da diversidade sexual. Registre-se, por fim, que, em sua manifestação mais direta, este discurso tangencia o conservadorismo, na medida em que a orientação sexual necessita ser “higienizada” de conteúdos negativos (promiscuidade e falta de seriedade) que, a *contrariu sensu* da hegemonia heterossexual, se associam à homossexualidade.

Os riscos inerentes à perspectiva fraca dos direitos sexuais tem relação direta com o contexto jurídico em que foi proferido o julgamento. Eles se colocam pelo modo como os operadores jurídicos, acadêmicos e a sociedade em geral receberão as conclusões do julgado, mais do que dos termos em que são expressos os diversos votos, ainda que, em alguns deles, esta tensão se apresente.

A breve e recente história dos direitos sexuais no Brasil revela a recorrência ao direito de família como fundamentação para o reconhecimento de direitos de homossexuais, fenômeno ora designado como “familismo jurídico”. Não é difícil perceber que, em muitos casos, o sucesso de demandas relativas à orientação sexual valeu-se de argumentos de direito de família, o que se manifesta de modo cristalino pela extensão do debate jurídico – nos tribunais e naqueles que se dedicam a estudar direitos sexuais – acerca da qualificação das conjugalidades homoeróticas. Ao discutir-se sobre a figura jurídica adequada a essas uniões, é comum associar-se de modo necessário o reconhecimento da dignidade e dos direitos dos envolvidos à assimilação de sua conduta e de sua personalidade ao paradigma familiar tradicional heterossexual. É o que sugere, por exemplo, da leitura de precedentes judiciais que deferem direitos ao argumento de que, afora a igualdade dos sexos, os partícipes da relação reproduzem em tudo a vivência dos casais heterossexuais – postura nitidamente nutrida na lógica assimilacionista.

No assimilacionismo, o reconhecimento dos direitos depende da satisfação de predicados como comportamento adequado, aprovação social, reprodução de uma ideologia familista, fidelidade conjugal como valor imprescindível e reiteração de papéis definidos de gênero. Daí, inclusive, a dificuldade de lidar com temas como prostituição, travestilidades, liberdade sexual, sadomasoquismo e pornografia.

Como acima dito, a formulação de expressões como “homoafetividade”, revela uma tentativa de adequação à norma que pode revelar uma subordinação dos princípios de

liberdade, igualdade e não discriminação, centrais para o desenvolvimento dos direitos sexuais a uma lógica assimilacionista, o que produziria um efeito contrário, revelando-se também discriminatória, pois, na prática, distingue uma condição sexual “normal”, palatável e “natural” de outra assimilável e tolerável, desde que bem comportada e “higienizada”. A sexualidade heterossexual não só é tomada como referência para nomear o indivíduo “naturalmente” detentor de direitos (o heterossexual, que nunca necessitou ser heteroafetivo para ter direitos reconhecidos), enquanto a sexualidade do homossexual é expurgada pela “afetividade”, numa espécie de efeito mata-borrão.

Nesta linha, pode ser compreendida a tensão, do ponto de vista dos direitos sexuais, decorrente da inclusão das uniões homossexuais como novas espécies de comunidades familiares, diversas das uniões estáveis, em virtude da analogia. A analogia é uma forma de raciocínio que parte da consagração da regulação de determinadas hipóteses, consideradas como parâmetro, e da diversidade destas hipóteses com outras, excepcionais, que estão fora do âmbito da normalidade do parâmetro consagrado. Diante da lacuna, a analogia identifica, ainda que trate de situações diversas, semelhanças relevantes, justificadoras da aplicação do mesmo tratamento normativo conferido à hipótese paradigmática para a hipótese excepcional.

A aplicação deste raciocínio, reservando às “uniões homoafetivas” uma espécie de regulação da exceção pela submissão ao paradigma heterossexual, acaba por contrariar a ideia de diversidade sexual. Com efeito, na perspectiva da diversidade sexual, que informa a ideia de direitos sexuais, as diversas manifestações sexuais são tomadas em pé de igualdade, o que não se compatibiliza com as premissas do procedimento analógico empregado.

2.3 A liberdade de orientação sexual entre universalismo e particularismo

Uma rápida pesquisa sobre as respostas legislativas estaduais e municipais referentes aos direitos sexuais revela a predominância de duas perspectivas quanto à diversidade sexual e os direitos a ela relacionados. De um lado, diplomas legais de cunho mais particularista, nos quais uma categoria de cidadãos é identificada como destinatária específica da proteção: são os casos, por exemplo, da legislação paulista sobre combate à discriminação por orientação sexual, Lei nº. 10.948 de 2001 (SÃO PAULO, 2001); da cidade de Juiz de Fora, Lei nº. 9.791 de 2000. (JUIZ DE FORA, 2000) De outro lado, diplomas mais universalistas, destacando-se a lei gaúcha, Lei n.º 11.872 de 2002. (RIO GRANDE DO SUL, 2002).

De fato, enquanto os primeiros referem-se a “qualquer cidadão homossexual (masculino ou feminino), bissexual ou transgênero” (conforme o art. 1º da lei mineira), o segundo, “reconhece o direito à igual dignidade da pessoa humana de todos os seus cidadãos, devendo para tanto promover sua integração e reprimir os atos atentatórios a esta dignidade, especialmente toda forma de discriminação fundada na orientação, práticas, manifestação, identidade, preferências sexuais, exercidas dentro dos limites da liberdade de cada um e sem prejuízo a terceiros” (conforme o art. 1º da Lei n.º 11.872 de 2002). (RIO GRANDE DO SUL, 2002).

Não se questiona, em nenhum momento, a intenção antidiscriminatória presente nestes dois modelos de respostas. Todavia, é necessário atentar para as vantagens,

desvantagens e os riscos próprios de cada um.

A adoção de estratégias mais particularistas expõe-se a riscos importantes: reificar identidades, apontar para um reforço do gueto e incrementar reações repressivas (basta verificar o contra-discurso conversador dos “direitos especiais” e a ressurgência de legislação medicalizadora “curativa” de homossexuais). Isto sem se falar dos perigos de limitar a liberdade individual na potencialmente fluida esfera da sexualidade (preocupação expressa pela chamada ‘teoria *queer*’) e de requerer, quando acionados os mecanismos de participação política e de proteção estatal, definições identitárias mais rígidas acerca de quem é considerado sujeito da proteção jurídica específica.

Neste contexto, parece preferível a adoção de estratégias mais universalistas. Elas parecem ser capazes de suplantar as dificuldades de uma concepção meramente formal de igualdade, desde que atentas às diferenças reais e às especificidades que se constroem a cada momento, sem nelas se fechar; trata-se de reconhecer a diferença sem canonizá-la, trabalhar com as identidades auto-atribuídas sem torná-las fixas e rejeitar a reificação do outro.

Considerações finais

A afirmação do direito à livre orientação sexual, radicado nos direitos humanos e fundamentais de liberdade geral e em liberdades públicas específicas, requer, na esfera da sexualidade, o enfrentamento do preconceito e da discriminação. Para tanto, são necessários uma compreensão jurídica mais precisa destas liberdades, bem como o compromisso com padrões de convívio democráticos.

Avançar nesse horizonte implica examinar e superar alternativas assimilacionistas, além de enfrentar a mentalidade e as tradições em que a autonomia de indivíduos e de grupos não recebe o apreço devido. Daí os desafios contemporâneos de uma reflexão jurídica feita de modo crítico e construtivo, do desenvolvimento de uma dogmática constitucional das liberdades fundamentais e de consolidar uma jurisprudência alicerçada na liberdade, sem o que os direitos sexuais de todos são enfraquecidos.

Referências

- ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero e Associação Lésbica Feminista de Brasília Coturno de Vênus. **Legislação e Jurisprudência LGBTTT**. Brasília: 2007.
- BANCADA evangélica da Câmara deve presidir Comissão de Direitos Humanos. Estado de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-evangelica-da-camara-deve-presidir-comissao-de-direitos-humanos,1002798>>. Acesso em: 07 set. 2015.
- BORRILLO, Daniel. De la penalización de la homosexualidad a la criminalización de la homofobia : El Tribunal Europeo de Derechos Humanos y la orientación sexual. **Revista de estudios jurídicos de la Universidad de Jaén**, n. 11, 2011
- BOSI, Alfredo. **A Dialética da Colonização**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2008.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 148897**. Relator: Ministro Ruy Rosado de Aguiar. Brasília, 10 de fev. 1998. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/?num_registro=199700661245&dt_publicacao=06/04/1998&cod;_tipo_documento=>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 132**. Ministro Carlos Ayres Britto. Brasília, 05 de maio de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Apelação Cível nº 1.0024.04.537121-8/002**. Relator: Desembargador Domingos Coelho. Belo Horizonte, 26 de maio de 2006. Disponível em: <http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_publicacoes2.jsp?listaProcessos=10024045371218002>. Acesso em: 24 jul. 2015.

CORREA, Sônia. O Percurso Global dos Direitos Sexuais: entre "margens" e "centros". **Bagoas: Estudos Gays, Gêneros e Sexualidades**, n. 4, p. 17-42, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04bagoas04.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. **Dudgeon v. The United Kingdom**. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng/?i=001-57473#{"itemid":"001-57473"}](http://hudoc.echr.coe.int/eng/?i=001-57473#{)>. Acesso em: 07 set. 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Suprema Corte. Obergefell et al. v. Hodges, director, Ohio department of health, et al. Disponível em: <http://www.supremecourt.gov/opinions/14pdf/14-556_3204.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.

FRASER, Nancy. **Iustitia Interrupta**: Reflexion Crítica desde la Posicion "postsocialista". Bogotá: Universidad de los Andes Press, 1997.

JUIZ DE FORA. **Lei municipal n.º 9.791, de 12 de maio de 2000, que Dispõe sobre a ação do Município no combate às práticas discriminatórias, em seu território, por orientação sexual**. Juiz de Fora, 2000. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000023610>. Acesso em: 4 de agosto de 2008.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. Análise argumentativa dos votos proferidos pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal no julgamento que estendeu o regime jurídico da união estável às uniões entre pessoas do mesmo sexo. In: RIOS, Roger Raupp; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; GOLIN, Célio (Org.). **Homossexualidade e direitos sexuais**: reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 114-124.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. Os homossexuais diante da Justiça: relato de uma Ação Civil Pública. In: GOLIN, Célio; POCAHY, Fernando; RIOS, Roger Raupp (ogs). **A Justiça e os Direitos de Gays e Lésbicas**: jurisprudência comentada. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LEMAITRE RIPOLL, Julieta. O amor em tempos de cólera: direitos LGBT na Colômbia. **Sur, Rev. int. direitos human**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 78-97, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 set. 2015.

LOCHAK, Daniele. La liberte sexuelle, une liberte (pas) comme les autres? In: BORRILLO, Daniel; LOCHAK, Daniele, orgs. **La Liberte sexuelle**. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Liberdade e direitos sexuais: o problema a partir da moral moderna. In: RIOS, Roger Raupp (org.). **Em defesa dos direitos sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 41-72.

MAIER, Elizabeth; ALONSO MENESES, Guillermo. Sexo y cultura: disputando el significado del matrimonio y la familia. **La ventana**, Guadalajara, v. 4, n. 33, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362011000100006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 08 set. 2015.

MATIA PORTILLA, Javier Francisco. Homosexualidad y Constitucion Espanola. In: POMPEU, Gina Vidal Marclío. **Discriminação por Orientação Sexual** – a homossexualidade e a transexualidade diante da experiência. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012.

MELLO, Luiz. Familismo (anti) homossexual e regulação da cidadania no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, v. 14, n. 002, p. 497-508, maio/set. 2006.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Propaganda de Marta Suplicy gera polêmica**. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/propaganda-de-marta-suplicy-gera-polêmica/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. **Direitos Sexuais de LGBTTT no Brasil**: jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso atala rifo y niñas vs. Chile**. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_239_esp.pdf>. Acesso em: 07 set. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n.º 11.872, de 19 de dezembro de 2002 que dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e dá outras providências. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/>. Acesso em: 4 de agosto de 2008.

RIOS, Roger Raupp. Apuntes para un derecho democratico de la sexualidad. In: DERECHO y política de las sexualidades – una perspectiva latino-mediterránea. Barcelona: Huygens Editorial, 2013. p. 73-94 Disponível em: <>. Acesso em: 28 ago.2013.

_____. O direito da antidiscriminação e a tensão entre o direito à diferença e o direito geral de igualdade. **Direitos fundamentais & justiça**, v.6, n. 18, p. 169-177, jan./mar. 2012.

_____. **Direito da antidiscriminação**: discriminação direta, indireta e ações afirmativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____. Direitos sexuais, uniões homossexuais e a decisão do Supremo Tribunal Federal (ADPF nº 132 - RJ e ADI 4.277). In: RIOS, Roger Raupp; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; GOLIN, Célio (Org.). **Homossexualidade e direitos sexuais**: reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 69-113.

_____. Notas para o desenvolvimento de um direito democrático da sexualidade. In: RIOS, Roger Raupp (org.). **Em defesa dos Direitos Sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

_____. **As uniões homossexuais e a “família homoafetiva”**: o direito de família como instrumento de adaptação e conservadorismo ou a possibilidade de sua transformação e inovação. Disponível em: <<http://civilistica.com/as-unioes-homossexuais-e-a-familia-homoafetiva-o-direito-de-familia-como-instrumento-de-adaptacao-e-conservadorismo-ou-a-possibilidade-de-sua-transformacao-e-inovacao/>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

RIOS, Roger Raupp; SCHAFER, Gilberto; BORBA, Felipe Farias. O direito da antidiscriminação e a criminalização da pederastia pelo Código Penal Militar. **AJURIS**, Porto Alegre, v. 39, n. 127, p. 311-330, set. 2012.

RIOS, Roger Raupp (org.). **Em defesa dos direitos sexuais**. Rio de Janeiro: Livraria do Advogado, 2007.

RIVERO, Jean. **Les libertes publiques**. 7.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1974. v. I: Les droits de l'homme.

SÃO PAULO (Estado). **Lei estadual n.º 10.948, de 5 de novembro de 2001 que dispõe sobre Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências**. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>. Acesso em: 4 de agosto de 2008.

TERTO JUNIOR, Veriano. Essencialismo e construtivismo social: limites e possibilidades para o estudo da homossexualidade. **Scientia Sexualis: revista do mestrado em sexologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.23-42, jul. 1999.

VIANNA, Adriana. **Direitos e Políticas Sexuais no Brasil**: mapeamento e diagnóstico. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/166106/mod_resource/content/1/ LOUROGuaciraL._O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2014.

WINTEMUTE, Robert. **Sexual orientation and human rights**. The United States Constitution, the European Convention, and the Canadian Charter. Oxford: Clarendon Press, 1995.

WINTEMUTE, Robert. De l'égalité des orientations sexuelles à la liberté sexuelle. In: BARRILLO, Daniel; LOCHAK, Daniele, orgs. **La Liberté sexuelle**. Paris: Presses Universitaires de France, 2005. p. 161-186.

CAPÍTULO 3

Secas y Mojadas: de Por Qué Leyes y Políticas Sexuales Nunca Dejan a Nadie Satisfecha.

Mario Pecheny

Introducción

El texto que sigue es un ejercicio reflexivo. Se apoya en experiencias e investigaciones, pero se mantendrá en el nivel de la reflexión general, paradójicamente como fruto de una larga experiencia (al menos, larga en cantidad de años) y como anticipo de un conjunto de intuiciones aún no desarrolladas. El texto plantea una idea simple, o más bien una pregunta simple: ¿por qué, con tantos avances que han habido en la región en materia de políticas sexuales, permanece en todas partes una sensación de insatisfacción? Y la insatisfacción no refiere a los retornos conservadores, a las brechas por llenar, o a la incertidumbre frente a las restauraciones jerárquicas que han comenzado a proliferar en la región. No refiere principalmente a esos fenómenos, sino fundamentalmente a los aspectos exitosos de las políticas sexuales por los cuales hemos luchado muchos y muchas de quienes escriben en este volumen y/o probablemente lo estén leyendo.

En América Latina, en materia de sexualidad y género, estamos mejor que hace treinta o cuarenta años. Con todo y a pesar de todo, y reconociendo la gran variabilidad de temas y países y poblaciones que si queremos ser precisos nos impedirían hablar de manera homogénea y generalizada, desde los años ochenta y noventa las reformas en cuestiones de género y sexualidad han seguido un patrón democratizador, un patrón de ampliación de la libertad e igualdad para cada vez más ámbitos y sujetos. Menciono algunos ítems: divorcio y responsabilidades compartidas de padres y madres sobre los hijos e hijas, cuotas por género en algunos parlamentos y crecimiento de los liderazgos políticos femeninos, tematización de la violencia doméstica, conyugal, familiar, de género y sexual en clave de derechos e integridad, derechos reproductivos (anticoncepción de uso regular, de emergencia, quirúrgica), educación sexual integral, derechos de gays y lesbianas, reconocimiento del matrimonio igualitario y/o de formas de unión civil, aborto (aunque en algún caso aislado, como Uruguay), trabajo sexual y prostitución, reconocimiento de la identidad de género y el acceso a tratamientos para las y los trans.

Estos cambios, promovidos y festejados por amplios movimientos sociales, representan avances de justicia social: mayor libertad e igualdad para cada vez más ámbitos y

sujetos. Pero cierta insatisfacción permanece.

Las reivindicaciones sexuales se hacen hoy, básicamente, en nombre de derechos. Ya no se habla tanto de la liberación sexual o de orgasmos. Y lo que se reclama no es la emancipación de un deseo encadenado o reprimido, sino leyes y políticas.

Si pensamos desde el lugar de los movimientos sociales que pugnan por modificar cuestiones relativas a la sexualidad, en el contexto de las frágiles democracias en América Latina, y en particular en el contexto de democracias políticas, formales, y con gubernamentalidad y hegemonía neoliberales de las últimas décadas, vemos que las demandas y las reivindicaciones políticas se han adaptado a las reglas del juego y se vienen expresando en un lenguaje específico, que es el lenguaje de la ley, de la normativa, del proyecto de ley.

Es decir, lo que los movimientos sociales, casi todos, entienden hoy hegemónicamente por demanda de cambio social, es demanda de cambio legal: un cambio social que se objetiva en leyes y que trae consigo otro tipo de objetivación también institucional, que es la de la política pública. Los cambios en las sexualidades se objetivan pues en cambios normativos y burocráticos. Cabe preguntarse: ¿Cómo conciliar el carácter fluido de la sexualidad con el carácter rígido de la institucionalización?

Para pensar eso, propongo dos intuiciones.

La primera intuición refiere a que hay insatisfacción debido a la instauración de nuevas y más abarcativas normatividades: la familia como parámetro de dignidad, felicidad, legitimidad y acceso a derechos (casarse y buscar prole como modo de inclusión y respetabilidad). Si hasta hace poco la normatividad conyugal y reproductiva se volcaba hacia las mujeres y los varones heterosexuales y cis (es decir, no trans), proceso que hemos llamado heteronormatividad, hoy con los avances las normatividades comienzan a abarcar también a mujeres y varones no heterosexuales y a las personas trans: hay normatividades conyugales y reproductivas para no heterosexuales y no-cis, homonormatividades (cómo ser un buen gay o una buena lesbiana), transnormatividades, y hasta normas anticonceptivas y reproductivas para todo el mundo (momentos adecuados y circunstancias adecuadas, o no, para tener hijos/as, hasta para abortar), y normas también de querer ser sexual, saber disfrutar y hacer disfrutar, y cuidar y cuidarse del VIH, las ITS y las violencias. Resumiendo: las normatividades son más extensas y profundas que nunca. Al mismo tiempo, la institucionalización normativa despolitiza, desradicaliza.

La segunda intuición refiere a la tensión inherente a los principios y traducciones prácticas que implican la justicia social y la justicia erótica. ¿Puede el ámbito erótico regirse por los mismos principios éticos y de regulación que los demás intercambios sociales (como los del ámbito político, económico, laboral...)? Es decir, los principios de autonomía, consentimiento, libertad, igualdad, ¿pueden aplicarse sin más al ámbito sexual, erótico, amoroso, afectivo?

Despolitización

La traducción de las reivindicaciones sexuales en leyes y políticas despolitiza el ámbito de lo erótico, en la medida en que reduce la conflictividad a la compatibilización de experiencias homogeneizadas: compatibilización que se busca a través de reglas sostenidas por el Estado. En

estos lenguajes normativos, más allá de que las leyes y las políticas públicas sean para bien -entiéndase lo que se quiera por bien-, hay una violencia que despolitiza las experiencias y situaciones vitales de las personas y grupos, las despolitiza porque las sustrae del conflicto social que es inherente a la convivencia social, las reduce, las institucionaliza; y por otro lado las dessexualiza.

Despolitizar quiere decir entonces, según mi perspectiva, sustraer las cuestiones conflictivas o controversiales de la estructura social que las produce, y también de la historia, del proceso histórico que las produce. La noción de despolitización permite pensar cualquier tema, desde el aborto, el trabajo sexual, hasta las relaciones entre personas del mismo sexo, cualquiera de los tópicos sexuales que han sido objeto de luchas políticas en esta década en el continente. Una manera despolitizada y ahistórica de plantear estas cuestiones sexuales, como el aborto, es sacarlas analítica y políticamente de la estructura social, patriarcal, de género, de clase, colonial o poscolonial, estructura que produce que exista sistemáticamente algo como el aborto clandestino, que tiene sus sujetos y sus víctimas particulares. El aborto no es pues un mero conflicto entre valores en tensión, a compatibilizar y regular, o una vicisitud aleatoria en la vida de personas (las mujeres, ahora los varones trans) cuya corporalidad y circunstancias las pone en situación de enfrentar un embarazo que no quieren proseguir. La situación de aborto no es una situación fortuita. El aborto ilegal y clandestino en América Latina ha sido y es producido, históricamente, por una estructura de relaciones sociales que lo instituye como tal, y que contribuye a reproducir esa misma estructura. Es decir, el aborto (como las otras cuestiones sexuales) está anclado en una estructura social de desigualdad y es un resultado histórico, pero permanentemente reinstaurado por la acción e inacción del Estado y su clase política que perpetúa la clandestinidad.

Los párrafos que siguen van a recorrer estas preguntas y reflexiones a partir de considerar la politización de la sexualidad y los lenguajes de la política sexual (en particular, el de derechos), las tensiones entre autonomía y tutela (estatal), la justicia social y justicia erótica, y una propuesta de incluir en el análisis la sensorialidad de los conceptos: la propuesta aquí es partir del supuesto sensorial de que las sexualidades son mojadas y las políticas son secas.

Politización

La sexualidad entró en la política del modo en que históricamente en la región latinoamericana se piensa la política, o se la pensaba antes de las hegemonías neoliberales: como resistencia y movilización colectivas, como lucha y conflicto, apuntando a la inscripción de cada experiencia individual en narrativas colectivas y nunca desligada de la vida cotidiana, de “la base”. En términos de las ciencias sociales, reconocer y dilucidar la politicidad de una cuestión, como la sexualidad, o las diversas cuestiones que hacen a la sexualidad, implica remitirla a la estructura social, la conflictividad, la historia, como fue mencionado más arriba. Dicho reconocimiento de la sexualidad pasa por entenderla como resultado de, y productora de, la estructura social de desigualdades, de su carácter histórico y políticamente conflictivo, “dialécticamente”.

Ahora bien, ¿cómo fue que las cuestiones relativas a la sexualidad entraron en la agenda

política democrática? Por un lado, entraron como reivindicaciones políticas de movimientos sociales que efectivamente las articulaban (y articulan) con procesos democratizadores y de justicia social más amplio. Pero por otro lado, dadas las condiciones formales de inscripción de demandas en las democracias políticas, y dado el contexto neoliberal de desconfianza de las políticas universalistas y populares, cualquier demanda, incluyendo las sexuales, se reviste hoy de un carácter focalizado y reparador, más que proactivo. Es decir, en un “mercado reducido” de demandas que logran entrar en la agenda de deliberación primero, en la toma de decisiones segundo, y finalmente en la incorporación al presupuesto (al dinero) del Estado como objeto de políticas públicas, parece más aceptable la inclusión como reparación a una situación particular de sub-privilegio (base de legitimidad de las políticas focalizadas) y como respuesta a un estatus de víctima (cuanto más víctima, cuanto menos sujeto, mejor). Esto produce una paradoja: para lograr su inclusión en la agenda democrática, una cuestión debe construirse por fuera de la política y del conflicto: ¿Cuáles son las construcciones o “framings” despolitizadores que mejor han funcionado? La medicalización (una cuestión social se acepta como legítima para ser encarada desde el Estado por sus consecuencias para la salud, y se la construye como algo que puede resolver la medicina o la salud pública), la psicologización (idem pero con la psicología, la salud mental), la judicialización (se reduce un problema social a una demanda individual a resolver en los tribunales), y en términos más generales, la victimización que plantea que sólo son admisibles las demandas de quienes están totalmente indefensos/as y a merced del destino, incapaces de acción y de palabra.

La impronta del lenguaje de derechos humanos es fundamental. Este lenguaje habilita al tiempo que reduce el universo de demandas y sujetos demandantes, les da un marco dentro del cual aparecer pero por fuera del cual se transforman en no-procesables políticamente. En particular, la paradoja de los derechos humanos, que hace a su potencia e impotencia, es su capacidad de vehiculizar demandas, incluso utopías, al tiempo que no se da ni propone los medios para alcanzarlas (como, quizá fallidamente, hacía el marxismo: vehiculiza/ba demandas y proponía/propone medios para alcanzarlas).

¿Qué otros lenguajes hay disponibles para dar sentido a lo que queremos como sociedad? ¿el del arte, de la cultura? ¿cuál sería el papel del arte en todo esto? ¿En qué medida la movilización cultural y artística pueden o no establecer una suerte de interfase entre ese lenguaje árido, objetivante y despolitizador de la política pública y la ley, por un lado, y la corporalidad de los cuerpos, las pasiones que forman parte de la existencia cotidiana que tiene que ver con la sexualidad, por el otro? ¿Pueden el arte y otros lenguajes similares mostrar las fallas, mostrar el desborde, cuando las demandas sociopolíticas en materia de sexualidad, siempre son otras normas, pero que terminan siendo normas. O sea, se cambia la heteronormatividad, por alguna otra, pero siempre lo que se obtiene como resultado de la lucha es una normatividad. ¿Ese es el papel de la expresión artística, el de mostrar las nuevas exclusiones o viejas exclusiones, los nuevos problemas, las nuevas o renovadas relaciones de dominación, explotación, etcétera, que cualquier forma de normatividad trae?

Lo que quiero traer son estas preguntas sobre la politización de la sexualidad, una

sexualidad que es politizada al inscribirla en la historia y la estructura social que le da sentido. Preguntarnos por los lenguajes de la acción política en la sexualidad y por el lenguaje particular que se ha impuesto hegemónicamente en todo el Cono Sur, y diría que en el resto de Latinoamérica también, el lenguaje de los derechos humanos, nos lleva a la pregunta por la justicia como ideal regulador y la justicia social como utopía o principio de legitimidad. Si pensamos que un significante de lo que podemos aspirar en política es el de la justicia social - básicamente la extensión de los principios de la libertad, igualdad, solidaridad, búsqueda de la felicidad, a todos y a todas quienes integran una sociedad; ¿en qué medida esto puede estar en tensión con una idea de justicia erótica, que todavía queda por definir, cuyos principios pueden no coincidir, o incluso estar en contradicción con estos principios de justicia social?

En América Latina, tanto en la política práctica como en los modos en los que las ciencias sociales piensan la politización, pensamos a la política como resistencias y movilización colectivas. Nos hacen ruido estas ideas más del Norte, más anglosajonas, de pensar, por ejemplo la idea de empoderamiento, que tiene una matriz individualista, una matriz del “tú puedes”, de la resolución individual de las cuestiones. Y pensamos que así como los problemas de la gente son sociales e históricos, las respuestas son resultado de la movilización que no puede ser sino colectiva. Y no puede ser sino en el marco de la lucha y el conflicto. Esta idea de que la política no es institucionalidad, sino más bien que la política es dar cuenta de ese conflicto, que no es aleatorio, circunstancial, o coyuntural, sino que tiene que ver con cómo las sociedades se han constituido como tales, también implica inscribir el sufrimiento, padecimiento de uno, de una, en una narrativa colectiva.

¿Qué quiere decir inscribir políticamente una experiencia o dilema individual en una narrativa colectiva? Doy ejemplos: soy una mujer que tiene un embarazo que no quiere o no puede proseguir. Una manera de politizar la cuestión es reconocer que esto que me pasa sólo a mí, es algo que le puede pasar, y de hecho le pasa, a muchas otras mujeres. Las condiciones para proseguir o interrumpir una gestación no son individuales, son sociales, y vienen determinadas por los órdenes patriarcales de jerarquías de género. Otro ejemplo: el hecho de recibir un resultado positivo ante un diagnóstico del VIH, a menudo se vive como una tragedia que me pasa nada más que a mí, y no como un evento que le puede pasar a más de uno de quienes estamos en la misma situación de vulnerabilidad y que en conjunto nos habilita a reclamar, por ejemplo, el acceso a los tratamientos, el acceso a políticas de prevención, etcétera. Esta circunstancia no es individual, depende del sistema socio-sexual, del sistema de salud, de los derechos y políticas que un país ofrece o no, y a quiénes. Un ejemplo más: más o menos tempranamente en la vida, me descubro que me gustan las personas de mi mismo sexo, y puedo pensar que me pasa sólo a mí, o que entre los míos sólo me ha tocado a mí: la politizo al entender que hay otros y otras que están en esa misma situación; y que el sufrimiento eventual por esa circunstancia deriva de una situación estructural de homofobia, lesbofobia, y no de una inexorable maldición divina o edípica.

La politización implica dar cuenta de la matriz de la estructura social que es inherentemente conflictiva y de la dimensión histórica. La prostitución o el trabajo sexual, para tomar otro ejemplo, no tiene que ver únicamente con un tema moral, con un tema de cómo

pensamos la cosa hoy o ayer, sino con un modo de cómo fueron producidas las relaciones entre varones, las relaciones entre mujeres, y las relaciones entre varones y mujeres, no sólo en lo sexual, sino en la división sexual del trabajo, el mercado diferencial de trabajo y del cuidado, en el acceso a la propiedad, etcétera. Trabajo sexual y prostitución no son pensables entonces como temas morales, solamente o principalmente, sino a partir de modos estructurados de vivir la sexualidad según géneros y de modos estructurados de acceder al trabajo formal o informal, a la responsabilidad de los cuidados familiares, a la propiedad, es decir al edificio social entero.

Sexualidades

Una de las cosas que pasaron en los años 1980s, 1990s y 2000s en América Latina, es que lo sexual paso a ser un objeto de ciudadanía. Lo sexual adquirió el estatus de ser algo que merece ser discutido y deliberado en la esfera pública, en el parlamento, por los partidos políticos, por los tomadores y tomadoras de decisiones. ¿En qué lenguaje? En el lenguaje de los derechos, que considero la lengua franca de los años 80 en adelante —entre otras razones por lo que fue la lucha contra las dictaduras. Ese lenguaje burgués del siglo XVIII de los derechos humanos, clasista y sexuado y formalista, reaparece en una América Latina que nunca le había dado mucha atención a eso, por la desaparición, por la tortura, por la violencia del terrorismo de Estado. Aun con esas limitaciones planteó un terreno común en el cual hacer la vida posible, la democracia practicable, y el reclamo de nuevos derechos algo legítimo.

Pero, ¿cómo pensar algo como lo sexual en términos de un lenguaje de los derechos que fue pensado justamente para individuos, entre otras cosas, sin cuerpo ni sexo? Es decir, en los derechos del hombre y el ciudadano, que hacían de ese hombre y de ese burgués un universal. También el sexo se ciudadaniza en el lenguaje de la salud, a partir de la agenda de la salud reproductiva, la mortalidad materna, el VIH, las infecciones de transmisión sexual. Incluso lo sexual entra a través del lenguaje del género, cual lenguaje del programa de las naciones unidas para el desarrollo, es decir una noción de género burocrática. Estas nociones de género, de salud, de derechos humanos habilitan lo sexual pero a menudo le quitan a lo sexual eso que tiene de específico, y que veremos más adelante.

Pero en todo caso, estos lenguajes permiten establecer un nosotros, un nosotras, que reivindican algo al Estado; y un ellos, un particular, el Estado, que puede ser el interlocutor o el arbitro de lo que se quiera dirimir. Estos lenguajes permitieron politizar. Pero la politización es en los términos en los que permite ser politizado algo en una democracia política constitucional. Es decir, en términos de proyectos de reforma legal (pedir leyes) y en términos de políticas públicas que exigen una serie de metas y acciones, de burocracia, una población objetivo, un presupuesto.

La población objetivo, *target* o *alvo*, es algo sobre lo que se dispara. Es decir, hay una idea de construcción de una población hacia la cual se dirigen la atención y los recursos del Estado. En términos de sexualidad eso implica, justamente, hacer de una población sexual algo objetivable. Hay algo en esa población, debe haber algo en esa población, como las adolescentes que quedan embarazadas, como los gays que se pueden infectar de VIH, o como las trans que hacen trabajo sexual, sobre las cuales el Estado tiene algo para decir, algo para hacer y algo para

lograr que hagan o no hagan. De alguna manera, el Estado tiene que delimitar y definir. Cualquier definición implica, por más bien intencionada y deliberada que sea, una violencia y una heteronomía. ¿Cómo encarar esto en el ámbito sexual?

Las políticas y la sexualidad tienen, en términos sociales, lógicas contradictorias. Las políticas son básicamente políticas instrumentales, cuya lógica es la de los medios más eficaces, más baratos, más efectivos, para obtener un fin. También son normativas o normalizadoras, se basan en y reproducen ciertos valores considerados hegemónicamente comunes. El problema pasa pues por pensar lo sexual, objeto de políticas, como instrumental y como normativo. Lo sexual tiene una lógica que no es la lógica instrumental de las políticas públicas (aun cuando pueda tener dimensiones instrumentales, evidentemente).

En este sentido, las políticas públicas despolitizan porque construyen lo político como un objeto de intervención técnica y no como un objeto de discusión deliberativa acerca de cuál es el proyecto de felicidad que nos queremos dar como comunidad o como grupo, o mejor dicho, de cuáles proyectos. Lo político es cada vez más un terreno de administración, que objetiva los sujetos, poblaciones sobre los cuales interviene. Presuponen racionalidad: yo te doy preservativos, respondo a tu necesidad, pero a cambio vos debés asumir la responsabilidad, te doy para que los uses y no transmitas y/o no te enfermes del VIH o no te embaraces.

En la lógica instrumental, lo sexual no encaja, o no encaja del todo: la sexualidad no es delimitada, atraviesa todas nuestras vidas. Es conflictiva, es pasional, no es racional. Decir que alguien está apasionado de manera racional, es plantear un oxímoron, una especie de paradoja o contradicción.

Lenguajes

La política, lo político, es un lenguaje que ha sido concebido, por el modo neoliberal que entendemos la política, el modo democrático, institucional y de Estado de derecho en el cual practicamos la política, como un lenguaje basado en la razón, en la objetivación de las prácticas y de los sujetos, que de alguna manera están en tensión con las experiencias subjetivas, emocionales, corporales que hacen a la sexualidad.

Los tópicos sexuales y de salud en América Latina: ¿cómo han sido politizados en los últimos veinte, treinta años? Básicamente como demandas traducibles en leyes. Tal es el caso de la Argentina y el Matrimonio Igualitario: hoy en día no solo se pueden casar un varón con una mujer, una mujer con un varón, sino dos mujeres o dos varones. La demanda del movimiento de liberación sexual no heterosexual se transformó en una demanda de acceso a la normatividad, de acceso al matrimonio. Las personas trans en Argentina, también desde el año 2012, pueden acceder al reconocimiento legal de su identidad de género y a la adaptación de su cuerpo mediante hormonas o mediante tratamientos quirúrgicos, de manera universal y sin necesidad de recurrir a ningún profesional de ninguna profesión para autorizarlos o autorizarlas a hacer eso.

Pero de alguna manera, esa demanda de poder ser quien uno o una se siente que es, también es una demanda de normatividad. Porque el Estado reconoce que tenés el sexo masculino o el sexo femenino. Podrás cambiarlo, pero no podrás tener ninguno, o los dos, o un

tercero. Es decir, la demanda se traduce siempre en una demanda de normatividad ya definida. Son las reglas del juego que la democracia neoliberal nos plantea.

El Estado de derecho, por el cual hemos peleado y al cual valoramos y ciertamente defendemos, crea condiciones para que estas movilizaciones más clásicamente políticas, o las artísticas, puedan contribuir a poner en agenda nuevos temas.

El papel del amor en el discurso político reivindicativo en sexualidad

En las décadas 1970-2000, un gran número de países en el mundo legalizaron el aborto, y en las primeras décadas del nuevo milenio, varios de ellos adoptaron alguna forma de reconocimiento legal de las parejas del mismo sexo. Argentina reconoció el matrimonio igualitario en 2010, otorgando los mismos derechos y plena igualdad a las parejas de varones o de mujeres, que a las parejas heterosexuales. (CLÉRICO; ALDAO, 2010; HILLER, 2011) Pero la interrupción voluntaria del embarazo, una reivindicación central en la agenda feminista, de la sexualidad y los derechos, todavía sigue penalizada, con algunas excepciones. (BROWN, 2016; CORREA; PECHENY, 2016) Este patrón de mayor y más precoz liberalización y reconocimiento en materia de orientación sexual, que en materia de aborto, se viene dando también en otros países de la región latinoamericana.

¿Cómo explicar este desfasaje respecto del orden de acontecimientos que se dio en el Norte? El desfasaje, es decir el avance en derechos de lesbianas, gays, bisexuales y trans (LGBT), ya que a la ley de matrimonio se suma la ley de Identidad de Género aprobada en 2012, pero no (tanto) en aborto, puede explicarse por diversos aspectos:

- a) estructurales (el sistema patriarcal, que privilegia las demandas que involucran a varones por sobre las demandas que involucran fundamentalmente a las mujeres, la heteronormatividad que está institucionalizada en el Estado, las jerarquías político-sociales de género que subordinan a las mujeres no sólo en derechos formales sino en relaciones económicas y laborales),
- b) relativos a procesos históricos (el desarrollo de normativas penales y sanitarias, los obstáculos a la evolución de los derechos de las mujeres, los límites de la secularización),
- c) relativos a los recursos y decisiones estratégicas de los movimientos sociales y sus ventanas de oportunidad (la mayor o menor articulación del movimiento feminista, las alianzas, la inteligencia y oportunidad de sus opciones), y
- d) relativos a cuestiones retóricas que tienen que ver con la construcción simbólica de la cuestión, en particular, en lo que refiere al aborto, la conexión entre la prohibición del aborto como defensa de la vida y el derecho a la vida, e incluso la conexión con la retórica de los derechos humanos como protección de los más débiles e indefensos (los niños por nacer, por ejemplo).

Estos aspectos han intervenido y siguen interviniendo en bloquear los avances en relación con la interrupción del embarazo, y el azar o las circunstancias fortuitas también intervienen: la fortuna de la que hablaban Maquiavelo y Shakespeare, fortuna que

paradójicamente es femenina. Los astros deciden o no alinearse: con matrimonio lo hicieron, con aborto no. A veces los cambios políticos se dan sin ser resultados necesarios ni probables de nada. Se dan. Aun cuando nos cueste aceptarlo desde nuestro lugar de quienes hacemos ciencias sociales.

En suma: la primera parte de este texto se pregunta, para el caso argentino y con mirada latinoamericana, por qué matrimonio para gays y lesbianas sí, por qué aborto no. Luego de analizar esto de un modo particular, es decir, con foco en “el amor” como significante del discurso político legitimador del matrimonio igualitario, en la segunda parte del texto propongo pensar algunos malestares que subsisten tanto por la persistencia de la criminalización del aborto, lo cual es lógico, como por los avances normativos en materia de sexualidad y derechos, lo cual podría parecer a primera vista menos lógico.

Por qué Argentina le dio el sí al matrimonio igualitario

Voy a detenerme aquí en un aspecto que no es el más central ni el asunto decisivo (no hay ninguno que lo sea), pero que aporta a entender por qué sí matrimonio igualitario, y por qué no aborto, en Argentina. El aspecto en cuestión es la articulación retórica de la demanda gay-lésbica de acceso al reconocimiento legal de las parejas del mismo sexo, con valores o tópicos como el amor romántico y la familia. Dichos valores o tópicos operan en tanto fuentes de respetabilidad y locus de la felicidad.

Tal articulación retórica forma parte de una articulación más general de la demanda de matrimonio igualitario en el seno de una economía simbólica históricamente conservadora, a saber, el orden social estructurado en torno a uniones conyugales abiertas a la formación de familias y la protección y transmisión de su propiedad privada. Este fenómeno puede interpretarse en un conjunto de contradicciones y paradojas: una medida revolucionaria, como creo que es el reconocimiento del Estado a las parejas del mismo sexo, y por ende de la homosexualidad y las relaciones afectivas entre personas del mismo sexo, consigue derecho de ciudadanía a través de un lenguaje conservador, y quizá por razones conservadoras. En los párrafos que siguen, de tono ensayístico, planteo analizar el papel del amor como argumento usado políticamente para legitimar el reconocimiento de derechos, en dirección democrática (igualitaria, liberal y hasta libertaria).

Entiendo a los derechos en clave política, no normativa. En esta clave, un derecho es un reclamo que ciertos individuos y/o grupos hacen al conjunto de la sociedad, al sistema político y al Estado. Cuando este reclamo es aceptado como legítimo, hablamos de derecho reconocido, que puede materializarse e institucionalizarse en leyes positivas y políticas públicas. Cualquier argumento que le facilite a un actor que su reclamo se vuelva aceptable y sea aceptado, es políticamente válido. No hay argumentos de derechos que sean más válidos o menos válidos por fuera de la capacidad persuasiva para ser reconocidos en un determinado contexto. Los actores consiguen el reconocimiento de derechos a través de movilizar recursos para mantener o modificar relaciones de fuerzas, y a través de introducir argumentos en la esfera pública, argumentos que se apoyan en la argumentación normativa vigente, para transformarla. Lo que el

filósofo Claude Lefort denominara “dinámica de los derechos humanos”. (LEFORT, 1990; 1991)

Resumiendo: son derechos aquellos reclamos que consiguen ser considerados de hecho como derechos, es decir, aquellos reclamos que los sujetos logran que los otros sujetos consideren como reclamos legítimos. Es una definición empírica, no normativa.

Dicho esto, pensando en un estado de derecho, liberal y democrático, basado idealmente en el reconocimiento universal del derecho a tener derechos, se presupone (y comparto) que los derechos se legitiman ética y políticamente en principios y a través de la deliberación pública. En tiempos en que son sospechosos los reclamos políticos de actores que asumen explícitamente su reclamo como político, es decir en términos de intereses, otras retóricas que se presentan como no políticas se revelan eficaces: una retórica de este tipo ya muy discutida es la tecnocrática, aquella que apela a argumentos instrumentales, de medios-fines, que se pretenden impersonales.

Un caso exitoso de argumentación instrumental es la retórica del mercado, cuyos imperativos interpretados por economistas es necesario aplicar, o someterse; otro ejemplo de justificación impersonal es la apelación a imperativos de salud: se propone reconocer los derechos de las personas con VIH, por ejemplo, como incentivo a que adopten prácticas de cuidado, no transmitan el virus, y en tanto adherentes fieles a los tratamientos ocupen menos frecuentemente las camas de hospital de tan altos costos para la salud pública y la economía de un país. Resumiendo: en las democracias (neo)liberales coexisten argumentos ético-políticos de derechos y justicia social con otros más bien tecnocrático-instrumentales, como los de la economía o la salud.

Cuando se discutió hacia 2010 el proyecto de matrimonio igualitario, en Argentina, junto con argumentos éticos (por ejemplo la igualdad ante la ley, la no-discriminación por orientación sexual) y argumentos instrumentales (por ejemplo, ligados a la racionalidad de la protección social y sanitaria, o a criterios de segmentación del mercado), apareció en la escena un argumento que suele considerarse como no-político o incluso anti-político: el amor romántico. Dicho rápidamente: el Estado debe reconocer la unión de dos personas, porque se aman; y aman a sus hijos e hijas, y sus madres y padres, las/los aman.

Esta aparición del amor, esta reaparición, es doblemente extraña: primero, en términos liberales-democráticos, el amor no suele ser fundamento de legitimidad ni de exigencia política (la figura del matrimonio tradicional exigía de los cónyuges la consumación sexual del matrimonio y cierto contrato económico, pero no que haya amor); segundo, en términos feministas y de justicia erótica, y más aún en los términos de la liberación sexual, el amor romántico ha sido históricamente considerado como un obstáculo, una quimera, un enemigo, una pieza clave del opresor y violento discurso hetero-patriarcal.

El recurso al amor romántico, si bien no fue el argumento central del movimiento social para legitimar el matrimonio para gays y lesbianas, fue un argumento usado por una diversidad de actores (activistas, congresistas, intelectuales) que contribuyó a hacer escuchables para una gran mayoría los argumentos de mayor peso político y prosapia democrática, como los referidos a la libertad y la igualdad.

La posibilidad de enlazar el reclamo de derechos con el “valor del amor” explica—en parte—por qué pasó exitosamente el matrimonio igualitario en Argentina mientras que la interrupción voluntaria del embarazo, el otro gran reclamo en materia de sexualidad y género, sigue siendo una práctica ilegal y un reclamo no escuchable como derecho.

Las explicaciones sociológicas y políticas sobre política sexual, que entiendo son más centrales pero a su vez menos específicas, apuntan a examinar las estrategias y modos de organización de cada movimiento social, al peso de la Iglesia Católica y otros actores religiosos como obstáculo al avance de derechos, a la tendencia de los partidos y dirigentes partidarios a evitar temas conflictivos como el aborto, pero también el matrimonio igualitario. Entre las explicaciones específicas pero más habituales sobre la impasse del aborto, está la cuestión de la vida del embrión, feto o criatura por nacer. La conexión o no con el amor romántico, como elemento presente en el matrimonio pero no en el aborto, es una explicación específica pero no tan habitual.

La ley de matrimonio igualitario incorpora a las parejas del mismo sexo a los derechos y regulaciones del matrimonio civil hasta entonces heterosexual, incluyendo todo lo que hace a la adopción y acceso a técnicas de fertilización asistida. A pesar de la hostilidad explícita y activa de la Iglesia liderada por el entonces Arzobispo Jorge Bergoglio (hoy Papa Francisco), en 2010 la ley fue aprobada, con votos de representantes de todos los partidos del abanico político.

El apoyo de la población y de la clase política, en un primer momento tímido, creció desde entonces y hoy, pasados los años, todo el arco político argentino considera la ley de matrimonio como uno de los grandes avances legales, e incluso “de la democracia”, de la última década. En su momento, el reconocimiento legal de estos derechos para gays y lesbianas dio impulso también al reconocimiento de la identidad de género trans (reconocimiento legal del nombre e identidad, así como del acceso universal y gratuito a tratamientos para adaptar el cuerpo a la identidad subjetiva de género). La ley de identidad de género fue aprobada en el Senado en 2012 (el proyecto venía de Diputados), por unanimidad.

Los argumentos relativos a la dignidad y al derecho de cada cual a vivir una vida feliz pudieron ser articulados para avanzar en materia de orientación sexual no-heterosexual e identidad de género trans, no así todavía para que el conjunto de la clase política y de la sociedad entiendan que las mujeres y parejas, y varones trans, puedan decidir sobre la prosecución o interrupción de un embarazo, decisión hoy tutelada por la ley y los biopoderes médicos, y con consecuencias de criminalización.

El principal lenguaje de los avances políticos en la Argentina, es el de los derechos, los derechos humanos. En el marco de esta gramática política, el avance en materia de derechos sexuales se inscribe en una dinámica de derechos humanos reinaugurada en la resistencia contra la dictadura militar entre 1976 y 1983. El cuestionamiento a la dictadura fue hecho en nombre de derechos humanos definidos como inalienables (el derecho a la vida, fundamentalmente) e indisolubles de un estado de derecho y democrático.

Cuando en 1983 se reinstala la democracia política, el lenguaje de los derechos se vuelve en Argentina, como en otras partes de la región y del mundo, una *lingua franca* para dar

sentido político a viejos y nuevos reclamos, de viejos y nuevos actores. Entre ellos, las mujeres, los gays y lesbianas, luego las personas viviendo con VIH, las y los trans, las trabajadoras sexuales...

El lenguaje de derechos, tributario de los principios liberales de la libertad y la igualdad, se articula a su vez a la fraternidad (modelo francés) y/o a la búsqueda de la propia felicidad (modelo norteamericano). En Argentina y América Latina, a su vez, estos principios de libertad e igualdad son leídos a través de la grilla de la justicia social, en clave colectiva y agonística, en clave de luchas populares, con un papel central del Estado como actor, como interlocutor, y como arena, a diferencia de otros contextos (Estados Unidos, por ejemplos).

En particular los derechos sexuales (y sus hermanos mayores, los derechos reproductivos) van cobrando forma, como derechos, en interacción y en tensión con otros lenguajes: el lenguaje de la salud individual y colectiva (en un ropaje más o menos medicalizado) en relación con la epidemia del VIH/sida y la salud reproductiva; el lenguaje de la victimización (quienes merecen que sus reclamos sean escuchados, son víctimas de injusticias, no sujetos de derecho, por lo cual la reparación de la víctima aparece como un privilegio particular, no un derecho universal), cuya traducción práctica es el auge de las políticas y medidas focalizadas en quienes son (presunta o realmente) más vulnerables o dañados/as, el auge de la judicialización y las acciones individuales; y el nuevo aire de los nuevos derechos post-materiales.

Los reclamos en nombre de víctimas, así como la reducción de los reclamos a cuestiones de salud o judiciales, pueden ser eficaces a nivel individual o sectorial, y su resolución es compatible con las estructuras económico-políticas neoliberales (aun aquellas con vestimentas populistas). La dinámica que se sustenta en estos lenguajes es perversa: alienta la competencia en vez de las alianzas entre grupos sub-privilegiados u oprimidos, es cortoplacista, despolitiza al sustraer las cuestiones de la historia y la estructura social. En los temas que nos ocupan, “dessexualiza” (oblitera u oculta el carácter sexuado de prácticas y relaciones sociales).

El avance en cuestiones sexo-genéricas inscripto en una grilla individualista es compatible con el neoliberalismo; de ahí que el rebrote “plebeyo” contra los estragos del capitalismo a menudo – lo hemos visto muy recientemente – se articule con una reacción moralmente conservadora.

Por el contrario, los reclamos en nombre de sujetos políticos y de derechos, permite la articulación estratégica de diferentes reclamos en el largo plazo, politiza (en el sentido de que habilita a la inscripción colectiva, estructural e histórica de las cuestiones y sujetos) y, en los temas que nos ocupan, sexualiza, es decir pone en evidencia el carácter sexuado de muchas cuestiones, como el aborto, o las condiciones de la representación política de varones y mujeres, de cis y trans, o el acceso y condiciones de movilidad en el mercado de trabajo.

En ocasión del debate sobre matrimonio igualitario, a las articulaciones retóricas que proponen derechos que se presentan como no-heteronormativos, se articularon dos lenguajes menos esperados: el amor y la familia. El amor de dos seres que se aman y piden al mundo (al Estado y a la ley, mejor dicho) que se reconozca dicho amor. Como en las películas. Y familias de gays y lesbianas, cuya prole está en una situación de desigualdad de derechos frente a otras familias que sí reconoce el Estado: reconocimiento que es simbólico pero que también es,

fundamentalmente es, económico y social. ¿Por qué razones sostener que hijos e hijas de parejas de gays y lesbianas merecen menor protección y derechos que quienes tienen progenitores heterosexuales? En esto se articulan dos retóricas: la familista y la victimista (esos niños y niñas “no hicieron nada” para merecer menos derechos, no se la buscaron; y si el Estado no reconoce a esas familias, van a tener menor protección en caso de pago de alimentos si hay separación conyugal, herencia, etc.).

De manera parecida, articulando familismo y victimismo, circuló el tema de la adopción por parte de gays y lesbianas (adopción que, por otra parte, ya existía, estaba vigente, y se practicaba, pero a título individual, no conyugal): entre “la calle” y un hogar gay o lésbico, ¿qué es lo que conviene más a la o el menor? Un artista gay, Pepe Cibrián Campoy, lo planteó así: “Calle o Pepe; la alternativa es Pepe o calle”. El peligro de vincular niñez y homosexualidad se usó cual técnica de arte marcial para dar vuelta la fuerza: al peligro de la situación de calle, la respuesta del amor. El Diputado Felipe Solá lo planteó, en mayo de 2010 en la Cámara de Diputados, en los siguientes términos: “Hace muchos años, Florencio Escardó escribió un libro en el que colaboró otro pediatra – mi abuelo, quel levó por título *Amor y proteínas*. Con ese nombre se quiso resumir lo que necesitan los niños; las proteínas dan la posibilidad de mantener la salud de un chico, mientras que el amor es aquello que lo rescata. Y el amor no es propiedad de los heterosexuales”. (SOLA, 2010)

Durante todo el siglo XX, la hipocresía como sistema de interacción social caracterizó a un gran número de prácticas, experiencias e identidades sexuales y genéricas que se escapaban o contradecían aquello considerado normal y esperable. Unos/as, para evitar el estigma y la discriminación, permanecían en la discreción, otras/os no veían o hacían como que no veían. Muy liberal, muy público-privado, el sistema de la hipocresía permitía (y permite, como diré enseguida) las válvulas de escape y las “ciudades bajo ciudades,” según la expresión de Juan José Sebrelli (1997).

Por décadas, el caso de la homosexualidad (como el de la prostitución o la práctica de fumar marihuana) ha sido arquetípico: podía estar prohibida, regulada o estigmatizada, pero como sexualidad sucedía sin mayores problemas en ámbitos de interacción, espacios y horarios, coexistiendo con un orden que formalmente era más o menos hostil. Las prácticas no visibles no eran aceptadas socialmente (con matices) pero tampoco eran castigadas. Se daban en un mundo oficioso, ni oficialmente aceptado, ni prohibido de hecho. Este modo “hipócrita” de organización de interacciones sociales (PECHENY, 2002; MECCIA, 2016) se comprende más en clave sociológica que en términos morales (no lo es) o de políticas públicas, justamente porque la regulación es experimentada como autorregulación social, al tiempo que el Estado y el sistema político instituyen áreas de prácticas sociales en las que la regulación institucional, por así decir y valga la redundancia, se abstiene de intervenir. Esto no quiere decir que de ese modo no produzca y reproduzca desigualdades y violencia, y no quiere decir que como sucede todavía hoy con la prohibición del aborto: no accesible formalmente, y tolerado informalmente. (PECHENY, 2011) Tampoco quiere decir que no haya y haya habido momentos puntuales o periódicos de represión explícita y arbitraria. Pero el sistema “autorregulado” socialmente de condena pública y

tolerancia cotidiana, funcionó hasta que las políticas de la visibilidad, el VIH/sida, la globalización y la liberalización social, política y de género hayan vuelto insostenible dicha hipocresía. (PECHENY, 2003)

La transición y experiencia de la democracia institucional, la globalización de los estilos de vida a través de la televisión, el cine y luego Internet, las luchas sociales, y otros fenómenos como la epidemia de sida, rompieron los límites de esa hipocresía que permite el ocultamiento y permite el “no ver” activo, e hicieron menos sostenible ese carácter oficioso. Volvió a la homosexualidad menos protegida, pero al mismo tiempo hizo visible la desigualdad e inequidad que representaba la heteronormatividad.

Primero fue en el lenguaje de la tolerancia (aquella aceptación a regañadientes, como la tolerancia a un remedio que cae mal), luego la no-discriminación, finalmente el reconocimiento. En términos lógicos (que en la historia política, en verdad, no existen, o si existen son preocupantes), el matrimonio igualitario fue como el corolario deductivo del cambio de las premisas.

El amor, como discurso público de prácticas sexuales que bien podrían mantenerse en privado y en la clandestinidad, y su reconocimiento y celebración, terminaron de quebrar esos límites de lo oficioso. Hoy lo clandestino del amor homosexual es equiparable al amor heterosexual. Puede ser por aventura, por no-monogamia, por otros tabúes (ejemplo: la exogamia de clase, la diferencia de edad, la compensación económica). No representa, no representa tanto, una especificidad.

El aborto sigue manteniéndose en el mundo oficioso: es ilegal en casi todos los casos, es de difícil o nula accesibilidad en el sistema de salud, y no hay mujeres presas ni practicantes presos por aborto. Lo oficioso, como se vio con la homosexualidad, funciona. Y puede permanecer por décadas, mientras unas/os y otros/as sean cómplices en mantener límites que, con muchos problemas y daños, injusta, desigual y sistemáticamente distribuidos, en última instancia permiten las prácticas.

La demanda de aborto no consiguió articularse a un discurso público universalizable, no sólo en términos de libertad (de las mujeres) e igualdad ciudadana, sino también de la autonomía en materia de gestación como condición central de la dignidad, la felicidad, y los proyectos de amor y de familia del conjunto. (PECHENY, 2011; BROWN, 2016) Tampoco logró el aborto ingresar de pleno en la agenda como una cuestión de salud pública y de responsabilidad estatal, lo cual puede permitir avances aun desligado de las cuestiones feministas, sexuales y de género, como en parte explica la reforma legal del aborto en Uruguay. (CORREA; PECHENY, 2016)

Cuando el tema del matrimonio igualitario entró en la agenda articulado a valores positivos (aun conservadores y ambivalentes) como el amor y la familia, tenía una gran batalla ganada. En el parlamento, el debate público sobre matrimonio igualitario de legisladoras/es y sociedad civil mostró la enorme dificultad que tenían los sectores hostiles para oponérsele sin caer en la discriminación explícitamente arbitraria y en un discurso religioso considerado inaceptable en la Argentina. (GARGARELLA, 2010) Los argumentos centrales fueron sí la libertad y la igualdad (ante la ley), los derechos y la justicia social, pero no solo de individuos, sino de parejas

y hasta familias: las hijas e hijos de gays y lesbianas tienen derechos, y la ley debe garantizarles el “amor y proteínas”, como diría Solá, amor y proteínas que no son patrimonio de heterosexuales. El amor romántico sirvió de valla: ¿cómo y con qué argumentos o pretextos el Estado puede osar oponerse a los proyectos de vida de quienes se aman tanto, desde hace tanto tiempo, y con un amor tan romántico?

Con cinismo y con sinceridad, el movimiento social hizo uso de los argumentos a mano. El movimiento por el aborto no pudo avanzar todavía más allá de la matriz victimista (las mujeres que mueren de aborto, por ejemplo) no traducible en valores positivo (hijos, familia, amor), en un discurso que también se presenta como pro-vida.

¿Hay lecciones aprendidas? El matrimonio salió y hoy es ampliamente aceptado. A la heteronormatividad siguieron nuevas normatividades: hoy la pregunta de cuándo te casás y para cuándo los hijos, la escuchan todos y todas, no sólo quienes son heterosexuales, no sólo las y los cis. El amor como retórica aparece en la política en sentido más amplio (las nuevas derechas lo usan) y es un eficaz discurso político que aparece como no-político. En particular, para volver a nuestros temas, el amor mantiene una relación ambivalente con lo sexual, vuelve a teñir de estigma a algunas prácticas y algunos vínculos sexuales; nos obliga a plantear la pregunta acerca de cuál es la legitimidad y respetabilidad de las sexualidades no amorosas, de los vínculos no fundados en el amor, los no-vínculos y la ciudadanía-derechos-estatus social, entre otras cuestiones dilemáticas.

Analizar estas cuestiones implica recuperar una economía política de los lazos sexuales y amorosos. (PECHENY, 2014) Lo que voy a plantear en la siguiente sección, final, es un malestar: se avanzó en derechos para gays y lesbianas, y para trans, y un montón de derechos sexuales y reproductivos para (casi) todo el mundo. Menos el aborto. A pesar de esos avances, persiste un malestar.

El malestar persiste, y esta es la idea con la que pretendo concluir, porque la heteronormatividad reproductiva no ha sido desbarrancada, reemplazada por una ausencia de normas, por la tan mentada liberación sexual. Fue reemplazada, corregida y aumentada (corregida para bien, pero no eliminada), por nuevas y más abarcativas normatividades. La pregunta de ¿cuándo se casan/te casas? ¿los hijos, para cuándo? ya no son el karma de las mujeres y varones cis, heterosexuales. Gays, lesbianas, y ahora también trans, han entrado a la norma de cómo es deseable y reconocidamente aceptable vivir la sexualidad, la reproducción, la conyugalidad, la familia, es decir, cómo vivir una vida que merezca ser vivida.

La normatividad abarca también: la norma anticonceptiva (hay que cuidarse, cuidarse bien, cuidarse eficazmente, sin fallas y todos y todas empoderadas); la norma procreativa (que establece en qué momento, situación conyugal, y circunstancia de la vida es bueno, o no es bueno, o es una locura, tener hijos); la norma abortiva (ligada a lo anterior: cómo, cuándo, con qué procedimientos, abortar); la norma trans (cómo se es una o un trans, en cuanto a expresión de género, modificaciones corporales, lenguajes); la norma seropositiva (adherir al tratamiento, al sexo más seguro, al contarle a los demás...); y la norma sexual del deseo: hay que desear y ser objeto de deseo, siempre, cada vez más; la depresión y la soledad, por el contrario son

estigmatizadas, y se las piensa juntas. Y así podríamos seguir.

El malestar, a pesar de y por los avances, se explica en un primer ejercicio reflexivo por el hecho de la normatización, la universalización (homogénea) de expectativas sobre cómo vivir la sexualidad, la reproducción, la conyugalidad, el amor, la familia y la vida.

En un segundo ejercicio reflexivo, sugiero, el malestar se explica también—ligado a lo anterior— por la reducción del ámbito erótico a un intercambio racionalizado. Dicho en otros términos: hay una tensión inherente a los principios y traducciones prácticas que implican la justicia social y la justicia erótica. Y la tensión es crecientemente visible. ¿Puede el ámbito erótico regirse por los mismos principios éticos y de regulación que los demás intercambios sociales (como los del ámbito político, económico, laboral...)? Es decir, los principios de autonomía, consentimiento, libertad, igualdad, ¿pueden aplicarse sin más al ámbito sexual, erótico, amoroso, afectivo?

Secas y mojadas: en este (desordenado) texto he planteado ciertas tensiones, paradojas y contradicciones ligadas empíricamente y lógicamente al desarrollo de derechos y políticas en materia de sexualidades. Finalizo con una apelación sensorial: la tensión no es sólo intelectual, racional, ideológica y analítica. Es física. Por eso invoco esta calificación de las políticas (y sus lenguajes y burocracias y...) como secas, áridas. Y las sexualidades como mojadas. Ahí también hay algo para entender los porqués de las incomodidades que nos afectan cuando pensamos sexualidad y política. Y no sólo las políticas malas y represivas y discriminatorias, sino aquellas por las cuales hemos luchado y seguimos luchando, por las que resistimos, y sobre las cuales investigamos.

Referencias

- BROWN, Josefina. El aborto en cuestión: la individuación y juridificación en tiempos de neoliberalismos. **Revista Salud, Sexualidad y Sociedad**, n. 24, p.16-42, dic. 2016. Disponible em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.24.02.a>. Acceso em: 19 ene. 2017.
- CLERICO, Laura; ALDAO, Martín (Orgs.) **Matrimonio igualitario**. Perspectivas sociales, políticas y jurídicas. Buenos Aires: Eudeba, 2010.
- CORREA, Sonia; PECHENY, Mario. **Abortus Interruptus**: política y reforma legal del aborto en Uruguay. Montevideo: MYSU, 2016. Disponible em: <http://www.mysu.org.uy/wp-content/uploads/2016/11/aqu%C3%AD.pdf>. Acceso em: 19 ene. 2017.
- LOS DIEZ hechos que marcaron la batalla por el matrimonio igualitario. **INFOBAE**, 15 de julio de 2015.. Disponible em: <http://www.infonews.com/nota/234098/los-diez-hechos-que-marcaron-la-batalla>. Acceso em: 19 ene. 2017.
- GARGARELLA, Roberto. Matrimonio y diversidad sexual: el peso del argumento igualitario. In: CLERICO, Laura; ALDAO, Martín (Orgs.). **Matrimonio igualitario**. Perspectivas sociales, políticas y jurídicas. Buenos Aires: Eudeba, 2010. p. 125-138.
- HILLER, Renata. **Conyugalidad y ciudadanía**: disputas en torno a la regulación estatal de las parejas gay lésbicas en la Argentina contemporánea. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2011. Tesis de Doctorado

LEFORT, Claude. Derechos del hombre y política. In: LA INVENCIÓN democrática. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.

_____. Los derechos del hombre y el Estado asistencial. In: ENSAYOS sobre lo político. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1991.

MECCIA, Ernesto. **El tiempo no para**. Buenos Aires: EUDEBA, 2016.

PECHENY, Mario. Identidades discretas. In: ARFUCH, Leonor (comp.). **Identidades, sujetos y subjetividades**. Buenos Aires: Prometeo, 2002. p. 125-147.

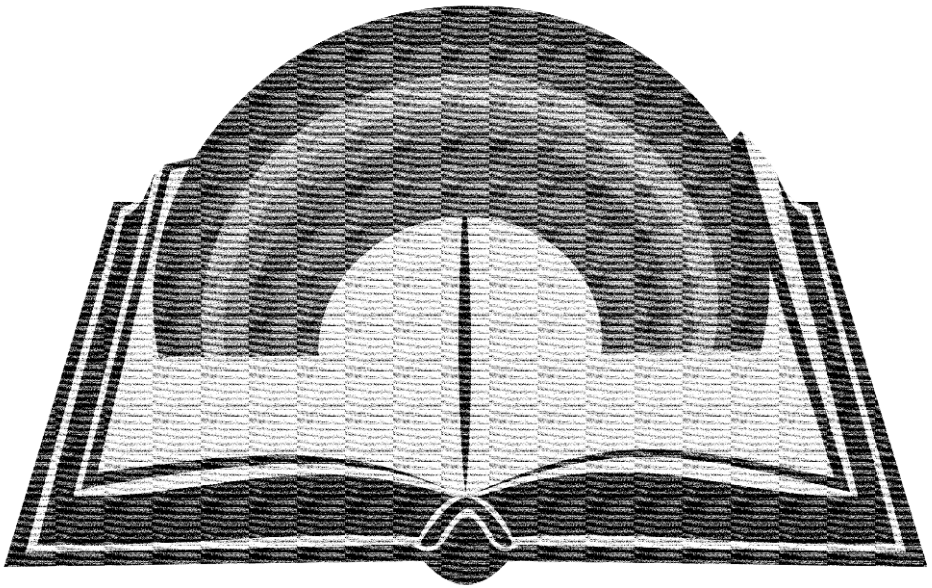
_____. Oficios y prácticas de quienes investigamos sobre temas sexuales. **Apuntes**, v.16, n.23, p. 113-118, 2014.

_____. Sexual Orientation, AIDS and Human Rights in Argentina. In: ECKSTEIN, Susan; WICKHAM-CROWLEY, Timothy, eds. **Struggles for Social Rights in Latin America**. Nueva York, Londres: Routledge, 2003. p.252-270

_____. Yo no soy progre, soy peronista. ¿Por qué es tan difícil discutir políticamente sobre aborto? In: BERGALLO, Paola. **Aborto y justicia reproductiva**. Buenos Aires: Del Puerto, 2011. p. 91-114.

SEBRELI, Juan José. Historia secreta de los homosexuales de Buenos Aires. In: ESCRITOS sobre escritos, ciudades bajo ciudades. Buenos Aires: Sudamericana, 1997. p. 275-370.

SOLA, Felipe. El sobresaliente discurso de Felipe Solá sobre el Matrimonio Homosexual. 2010. Disponible em: <http://felipesolanoticias.blogspot.com.ar/2010/05/el-sobresaliente-discurso-de-felipe.html>. Acceso em: 19 ene. 2017.



Parte II

**Educando para a diversidade:
o desafio do ensino
no ensinar gênero
e sexualidade na escola
e na educação superior**

CAPÍTULO 4

Preconceito contra gênero e diversidade sexual e de gênero em uma universidade pública brasileira: prevalência, o seu reconhecimento, e os efeitos da educação ²⁸

Angelo Brandelli Costa

Rodrigo Oliva Peroni

Eric Seger de Camargo

Andrew Pasley

Henrique Caetano Nardi

Apesar dos vários avanços em direitos humanos relativos à diversidade sexual e de gênero, desde inovações em saúde pública em relação ao HIV/AIDS, mudanças na concepção de leis sobre casamento, criação de políticas públicas que visam a garantir a equidade entre homens e mulheres, até a maior parada LGBT do mundo – a discriminação em relação à diversidade sexual e de gênero ainda é muito presente no Brasil. (MELLO et al., 2012) Por exemplo, políticas educacionais que combatem a discriminação por gênero e sexualidade (GenSex) e garantem direitos LGBT são pontuais e inconsistentes. Notoriamente, em 2011, a presidenta do Brasil anunciou pessoalmente o cancelamento do programa “Escola Sem Homofobia”. Membros/as do Congresso que são também lideranças religiosas se opõem fortemente à progressão de direitos de mulheres e de pessoas LGBT, direcionando a agenda política brasileira no sentido de reforçar o preconceito. (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012)

A presença de discriminação por gênero e sexualidade em instituições de ensino tem sido um fenômeno de interesse acadêmico desde meados dos anos 1980 (para uma compreensão

²⁸ O objetivo desse capítulo é relatar a pesquisa que avaliou o preconceito contra gênero e diversidade sexual e de gênero em na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

do contexto na literatura norte-americana, ver Rankin, 2003). O impacto negativo na qualidade de vida e de educação dos/as estudantes é significativo e bem documentado. (KOSCIW et al., 2013) Entretanto, pesquisas empíricas brasileiras sobre discriminação em relação a gênero e sexualidade são recentes e escassas. Costa et al. (2013) fizeram uma revisão sistemática dos dados disponíveis, incluindo vários estudos em contextos educacionais. Dunbar, Brown e Vuorinen (1973) demonstraram que os/as estudantes brasileiros de ensino superior apresentaram mais atitudes homofóbicas e atribuíram mais características femininas aos homens homossexuais, comparados/as aos/as do Canadá. Além disso, Araújo et al. (2007) observaram a maneira como os/as estudantes percebiam a adoção por casais homossexuais, estratificado por seus cursos/disciplinas. Notavelmente, os/as estudantes de Psicologia tendiam a citar “distúrbios psicológicos” como um resultado possível nas crianças, enquanto estudantes de Direito consideravam “questões de moralidade” como um efeito em potencial.

Em uma pesquisa feita com estudantes de graduação em Teologia por Pereira et al. (2011), preconceito explícito estava associado com fortes crenças morais e éticas sobre a natureza da homossexualidade. Aqueles que tinham uma crença biológica e, especialmente, psicossocial a respeito da natureza da homossexualidade também tinham um viés discriminatório, mas mais sutil. Finalmente, em um estudo com estudantes de pós-graduação em Psicologia e Administração, Fleury e Torres (2007) demonstraram que os/as estudantes tinham maior probabilidade de atribuírem características positivas a heterossexuais do que homossexuais.

Nesse sentido foi realizada uma pesquisa sobre atitudes e crenças relacionadas à orientação sexual e identidade/não conformidade de gênero dirigida ao corpo discente da graduação da UFRGS para mapear o preconceito presente na Universidade. Ela contou com o suporte institucional da Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD) e pelos pesquisadores ligados ao Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero do Instituto de Psicologia com suporte técnico do Centro de Processamento de Dados. O artigo que relata a pesquisa foi originalmente publicado na revista *Sexuality Research and Social Policy* (COSTA et al., 2015).

A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética do Instituto de Psicologia, teve participação voluntária e a confidencialidade garantida pelo sistema de pesquisa on-line disponibilizado pelo Centro de Processamento de Dados.

As/Os participantes responderam a uma versão Revisada da Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero (EPDSG), que é formada por 18 itens com afirmações múltiplas sobre o preconceito contra gays, lésbicas, travestis, transexuais e não conformidade de gênero. (COSTA; BANDEIRA; NARDI, 2015; COSTA et al., no prelo)

Aproximadamente 30% do corpo discente responderam à pesquisa, ou seja, 8184 alunas/os. Houve representação de todos os cursos da Universidade. Para fins de análise, o curso dos participantes foi reclassificado a partir da Tabela de Áreas do Conhecimento da Capes. O curso de Biotecnologia, único na categoria “Multidisciplinar”, foi considerado Ciências Biológicas.

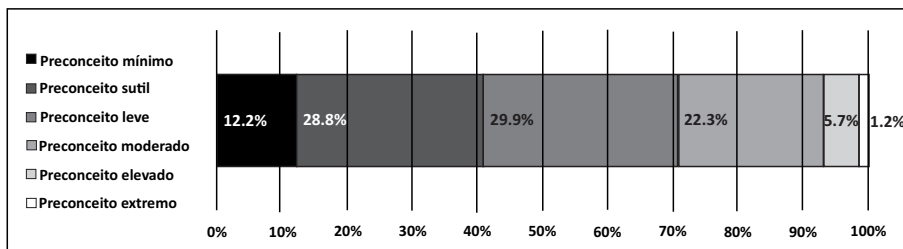
Participante por área do conhecimento

Área do conhecimento	N	n%	N	N%	n residual
Engenharias	1,322	16.15	5,123	18.03	-151
Ciências Agrárias	273	3.33	1,120	3.94	-54
Ciências Exatas e da Terra	785	9.59	2,899	10.20	-33
Ciências da Saúde	1,293	15.80	4,380	15.41	66
Ciências Sociais Aplicadas	2,180	26.63	7,607	26.77	-29
Ciências Biológicas	284	3.47	795	2.79	39
Ciências Humanas	1,246	15.22	4,012	14.12	101
Letras, Linguística e Artes	801	9.78	2,474	8.70	65
Total	8,184		28,410		

Os parâmetros dos itens e dos participantes foram analisados por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI). Os resultados apontaram para a adequação da amostra e das propriedades psicométricas do instrumento, assim como indicaram que os participantes poderiam ser subdivididos em pelo menos seis categorias distintas em relação ao nível de preconceito.

Considerando o universo dos/as respondentes a análise indicou que 12,17% apresentam nível mínimo de preconceito, no entanto, considerando apenas os/as estudantes heterossexuais essa porcentagem cai para 8,09%.

Cabe ressaltar que qualquer valor acima do nível mínimo é preocupante uma vez que escala utilizada na pesquisa avalia o preconceito explícito a partir de afirmativas de extrema sensibilidade como: “Travestis me dão nojo”, “Homens e mulheres deveriam ser proibidos de mudar de sexo”, “O casamento entre mulheres lésbicas deveria ser proibido”, “Sexo entre dois homens é totalmente errado”, etc.



O nível de preconceito variou de acordo com o gênero, a orientação sexual, a prática religiosa e a origem geográfica, ou seja: homens, pessoas heterossexuais, pessoas que declaram ter religião, aquelas/es com prática religiosa alta e naturais de cidades com menos de 100 mil habitantes responderam de forma mais preconceituosa os itens.

Preconceito por grupo sócio demográfico

Grupo	M 0 (SD)	95% CI	<i>p</i>	Tamanho do efeito
Gênero				
Homem	-1.38 (1.31)	[-1.42, -1.33]		
Mulher	-2.12 (1.27)	[-2.16, -2.08]	<.001	.57 ²
Outro/Não sabe 1	-2.32 (1.68)	[-2.72, -1.92]		
Religião				
Sim	-1.34 (1.27)	[-1.39, -1.30]	<.001	.60 ²
Não	-2.13 (1.30)	[-2.16, -2.09]		
Prática Religiosa				
Não praticante	-1.47 (1.22)	[-1.56, -1.39]	<.001	.01 ³
Pouco praticante	-1.39 (1.21)	[-1.44, -1.33]		
Pouco praticante	-1.09 (1.42)	[-1.19, -.99]		
Densidade pop. do local de nascimento				
+ 100,000 habitantes	-1.83 (1.33)	[-1.87, -1.75]	<.001	.10 ²
- 100,000 habitantes	-1.70 (1.35)	[-1.75, -1.65]		

Heterossexual	-1.60 (1.29)	[-1.63, -1.57]		
Não Heterossexual	-2.73 (1.19)	[-2.08, -2.66]	<.001	.91 ²
Não sabe ¹	-2.60 (1.33)	[-2.79, -2.41]		

Notas: 1 - Não utilizado nessa análise, 2 - *d*, 3 - η^2

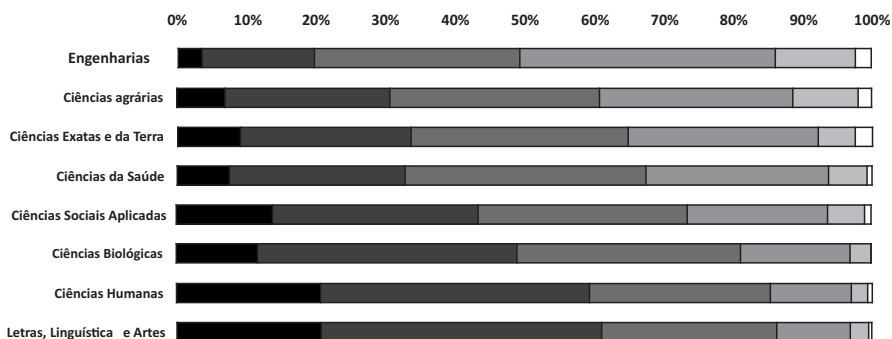
O preconceito também varia de acordo com a denominação religiosa. As pessoas que se declaram pertencentes a religiões de matriz africana, pagãs, neopagãs e asiáticas/orientais apresentam preconceito menor do que a média geral. Chama atenção o nível extremo de preconceito relatado por católicos protestantes.

Preconceito por determinação religiosa

Denominação	n	%	M è (SD)	95% CI
Afro-brasileira (Candomblé, Umbanda, Batuque ou outra)	149	4.17	-2.15 (1.29)	[-2.36, -1.94]
Pagãs ou Neopagãs (Xamanismo, Bruxaria, Wicca ou outra)	21	0.58	-2.14 (.94)	[-2.57, -1.71]
Asiática/oriental (Budista, Hinduísta, Hare Krishna ou outra)	80	2.24	-1.98 (1.36)	[-2.28, -1.68]
Espírita ou Kardecista	624	17.47	-1.82 (1.23)	[-1.92, -1,73]
Judaica	51	1.42	-1.73 (1.51)	[-2.16, -1.31]
Outras	71	1.98	-1.68 (1.21)	[-1.97, -1.39]
Agnósticos	16	0.44	-1.54 (1.13)	[-2.14, -.94]
Católica	2,004	56.13	-1.26 (1.20)	[-1.31, -1.20]
Islâmica	7	0.19	-1.14 (1.53)	[-2.56, .28]
Cristão Outros (sem denominação, ortodoxo, santo daime)	32	0.89	-.85 (1.32)	[-1.32, -.37]

Pentecostal (Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus, 268 Congregação Cristã no Brasil, Evangelho Quadrangular ...)	7.50	-0.61(1.12)	[-.74, -.47]
Mórmon (Igreja de Jesus Cristo dos últimos Dias)	18	0.50	-.18 (.98) [-.67, .30]

A distribuição dos grupos por grau de preconceito varia também de acordo com a área do conhecimento ao qual o/a aluno/a está vinculado/a. Existe uma concentração dos grupos que possuem preconceito extremo e elevado nos cursos das áreas de engenharias, ciências agrárias e ciências exatas. Os grupos com preconceito moderado e baixo se concentram nas ciências da saúde e sociais aplicadas, e os grupos que apresentam preconceito sutil e mínimo é maior nas ciências biológicas, ciências humanas, letras, linguísticas e artes.



	Letras, Linguística e Artes	Ciências Humanas	Ciências Biológicas	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências da Saúde	Ciências Exatas e da Terra	Ciências agrárias	Engenharias
■ Preconceito mínimo	20.85	20.71	11.62	13.85	7.58	9.04	6.96	3.93
■ Preconceito sutil	40.32	38.76	37.32	29.50	25.29	24.59	24.18	16.11
■ Preconceito leve	25.22	26.16	32.39	30.05	34.73	31.21	30.04	29.80
■ Preconceito moderado	10.61	11.48	15.49	20.18	26.14	27.26	27.47	36.61
■ Preconceito elevado	2.62	2.25	3.17	5.28	5.57	5.48	9.52	11.50
□ Preconceito extremo	0.37	0.64	-	1.15	0.70	2.42	1.83	2.34

Não há correlação entre o tempo de permanência na universidade e o nível de preconceito.

Ainda, 68,62% dos/as alunos/as da Universidade relataram nunca ter realizado

formação ou assistido alguma aula, palestra ou atividade relacionada a gênero, identidade de gênero, sexualidade ou diversidade sexual na Universidade. Dos que já realizaram formação, 61,64% são de cursos na área de ciências humanas, 42,69% de cursos das ciências da saúde, 34,08% da área de linguística, letras e artes, 30,04% de cursos em ciências sociais aplicadas, 23,59% da área de ciências biológicas, 15,16% de cursos das ciências exatas e da terra, 12,08% da área de ciências agrárias e 7,64% das engenharias.

Preconceito por participação em formação

Disciplinas	% participou de formação	\bar{X}	$\hat{\sigma}$	95% CI	<i>p</i>	<i>d</i>
Engenharia	7.64	.45	[.21, .69]	.001	.36	
Ciências agrárias	12.08	.74	[.26, 1.22]	.002	.58	
Ciências Exatas e da Terra	15.16	.25	[.00, .50]	.04	.18	
Ciências da Saúde	42.69	.37	[.24, .49]	< .001	.31	
Ciências Sociais Aplicadas	30.04	.80	[.67, .92]	< .001	.60	
Ciências Biológicas	23.59	.24	[-.07, .56]	.14	.20	
Ciências Humanas	61.64	.35	[.21, .50]	< .001	.27	
Letras, Linguísticas e Artes	34.08	.18	[-.01, .36]	.05	.14	
Total	31.38	.66	[.60, .72]	< .001	.51	

Ter realizado formação na temática apresenta grande efeito na redução do preconceito na amostra geral, no entanto, nas áreas do conhecimento, o efeito dessa formação foi contraditório, indicando que ações coordenadas são necessárias.

Grande efeito foi detectado nas Ciências Sociais Aplicadas e Agrárias. Efeito médio nas Ciências da Saúde e Engenharias. Efeito pequeno nas Ciências Humanas. E não encontramos efeito significativo nas Ciências Exatas, Biológicas e Letras e Artes.

A distribuição do nível de preconceito nas Ciências Exatas e Biológicas foi bimodal. Isso

se deve, provavelmente, a presença nessa categoria de cursos de licenciatura onde as/os alunas/os realizam formação relativa a gênero e sexualidade, junto com o curso de origem, onde não há formação na temática. Dessa forma, por essa razão, o efeito da formação pode ter ficado mascarado nessas categorias.

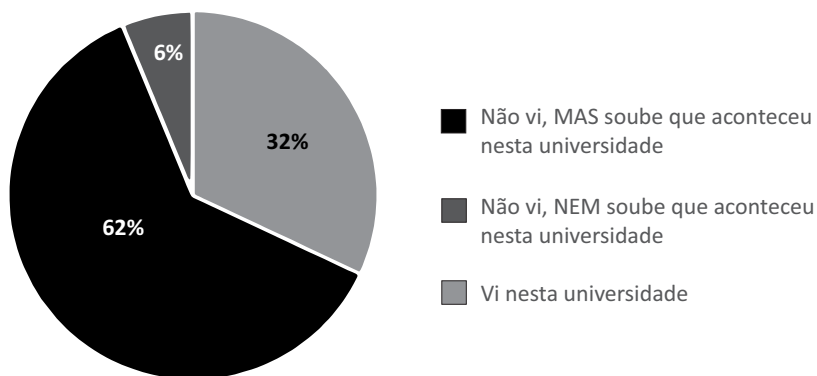
Os cursos de Ciências Humanas e Letras e Artes apresentaram baixo ou nenhum efeito, no entanto, cabe ressaltar que são os cursos com o menor nível de preconceito geral e com a maior proporção de alunas/os que realizaram formação na temática. O mesmo parece se aplicar as/os alunas/os de Ciências Sociais Aplicadas.

O alto efeito da formação nas Ciências Agrárias e Engenharias pode ser entendido a partir da baixa prevalência de alunas/os que realizaram formação específica, e do fato desses cursos não terem disciplinas que discutam a temática. Esse dado revela que o grupo de estudantes dessas áreas que realizaram formação, deve ser composto por alunas/os que ativamente buscam atividades na temática e, portanto, estão mais abertas/os a esses temas.

O efeito médio da formação na área da Saúde é preocupante. Deve ser avaliado a partir do fato de que apesar de apresentarem discussões curriculares na temática, elas ainda devem se dar a partir de uma perspectiva não inclusiva e que pode reforçar o preconceito ao invés de combatê-lo.

32% das/os estudantes relatam que foram informadas/os de atos na Universidade que implicaram em humilhação, agressão física, maus-tratos de um/a aluno/a por ser homossexual (gay ou lésbica), travesti ou transexual. Ainda, 6,3% relatam ter presenciado esse tipo de manifestação. Considerando a orientação sexual, 33,4% da/os aluna/os heterossexuais relatam ter presenciado ou ouvido relatos de discriminação contra 63,7% das/os participantes não-heterossexuais.

Viu ou soube o que aconteceu na universidade humilhação, agressão física, maus-tratos de um aluno/a por homossexual (gay ou lésbica), travesti ou transexual?



Existe uma relação positiva entre o nível de preconceito e a percepção de discriminação. Isso significa que esse tipo de evento pode ser mais frequente na universidade e permanece não detectado.

Por fim, considerando o fato da prevalência de estudantes que se declararam não-heterossexuais ser acima da média e que houve uma maior representação de alunas/os de cursos com menor nível de preconceito, além de menor representação de alunas/os de cursos com maior nível de preconceito, os resultados dessa pesquisa devem estar evidenciando um nível de preconceito inferior à realidade.

O Plano Nacional de Educação anterior (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001) foi falho em relação à educação em gênero e sexualidade. (VIANNA; UNBEHAUM, 2004) No que tange à educação em nível superior, o plano requeria a inclusão de orientações para currículo relacionado à gênero e sexualidade unicamente em cursos para professores/as (licenciaturas), com o objetivo de focar a ação anti-discriminação nos níveis escolares fundamental e médio; prevenindo o preconceito em estágios iniciais. A maior parte das ações em nível superior consistiram em cursos para professores/as em parceria com grupos de pesquisa de universidades. Alguns destes cursos aconteceram em Porto Alegre, onde a UFRGS construiu parcerias com ONG's LGBT locais (NARDI; QUARTIERO, 2012), entretanto, ações direcionadas a estudantes de nível superior permaneceram negligenciadas. Além disso, mesmo as ações direcionadas aos níveis fundamental e médio estão agora em declínio. (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012) Ao mesmo tempo, nos últimos 10 anos, o governo brasileiro tem investido muito nas chamadas “políticas da diversidade” ou “inclusão”. Estas políticas têm como objetivo garantir o acesso ao ensino superior e afirmar a identidade de grupos como pessoas afrodescendentes, indígenas e pessoas com necessidades especiais. Infelizmente, a comunidade LGBT não tem recebido muita atenção dentro do espectro da “diversidade”. (MOEHLECKE, 2009) O novo Plano Nacional de Educação (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014) foi aprovado no ano passado com todas as menções à educação em gênero e sexualidade removidas devido à pressão de deputados representantes da bancada evangélica aliados/as à outras alas conservadoras do congresso, deixando a política de educação brasileira sem nenhum objetivo nacional para políticas anti-discriminação por gênero e sexualidade na próxima década.

Após a conclusão dessa pesquisa, muitas universidades brasileiras garantiram aos/as alunos/as trans (transexuais, travestis, transgêneros) a possibilidade de mudar seu nome e designação de gênero nos registros e documentos da universidade. Isso também aconteceu na UFRGS, em resposta a uma regulamentação estadual que confere às pessoas trans a garantia do reconhecimento do nome social em instituições públicas estaduais e à pressão de estudantes e professoras/es. Entretanto, as políticas acadêmicas devem garantir outros direitos básicos, como a inclusão de várias identidades de gênero em todos os formulários da universidade, adoção de banheiros sem gênero, assim como vestiários e quartos nos alojamentos de estudantes, além de uma agenda anti-discriminação explícita.

Referências:

ARAÚJO, L. Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v.19, p.95-102, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em . Acesso em: 27 nov. 2015.

COSTA, A. B.; BANDEIRA, D. R.; NARDI, H.C. Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.32, n. 2, p. 163-172, 2015.

COSTA, A.B. et al. Homophobia or sexism? A systematic review of prejudice against nonheterosexual orientation in Brazil. **International Journal of Psychology**, v.48, p. 900-909, 2013.

COSTA, A. B. et al. Prejudice against non-heterosexual orientations and gender expression in Brazil: validation study of the Revised Version of the Scale of Prejudice Against Sexual and Gender Diversity. **Journal of Homosexuality**. No prelo.

COSTA, A. B. et al. Prejudice Toward Gender and Sexual Diversity in a Brazilian Public University: Prevalence, Awareness, and the Effects of Education. **Sexuality Research and Social Policy**, v.12, n.4, p. 261-272, 2015.

DUNBAR, J.; BROWN, M.; VUORINEN, S. Attitudes toward homosexuality among Brazilian and Canadian college students. **Journal of Social Psychology**, v.90, p. 173-183, 1973.

FLEURY, A.; TORRES, A. Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.24, p. 475-486, 2007.

KOSCIW, J. et al. The effect of negative school climate on academic outcomes for LGBT Youth and the role of in-school supports. **Journal of School Violence**, v.12, p. 45-63, 2013.

MELLO, L; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos pagu**, v.39, p. 403-429, 2012.

MOEHLECKE, S. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, p. 461-487, 2009.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v.11, p. 59-87, 2012.

PEREIRA, C. et al. Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.27, p. 73-82, 2011.

RANKIN, S. R. **Campus climate for gay, lesbian, bisexual and transgender people: A national perspective**. New York: The National Gay and Lesbian Task Force Policy Institute, 2003. 68 p.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, p. 77-104, 2004.

VITAL DA CUNHA, C.; LOPES, P.V.L. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012. 232 p.

CAPÍTULO 5

Eixo Acolhimento do CDRH: Grupo de Vivências para Pessoas Trans

Flávia Luciana Magalhães Novais

Diego Carrilho da Silva

Helen Barbosa Santos

Introdução

O relato de experiência a seguir situa as ações de acolhimento às pessoas violadas em seus direitos referentes a gênero, sexualidade e raça, enquanto uma escuta qualificada de sujeitos que vivenciam violências e discriminações associadas à homofobia, lesfobia, transfobia, racismo e sexismo. Acompanhamentos e encaminhamentos para a rede de atenção das políticas públicas e espaços de direitos humanos, além da execução semanal de um grupo de vivências de pessoas trans binárias e não binárias constituem as principais estratégias de acolhimento executadas por uma equipe de professores, alunos de pós-graduação e graduação integrantes do Centro de Referência em Direitos Humanos em relações de gênero, sexualidade e raça (CDRH), que é um programa de extensão do Núcleo de pesquisa em sexualidade e Relações de gênero (NUPSEX) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolvido entre 2011 e 2016.

O CDRH tem por objetivo promover o respeito à liberdade em relação às expressões da sexualidade, gênero e raça, por meio de ações educativas no espaço universitário, na rede de políticas públicas e na comunidade. Deste modo, são executadas dentro do projeto do CDRH formações de capacitação e sensibilização nos serviços e espaços escolares, de saúde, assistência social e de proteção social. Apenas encaminhar os sujeitos em vulnerabilidade devido aos preconceitos e estigmas naturalizados nem sempre garante o acesso integral e humanizado, o que nos convoca a refletirmos sobre a Clínica Ampliada enquanto um conceito da saúde coletiva, potente para ultrapassar a noção de indivíduo medicalizado e reduzido à individualidade, com vistas a compreender o homem em seu contexto sócio-histórico.

Conforme Brasil (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE, 2010), a clínica ampliada é, então, uma crítica ao modelo médico/hospitalocêntrico/curativo/tecnológico e visa focar a prevenção da saúde e a promoção da qualidade de vida. A superação da clínica tradicional é necessária para que se estabeleça uma relação de encontro entre sujeitos, caracterizando uma coprodução de compromissos singulares que nega qualquer elemento a priori para que as experiências de cada um sejam levadas em

consideração em todos os procedimentos dentro da saúde pública. A clínica ampliada propõe, enfim, enxergar o humano como um todo, considerando suas dimensões psicológica, biológica, social, histórica e política, dando voz ao sujeito, para que ele participe ativamente de seu processo de saúde.

Assim, a clínica ampliada pressupõe o compartilhamento e corresponsabilidade da atenção aos sujeitos entre a equipe e entre equipes de trabalho. São diversas as formações universitárias dos envolvidos na equipe do CDRH, de maneira que nossas ações de acolhimento pautam-se na lógica da integralidade e transversalidades de saberes. Segundo Peres (2010), o diálogo com outros saberes surge como possibilidade de uma escuta clínica e institucional que vai além do recorte psicológico, para compor com os processos psicossociais, políticos e culturais, de modo a tomar as cenas e discursos como complexidades que são constituídas por diversos componentes de subjetivação na feitura dos sujeitos contemporâneos.

Neste sentido, pautamo-nos como referências para produzirmos espaços de encontros da diferença e diversidade, tanto ao reconhecer as singularidades, trajetórias de vida e acesso a redes de apoio dos sujeitos que nos procuram, como ao produzir outros modos de ampliar, facilitar o acesso e produzir tecnologias de cuidado humanizadas e integradoras às demandas da população. Peres (2010) assinala o modo como se cruza o plano das diferenças sociais, políticas e culturais mais amplas e o plano das experiências particulares, lembrando que entre esses dois níveis não é possível uma oposição distinta determinada por uma contradição, pois as lutas sociais são pessoais e coletivas. A ideia é promover uma clínica ampliada e intercessora, que dialogue com múltiplos saberes e processos de subjetivação, em especial os estudos sobre gênero e sexualidades.

Ou seja, como afirma Benevides (2002), clínica e social são indissociáveis e é mais uma questão a ser tratada no registro ético-político do que no jurídico ou simbólico. Trata-se de tomar clínica e social como linhas em regime de variação contínua, mesclando-se de tal maneira que só caberia pensar em oposição – complementação se as tomarmos como universais. A clínica-dispositivo pode intervir de modo a tornar a história pessoal como uma das linhas que atravessam e são atravessadas pela enunciação de uma época, produzidas por um coletivo-multiplicidade que não pode ser reduzido a noção de molar social.

Grupo de Vivência para pessoas Trans: possibilidade de vivências

Como dito anteriormente, o Centro de Referência em Direitos Humanos, o CRDH, tem como princípios básicos o direito à liberdade e o respeito à diversidade nas formas de vivência e constituição dos indivíduos. Com uma atuação que teve início em 2011, o CRDH trabalha com diversas situações de violações de direitos humanos ligadas às questões de gênero, orientação sexual, raça e classe.

O CRDH tem como conceito central o de interseccionalidad. (CRENSHAW, 2002; CARNEIRO, 2001). Dessa forma, é no reconhecimento de que cada sujeito é formado por uma rede de relações formadas por marcadores sociais de diferença. Ou seja, reconhece-se que as relações sociais são formadas por hierarquizações onde gênero/sexo/sexualidade, raça/etnia,

classe social, religião, entre outros, são articulados, criando vulnerabilidades (SILVEIRA et al., 2015).

As relações de poder são estabelecidas de forma desigual dependendo de quais dos marcadores sociais atravessam as vivências. Pensa-se num sujeito a partir dos preceitos de Foucault (1984), onde este não existe de forma anterior e definitiva, ou seja, é criado e recriado historicamente. Supera-se também algumas dicotomias que são calcadas nas atuações de maneira geral, como a de indivíduo-sociedade, saúde-doença, sujeito-coletivo. Tais binarismos, bem como a valorização de explicações biológicas dicotomizantes e crenças religiosas muito conservadoras produzem discursos que colocam em cheque a existência de certos indivíduos e a garantia de seus direitos básicos. As diferenças entre os corpos, a partir desses discursos, são transformadas em desigualdades, onde mulheres travestis e pessoas trans são colocados como “patológicos” ou “anormais” (SILVEIRA et al., 2015).

A prática cotidiana do acolhimento no CRDH se dá a partir da valorização da trajetória de vida, pensando nele como uma maneira de construir um encontro entre as pessoas ligadas diretamente à equipe formada por docentes, estudantes e profissionais voluntários, e as pessoas que buscam ajuda a partir dos serviços do centro. Nesse sentido, pensa-se o acolhimento como uma possibilidade de promover encontros capazes de construir processos e produzir novas possibilidades de vida, onde a garantia dos direitos humanos seja exercida.

Assim, o ato ou efeito de acolher a partir dos preceitos da Política Nacional de Humanização (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE, 2010), tem como pressuposto o de construir uma atuação baseada na inclusão. Dessa forma, o acolhimento feito pela equipe do CRDH tem o compromisso com o reconhecimento do outro, respeitando seus objetivos, seus modos de viver e às suas demandas.

A partir dos encontros possibilitados pelos acolhimentos especialmente relacionados às questões de violação de direitos às pessoas trans, com casos de transfobia em escolas, centros de saúde, problemas familiares ligados a essa temática e levando em consideração também outros marcadores sociais como raça e classe, percebeu-se a necessidade da criação de um espaço onde sujeitos pudessem trocar experiências e construir vínculos, foi construído o Grupo de Vivências para pessoas trans binárias e não binárias.

Entende-se o grupo como uma forte ferramenta para a construção de possibilidades de vida e contrapondo tendências onde grupo é visto como “subproduto, tratamento mais barato e acessível à população com poucos recursos financeiros, ou tratamento indicado para serviços públicos de saúde, pelas mesmas razões econômico-financeiras e/ou por atender mais gente em menos tempo” (BENEVIDES, 2005, p. 10), pensando especialmente na ruptura com práticas de cunho psicanalíticas a qual a imagem do trabalho com grupos estava associada.

Ou seja, grupo como dispositivo de intervenção como possibilidade de superar movimentos contemporâneos individualizantes e privatistas da experiência subjetivo-política (BENEVIDES, 2002), com o intuito de superar conceituações patologizantes acerca da vivência trans, e possibilitar o encontro, construir formas de ação e superação de violências relacionadas a transfobia.

Pensa-se o grupo como uma importante ferramenta para criação de novas possibilidades de vida para além do sofrimento, da exclusão, da transfobia. As questões de vulnerabilidades que se atravessam em cada um dos participantes são valorizadas, pensando no encontro - tanto com a equipe do CRDH como com os demais – como uma ferramenta para se pensar em formas de enfrentamento do preconceito, novas possibilidades de vida. O grupo é aberto, ou seja, qualquer pessoa que se identifique como trans (binário ou não binário) pode participar. Como parte da equipe do CRDH, duas coordenadoras acompanham as reuniões, construindo junto com os participantes um espaço de trocas e vivências, desenvolvendo um trabalho coletivo composto de reciprocidades e respeito.

A partir de reuniões semanais, os participantes do grupo trazem em suas falas inquietações do cotidiano, tensões familiares, dúvidas, angústias. Para além de um espaço de terapia, o grupo pensa em soluções para alguns problemas, novas formas de perceber e enxergar as situações, respeitando as limitações e os processos de cada um.

O cotidiano dos participantes do grupo é permeado pela constante luta no reconhecimento de sua identidade de gênero, porém nossas atividades nos apontam para uma perspectiva positiva com relação ao enfrentamento das tensões cotidianas ocasionadas pela discriminação e preconceito. Em feedback recente, realizado com os participantes para avaliação do desempenho do grupo, alguns dos relatos demonstram maior facilidade nas questões do dia a dia com a família e nas suas relações interpessoais, bem como também em iniciativas de ações cotidianas antes não pensadas. Alguns membros relataram que após o início de sua participação no grupo conseguiram diminuir as tensões com seus familiares quando abordadas as questões de identidade de gênero, bem como na aproximação dos mesmos com estes assuntos. Outros membros também apontaram para uma melhora na sua autoestima e inclusive o incentivo na confecção do nome social, mesmo sem o conhecimento de familiares sobre sua identidade.

Outra dificuldade relatada em algumas falas gira em torno da transição, normalmente relacionada à ambiguidade identitária, onde o contexto muitas vezes obriga a definição de qual identidade pode ser acessada. Em ambientes tidos como inseguros assume-se a que está relacionada ao gênero atribuído (o que normalmente causa muito constrangimento e violência) não havendo espaço para expressão de sua real identidade. O acompanhamento de cada processo demonstra que também gradativamente os membros relatam uma maior confiança no enfrentamento destes tipos de situações, e conseguindo expor sua identidade pelo seu gênero de identificação e não o designado no seu nascimento. O grupo é um espaço de trocas de vivência para além do mero compartilhamento de dor e sofrimento: é uma possibilidade de encontros e fortalecimento, produzindo vidas e redefinindo as trajetórias desses sujeitos que a cada dia percebem que suas vidas são possíveis de serem vividas para além da marginalização e do silêncio.

Referências

BENEVIDES, R. Clínica e Social: polaridades que se opõem/complementam ou falsa dicotomia? In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. (eds.) **Clínica e Política**: subjetividade e violação dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro, 2002. P.123-140.

BENEVIDES, R. Clínica e Social: polaridades que se opõem/complementam ou falsa dicotomia? In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. (eds.) **Clínica e Política**: subjetividade e violação dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro, 2002. P.123-140.

_____. A psicologia e o Sistema Único de Saúde: quais interfaces? **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n.2, p. 21-25, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS**. Clínica ampliada e compartilhada. 1. ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 64 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

CARNEIRO, A.S. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista LOLA Press**, n.16, nov. 2001.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n.1, jan. 2002.

FOUCAULT, M. **Historia da Sexualidade** - v. 1 - A vontade de saber 1977. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

PERES, Wiliam Siqueira. Cartografias clínicas, dispositivos de gêneros, estratégia saúde da família. **Rev. Estud. F e m .**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 205-220, apr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X201000100013 &Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 dez. 2016.

SILVEIRA, R. S., MACHADO, P. S., NARDI, H.C. **Diversidade Sexual e Relações de Gênero nas Políticas Públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?**. Porto Alegre: Deriva/Abrapso, 2015.

CAPÍTULO 6

The Privilege Walk: Centro Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça, caminhando sobre as interseccionalidades

Camila Santos Pereira

Diego Carrilho da Silva

Eric Camargo Seger

Flávia Luciana Magalhães Novais

Helen Barbosa Santos

Leonardo Régis de Paula

Luís Artur Costa

Introdução

O presente texto visa refletir sobre as interseccionalidades, enquanto uma ferramenta de pensamento sobre os marcadores sociais de diferença (raça-etnia/gênero-sexualidade/classe/geração), presente nas ações do Centro Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça (CRDH/NUPSEX). O CRDH é um programa de extensão universitária do Instituto de Psicologia da UFRGS existente desde 2012 que visa à promoção dos Direitos Humanos, sobretudo em relação ao racismo e à violência contra mulheres cissexuais e transexuais, gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros. As ações são divididas em quatro grandes projetos: a) Acolhimento para população LGBTQ+ em situação de violência; b) Formação para a rede de saúde e da educação sobre diversidade sexual e relações de gênero; c) Intervenção interdisciplinar em coletivos: vulnerabilidade social e direitos humanos; d) Cotas universitárias: explorando caminhos para jovens em contextos de medidas socioeducativas.

O conceito de interseccionalidades revela o desafio no campo acadêmico de incluir o debate sobre a violação de direitos humanos, tendo em vista que determinados grupos da

²⁹ Pessoas cisgênero são aquelas que se identificam com o gênero e com o sexo declarado no nascimento.

sociedade são atingidos com maior intensidade, como as violações caracterizadas pelo sexismo, racismo, cissexismo, heterossexismo e preconceito de classe (CRENSHAW, 2002). Nesse sentido, nossas estratégias de planejamento e execução de ações para a efetivação de direitos humanos respaldam-se nos marcadores sociais da diferença de maneira multifacetada, para além dos direitos humanos da suposta universalidade.³⁰

Interseccionalidade é, pois, uma ferramenta de análise que nos ajuda a perceber como diferentes conjuntos de identidades têm impacto na forma como se ascende aos direitos e às oportunidades. É nos pontos de intersecção que nos apercebemos das diferentes experiências de opressão e de privilégio. Todavia, não devemos olhar a combinação das diferentes identidades como uma mera soma, mas sim perceber que a combinação das mesmas é que produz experiências substantivamente diferentes (BRANCO, 2008, p.106).

Trabalhar com uma perspectiva interseccional é, em primeiro lugar, não mais apreender ou analisar a realidade com base em um ou outro conceito, isoladamente. Em segundo lugar, é pensar categorias de classificação dos sujeitos de forma relacional e articulada com as múltiplas diferenças e desigualdades (PISCITELLI, 2008). Um dos elementos potentes de planejamento e execução das ações produzidas pela equipe do CRDH têm sido os espaços de reunião e educação permanente³¹ que incluem a dimensão afetiva e relacional da experiência dos vários integrantes. Entre professores, estudantes de pós-graduação e graduação, a dimensão da partilha de saberes e vivências pessoais e coletivas de trabalho fomenta a desconstrução das hierarquias na produção do conhecimento, questão assinalada por feministas negras como Patrícia Hill Collins (1989).

Nós, usuários de cotas raciais e sociais, nós os gays, as lésbicas, as mulheres, brancas e negras, cis ou trans, nós entre diversos marcadores sociais no processo de trabalho do CRDH, buscamos planejar e executar propostas tanto de acolhimento às pessoas violadas em seus direitos como oportunizando formações de sensibilização e capacitação que possam integrar estas distintas nuances. Neste sentido, o presente artigo, que objetiva colocar em relação às interseccionalidades e as práticas desenvolvidas pelo CRDH, terá como disparador a oficina adaptada sobre privilégios e desigualdades realizada entre os integrantes no ano de 2016.

Nesta oficina, intitulada *Privilege Walk* (Caminhada do Privilégio), temos um ponto de partida de experimentação no campo das interseccionalidades. Inicialmente, na suposta universalidade, como em uma linha de largada, todos ocupam o mesmo lugar. As interseccionalidades serão fomentadas entre os sujeitos através de perguntas ou afirmativas que vão sinalizar para cada um/uma se devem dar um passo a frente, para trás, ou permanecer no lugar. O objetivo destas perguntas e afirmativas é evidenciar o quanto determinados marcadores

³⁰ O conceito de universalidade é criticado por Judith Butler, conforme Paula Bedin (2010), pois este sempre irá incluir algumas particularidades de sujeitos e deixar outras de fora. A incompletude do sujeito garante uma falta de interpelação, qualquer esforço que se faça por definir e identificar o sujeito completamente resultará impossível. Assim, o universal é o que pertence a todas as pessoas, mas não é tudo o que pertence a todos.

³¹ Ricardo Ceccim (2005) explora a dimensão relacional no processo de trabalho e no campo das experiências como parte do processo de educação permanente.

sociais deslocam as pessoas para lugares diferentes; lugares de exclusão ou maior inclusão, no acesso a direitos sociais, oportunidades e reconhecimento social.

Este momento de formação interna possibilitou-nos refletir sobre o quanto os marcadores sociais nos subjetivam,³² produzindo lugares de ser e estar no mundo mais ou menos legitimados socialmente, bem como as estratégias ético-pedagógicas que podemos fomentar para que a atenção disponibilizada às pessoas e instituições acolhidas pelo CRDH possa, cada vez mais, abranger a dimensão plural e singular das múltiplas interseccionalidades. Sendo assim, as perguntas que foram utilizadas na oficina supracitada serão utilizadas, em parte, no intento de movimentar reflexões sobre as interseccionalidades nas práticas produzidas pelo CRDH.

1. “Se você já esteve desconfortável com uma piada ou constrangimento relacionados à sua raça, gênero, aparência ou orientação sexual, mas se sentiu inseguro de confrontar esta situação, dê um passo para trás.”

As perguntas descritas na dinâmica *The Privilege Walk* que se relacionavam à identidade de gênero tinham dois enfoques principais: 1) As violências cotidianas relacionadas à identidade de gênero e 2) Os efeitos institucionais de não ter direito legítimo à sua identidade de gênero (conferir se sexo permanece) desde o nascimento, ou seja, de ser uma pessoa trans.

Dentre várias outras, podemos observar que estas questões acerca de violências cotidianas giram em torno da ameaça constante de assédio sexual, humilhações públicas e falta de segurança que colocam em risco a integridade física e emocional relacionados à identidade de gênero. Dessa forma, determinados sujeitos estão muitos passos atrás na caminhada, sem direitos reconhecidos e vulneráveis a violências tanto físicas quanto emocionais, e muitas das vezes correndo risco de vida, como nos mostram os dados cada vez mais crescentes relacionados à violência contra pessoas trans, mulheres travestis ou cisgênero.

Pensando especificamente na temática trans, as questões giram em torno de: possuir um diagnóstico de doença mental, poder expressar seu gênero sem risco de punição social (incluindo aqui risco de abandono familiar, desemprego e assassinato) e se, ao se consultar com um/a profissional da saúde, você sempre é atendido/a (se o/a profissional “sabe o que fazer com você”). Existem outras questões que poderiam ser sugeridas, pois delinham as realidades vividas por pessoas trans: *Você pode entrar em banheiros públicos marcados pelo seu gênero sem se preocupar se seu acesso vai ser garantido? Você pode utilizar seus documentos para viajar, se inscrever em concursos, concorrer a vagas de trabalho? Você pode vivenciar sua sexualidade e conjugalidade sem ser rejeitado/a (e talvez até assassinado/a) por causa de características do seu corpo? Você pode se olhar no espelho sem correr o risco de não reconhecer a pessoa que você vê?*

Para contextualizar teoricamente quando se pensa nessas questões, precisamos explicitar o que queremos dizer quando falamos em “gênero”. A categoria gênero

³² Subjetividade sob o prisma de Foucault (1994) é a experiência que o sujeito faz de si mesmo. Nas formas morais acentua-se o elemento dinâmico dos modos de subjetivação: as formas da relação consigo mesmo, as técnicas e procedimentos mediante os quais elabora essa relação, as práticas que permitem ao sujeito transformar seu próprio ser, os exercícios pelos quais o sujeito se constitui como objeto de conhecimento.

utilizada por movimentos feministas a partir da compreensão que diferenças entre sexos foram construídas culturalmente e compreendiam aspectos que vão muito além de diferenças anatômicas. O termo gênero possui uma série de conceituações e contextos decorrentes especialmente da sua utilização por grupos feministas em meados dos anos 60, porém, o enfoque dado no contexto deste trabalho recorre à Joan Scott, uma feminista pós-estruturalista a qual compreende que a linguagem exerce um papel fundamental de produção das relações de poder estabelecidas entre cultura, corpo, sujeito e poder. Não concebendo o corpo como algo de caráter universal, pois as diferenças biológicas entre homens e mulheres são instrumentos de significação dados pela cultura. Segundo Joan Scott (1989), o gênero é formado por relações sociais que se baseiam nas diferenças percebidas entre sexos e uma forma inicial de dar significado às relações de poder. Nesse contexto, a categoria gênero, criada pelo movimento feminista em meados do século XX, atribui às relações sociais os papéis que eram fixados aos indivíduos de acordo com o sexo biológico que lhes era atribuído. O corpo de cada um, assim, passa a ser considerado como parte das suas performances de gênero e não mais como determinante das mesmas.

Dessa forma, durante toda a vida, homens e mulheres se constituem como tal através de práticas sociais e instituições, de acordo com suas vivências num processo, como sugere Berenice Bento (2006), que não se dá de forma linear e que nunca se finda. Assim, existem ilimitadas maneiras de se conceber as masculinidades e feminilidades, que mudam de acordo com o tempo, o local e contextos específicos. Judith Butler (2003, p. 39) afirma que a inadequação dentro da norma binária imposta relega indivíduos à marginalidade, ou mesmo a invisibilidade, onde “A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de 'identidade' não possam 'existir' – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não 'decorrem' nem do 'sexo' nem do 'gênero”.

A partir da compreensão da cultura como um constante campo de luta, onde diversos marcadores sociais como raça/etnia, sexualidade, classe atravessam os indivíduos, a atuação do CRDH leva em consideração estes muitos aspectos de violações de direitos dos sujeitos, que muitas vezes ultrapassam as questões de identidade de gênero. Com este referencial teórico como ponto de partida para pensar as relações do cotidiano, recebemos demandas sobre estas questões que serão exemplificadas para a compreensão de como se dá os efeitos das relações de gênero:

Nome social ou mudança de registro civil: Informações a respeito da carteira de nome social e a garantia do seu reconhecimento na escola, no trabalho, na saúde. Elaboração de pareceres psicossociais para encaminhamentos médicos ou processos de mudança de nome e gênero no registro civil, que se realiza a partir de uma parceria com o SAJU/G8.³³

Acesso a recursos da saúde para construção corporal de si: No Brasil, o Sistema Único de

³³ O projeto “Direito à Identidade: Viva Seu Nome!”, promovido pelo grupo G8-Generalizando – Grupo de Direitos Sexuais e de Gênero do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS.

O projeto, que vem funcionando desde 2013, tem por objetivo mobilizar um mutirão para protocolar, coletivamente, os processos de retificação de registro civil de travestis e transexuais que desejam alterar o nome e/ou sexo no registro de nascimento e em toda a documentação.

Saúde garante o processo transexualizador através do acesso à reposição hormonal e cirurgias relacionadas à construção de si para pessoas que possuem um sexo designado não correspondente com as suas identidades. Entretanto, o acesso a esse serviço muitas vezes é negligenciado, pois os/as profissionais não estão informados sobre a existência desse serviço e nem sabem como fazer o encaminhamento para ele. Parte do trabalho do CRDH é fazer formações com os/as profissionais sobre essa temática e também informar os/as usuários/as que nos procuram para obter esse tipo de informação.

Informações gerais sobre o tratamento interpessoal no cotidiano e o preconceito: também são abordadas nessas formações com profissionais questões relacionadas com preconceito e boas práticas no atendimento a pessoas trans, já que é comum o descaso ou uma espécie de curiosidade exótica em relação a essa população. Esse diálogo se dá a partir da visão teórica mencionada, em que todas as pessoas têm direito a construção de sua identidade de gênero, sem que isso as coloque em uma posição inferior, com menos legitimidade e sem que seja necessário um ponto de partida biológico/anatômico mais legítimo (a ideia de que se “nasce mulher” ou se “nasce homem” garantida por um genital aparente, que sempre coloca as pessoas trans como “menos legítimas”). A partir dessa aceitação devem-se prover os direitos iguais, ou seja, direito ao nome, direito a acessar banheiros e espaços segregados por gênero, direito de que as pessoas trans trabalhem em qualquer tipo de emprego (muitas vezes as travestis e mulheres trans são tidas como pertencentes somente ao mundo da prostituição).

Existem violências relacionadas a gênero que não são específicas de pessoas trans. Que são vivenciadas quando mulheres (tanto cis quanto trans) são assediadas em vias públicas, ou quando são culpabilizadas por situações como estupro, assédio, valorizando detalhes como, por exemplo, que roupa estava usando, ou acusando-as de estarem em um local inapropriado (como bares, rua, qualquer lugar que não seja o ambiente doméstico). Além disso, os regramentos de gênero também dão mais credibilidade intelectual para homens (de forma geral, podendo ter situações em que essa credibilidade fica ameaçada, quando se trata de um homem que se sabe ser gay, ou trans, por exemplo). A violência contra a mulher (cis ou trans) não se dá apenas no campo do simbólico. Agressões físicas e assassinatos relacionados à identidade de gênero possuem dados alarmantes, com centenas de milhares de casos registrados a cada ano. Segundo pesquisas recentes, o Brasil é o país que mais mata mulheres travestis e trans no mundo. Esses números são muito mais alarmantes entre mulheres negras e de periferia.

A atuação do CRDH frente a situações de violência, opressão e vulnerabilidade ligadas à identidade de gênero, racismo, homofobia, machismo, tem como base teórica para o direcionamento das ações o conceito de interseccionalidades. A partir dele, pensa-se que os marcadores de diferença entre os sujeitos se atravessam. Como afirma Piscitelli (2008), pensa-se a diferença entre os sujeitos nem sempre como um marcador baseado na hierarquia tendo em vista a medida de opressão que estes se encontram. Essas diferenças podem ao mesmo tempo estarem relacionadas às desigualdades, violência e exploração, como também remeter a diversidade e formas democráticas de agência política.

2. “Se você nunca pensaria duas vezes antes de chamar a polícia quando algum problema acontecer, dê um passo para frente.”

“Sim! Eu, homem cisgênero, bissexual, negro, pensaria duas vezes, ou mais, antes de chamar a polícia”. Quando se é negro/a, se aprende desde pequeno que não podemos sair correndo pelas ruas, pois, se algum policial passar por nós e nos ver nessa situação, é motivo para sermos parados, questionados, de sermos revistados e até violentados verbalmente ou fisicamente. Homens negros, mulheres negras; pessoas cis ou transexuais. A violência que impera pela criminalização de certos corpos articula, como um caleidoscópio, marcadores sociais como a raça à outras interseccionalidades como classe social, orientação sexual e identidade de gênero. Assim como pontua Crenshaw (2002), a interseccionalidade nem sempre lida com grupos distintos, mas com grupos sobrepostos.

Conforme Gilead Tavares (2011), as instituições e políticas sociais são perpassadas pelo dispositivo da criminalidade que produz efeitos nos corpos suspeitos. A estratégia principal não seria de fato transformar a realidade social, e sim o de localizar, separar e identificar aqueles que passarão a ser chamados de perigosos. Nesse sentido, percebemos que ter ou não acesso a direitos sociais como acesso a educação, saúde, trabalho, segurança, também é uma estratégia de poder atrelada ao dispositivo de criminalidade.

Ao não colocar no espaço público o debate da produção social da violência, produz-se um sujeito que carrega o crime em sua própria alma; no limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso, potencialmente perigoso, pode até mesmo ser morto, pois não é uma vida legítima (MISSE, 2010). “A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal: a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, do anormal), é que vai deixar a vida em geral mais saudável e pura” (FOUCAULT, 2008, p. 305). Assim, aquele retratado como mau, inferior, aquele que se deve evitar, ou mesmo aniquilar, produz um dos núcleos do corpo social masculino.

Tendo em vista que a violência policial é parte de um dispositivo maior do Estado que criminaliza, justificando a institucionalização e até mesmo deixar e fazer morrer certos corpos ilegítimos, a história do Brasil revela nossa atualidade pungente. Conforme o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV)³⁴ a temática LGBTT foi incluída dando destaque às perseguições e aos abusos ocorridos contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis, homens trans e transexuais pelo Regime Militar na Ditadura. O jurista e coordenador da CNV Pedro Dallari aponta a sexualidade como um diferencial no grau de brutalidade das sessões de tortura. Sendo assim, homossexuais que eram presos ou perseguidos politicamente acabavam sofrendo mais, pois na visão do regime isto era um agravante, ou seja, um elemento de naturalização da violência à qual foram submetidos por conta de suas condições, o que também acontecia com os negros e as mulheres cis.

Em 2016 a Organização das Nações Unidas (ONU)³⁵ denunciou a polícia brasileira por

³⁴ Dados publicados pela BBC Brasil em 10 dezembro 2014. Disponível online: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210_gays_perseguciao_ditadura_rb?SThisFB

³⁵ Conforme reportagem Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/03/10/policia-brasileira-mata-5-pessoas-por-dia-diz-onu.htm>

matar cinco negros/as por dia. Em 2015, foram cerca de dois mil assassinatos de negros/as registrados/as no Brasil. Entretanto, não podemos deixar de nos questionar quem eram esses/as cinco negros/as que foram mortos/as. Não temos um recorte concreto de quantos negros gays, negras lésbicas, negros/as trans e travestis estão nessa estatística. O mesmo ocorre no estudo feito por Marcos Garcia (2008) com travestis de baixa renda ligadas a prostituição e atividades ilícitas, no qual a raça é pensada como um dispositivo para uma crueldade ainda maior por parte dos policiais que as abordam. Garcia (2008) percebe o tratamento policial na perspectiva das travestis, compreendendo-o como sendo do “bem” ou do “mal”. O policial do “bem” tinha em muitos casos um relacionamento próximo, até sexual com as travestis, o que garantia um certo privilégio. No caso de uma “batida” na região em que elas estivessem, seriam informadas. Por outro lado, o policial do “mal” tem atitudes de extrema exposição com os corpos das travestis, como também métodos violentos de repressão, episódios de tortura e coação, seguidos de interesses econômicos.

Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2006) discutem a violência letal que atinge gays e travestis e a forma como os casos são construídos judicialmente, levando em conta que, nos processos judiciais trabalhados, existe uma relação entre cor, classe e gênero que desempenham papéis fundamentais no modo como tal violência será exercida, socialmente codificada e, por fim, punida. E também a invisibilidade da apuração dos crimes cometidos contra as travestis. Cristian Guimarães et al. (2013) também indica que os operadores policiais tendem a minimizar a importância dos assassinatos de travestis e transexuais ao conduzirem as investigações, reproduzindo a violência, encerrando rapidamente a investigação ou não indicando indiciados.

Enquanto os homens jovens e negros são as maiores vítimas de causas externas, conforme aponta Julio Waiselfisz (2011), no mapa da violência de 2010, estes também fazem parte de 93% da população prisional. Já com as mulheres, conforme Dina Alves (2015) pontua no texto *Da escravidão às prisões modernas*, o encarceramento feminino é o que mais cresce no Brasil, em especial o das mulheres negras em um sistema prisional que é composto majoritariamente de homens negros. Guilherme Ferreira (2014) também discute a presença de pessoas com identidades de gênero que fogem dos padrões do sistema binário de sexo/gênero, da definição enquadrada de ser considerado do “masculino” ou “feminino”. As travestis, por exemplo, sofrem uma série de eventos opressores no sistema prisional, tanto pelos presos, quanto pelos policiais.

Para as travestis, a experiência prisional é um instrumento de corroboração e aprofundamento da violência sofrida no cotidiano, pois serve de dispositivo de legitimação, para o senso comum, do status quo que lhes faculta o lugar da pervertida, da marginal, da obscena, da ladra. Isso acontece porque suas próprias seleções pelo sistema penal consideram marcadores sociais de raça/etnia, classe social e faixa etária, quer dizer, determinações que já as colocam anteriormente vulneráveis socialmente. Essa vulnerabilidade, evidentemente, se aprofunda, se especializa e recebe requintes outros em razão das identidades de gênero dessas pessoas, que não são reconhecidas como legítimas e são interpretadas de acordo com teorias biologizantes e que essencializam o gênero (FERREIRA, 2014, p. 114).

Outro fato bastante importante, ainda no contexto penitenciário, é a maioria penal. Durante o ano de 2015, esse foi um dos temas mais discutidos por diferentes cenários no Brasil e no exterior, e que dividiu opiniões. Entretanto se pensarmos além do fato que o adolescente já é punido desde os 12 anos por atos infracionais, através das medidas socioeducativas, a maioria é uma forma do Estado se isentar do compromisso com a juventude, e principalmente com a população negra que é um alvo nítido na busca de “culpados”. Pensa-se que o Estado deveria implementar políticas públicas que fossem capazes de incluir esses jovens que estão em vulnerabilidade investindo na educação, diferente do que acontece de fato, com ações direcionadas ao ato de punir, que contribui para uma superlotação de presídios e uma higienização social dessa busca seletiva por parte dos polícias.

Nessa discriminação à brasileira, baseada numa conduta que legitima a cor e outros marcadores sociais como critérios que tornam sujeitos negros e pobres um perigo em potencial, percebemos através da violência durante um “paredão” no seu bairro ou quando estes sujeitos circulam por bairros nobres. Esse preconceito evidencia-se em dados que apontam espantosos 77% de jovens negros³⁶ é periféricos sendo mortos por dia. Enfim, dar um passo à frente nessa dinâmica é pensar violação de direitos humanos de quem fica para trás e ter um olhar crítico sobre políticas públicas de estado que deveriam estar protegendo o cidadão, principalmente a população marginalizada. Enquanto isso, aqueles que dão passos à frente, os ditos “cidadãos de bem” continuam a seguir sua vida, apoiando que, neste processo de criminalização e invisibilidade de alguns corpos, algumas pessoas podem ser mortas, escondidas, violadas por conta de sua cor/raça/etnia/orientação sexual/identidade de gênero e uma série de estigmas sobre esses marcadores.

3. “Se você já sofreu bullying ou foi feito de piada baseado em algo que você não podia mudar, dê um passo para trás.”

Bicha, viado, sapatão, pão com ovo, dyke, poc poc, entendida, bunita, barbie, fancha, lolito, caminhoneira, tia, irene, milico, negões, cafuçu, urso. Muito comumente utilizadas, estas palavras nos apresentam identidades ou modos de expressar o gênero e a sexualidade (OLIVEIRA, 2015; FRANÇA, 2014; AGUIÃO, 2011; SILVA FILHO; PALHETA, 2008) nos meios de sociabilidade homossexual. Estes termos, muito mais que definir grupos distintos com características em comum, podem fixar posições de sujeitos hierarquizadas e normatizadas através de marcações sociais e culturais de diferença. Neste texto buscamos trazer para reflexão os processos que envolvem a demarcação destas identidades, quais os pontos problemáticos na sua atribuição e como estas identidades escapam de uma fixação através de instabilidades possíveis.

Quando queremos descrever algo que não sabemos denominar, procuramos salientar características que apontam para especificidades determinantes do objeto. Assim, a partir de

³⁶ Dados publicados pela Anistia Internacional na campanha Jovem Negro Vivo! que denuncia que mais da metade dos homicídios tem como alvo jovens entre 15 e 29 anos, destes, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticado por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados.

definições do que é e do que não é, com o que se parece e com o que não se parece, se é bom ou ruim, criamos as referências para que então nosso interlocutor possa interpretá-las e formular o objeto que tentamos nos remeter. No processo de nomeação das identidades sexuais, descritas acima, o processo é semelhante. Quando identificamos alguém por alguma das categorias acima, estamos associando características baseadas nos diversos marcadores sociais da diferença para descrever quem a pessoa é, de onde ela vem, o que ela faz, etc. Entre os marcadores sociais de diferença que aparecem nesses processos de negociação identitária estão classe, raça, gênero, corporalidade, idade, para citar apenas alguns entre tantos.

O processo de identificação, tanto por autoatribuição ou atribuída por outrem, significa fazer diferenciações (SILVA, 2000), ou seja, numa sociedade onde as relações sociais são desiguais essas diferenciações criam grupos valorizados ou desvalorizados, de acordo com o tipo de relações estabelecidas. Portanto grupos poderão ser desvalorizados em relação a outros e desta forma poderão ocorrer as discriminações e conseqüentemente a violação de direitos humanos. Relações desiguais aqui nos remetem às normas sociais que colocam um padrão de cidadão de classe média, branco, heterossexual, cisgênero, e assim por diante,, como o modelo a ser seguido, e o que for diferente disso será considerado como os “outros” ou os “diferentes”.

As relações que perpassam essas nomeações podem ser percebidas quando analisamos quais marcadores estão imbricados no processo de nomeação e ao que eles remetem socialmente. Por exemplo, a identidade atribuída como “*bicha pão com ovo*” remete a um gay pobre que se veste mal. (CARVALHO-SILVA; SCHILLING, 2010) Logo, ao definir um gay como bicha pão com ovo, o que está em jogo, pensando nos marcadores de diferença, é a marcação de uma pessoa pertencente à classe baixa com pouco poder aquisitivo, associando também a uma desvalorização em relação a pessoas de classe média ou pessoas ricas com mais poder aquisitivo. Em estudo onde foram analisadas as interações sociais nos meios de sociabilidade homossexual, Isadora França (2010) relata que, em determinada boate de São Paulo, a vestimenta utilizada pelos frequentadores definia os tipos de relações que aconteceriam entre eles. Podemos pensar, a partir disso que, ao identificar um gay como bicha pão com ovo, além de o estarmos desqualificando por seu contexto de origem, estaremos também delimitando suas possibilidades de ações em determinados contextos, incluindo as possibilidades de interação afetivo-sexual.

No que tange aos comportamentos sexuais, deparamo-nos com uma hierarquia na qual os comportamentos são classificados conforme se aproximam ou se distanciam das normas sociais de masculinidade e feminilidade. Os comportamentos que são tidos como remetendo à feminilidade, como o papel passivo no ato sexual (as “*passivas*”), são comumente vistos como inferiores se relacionados aos papéis ativos relacionados a masculinidade (os “*ativos*”). Em diversos estudos sobre a “*pegação*” e prostituição entre homens, a masculinidade é tida como moeda de troca importante (PERLONGHER, 2015; 1987; FRANÇA, 2014) e define as configurações dos pares que atuarão no ato. Conforme forem apresentados comportamentos que se distanciem da figura do macho, os mesmos vão sendo menos desejáveis e então sofrerão penalidades (OLIVEIRA, 2015) que definirão aqueles que conseguirão mais ou menos parceiros.

Vale destacar que não é somente a classe que opera nessas marcações e delimitações.

Outros marcadores também estarão presentes, de forma concomitante, definindo privações e privilégios de acordo com as relações estabelecidas. Se pensarmos também que as “*bichas pão com ovo*” podem ser ou não associadas com comportamentos ditos como afeminados, podemos perceber que, junto com a classe, estarão em análise as formas como esse gay age na sociedade. Portanto também serão classificadas de acordo com sua performatividade de gênero, ou seja, os modos como expressam o gênero. (BUTLER, 2003) A referência às “*bichas poc poc ou quá quá*” como “extremamente” afeminadas, com voz fina e geralmente mais novas também fornece pistas sobre essas diferenciações. Estas identidades são extremamente rechaçadas e normalmente são considerados como modelo aos estereótipos do gay nos meios de comunicação e entretenimento (ARAÚJO, 2009).

O “*cafuço*”, (SOARES, 2012) identidade que associa gays com classe social baixa, mas com uma corporalidade tida como desejável (musculoso e “pegada forte”), acaba tendo maior notoriedade por ser uma identidade atribuída a uma masculinidade considerada “viril”, o que o coloca num nível de desejabilidade alto por apresentar as características do macho ideal. (OLIVEIRA, 2015) Essa categoria normalmente é atribuída não só aos homossexuais, mas também aos heterossexuais com as mesmas características. Entretanto, Souza (2013), as identidades não são fixas e apresentam uma certa fragilidade. A problemática desta identidade ficaria relacionada à questão da raça, pois o termo remete a uma hipersexualização do corpo negro, impondo que estes somente serão aceitos nos jogos eróticos caso apresentem, além das características associadas à masculinidade, comportamento sexual ativo e possuir um pênis grande, reafirmando o estereótipo do homem negro.

Entretanto, ainda em Silva (2000) vemos que as identidades apresentam fronteiras que podem ser subvertidas dependendo da forma como elas são delimitadas. As questões da hipersexualização inscrevem esses corpos em relações ambíguas quando consideradas as articulações entre desejo, classe social e raça. Em estudo sobre as homossexualidades negras em favelas do Rio de Janeiro, Moutinho (2006) constatou que apesar dos preconceitos e da sujeição do homem negro às desigualdades sociais, estes apresentam uma maior gama de possibilidades de circulação em meios privilegiados e maior chance de novas experiências vividas em comparação a mulheres lésbicas negras e homens heterossexuais negros.

Mas por que toda essa discussão acerca dessas identidades é importante para um Centro de Referência em Direitos Humanos que se propõe a trabalhar com as questões de gênero, diversidade sexual e raça? Podemos justificar ações direcionadas a essas temáticas por acreditarmos que o *bullying* nunca é algo genérico e sim algo bem marcado nesse processo de diferenciação a partir dos marcadores da diferença, o que acabam por produzir as discriminações e consequentemente as violações de direitos humanos. A naturalização destas nomenclaturas, que ocorre no meio homossexual, confundidas como uma espécie de humor que são por ser aceitas por toda a comunidade. Nas atividades propostas pelo CRDH, que envolvem formação a partir de rodas de conversas, tratar destas identidades é importante para, além de desnaturalizar esse humor, também utilizar desta ambiguidade para apresentar as diversas formas de expressar as sexualidades e o gênero, de forma que se desnaturalizem a possível rigidez contida em

expressões esperadas por normas sociais.

4. “Se os seus pais trabalharam noites e finais de semana para sustentar a família, dê um passo para trás.”

Todas as pessoas que deram um passo para trás, tiveram um tempo significativo de suas vidas sem seus familiares mais próximos, desde o reforço escolar, no acompanhamento de suas atividades cotidianas, etc. A venda do tempo livre segundo Jessé Souza (2013) é uma das principais características que vai distinguir as classes populares da média da classe alta. O tempo dos responsáveis que trabalharam noites e finais de semana não foi utilizado com sua respectiva família, mas sim para o seu sustento.

O apoio familiar nos estudos em uma determinada faixa etária, principalmente nos primeiros anos da idade escolar, é determinante para o desenvolvimento psicossocial e da relação que o sujeito constitui com o espaço escolar. Esse tempo de atenção necessário já foi mostrado em alguns estudos como o de Maria Setton (2005) para a transmissão de capital cultural. A autora afirma que o capital cultural³⁷ adquire significativa importância nos meios de acessos à cultura, conhecimentos além dos transmitidos diretamente pela família, meios de comunicação como televisão, quadrinhos, etc. Mesmo assim uma figura que apoia e incentiva, mesmo sem saber as respostas ou ter as melhores estratégias de resoluções de atividades são essenciais para despertar o empenho, a atenção, o interesse do estudante. Nesse contato é preciso tempo. Esse tempo é vendido por trabalho, dinheiro para sustentação da família. E com isso se mantém os privilégios das classes mais abastadas:

As classes do privilégio exploram esse exército de pessoas disponíveis a fazer de quase tudo. Desde o moto boy que entrega pizza; ao lavador de carros; ao trabalhador que carrega a mudança nas costas; a prostituta pobre que vende seu corpo para sobreviver; ou o exército de serviços domésticos que fazem a comida e cuidam dos filhos da classe média e alta que assim pode se dedicar a estudos ou trabalhos mais rentáveis. É este tempo “roubado” de outra classe que permite reproduzir e eternizar uma relação de exploração que condena uma classe inteira ao abandono e a humilhação, enquanto garante a reprodução no tempo das classes do privilégio (SOUZA, 2013, p.151).

Através da teoria do tempo livre comprado percebe-se a influência de Pierre Bourdieu e seu conceito de transmissão e capital cultural. Conceitos esses que guiam esse texto na crítica entre educação e classe social. O autor francês é conhecido por traçar o paralelo entre essas questões sociais através do capital cultural, pois através dele conseguimos observar a reprodução dos privilégios e como ele é efetuado como será desenvolvido no tópico seguinte.

³⁷ Dados publicados pela Anistia Internacional na campanha Jovem Negro Vivo! que denuncia que mais da metade dos homicídios tem como alvo jovens entre 15 e 29 anos, destes, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticado por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados.

5. “Se os seus pais ou responsáveis frequentaram a faculdade, dê um passo para frente.”

Se seus pais ou parentes próximos frequentaram a universidade já é um privilégio, pois você sabe que ela existe. Nos espaços de capacitação e sensibilização do CRDH dirigidas tanto ao público escolar, quanto nas Unidades de Internações de adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa, encontramos, majoritariamente, adultos e adolescentes que não se reconhecem como sujeitos pertencentes ao espaço universitário. O ensino superior nunca chegou a ser uma possibilidade de profissionalização, por não saber da existência dela ou pelo status social que ela possui na sociedade.

Observa-se a ausência de experiência familiar no âmbito da formação superior e a negligência em prover informações e estímulos por parte da escola. Esses espaços educacionais encontram-se em bairros onde a situação econômica e de acesso à cultura são precárias. O tráfico e os empregos sem exigências de formação são trabalhos mais comuns nesses espaços, como uma possibilidade de ajudar a família e adquirir independência econômica. Compreende-se que tais necessidades não são as únicas responsáveis por termos estas formas de trabalho como as mais comuns. A entrada para o tráfico tem raízes fortes em sentimentos de indignação, além da necessidade de sobrevivência por parte dos sujeitos, e um imperativo contextual inquestionável, pois o sistema condiciona sistemas de recompensa e obrigação nas comunidades e entre as comunidades, em um processo que vai da luta entre gangues rivais até o crime organizado global, que atravessa os sistemas políticos e econômicos em todo o mundo. A partir das ações do CRDH em múltiplos serviços e espaços alocados nas comunidades, percebeu-se que o estigma atribuído aos estudantes de periferia é muito forte, pois no pensamento de muitos deles a universidade é uma realidade distante. Também se verificou o desconhecimento sobre a política de cotas para a inserção de estudantes negros e de classe baixa no ensino superior.

As Cotas Universitárias são reservas de vagas que fazem parte de uma política de ações afirmativas, ou seja, de medidas especiais para combater desigualdades históricas, com propósitos compensatórios. Esta reserva de vagas é hoje determinada por uma lei federal (Lei 12.711/12) de 29 de agosto de 2012, que visa a aumentar o acesso às instituições federais de ensino superior (IFES). Hoje, essa lei garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos (EJA).

Em umas das nossas formações na Fundação de Atendimento Sócio-educativa (FASE), a professora e coordenadora do CRDH, após observar alguma resistência sobre a temática de cotas, fez a seguinte fala, extraída de um dos diários de campo de um dos bolsistas de extensão:

Achei muito importante a fala da coordenadora dando exemplo de uma colega da psicologia que está no sexto semestre que é negra, filha de doméstica, mora em um bairro do subúrbio e que recentemente esteve na Suécia pela universidade com tudo pago, mas que ralou muito no cursinho para chegar na UFRGS. Esse foi o momento que eu senti que os professores mais refletiram sobre o que foi dito, e foi aí que eu vi a necessidade de desconstrução deles.

Fiquei muito feliz que pelos rostos eu senti algo tocando eles, a forma que a coordenadora colocou a situação também foi muito boa, ela articulou muito bem. Eu gosto da frase que ela sempre diz, “a cota é a única coisa concreta que temos para competir com o tráfico[...]” (Diário de campo - Cotas universitárias: explorando caminhos para jovens em contextos de medidas sócio-educativa, 2015).

Tratando especificamente da interseccionalidade, deve-se pensar acerca realidade de pessoas trans em situação de vulnerabilidade. Essas pessoas são excluídas do convívio familiar, da escola, da sociedade como um todo. A trajetória de homens e mulheres trans mais pobres é muitas vezes relegada ao silêncio. Projetos como o TransEnem – POA são exemplos destas iniciativas, que desde janeiro de 2016 também busca a inclusão na Universidade de uma população negligenciada do acesso à direitos sociais. O objetivo do projeto é criar um espaço de estudos inclusivos para a população de pessoas transexuais, no qual poderão ter acesso digno à educação, obtendo a conclusão do ensino médio ou ingressando em uma universidade através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Discriminações sociais a respeito dos direitos assegurados pelas ações afirmativas na nossa sociedade partem de lógicas meritocráticas nas quais o acesso deve ser unicamente garantido a sujeitos que conseguirem obter a aprovação, numa suposta universalidade que tende a colocar todos como iguais, mas que na realidade exclui determinados jovens que não tiveram em suas trajetórias acesso a educação de qualidade. As provas de admissão da faculdade mostram conhecimentos que são valorizados, legitimados. E o conhecimento reconhecido não é o da favela. Isso mostra os privilégios de indivíduos que cresceram cercados de livros, com fácil acesso a museus, cinema, exposições de arte, viagens e terão grande vantagem em responder perguntas sobre ambientes e temáticas familiares em suas trajetórias. Já o sujeito da favela, que na escola e em casa não passou por esse convívio, precisará de um empenho muito maior para a realização da prova. Por isso, aqueles candidatos cujos responsáveis fizeram faculdade, precisam dar um passo à frente.

Diante destes aspectos o CRDH direciona-se, dentro do campo das interseccionalidades para a sensibilização do acesso à educação, tendo como cerne a multiplicação na sociedade civil, incluindo os serviços da rede de atenção de políticas intersetoriais de ações afirmativas, como o acesso a Cotas, bem como o racismo institucional ao qual estamos submetidos. Além disso, oferece uma escuta qualificada de sujeitos que buscam apoio às violações referentes a estes aspectos, o que nos convoca a buscarmos estratégias com os sujeitos de fortalecimento de sua autonomia e empoderamento de direitos sociais.

Considerações finais.

Não pretendemos afirmar aqui que a interseccionalidade trata de uma mera soma de marcadores em um gradiente de opressões. Tampouco queremos afirmar aqui que a interseccionalidade produz uma nova utopia onde os movimentos sociais atrelados a cada

identidade considerada desviante do padrão branco, proprietário, homem, cis, heterossexual podem conviver em paz, sem conflitos, harmonizando suas agendas, pautas e causas. Não se trata de uma unificação dos movimentos sociais em uma nova unidade universal ou multidentária. A interseccionalidade não se propõe a ser um novo modelo de organização da luta pelos direitos humanos, mas sim uma operação que busca complexificar tal labor. Trata-se de uma ação que anseia provocar mútuas interferências entre as identidades/marcadores estabelecidos, de modo a transformá-los pontualmente neste contato.

Não pretendemos negar a necessidade do pensamento e das práticas atreladas a identidades e marcadores segmentados, mas sim de afirmar que, além desta, necessitamos de práticas que dissolvam pontualmente tais segmentações através da interferência de outros marcadores e suas questões. Interseccionalidade passa, portanto, por relações de interferência e provocação, abalando linhas já muito estabelecidas que segmentam a questão dos direitos humanos em uma pluralidade de identidades autocentradas, não para cindir ou diluir tais identidades, mas para torná-las mais complexas ao abrirem-se para as pautas e questões provenientes de outros marcadores.

A operação interseccional constitui-se deste modo como uma prática de cuidado de si (FOUCAULT, 2004) da luta pelos direitos humanos em busca de uma abertura do campo de possibilidades deste labor. Não prevê um novo equilíbrio pacífico entre os distintos movimentos, mas sim uma postura de abertura à interferência e conflitos provenientes da composição com outras agendas de outros marcadores. Trata-se de uma prática de colocar em questão seus próprios pressupostos e territórios ao encontrar-se com a diferença do outro, distinta da minha. Deste modo, falamos de práticas interseccionais e não de um modelo interseccional, assim como não pretendemos produzir soluções teóricas, mas sim encrencas conceituais (AZÉREDO, 2010). É uma práxis crítica (FOUCAULT, 1990) que provoca e torce nossos sistemas de aceitabilidade e sensibilidades estabelecidas, forçando-nos a sempre repensar nossa relação com as diferenças. Interseccionalidade é a operação de diversas heterotopias (FOUCAULT, 2001) a transformarem nosso olhar pela interferência das diferenças e não uma utopia que nos provê um novo norte.

Referências

- ALVES, Dina. **Da escravidão as prisões modernas**. 2015. Disponível em: <http://almapreta.com/o-quilombo-da-escravidao-as-prisoas-modernas/>. Acesso em: mar. 2016.
- AGUIÃO, Sílvia. Cenas da circulação: fragmentos de uma etnografia sobre homossexualidade, gênero, cor e mestiçagem em uma favela do Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n.9, p.61-90, dec. 2011.
- ARAÚJO, João. Até que nem tanto esotérico assim: Representação da homossexualidade em Suave Veneno. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, (5.: Salvador: 2009). [Anais] Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19454.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- BEDIN, P. Judith Butler: sujeto, hegemonía y movimientos sociales. **Agora Philosophica. Revista**

Marplatensê e Filosofia, v. 21, n. 21-22, 2010.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANCO, Patrícia, Do gênero à interseccionalidade: Considerações sobre mulheres, hoje e em contexto europeu. *Julgar*, n.4, p. 103-117, 2008.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão”... : a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 16, n.2, p. 233-249, 2006.

CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de; SCHILLING, Flávia. Fronteiras da sexualidade, fronteiras do consumo: sobre jovens homossexuais do subúrbio de São Paulo. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 : Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. - Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

CECCIM, R. B. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.9, n.16, p.61-177, 2005.

COLLINS, P. The social construction of Black feminist thought. **Signs**. v. 14, n. 4, 745-773, 1989.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. **Estudos feministas**, v.1, p.171-189, 2002.

[FERREIRA, G. G.](#) Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. **Temporalis**, v. 1, p. 99-117, 2014.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **DITOS & Escritos: V – Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. O que é a Crítica. **Bulletin de la Société française de philosophie**, v. 82, n. 2, p. 35-63, avr./juin. 1990. Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html>.

_____. Outros espaços. In: DITOS & escritos: v. III. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001.

_____. **Dits et Écrits IV:1980-1988**. Paris, Gallimard, 1994.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 572p.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo**. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2010. Tese de doutorado (Ciências Sociais).

FRANÇA, Matheus. Entre Luzes e penumbras: uma etnografia em “Cinemões”. **Revista Habitus**, v. 12, n. 2, 2014.

GARCIA, M. R. V. Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 11, n. 2, p. 241-256, 2008.

GUIMARAES, C. F. et al. Asesinatos de travestis y transexuales en Rio Grande do Sul: crímenes basados en el género?. **Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social**, Barcelona, 02 jul., p. 219 - 227, 2013.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010.

MOUTINHO, Laura. Negociando com a adversidade: reflexões sobre “raça”, reflexões sobre “raça”, reflexões sobre “raça”, (homos)sexualidade e (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de desigualdade social no Rio de Janeiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.14, n.1, p. 336, jan./abril 2006.

OLIVEIRA, Tiago de Lima. Viado Não, Canibal: masculinidade, sexualidade e produção de cidade a experiência do homoerotismo em João Pessoa – PB. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa**, v. 6, n. 2, p. 235-249, ago./dez. 2015.

PERLONGHER, Néstor. Corpo aberto, rua sem saída. Cartografia da pegação em João Pessoa. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n.19, p.44-66, apr. 2015.

_____. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias e articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**: Revista de pesquisa e debates em Ciências sociais, v.11, p. 263 -274, 2008.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 90, p. 77-105, jan./abr. 2005

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, pp 73-102, 2000.

SILVA FILHO, Milton Ribeiro da; PALHETA, Sandra Pereira. Ser ou não Ser? Os gays em questão: uma leitura antropológica das gírias utilizadas pelos homossexuais de Belém-Pa. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (26. : Porto Seguro : 2008). **[Anais]** Belém, 2008.

SOARES, Thiago. Conveniências performáticas num show de brega no Recife: Espaços sexualizados e desejos deslizantes de piriguetes e cafuços. **LOGOS Comunicação e Entretenimento: Práticas Sociais, Indústrias e Linguagens** v.19, n. 01, 1º. Sem. 2012.

SOUZA, Jessé. Em defesa da sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. 01, p. 129-158, 2013.

TAVARES, G. M. O dispositivo da criminalidade e suas estratégias. **Fractal**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 123-136, 2011.

VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal: Saúde e Cidadania**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. 164

WASELFSZ, J. **Mapa da violência**. Os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

Parte III

Arte e cultura LGBTT: estratégias de transformação social e enfrentamento político



CAPÍTULO 7

Produções de si: A Arte como Resistência

Sandro Ka

“[...] só podemos evitar a morte e a loucura se fizermos da existência um “modo”, uma “arte” (DELEUZE, 1992, p.141).

Sujeitos LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) representam uma população que tem sua identidade configurada por formas de discriminação fundamentadas pela homoesbotransfobia. Ao mesmo tempo em que esse cerceamento configura processos de exclusão, produz elementos culturais significativos para esse grupo, refletindo a vivência de uma Cultura LGBT. Nessa perspectiva, compreendendo as expressões artísticas enquanto manifestações culturais, este estudo tem como objetivo discutir o reconhecimento da arte enquanto forma de resistência e de afirmação de direitos. Sua elaboração foi realizada a partir da análise de dados da pesquisa Mapeamento Cultural LGBT e das produções de dois artistas que abordam, por meio de suas práticas, temáticas de engajamento social e político, trazendo como elemento constituinte de suas obras sua condição sexual: o diretor teatral Cesar Almeida (Curitiba/PR) e o ator e diretor teatral Silvero Pereira (Fortaleza/CE). O resultado apontou a existência de uma produção simbólica que, em meio a um cenário hostil marcado por violências, produz questionamentos e reflexões sobre o status quo e os diferentes modos dessa população se relacionar e perceber o mundo.

LGBT representam uma população que tem sua identidade configurada e marcada socialmente a partir de formas de discriminação fundamentadas por uma articulação de preconceitos que se caracterizam pela rejeição a identidades que diferem da heterossexualidade e da cisgeneridade consideradas referenciais normativos.

Por meio do exercício e da expressão de suas identidades sexuais, sujeitos LGBT questionam lugares considerados hegemônicos: quando essas identidades passam a se expressar publicamente – a ter visibilidade e existência –, saindo do plano do privado, questionam o *status quo*, colocando em xeque padrões culturalmente estabelecidos como ordem normativa.

Conforme Borrillo (2010),

Enquanto reivindicação individual (e na medida em que ela permanece confinada à *privacy* ou a uma forma limitada de reconhecimento), a homossexualidade pode ser integrada, sem qualquer problema, à ordem da diferença dos sexos. Em compensação, se ela supera a liberdade individual ou o reconhecimento no âmbito de determinados limites para situar-se em um plano político e jurídico semelhante à heterossexualidade, a homossexualidade é, então percebida pela ideologia antropologista como uma ameaça a diferenciação dos sexos, elemento indispensável para a estruturação psíquica do indivíduo e para a sobrevivência da civilização. Assim, a reivindicação homossexual corre o risco de embaralhar essa necessária diferenciação e de colocar em perigo a própria sobrevivência da ordem heterossexual (BORRILLO, 2010, p.73-74).

Essa “ameaça” fundamentaria, portanto, a homolebotransfobia como uma construção ideológica que consiste na promoção constante da heterossexualidade e da cisgeneridade em detrimento de outras expressões sexuais e que “organiza uma hierarquização das sexualidades e, desta postura, extrai consequências políticas” (BORRILLO, 2010, p.34) com o objetivo de “desumanizar o outro, em torná-lo inexoravelmente diferente” (BORRILLO, 2010, p.35).

Assim, sob a insígnia LGBT, sujeitos estão agrupados unicamente pelo fato de não vivenciarem sua sexualidade dentro de padrões socialmente considerados referenciais e, conseqüentemente, pelo compartilhamento de uma condição de exclusão. Entretanto, ao mesmo tempo em que esses sujeitos são marcados por um signo de diferenciação, mostra-se arriscado afirmarmos a existência de uma “identidade LGBT” definida exclusivamente por sua identidade sexual (BORRILLO, 2010).

[...] tal pretensão implicaria confinar as pessoas em um sistema de atitudes e de comportamentos, limitando-as a uma consciência de si precariamente escolhida. A sexualidade de um indivíduo parece ser um elemento demasiado pouco significativo para pretender defini-lo. A “personalidade homossexual”, não existe: essa ideia, elaborada por uma ideologia normativa do tipo médico-higienista, é completamente ineficaz para a salvaguarda das pessoas; entre outros aspectos, porque ela nunca teve o objetivo de proteger, mas de reprimir (BORRILLO, 2010, p.120).

Portanto, podemos afirmar que sujeitos LGBT vivenciam sua sexualidade em desacordo com a norma que regula em nosso imaginário a viabilidade das relações sexuais e de gênero, características estas que configuram seu único ponto de agrupamento, revelando comportamentos ligados à diferença e, portanto, à possibilidade de ruptura.

Esses contornos marcados pela diferenciação produzem segregação. Contudo, essa segregação – como potência de vida – também produz modos de identificação e sentimento de pertencimento; produz ambientes e contextos onde diversos elementos culturais são e estão relacionados, gerando sentido.

Nessa perspectiva, podemos pensar que a homofobia, esse repúdio, temor e ódio à sexualidade fora da norma que configura esses sujeitos como uma minoria social, também produz uma diversidade de elementos culturais significativos para esse grupo e reflete a vivência do que pode ser compreendido como uma Cultura LGBT. Como quaisquer outros grupos sociais, sujeitos LGBT, principalmente nos contextos urbanos, produzem e se identificam com elementos significantes que revelam as maneiras destes sujeitos relacionarem-se com o todo social. Enquanto o desrespeito à diferença produz violência, a alteridade, por sua vez, pode ser entendida como potência se pensarmos na diversidade que essas trocas sensíveis podem produzir.

No campo dos Direitos Humanos, essa produção cultural e simbólica se relaciona à noção de Direitos Culturais, que referem-se ao “direito de ser o que se é, como se é”. (TOURAINÉ, 2007, p.170) Por essas características são direitos políticos e de cidadania. Touraine (2007) nos apresenta essa concepção de direitos culturais afinada às coletividades, sobretudo a grupos minoritários que têm em suas bandeiras de lutas a busca pelo reconhecimento de sua diferença como um “direito à diferença”. (TOURAINÉ, 2007, p.171) Assim, o respeito às diversidades culturais implica no reconhecimento às diferenças em suas singularidades e no acesso pleno a direitos sociais e a direitos de cidadania. Implica reconhecer, segundo Chauí (2006), [...] a cultura como um direito do cidadão e, em particular, como direito à criação desse direito por todos aqueles que têm sido sistemática e deliberadamente excluídos do direito à cultura neste país [...]. (CHAUÍ, 2006, p.70)

O direito a vivenciar e produzir cultura, a ter sua cultura reconhecida, a encontrar espaços para livre circular e exibir essa produção cultural e o acesso a outros bens e trocas culturais se relacionam diretamente com o exercício pleno das liberdades, uma vez que não há possibilidade de vida sem relacionamento com o meio, sem o estabelecimento de relação com o outro. Esses elementos cumprem um papel essencial à medida que expressam formas de atuar, de se expressar e de se colocar no mundo. A cultura, desse modo, produz processos de subjetivação, que Deleuze (1992) – a partir de Foucault – compreende como “modos de existência ou possibilidades de vida”. (DELEUZE, 1992, p.116)

Como formas de expressão, as manifestações culturais também são práticas potentes de resistência à medida que produzem uma rede de significados, principalmente para grupos marcados por contextos de exclusão. Porém, ao mesmo tempo em que essas expressões se fortalecem politicamente como uma oposição à ordem, produzem uma reação que implica na dificuldade de reconhecimento fora de seu circuito marginal. E, assim, convocam questões como, por exemplo: como reconhecer a existência de uma Cultura LGBT que acaba se fortalecendo a partir da exclusão, senão como também uma forma de resistência? Como pensar a relação dos sujeitos diversos que compõem esse grupo e que se veem pertencentes e sujeitos dessa história e, portanto, são capazes de questionar a maneira e as condições desse pertencimento?

Falamos de uma Cultura LGBT implica em reconhecermos uma diversidade de manifestações relacionadas a valores, hábitos e linguagens produtoras de significados para os sujeitos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Também sugere o reconhecimento de

uma produção cultural marcada pela exclusão, à medida que o que define a população LGBT enquanto grupo social é a vivência de identidades sexuais que fogem ao padrão normativo. Dessa forma, reconhecer a existência de uma Cultura LGBT é um ato político, pois implica em questionar ordenamentos, papéis e regras sociais que, por sua vez, desconstróem paradigmas a fim de erradicar processos de violência que se afirmam culturalmente.

No âmbito das políticas públicas, a presença e o entendimento do termo Cultura LGBT é bastante recente – e ainda insipiente – e está fortemente relacionado à inovadora abordagem proposta para a pasta da Cultura, fomentada a partir de 2003, na ocasião do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse período, o Ministério da Cultura (MinC) assumiu novas diretrizes em suas linhas de atuação. Com um olhar arrojado, o ex-ministro Gilberto Gil propôs a expansão do entendimento do conceito de Cultura junto à pasta, que passa a aportar também, de forma estratégica, diversas manifestações e expressões culturais de grupos, movimentos e segmentos sociais marginalizados fora do *mainstream* e dos eixos hegemônicos de fomento, acesso e visibilidade. Partindo, então, do princípio de cidadania cultural como um direito, (CHAUI, 2006) de modo inédito – e de evidente fundo político, na intenção de aproximar grupos minoritários e movimentos sociais do novo governo –, o MinC buscou valorizar as manifestações culturais de segmentos como negros, ciganos, ribeirinhos, quilombolas, LGBT, entre outros. Sobretudo, no que diz respeito às políticas de *promoção da diversidade sexual e enfrentamento à discriminação*, esse novo direcionamento implicou em atuar a partir de uma perspectiva associada à noção de *diversidade cultural*³⁸ compreendida como um conjunto de práticas e saberes, das variadas maneiras com as quais,

[...] a partir das diferenças simbólicas e identitárias, são construídos modelos e práticas de interação e trocas, que configuram possibilidades de um diálogo intercultural. Assim pensada, a diversidade cultural não se caracteriza como uma decorrência natural das diferenças colocadas em contato, mas como resultado de uma intencionalidade capaz de articular o simbólico e o político na consolidação de uma sociedade pluralista (BARROS; ZIVIANI, 2011, p.61).

Essa perspectiva ampliada do conceito, dos públicos e espaços de cultura no campo das políticas públicas, e a implementação dessas ações no novo governo, voltadas à valorização da diversidade, das identidades e cidadania cultural, especificamente, possibilitou a criação de propostas de ações voltadas a grupos e populações historicamente marginalizadas no MinC. É nesse contexto que, em 2009, a ONG Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade realizou a ação *Mapeamento Cultural LGBT (MCLGBT)*, inserida no projeto *SOMOS Pontão de Cultura LGBT*³⁹

³⁸ Simultaneamente, como outro marco nas políticas públicas nesse novo momento, guiado por desejos de mudanças sociais estruturantes, a temática LGBT se fortalece em outros setores do governo federal, refletindo iniciativas como a criação, em 2004, do Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.

³⁹ O Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade é uma organização não-governamental, criada em 2001, sediada em Porto Alegre/RS, formada por um grupo interdisciplinar de profissionais das áreas de Educação, Saúde, Comunicação, Direito e Cultura, cujas ações visam trabalhar por uma cultura de respeito às sexualidades através da educação da sociedade e da afirmação de direitos, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, igualitária e plural (site: www.somos.org.br).

dirigido à criação, fomento e difusão de obras e manifestações artísticas e culturais com temática relacionada à diversidade sexual, financiado por via de um edital promovido pela Secretaria da Cidadania Cultural,⁴⁰ inserido no *Programa Cultura Viva*.

O MCLGBT desenvolveu-se como uma pesquisa realizada em 2011, com o objetivo de compreender de que modo essas manifestações e expressões culturais se operam em âmbito local/nacional e que significados produzem para essa população, consistindo no mapeamento de agentes, eventos, espaços de sociabilidade e obras produtoras de vínculos de representação com a população LGBT, considerando sua diversidade, a singularidade de cada iniciativa e a existência de pontos de contato entre elas, o que nos faz refletir acerca da existência de elementos culturais identitários comuns.

Em sua realização, o MCLGBT contemplou um roteiro de viagens em que foram visitados dezessete estados brasileiros, nas cinco regiões do país, possibilitando a realização de um levantamento de dados sobre mais de 200 iniciativas relacionadas às categorias de Arte Transformista (Transformismo), Música, Artes Visuais, Parada do Orgulho/Marcha, Comunicação (sites, blogs, vlogs, canais, webséries, etc), Espaço de Sociabilidade, Teatro, Cinema, Personalidade (ativista, celebridades, agitadores culturais, etc), Moda, Manifestações Populares, Literatura, Artes Integradas, Espaços de Aprendizagem, Pontos de Cultura LGBT, Dança, Concurso de Belezas, Centro de Pesquisa, Museu, Dança, Circo, Histórias em Quadrinhos e Eventos Populares.

Como metodologia, as iniciativas foram documentadas por meio de entrevistas registradas em vídeo, da coleta de materiais comprobatórios e de anotações comentadas em uma espécie de diário de bordo virtual - *blog*⁴¹ - a fim de registrar impressões dos pesquisadores/as, consideradas elementos fundamentais para a compreensão do levantamento, servindo como instrumentos de análise. A ação, prevista inicialmente para doze meses, foi dividida em duas etapas de seis meses, em dois anos, sendo previstas para o primeiro ano a realização da pré-produção e da primeira parte do roteiro de viagens, e, no segundo, a continuidade do roteiro de viagens, a realização de um pré-seminário sobre Cultura LGBT e a sistematização dos dados levantados para a criação do produto final – a sistematização, em forma de catálogo com conteúdo biográfico e visual das manifestações artísticas mapeadas.

Na primeira etapa foram visitadas as cidades de Florianópolis/SC, Curitiba/PR, São Paulo/SP, Campinas/SP, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG, Vitória/ES, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Brasília/DF, Goiânia/GO, Palmas/TO, Salvador/BA, Aracajú/SE, Maceió/AL, Natal/RN, Recife/PE, João Pessoa/PB e Campina Grande/PB. Os estados brasileiros não contemplados nesse primeiro momento tinham previsão de serem registrados em sua continuidade. Entretanto, o edital que deu origem ao projeto foi cancelado em virtude de um processo de avaliação e auditoria interna dentro do Ministério da Cultura, prejudicando o desenvolvimento pleno das ações.

⁴⁰ Atualmente, essa secretaria chama-se Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), resultado da unificação, em 2011, da Secretaria da Cidadania Cultural (SCC) e da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID).

⁴¹ Ver blog Mapeamento Cultural LGBT em www.somos.org.br/mapeamento.

Embora realizado de forma precarizada, no que tange sua abrangência, ao deixar de fora parte significativa do país (estados das regiões NE e NO), o MCLGBT possibilitou a visualização de importantes elementos para pensarmos o cenário da produção cultural LGBT brasileira - sobretudo das manifestações artísticas - e de seus significados tanto para os sujeitos LGBT, como seu impacto na sociedade como um todo.

Em uma primeira análise de dados, em relação aos perfis das iniciativas mapeadas, destacam-se a existência de expressões que versam sobre *manifestações culturais identitárias* do grupo social LGBT, como a Arte Transformista/Transformismo e as Paradas do Orgulho LGBT, e inúmeras *manifestações temáticas* ligadas a linguagens artísticas que abordam em suas poéticas questões sobre a diversidade da sexualidade humana.

Em relação às *manifestações identitárias LGBT*, tanto as paradas quanto a Arte Transformista são expressões culturais que possuem referências em outras vertentes e manifestações artísticas e culturais, podendo ser compreendidas como desdobramentos apropriados e re-significados por sujeitos LGBT, reforçando o aspecto dinâmico e mutável da cultura. Tratam-se de elementos culturais que adquirem uma roupagem específica quando relacionados à realidade e ao contexto social a que esse grupo está inserido, que lhes confere atributos e elementos singulares.

Desenvolvida por artistas transformistas, *drag-queens*, artistas travestis e *performers*, a Arte Transformista dialoga com elementos das Artes Cênicas, tendo suas raízes no Teatro e na incorporação de elementos da cultura de massa, da indústria cultural e das práticas sociais e identitárias do grupo social LGBT. Além de shows performáticos que combinam dança, imitação, dublagem e peças de humor baseadas na improvisação, a linguagem do Transformismo também manifesta-se em concursos de beleza, como concursos de *miss*. (BERTA, 2009).

As paradas, por sua vez, se constituem como marchas políticas, agregando elementos festivos e uma performatividade de organização que, ao colocarem-se dessa forma propõem-se a reivindicar direitos sociais da população LGBT. A ocupação do espaço público, massivamente, por si só representa uma ação política, pois dá visibilidade a um grupo socialmente excluído.

Diferenciando-se das manifestações identitárias LGBT, o panorama revelou também a presença de diversas linguagens artísticas relacionadas a esses sujeitos, como Artes Visuais, Artes Cênicas, Cinema, e Literatura, entre outras. Como *manifestações temáticas*, essas iniciativas abordam, em suas poéticas e processos constitutivos, aspectos ligados ao tema da diversidade sexual e de gênero, como elementos conceituais de interesse investigativo e de exploração teórica.

Se por um lado o MCLGBT revelou uma diversidade de formas de se relacionar com o mundo através de manifestações identitárias singulares e linguagens artísticas que vão de encontro às regras sociais moralizantes e normatizantes, por outro mostrou que não são poucas as dificuldades apresentadas nesse campo artístico-cultural. Ao mesmo tempo em que deu visibilidade a um panorama diverso de produções simbólicas produtoras de sentido para sujeitos LGBT, evidenciou sua dificuldade quanto a processos de criação, fruição e circulação destes artefatos/produtos culturais, revelando aspectos de intolerância, discriminação e preconceito.

Em contraponto a sua abundância, por exemplo, é comum a diversas manifestações mapeadas a escassez de registros documentais e limitações quanto a espaços de atuação dessa cena criativa. A ocupação de equipamentos culturais consagrados e de grande visibilidade e acesso de público - como teatros e salas de cinema - é deficiente e restrita. Tampouco essas manifestações são apresentadas de forma afirmativa e protagonista na grande mídia sem ser de forma estereotipada.

As alegações de diversos artistas sobre *dificuldades de financiamento, circulação e divulgação* de seus trabalhos nos revelam indícios de homofobia e transfobia, o que determina, muitas vezes, a ocupação de espaços e circuitos alternativos – muitas vezes precários – como únicos lugares de atuação. Inúmeras vezes foram relatadas pelos/as artistas entrevistados/as dificuldades de acesso a financiamento – tanto público quanto privado – para realização de projetos, a espaços de exibição e a meios de divulgação de amplo alcance para suas obras.

Embora em casos de financiamentos via editais públicos o cenário seja mais positivo, sobretudo fruto de ações culturais de empresas estatais por meio de programas de renúncia fiscal, não é menos polêmico. Iniciativas culturais LGBT, em sua maioria, reproduzem-se e circulam em circuitos marginais, e são desconhecidas para a maioria da população. Além disso, tais manifestações carecem de maior discussão acerca de sua diversidade e de suas especificidades. A temática da sexualidade - sobretudo da diversidade sexual - ainda é um tabu que produz processos de exclusão.

Também foi constatado índices de *baixa profissionalização e informalidade das relações de trabalho*. Muitas dessas, realizadas por artistas, são exercidas na base da informalidade, especialmente no caso das/os artistas transformistas. Salvo algumas exceções, a não regulamentação e falta de reconhecimento da legitimidade do trabalho desses profissionais das artes permitem constantes explorações como pagamentos abaixo do mercado e sem comprovação alguma, na contramão de acesso a direitos trabalhistas. A esse quadro, novamente somam-se questões relacionadas às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, devido a cotidianas formas de violação e violências sofridas por sujeitos LGBT, sobretudo à população de travestis e transexuais, acrescida a processos sistemáticos de desvalorização comumente associados ao campo da Cultura como um todo.

Percebeu-se também uma *escassez de registros documentais* sobre as iniciativas mapeadas, comprometendo a preservação da memória e da história de diversas manifestações com potencial de serem reconhecidas como patrimônio cultural imaterial, como é o caso da Arte Transformista, um saber presente no cotidiano desta cena artística.

Essas características nos levam a constatar que a representação e os modos de vida de sujeitos LGBT nesses espaços de atuação se limitam a escassos e frágeis traços que, em sua maioria,

⁴² Entretanto, as condições de gueto e marginalização também produzem seus próprios tensionamentos, significados e estetizações, não sendo uma característica menos nobre, como poderá ser visto mais adiante neste texto.

⁴³ Importante destacar a ampla utilização das plataformas de redes sociais na internet hoje, como estratégias de divulgação artística. Na realização desta pesquisa, em 2011, este quadro começava a se estruturar e se manter, não com a mesma ênfase e popularidade de hoje.

dão visibilidade a elementos estigmatizantes e enaltecidos de preconceitos. Por outra via, o MCLGBT também revelou aproximações de pesquisas estéticas e conceituais a modos de engajamento social e político, reconhecendo a condição de vida fora da norma e a compreensão da arte enquanto potência de expressão e de discurso. Na medida em que foi se realizando, também se percebeu o que se mostrava e que fazia questão de se enunciar através das entrevistas concedidas. Vivências pulsavam em criações artísticas que, mais do que intenções estéticas, também apontavam intenções políticas, marcadas pela necessidade de afirmar e potencializar a diferença. Revelou-se, assim, a percepção da existência de *relações intrínsecas entre arte e vida* nos processos criativos, onde a vivência da identidade sexual dos sujeitos é parte fundamental de suas criações poéticas, encaradas como fazer político, o que podemos relacionar ao conceito de *subjetivação* de Foucault (apud DELEUZE, 1992), como a produção dos modos de existência ou estilos de vida.

Muitos artistas ligados/as à Cultura LGBT desenvolvem suas poéticas de forma inseparável da vida e reconhecem o potencial discursivo-político de suas ações por meio da arte. Tratam-se de inquietações que articulam arte e vida e suscitam questões, como o ator e diretor teatral Silvero Pereira, de Fortaleza (CE), que pesquisa pela via das Artes Cênicas, a marginalização do universo da travestilidade e da transexualidade, e o reconhecimento e defesa da Arte Transformista enquanto gênero das Artes Cênicas, e o diretor teatral Cesar Almeida, de Curitiba (PR), que defende sua criação artística como “teatro-ativismo”, produtora de discursos políticos sobre sexualidade, capitalismo e a respeito da sociedade em diálogo com seu tempo. A partir de suas práticas artísticas, esses artistas abordam estratégias de engajamento político, em que o político está permeado por um campo de resistência e poder. Engajamentos estes que, intencionalmente ou não, são elementos constituintes de suas obras.

Produções de si: a sexualidade como elemento constituinte nas obras de Cesar Almeida e Silvero Pereira

Cesar Almeida (Sertanópolis/PR, 1963) é fundador, autor e diretor do Grupo de Teatro e Dança da Rainha de Duas Cabeças, de Curitiba/PR. Em sua atuação artística identifica-se como um militante do “teatro-ativista” por meio do qual busca dar visibilidade, dignidade e transparência à existência de sujeitos LGBT na sociedade. Entre suas montagens engajadas, com a participação de atores e atrizes de diversas identidades sexuais em cena, realizou “obras-manifesto” que se colocam politicamente em defesa dos direitos sexuais e da diversidade sexual. As discussões acerca da sexualidade enquanto tabu são apenas uma faceta na produção do diretor, que busca sempre refletir em sua dramaturgia questões ligadas ao drama e aos anseios da contemporaneidade, buscando uma obra afinada ao seu tempo. Entre seus espetáculos estão *As Lágrimas Ressuscitadas de Dorian C (2000)*, *Ardor (2001)*, *Estrada do Pecado (2004)*, *A Autoridade*

⁴⁴ Entretanto, as condições de gueto e marginalização também produzem seus próprios tensionamentos, significados e estetizações, não sendo uma característica menos nobre, como poderá ser visto mais adiante neste texto.

do Desejo (2004), *São Sebastião* (2005) e o espetáculo lírico *Uma Noite em Paris* (2005), *Dentro* (2006), *Whitman* (2006), *Ardor 2* (2007), *À meia noite encarnarei o vampiro Cioran* (2007), *O crime do padre dos balões* (2007), *História de amor e Leptospirose* (2009), *Geração Whatever* (2011), *Hamlet Ego Trash* (2013), *As Malcriadas* (2013), *Escravagina* (2014) e *AAASSS* (2015), entre outros.

Artista inquieto, Silvero Pereira (Mombaça/CE, 1982) é ator e diretor, destaque na cena teatral de Fortaleza/CE. Idealizador do *Coletivo Cênico As Travestidas*, sua pesquisa artística versa sobre o universo das vivências travestis, trans e transformistas. Desde 2004, a partir do monólogo *Uma Flor de Dama* (2005), de Caio Fernando Abreu, o diretor tem intensificado suas pesquisas ampliando as narrativas para temáticas complexas que desnudam o aspecto abjeto dessas existências travestis e transexuais, abordando questões relacionadas à morte, à violência e às relações humanas como nos espetáculos *Cabaré da Dama* (2008), *Engenharia Erótica – Fábrica de Travestis* (2010), *Yes, Nós temos Banana!* (2012), *BR-Trans* (2013) e *Quem Tem Medo de Travesti* (2015). Para o artista, sua pesquisa e universo de interesse se desenvolvem em duas vertentes: primeiramente, na utilização da linguagem cênica - o Teatro - como instrumento de transformação social e mudança de paradigmas; e, em segundo, no fortalecimento da visão da Arte Transformista enquanto linguagem cênica de importância histórica, estética e identitária.

Cesar e Silvero têm sua produção artística marcada por provocações e tensões, à medida que questionam o descentramento e as hierarquias de normas e papéis sociais de todos os tipos. Há intenção política na escolha dos temas desenvolvidos e nas formas de exibição. Enquanto artistas, suas ideias e inquietações se traduzem em obras, onde também colocam sua condição de vida homossexual como elemento presente e constante. São obras que se inserem num contexto social hostil às diferenças. Neste caso, as diferenças que questionam a ordem sexual e as diferentes linguagens artísticas que, por sua vez, questionam a Arte enquanto sistema. Em outras palavras: questionam as relações de poder instituídas e estruturantes.

Não por acaso, a maioria das expressões artísticas LGBT levantadas durante a pesquisa do Mapeamento Cultural LGBT revelaram dificuldades de inserção além da cena marginal. Entretanto, no caso destes três artistas, há um constante diálogo entre a margem e o espaço da arte consagrada, pois, apesar das temáticas transgressoras, também acessam o circuito oficial além da cena alternativa. São obras que usam de estratégias de ocupação, subversão e resistência.

Revel (2005), em análise ao conceito de resistência elaborado por Foucault, nos sugere que

[...] a resistência se dá, necessariamente, onde há poder; assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; a medida em que as relações de poder estão em todo o lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte. A análise dos vínculos entre as relações de poder e os focos de resistência é realizada por Foucault em termos de estratégia e de tática: cada movimento de um serve de ponto de apoio para uma contra-ofensiva do outro (REVEL, 2005, p. 74-75).

Nessa perspectiva, resistência e poder são conceitos coexistentes; possuem as mesmas características de desenvolvimento nas formas de organização e consolidação. As resistências podem produzir novas relações de poder; e as relações de poder, novas resistências. Não se trata de afirmar o poder como elemento negativo e as lutas/resistências como elementos positivos. Poder e resistência coexistem numa relação onde um produz o outro complementarmente (REVEL, 2005).

Caracterizando as relações de poder como modos de ação complexos sobre a ação dos outros, Foucault inclui na sua descrição de liberdade, na medida em que o poder não se exerce senão sobre sujeitos – individuais ou coletivos – que têm diante de si um campo de possibilidades donde diversas condutas [...] podem acontecer. [...] A análise foucaultiana destrói, portanto, a ideia de um paradoxo/contradição entre poder e a liberdade: é precisamente tornando-os indissociáveis que Foucault pode reconhecer no poder um papel não somente repressivo, mas produtivo (efeitos de verdade, de subjetividade, de lutas), e que ele pode, inversamente, enraizar os fenômenos de resistência no próprio interior do poder que eles buscam contestar, e não num provável “exterior” (REVEL, 2005, p.68).

Revel continua afirmando que,

Não é, portanto, fundamentalmente contra o poder que nascem as lutas, mas contra certos efeitos de poder, contra certos estados de dominação, num espaço que foi, paradoxalmente, aberto pelas relações de poder (REVEL, 2005, p.76).

Nesse sentido, um campo de subversão e utilização de suportes alternativos é a utilização das redes sociais e da internet como meios de divulgação, questionamento e provocação política nas obras dos artistas. São lugares de atuação fronteiriços, que se estabelecem nas margens.

A produção de Silvero Pereira, ao utilizar as plataformas de redes sociais como suporte específico para intervenções polêmicas, visando atingir a atenção da grande mídia, configura uma estratégia de subversão. A internet, sobretudo os canais e sites de relacionamento – como *Facebook*, *Youtube* e *Twitter* – é uma espaço importante de circulação e troca para sua produção e do Coletivo As Travestidas. Em crescimento e ampliação de usuários, as articulações da web também têm caráter mais democrático de acesso e pluralidade, quanto às suas ofertas e diversidade de conteúdos, sendo o meio de acesso à informação que mais cresce atualmente. Trabalhos como os filmes de curta-metragem *GLOSSÁRIO*⁴⁵ e *Travesti de Deus*,⁴⁶ exibidos no *Youtube* e que aproximam elementos culturais do cotidiano das travestis a um público diverso, através de um tom humorado e descontraído. Nos vídeos, as personagens apresentam o vocabulário do *pajubá*, *bate* ou *bate-bate*, uma espécie de código de linguagem popular composta por diversas

⁴⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KvpBG0izseM>.

⁴⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=d9SCwkusuOU>.

palavras de vários dialetos africanos misturados à língua portuguesa, usada por grande parte de sujeitos LGBT.

Conforme Pereira (2012a), a imagem da travesti associada à marginalidade e à objetificação, em seus espetáculos, é apresentada na forma de estabelecer uma espécie de “choque social”.

Ao colocar uma travesti em um ambiente que não seja o do “imaginário-coletivo-cultural-preconceituoso” puxamos a atenção da sociedade e levantamos discussões, questões sobre essa visão fechada (PEREIRA, 2012a).

No que tange os aspectos de aceitação e rejeição às suas obras, esses artistas apontam dificuldades, que se acentuam em virtude da temática e das escolhas na forma de sua abordagem. As escolhas de Silvero Pereira põem em cena, cara a cara, sexualidades outras. Aferem sobre tabus que questionam – inclusive - os códigos do próprio sistema artístico.

No início houve uma resistência muito grande da classe artística, tanto que o subtítulo do espetáculo, Engenharia Erótica, é uma crítica ao movimento teatral de Fortaleza, que passou a me intitular como uma Fábrica de Travestis. Assim, decidi assumir esse título e investir nas minhas inquietações artísticas e foi assim que ganhei a aceitação em massa do público fortalezense, sendo um dos Grupos que mais aglomera espectadores na cidade e sendo um fenômeno teatral nos eventos [...], isso eles não podem negar (PEREIRA, 2012b).

Com o passar do tempo, a obra de Silvero passa a ser referenciada e reconhecida no seu circuito artístico local e também em âmbito nacional, contando com premiações em diversos festivais de teatro, além de exposições representando o Brasil em mostras internacionais nos Estados Unidos e na Alemanha. Entretanto, este reconhecimento não impede que, até mesmo entre a classe artística teatral, ele seja alvo de discriminações e preconceitos, revelando uma desvalorização por optar discutir temas marginais e também por trazer aos palcos mais nobres a Arte Transformista, marcada preconceituosamente como uma arte inferior. A discussão artística de Silvero Pereira, ao promover a Arte Transformista como manifestação legítima das Artes Cênicas, põe em xeque outros tabus, pois traz luz à discussão sobre poder e seus processos de legitimação.

A abordagem de temáticas transgressoras, que desalinham o *status quo*, provoca rupturas e propõe novos deslocamentos de lugar e de percepções. Vai de encontro à lógica das relações de poder como efeito de verdade que, ao longo da história, produziu esquemas de disciplinarização e controle sobre os sujeitos, ou seja, “um tipo de governamentalidade cuja racionalidade é, de fato, uma economia política”. (REVEL, 2005, 69)

Essa disciplinarização sofre, por seu turno, uma modificação, na medida em que o governo dos indivíduos é completado por um controle das “populações”, por meio de uma série de “biopoderes” que administram a vida (a higiene, a sexualidade, a demográfica...) de maneira global a fim de permitir uma maximização da reprodução do valor (isto é, uma gestão menos dispendiosa da produção) (REVEL, 2005, p. 69).

Temos, em análise, dois artistas que trazem em suas obras intenções políticas e engajadas, que podem se dar tanto através dos processos de circulação e divulgação, como pelo uso de meios alternativos, pela ocupação de espaços consagrados de fruição e exibição de obras de arte e, principalmente, por assumir o discurso da sexualidade e da diversidade sexual em suas poéticas, com intenção de subversão, como coloca Cesar Almeida (2012a): “Sou iconoclasta por natureza. Sexualidade sempre será tabu. Acho que a organização social tem como princípio enaltecer a hipocrisia das relações.” A iconoclastia citada pelo diretor teatral diz respeito a sua intenção de questionar e provocar a tradição e as normas. Já a estratégia de Silvero em seus espetáculos opera como uma isca, um anzol que fisga o público que, ao se aproximar do teatro para assistir um espetáculo com números artísticos de Transformismo, se defronta com a realidade de vida de travestis e transexuais.

[...] O público é levado à sala de espetáculos pelo entretenimento e com isso consigo injetar minhas questões sociais de discriminação e a visão entre "Condição de Vida" e "História de Vida". Com isso não há desconforto, trabalhamos com a imagem da travesti como "super ser", Divas, top models, estrelas. Assim, nosso objetivo é mudar a visão de marginal para admiração (PEREIRA, 2012a).

Da mesma forma que o engajamento proposto por Silvero passa pelo interesse de revelar a existência do outro em sua dignidade, o engajamento de Cesar Almeida diz respeito a sua própria existência e às inquietações que a vida contemporânea produz.

A linguagem teatral contemporânea me interessa em primeiro plano, a temática gay me diz respeito pela própria condição e busco introduzir meu sentido de cidadania através dela, trazendo a reflexão sobre temas atuais e muitas vezes tabus em nossa sociedade (ALMEIDA, 2012a).

Para Cesar Almeida, há a incorporação clara de uma intenção política e crítica em sua prática artística. Em seu caso, discute modos de operação em uma sociedade capitalista. O artista apresenta sua obra como “teatro-ativista” como contestação à própria causa gay, transformada hoje num *mainstream*, referindo-se à incorporação e capitalização de luta, ideologias e produções artísticas facilmente absorvidas, passando por processos de normatização.

Meu trabalho é completamente engajado [...] Creio que a causa gay já tornou-se *mainstream*, totalmente absorvida pelo mercado e através dele se fará a sua aceitação. Quanto mais consumidores gays, maior o “respeito” da sociedade em relação a causa. Por isso meu interesse hoje é outro, é buscar uma alternativa sustentável nesse planeta totalmente dominado pelo consumo (ALMEIDA, 2012b).

O sistema detonou a arte gay como forma de protesto. É preciso ir além, buscar outros espaços para manifestação artística de ponta, mas continuo insistindo que a busca pela liberdade deve permear nossas obras e vidas pra que sirvam de inspiração para as novas gerações. Hoje em dia, a apatia gerada pelo consumo tem me interessado muito mais em minha produção (ALMEIDA, 2012a).

Essa noção de absorção se afina a processos de banalização e globalização que, ao incorporar pessoas, populações, culturas e manifestações culturais, compromete seus potenciais de ruptura e de desassossego. Faz-se necessário resistir.

Silvero reafirma a resistência enquanto subversão e ocupação de espaços consagrados ao levar aos palcos a experiência de vida da travestilidade e da transexualidade e ao atribuir à Arte Transformista um status de arte maior. Descontextualiza as histórias da marginalidade das ruas e reposiciona histórias de vida no palco do teatro. Acende as luzes e revela o que a sociedade finge não ver e as histórias que não quer escutar.

Meu primeiro espetáculo (Uma Flor de Dama,2005) foi construído para o repertório de um ator, mas sua repercussão dentro da cidade/sociedade, bem como a aceitação do movimento LGBTTT, foi tamanha que com o passar do tempo me vi dentro e militante-artista. Assim, e por isso, surgiu o Coletivo As Travestidas, pois não havia mais como se distanciar, e com a aproximação veio a necessidade de investigar e contribuir ainda mais [...] (PEREIRA, 2012b).

O objetivo é provocar questionamentos na sociedade, acreditamos que por meio disso, das questões, é possível desmistificar a imagem marginal e deturpada da travesti ou transformista, gerando conhecimento e respeito pela diversidade (PEREIRA, 2012b).

A lógica da resistência também opera como luta para os artistas Silvero Pereira e Cesar Almeida. Mesmo que de forma diferente dos movimentos sociais organizados, os artistas reconhecem a potência de seus trabalhos em arte enquanto formas de militância e ativismo. Para Cesar Almeida (2012a), “todo ato é político, mesmo o que se diz apolítico. A arte sempre foi um veículo de formação de ideias, dialogando com os pensadores do seu tempo”.

Silvero Pereira (2012a) reconhece seu trabalho artístico como “uma frente de luta”.

Meu trabalho, agora, vai muito além de subir no palco e gerar catarse; ele se realiza, conscientemente, em atingir e modificar o pensamento social quanto às questões LGBTT. Assim, sou artista por ainda realizar minha arte como instrumento de transformação social, e sou militante porque optei, sendo absorvido, por um movimento específico (PEREIRA, 2012a).

Considerações Finais: a arte como resistência

As experiências desses artistas nos propõem questões significativas, pois, embora sejam atravessadas por hostilidades diversas, marcadas pela homolesbotransfobia, produzem, a partir do que consideramos como formas de resistência, alternativas para se posicionar no mundo. À medida que transgridem à margem e operam diálogos expandidos a outros espaços e com outros sujeitos e grupos, ampliam a dimensão dos elementos significativos da Cultura LGBT, sem perder sua referência. E, subvertendo a própria palavra, pensemos também na resistência para os sujeitos LGBT como um processo de *re-existência*, no sentido de criar e produzir novas formas de existir, marcada pela produção e afirmação de elementos identitários e culturais.

Percebemos, assim, que a valorização daquilo que nos constitui culturalmente é

elemento fundamental na efetivação e no respeito aos direitos culturais. E que a arte se constitui como potente forma de resistência ao propor diálogos e aproximações interculturais, peças fundamentais no enfrentamento a todas as convenções normativas que regulam a sociedade e que produzem as formas de violências. São elementos potentes de transformação social e quebra de paradigmas, sobretudo na erradicação da homofobia e da transfobia. Acessamos um panorama das especificidades da produção simbólica que constitui sujeitos LGBT e percebemos o quanto este também pode nos informar sobre os processos de exclusão e de violência que, igualmente, são elementos que demarcam sua identidade enquanto grupo social e suas formas de ver e perceber o mundo.

Das impressões apropriadas pela breve análise do Mapeamento Cultural LGBT (2012), optamos por um recorte de iniciativas que, em meio ao quadro hostil às sexualidades outras, revelou-nos a existência de uma produção artística e simbólica efervescente e de densidade conceitual, poética e técnica. Sobretudo, evidenciou engajadas práticas, com potencial de produzir deslocamentos e descentramentos das verdades instituídas pelas relações de poder. A aproximação que realizamos das ideias e das obras de Silvero Pereira e Cesar Almeida produziu questionamentos e reflexões a respeito da potência das manifestações artísticas enquanto ponto de aproximação entre diferentes modos de se manifestar, viver e perceber o mundo. Isso reflete apenas uma face da Cultura LGBT, que se apresenta como um campo de pesquisa a ser visualizado e problematizado com maior profundidade.

Com isso, podemos afirmar que pensar uma Cultura LGBT implica em reconhecer seu potencial de questionamento e transformação sócio-política, à medida que se constitui a partir de uma segregação que, como resistência agrega e produz identidade. Trata-se de uma experiência a ser reconhecida a partir de uma perspectiva em que sujeitos lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais possam se enxergar enquanto agentes criadores, produtores e transformadores da cultura, a partir de suas resistências e suas formas singulares de se relacionar com o mundo. Pois, quando resistimos, “re-existimos” para resistir à morte e afirmamos a possibilidade de tantas formas diferentes de viver.

Referências:

ALMEIDA, Cesar. **Cesar Almeida; Entrevista 01;** Via e-mail. Entrevista concedida a Sandro Ouriques Cardoso (Sandro Ka). [Nov.2012a].

_____. **Cesar Almeida. Entrevista 02;** Via e-mail. Entrevista concedida a Sandro Ouriques Cardoso (Sandro Ka). [Nov.2012b].

BARROS, José Márcio; ZIVIANI, Paula. O Programa Cultura Viva e a Diversidade Cultural. In: BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia, org. **Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva.** Brasília: Ipea, 2011.

BERTA, Luciano. **Arte Transformista.** Disponível em: <<http://memorabiliagay.blogspot.com.br/2009/08/arte-transformista.html>>. Acesso: 29 nov 2012.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 144p.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural / O Direito à Cultura.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 52p.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992. 232p.

MAPEAMENTO CULTURAL LGBT. **Blog do Mapeamento Cultural LGBT/Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade**. Disponível em: <<http://somos.org.br/mapeamento>>. Acesso: 29 nov 2012.

PEREIRA, Silvero. Silvero Pereira. **Entrevista 01**; Via e-mail. Entrevista concedida a Sandro Ouriques Cardoso (Sandro Ka). [Nov.2012a].

_____. Silvero Pereira. **Entrevista 02**; Via e-mail. Entrevista concedida a Sandro Ouriques Cardoso (Sandro Ka). [Nov.2012b].

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**; tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005. 96p.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução: Gentil Avelino Titton. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 261p.

CAPÍTULO 8

Políticas Públicas para a Cultura LGBT ⁴⁷

Cláudia Schulz

Este texto síntese é fruto do "Relatório Final do Comitê Técnico de Cultura para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais - LGBT", elaborado pelo Comitê Técnico de Cultura LGBT, que esteve vigente de 2012 a 2014, coordenado pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade do Ministério da Cultura e que contou com a participação de diversos atores do movimento de Cultura LGBT.

Linha do tempo

Alinhado às diretrizes do Programa Brasil sem Homofobia, lançado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação em 2004, o Ministério da Cultura (MinC) buscou desenvolver, ao longo desses 11 anos, ações de estímulo, fomento, e criação de espaços de discussão e participação social no que tange a elaboração de políticas públicas para a Cultura LGBT. Entre estas diretrizes, destaca-se a criação de Grupo de Trabalho (GT) para elaborar um plano para o fomento, incentivo e apoio às produções artísticas e culturais que promovam a cultura e a não-discriminação por orientação sexual. No MinC foram criados dois GTs, 2004 e 2008, que contavam com a participação de representações do governo e sociedade civil.

Mesmo com esparsas reuniões os GTs foram essenciais para a criação de editais e premiações à iniciativas culturais de combate à homofobia, apoio às paradas de orgulho LGBT lançados em 2008, do Edital Prêmio Cultural LGBT 2009, incentivo aos Pontos de Cultura vinculados direta e indiretamente à pauta, bem como o aprimoramento destes espaços de participação social, entre outras ações pontuais.

Por meio do acúmulo de debates realizados nos GTs e, por esses desempenharem até então um papel mais político, surge a necessidade de agregar à representação política a participação de outros atores de Cultura LGBT e, em 2012, é criado o Comitê Técnico de Cultura LGBT. A proposta de criação do Comitê que passasse a incluir tanto a representação política quanto técnica, integrando a sua constituição a presença de pessoas de notório saber no que tange a Cultura LGBT.

O Comitê Técnico de Cultura LGBT tornou-se uma instância de monitoramento, avaliação e proposição de políticas públicas ao segmento LGBT e, anterior a isso, um espaço de

⁴⁷ Relatório síntese das políticas públicas para Cultura LGBT desenvolvidas por meio do Ministério da Cultura.

aprofundamento e conhecimento da diversidade, das necessidades e da polifonia do que seria Cultura LGBT por parte do MinC como órgão responsável pela sustentação desta política. Por meio deste Comitê foi possível ampliar o olhar para a complexidade do universo da Cultura LGBT. Tendo a compreensão da importância de fomento, apoio e ações específicas no que se refere ao resgate da memória cultural, da capacitação dos grupos e coletivos, do mapeamento de entidades, do apoio à publicações e da criação de outras ações que dessem visibilidade ao segmento.

Diretrizes do "Brasil sem Homofobia - programa de Combate à violência e à discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual" (2004); ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009) e metas da Lei 12.343/2010 que cria o Plano Nacional de Cultura, foram considerados compromissos assumidos pelo Governo Federal no que concerne ao direito à cultura e que se tornaram marcos na criação do Comitê. A coordenação do Comitê Técnico de Cultura LGBT ficou a cargo da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do MinC e tendo a participação de outras secretarias e vinculadas do ministério e de representantes de outros órgãos de governo e da sociedade civil.

As atribuições do Comitê Técnico de Cultura LGBT foram:

Apresentar subsídios técnicos e políticos para apoiar a implementação de políticas culturais voltadas para a população LGBT;

Propor ações e estratégias de atuação para o fomento, reconhecimento, valorização, intercâmbio e difusão das produções, manifestações e expressões artísticas e culturais LGBT que tenham como foco o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos dessa população;

Acompanhar e monitorar as ações do MinC que tenham como foco a população LGBT ou que tratem de questões relativas à diversidade sexual, considerando recortes étnico-raciais, geracionais e de pessoas com deficiência e contribuir para a produção de conhecimento sobre cultura LGBT.

Uma das principais conquistas do Comitê Técnico constituído em 2013 foi torná-lo uma instância permanente. Para tanto em outubro de 2015, lançou-se uma portaria criando o Comitê Técnico de Cultura LGBT, como instância permanente de controle social LGBT dentro do Ministério da Cultura.

Balanco das ações do MinC

Durante esses onze anos, o Ministério da Cultura realizou algumas ações relacionadas à Cultura LGBT. No entanto, reconhece que há ainda, muito a ser construído, bem como a necessidade emergente de continuação de desenvolvimento de ações estratégicas de atuação para o fomento, reconhecimento, valorização, intercâmbio e difusão de produções da sociedade LGBT. Além da criação dos GTs e Comitês, como espaços de participação e controle social, foram lançados seis editais com o objetivo de apoiar a produção de bens culturais e eventos de visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual e da cultura de paz, totalizando o montante de R\$ 4.210.556,76. Por meio dos editais: Parada do Orgulho GLBT 2005, Concurso Cultura GLBT 2006, Concurso Cultura GLBT 2007, Concurso Público de Apoio a Paradas de Orgulho

GLTB 2008, Prêmio Cultural GLBT 2008, Prêmio Cultural GLBT 2009 incentivou-se indiretamente a produção cultural ligada à juventude LGBT e, diretamente, 174 iniciativas.

Nos editais citados, bem como nos demais editais lançados o Ministério da Cultura incorporou critérios vinculados à classificação e desclassificação no que tange a grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua identidade cultural.

O MinC apoiou em 2009 o Projeto de Capacitação em projetos culturais, captação de recursos e prestação de contas junto às leis de incentivo à cultura e editais de cultura, apresentado pela entidade SOMOS do RS. As capacitações ocorreram em cinco regiões do país, capacitando representantes de 70 entidades entre outros participantes.

Emendas parlamentares também foram executadas apoiando a criação de centros de documentação e memória de temas relacionados à população LGBT no Brasil. Apoiou-se no total de 40 Pontos e Pontões de Cultura com temática ligada ao combate à homofobia e à promoção da cidadania de LGBT, como estímulo a distribuição, circulação e acesso ao segmento.

No Cadastro dos Pontos e Pontões de Cultura, lançado em 5 de outubro de 2015, por meio da plataforma Rede Cultura Viva (www.culturaviva.gov.br), há o campo de nome social buscando respeitar a identidade de gênero. Ainda, o Cadastro já inicia um mapeamento e desenvolvimento indicadores em áreas de atuação, público alvo, instituições e redes vinculadas à Cultura LGBT.

Caminhando e construindo novos horizontes

Apesar do Ministério da Cultura ter realizado uma série de ações estratégicas para o desenvolvimento de políticas públicas para a Cultura LGBT, ainda há inúmeros desafios a serem vencidos e novos a serem construídos.

Nessa perspectiva, a continuidade permanente de espaços de participação social que vão para além do Comitê Técnico de Cultura LGBT, como a participação efetiva do segmento nas conferências municipais, estaduais, distrital e nacionais de cultura, com o intuito de garantir propostas relacionadas à pauta. Bem como a criação de um assento permanente e um colegiado específico para Cultura LGBT no Conselho Nacional de Política Cultural.

Ampliação do orçamento incluindo no Plano Plurianual (PPA) ações específicas de Cultura LGBT, como garantia de recursos orçamentários. Criação de novos editais, prêmios, bolsas incentivando e fomentando as ações que transversalizam entre as inúmeras esferas constituintes do movimento de Cultura LGBT, como a memória, a juventude, os grandes eventos, a distribuição de materiais, a qualificação dos grupos e coletivos, entre outros. O mapeamento e produção de indicadores para o monitoramento das políticas culturais LGBT. O reconhecimento das artes transformistas como Patrimônio Imaterial e a profissionalização das práticas artísticas relacionadas à Cultura LGBT.

Poderíamos seguir descrevendo outros tantos desafios que sabemos e que iremos

construindo no percurso do desenvolvimento de políticas públicas para a Cultura LGBT. Porém, é necessário somar-se a isso o compromisso que o Ministério da Cultura, juntamente com os movimentos de Cultura LGBT, de vencer o desafio da construção de uma democracia que respeite os grupos que lutam e representam a diversidade, os direitos humanos, a liberdade para vivenciarem sua sexualidade e autonomia do corpo, bem como seu fazer cultural.

Ainda estamos na busca pela dissolução de uma hegemonia heteronormativa que impacta o campo da cultura. Temos o desafio de dar visibilidade a Cultura LGBT, saindo do discurso de ações periféricas, de minoria e marginalizadas, mas alavancar seu status há uma Cultura legítima e dotada de expressão da diversidade cultural humana.

Referências

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade. **Relatório Final do Comitê Técnico de Cultura para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais - LGBT**. Brasília, 2015.

CAPÍTULO 9

Entre Drag Queens e (Trans)Formistas: Trânsitos de Gênero enquanto Arte

Caio Cesar Klein

Drag queens, transformistas, travestis. Categorias que habitam e se confundem na noite LGBT e que construíram uma (sub)cultura que tem na resistência o seu ponto de criação através da transversalidade entre arte e gênero. Neste ensaio trago algumas reflexões sobre essas categorias a partir do debate na mesa “Arte e Cultura LGBT” do Seminário Internacional “Êba! Viado na pista! Nuances 24 anos nas ruas”, e dos primeiros achados da pesquisa de doutorado em andamento sobre arte transformista junto ao Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFRGS.

É frequente buscar na história do teatro uma origem da forma artística hoje conhecida como transformista ou *drag queen*. Berthold (2011) e Reverbel (1987) já apontaram para um passado no qual o palco era interdito às mulheres, de modo que os papéis femininos interpretados por homens poderiam ser considerados um provável início dessa forma de expressão artística. Evidente que o *travestir-se*, “literalmente vestir-se com roupas do outro sexo” (CAMPUZANO, 2008, p. 82) está relacionado com a arte transformista, sobretudo se entendermos essas figuras enquanto permanentes questionadoras das normas de gênero. Contudo, o que diferencia este tipo de performance de outras formas de arte semelhantes?

No Brasil, a arte transformista há muito esteve de algum modo presente através de figuras icônicas como Lola Batalhão, Rogéria, Laura de Vison, Eric Barreto, entre outras figuras importantes da cena artística LGBT. Mas o trabalho desse tipo de performer passou a receber maior visibilidade a partir da década de 1990 com a popularização da categoria *drag queen* (TREVISAN, 2000), cuja cena não estaria ligada somente ao teatro mas também a um espectro mais amplo da “cultura LGBT”, uma vez que passa a produzir significado e é representativa dessas pessoas. (CARDOSO, 2015)

Em Porto Alegre, muito antes da importação do termo norte-americano *drag queen*, muitos artistas da noite já colocavam a performance como questionamento do sistema sexo-

gênero.⁴⁸ Em 1971, com o *slogan* “A Glória do Gênero”, a boate Flower’s “contava com um corpo de dançarinos de 18 travestis, que oferecia suporte a espetáculos inspirados em sucessos de Hollywood ou da Broadway”. (TEIXEIRA, 2015, p. 111) Nas décadas de 1970 e 1980, a capital gaúcha viveu a popularização dos shows de dublagens e de performances transformistas em diversas boates frequentadas pelo público LGBT.

Não há, contudo, consenso entre os artistas acerca da fronteira entre as categorias transformista e drag queen: para alguns, o ator transformista é a versão brasileira da drag queen americana; para outros, a arte das drag queens é uma vertente do transformismo, que seria um gênero mais amplo e anterior desse tipo de arte. Divergências à parte, opto neste momento pelo termo *transformismo* ou *arte transformista* por considerar a expressão mais ampla, de modo a abarcar as diversas formas artísticas relacionadas. Outrossim, também considero que é politicamente importante o uso do termo transformismo – muito esquecido atualmente – como estratégia de valorização da arte local.

É importante – embora muitas vezes difícil – estabelecer algumas fronteiras entre as categorias aqui mencionadas. *Travesti, transexual e transgênero* são categorias que pertencem prioritariamente ao campo do gênero, ou seja, a travesti e a mulher transexual **são**, elas não **representam** uma personagem. Trata-se de identidades de gênero, elemento primário da constituição do sujeito e de seu estar no mundo. A transformista e a drag queen, por sua vez, são personas interpretadas por um performer/artista cuja identidade de gênero não importa para o desempenho da cena. São, portanto, categorias prioritariamente artísticas, mas que, por sua construção e relação com o meio LGBT na atualidade dialogam com a categoria gênero.

As diversas categorias que permeiam os estudos de gênero não devem ser abordadas, contudo, como construções *per se*, alienadas da participação de outros marcadores da diferença como raça/etnia, classe social e território. Isso porque no Brasil a identidade cultural das travestis está fortemente relacionada a questões econômicas e raciais. A pobreza é marca de suas experiências ao se constatar que “a grande maioria das travestis [é] proveniente das classes populares e média baixa” (PELÚCIO, 2009, p. 94) e que “muitas continuam pobres por toda a vida, levando uma existência miserável, morrendo antes dos 50 anos em virtude da violência”. (KULICK, 2008, p. 24) Entre as travestis brasileiras se percebe também que há “predominância de negros e pardos, indicativo de seu pertencimento aos extratos mais pobres da sociedade brasileira”. (CARRARA; VIANNA, 2006, p. 235)

No Brasil, o termo travesti tem sido empregado muito antes da academia desenvolver maiores estudos sobre essa categoria identitária, havendo referências a “homens-travestidos” e “artistas-travestis” pelo menos desde a década de 1940. (GREEN apud BARBOSA, 2013) Nesse contexto, a categoria travesti é empregada principalmente no meio artístico, uma vez que a arte transformista possuía relevante popularidade no teatro e no carnaval da época.

⁴⁸ Sistema sexo-gênero, heteronormatividade ou heterossexismo são categorias que, dentro de suas especificidades, denunciam o caráter construído e compulsório das normas de gênero (BUTLER, 2006).

Não obstante travesti e transexual referirem identidades de gênero, é muito comum no Brasil que pessoas trans sejam performers e artistas da noite LGBT. Através de uma estética própria, os shows de travestis e transexuais têm papel importante na construção da cena noturna em Porto Alegre. Pioneiras nas dublagens das grandes divas da música, as artistas trans seguem sendo representantes de estilos do transformismo como o “bate-cabelo” e o “top-drag”.

Independente de categorias, observa-se que na atualidade o transformismo e suas vertentes partem da representação do feminino, na maioria das vezes de forma hiperbólica e fantasiosa, para construir uma persona cuja performance está explícita ou implicitamente comprometida com um discurso de subversão de gênero. A arte transformista denuncia a artificialidade do gênero e reforça que

[...] não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas que vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em dada sociedade e em um dado momento histórico. (LOURO, 1997, p. 21)

Surgido em contextos marginais da Idade Média, o bufão denunciava a miséria humana como aquele “cujo discurso não pode circular como o dos outros, [mas que possui] estranhos poderes, como o de dizer uma verdade oculta, prever o futuro, enxergar com toda a ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não consegue perceber”. (FOUCAULT, 1996, p. 14) Caracterizados pelo grotesco – corcundas, anões, gigantes – os bufões subvertiam as normas e rituais através da blasfêmia, da grosseria e da injúria. Quando não serviam de entretenimento das cortes, onde eram os únicos autorizados a zombar do Rei, vagavam pelas ruas expondo através da comédia as tradições e os modos de vida da época. De modo semelhante, os artistas transformistas surgem nos guetos de homossexuais⁴⁹ enquanto portadores de uma verdade incômoda: o gênero, por seu caráter artificial e construído, é um

[...] sistema de reglas, convenciones, normas sociales y prácticas institucionales que producen performativamente el sujeto que pretenden describir, [...] no como una esencia o una verdad psicológica, sino como una práctica discursiva y corporal performativa a través de la cual el sujeto adquiere inteligibilidad social y reconocimiento político. (PRECIADO, 2008, p. 86)

Semelhantes aos bufões e palhaços, os artistas transformistas criam uma *persona* complexa, construída a partir dos elementos psíquicos de quem constrói. Segundo Bournier (2009, p. 207), “os bufões e bobos não eram atores que desempenhavam seu papel no palco; ao contrário, continuavam sendo bufões e bobos em todas as circunstâncias da vida. Encarnavam uma forma especial de vida, simultaneamente real e irreal, fronteira entre a arte e a vida”. Na

⁴⁹ A Drag Queen Marsha P. Johnson (1945-1992) é considerada a primeira pessoa a reagir contra a violência policial sofrida pela população LGBT de Greenwich Village, dando início da Revolta de Stonewall.

Na psicologia analítica, a persona é um complexo “sistema de relação entre a consciência individual e a sociedade; é uma espécie de máscara destinada, por um lado, a produzir um determinado efeito sobre os outros e por outro lado a ocultar a verdadeira natureza do indivíduo”. (JUNG, 2008, p. 62) Para Jung, a persona é uma máscara que vestimos buscando convencer a nós mesmos de certa individualidade, mas que na verdade é, em muitos níveis, uma representação da psique coletiva. É possível, portanto, que a persona transformista possua o aspecto de representação daquilo que a psique coletiva conhece por gênero através do performer e de sua máscara, tendo em conta que “a máscara deforma propositalmente a fisionomia humana, desenha uma caricatura e refunda completamente o semblante.” (PAVIS, 2011, p. 235) Na composição dessa persona, “vários aspectos do sujeito são transformados, como o modo de andar, os gestos, as posturas, a voz e a própria linguagem.” (CHIADIC; OLTRAMARI, 2004, p. 474)

Os primeiros shows que eu assisti foram shows de transformistas, não foram shows de drag queens. Eu comecei a assistir shows de drag queens depois do filme Priscilla – a rainha do deserto. Mas inicialmente quando eu comecei a sair na noite gay, comecei a assistir shows, eu assistia shows de transformistas, da Gloria Cristal, da Guadiara Makimba, Rebecca McDonalds... pra mim esses artistas não eram drag queens e o trabalho que eles faziam era trabalho de transformistas... ou de travestis, enfim... que travesti não é trabalho, mas é que não existia aqui essa nomenclatura [...] [Na transformista] o objetivo era a verossimilhança... me parece! Eu não sou entendido do assunto, mas na minha cabeça é assim. E hoje em dia é um lugar de fala. [...] No transformismo o legal é tu explorar a coisa da transformação, diferente da drag queen que não necessariamente precisa disso (EDG01, Diário de Campo).

A fala acima, retirada de uma entrevista com uma *drag queen* da cena porto-alegrense, aponta para a distinção entre *drag queen* e transformista a partir de uma proposta estética. Como estilo mais antigo, as transformistas buscavam representar de modo mais verossimilhante a figura feminina, através de dublagens de grandes divas da música. Já a *drag queen* teve seu estilo nitidamente marcado pelo exagero e pelo absurdo, estética muito influenciada por artistas norte-americanas. Podemos apontar também que há uma dimensão geracional e outra dimensão de classe na produção de diferenças entre as categorias transformista e *drag queen*: frequentemente vemos artistas “mais antigas” se identificarem com a noção do transformismo, enquanto as “as mais novas”, influenciadas por uma cultura estrangeira (particularmente estadunidense), se identificam com a *drag queen*.⁵⁰ Assim, a construção social da transformista e *drag queen* e as relações de aproximação e distanciamento entre elas e as identidades de gênero trans (particularmente travestis) possuem matrizes históricas (de geração), econômicas (de classe social) e territoriais (a depender do contexto geográfico em que são ditas).

⁵⁰ No Brasil, percebemos que a emergência das travestilidades possuem estreita relação com o significado que se atribui a essas palavras, pois muitas vezes a travesti só pode ser considerada transformista (papel relegado à classes mais subalternizadas), enquanto a *drag queen* pode ser construída por homens cisgênero.

[...] Não é bem uma ilusão na cabeça das pessoas. Por que eu não acho que eu tenha um corpo feminino. Eu acho que o legal é exatamente ver alguns contrassensos no meu corpo. Eu gosto que os meus braços eles sejam definidos, e não musculosos, mas... quando eu tô com uma roupa feminina, salientam, salienta a masculinidade dos meus braços (EDG01, Diário de Campo).

Na *drag queen*, na maioria das vezes, a transformação não pretende a verossimilhança, sendo a incoerência um aspecto explorado nessa estética. Assim, a estética *drag queen* pode estar orientada para a (i) construção de uma personagem genericada, ou seja, um simulacro do feminino através da caricatura dos signos femininos culturalmente disponíveis, o que expõe uma dimensão subversora e questionadora de tais signos; ou (ii) a criação de uma personagem *queer*⁵¹ através da desconstrução desses mesmos signos enquanto “expressão da androginia, ou seja, a negação, a um só tempo, da especificidade do gênero e da hierarquia das qualidades e valores.” (ESPINOZA, 2002, p. 45)

Na relação com os outros eu acho que é quando a coisa se constrói, sabe? (EDG01, Diário de Campo).

Enquanto *performance*, a arte transformista, sobretudo das *drag queens*, se distingue de outras manifestações artísticas semelhantes pois o processo de criação e a própria existência da persona está sempre em interação direta com o público. Por suas características próprias, o processo de criação da persona transformista se dá na vida noturna, “em contato direto entre emissor e receptor sem a intermediação técnica de nenhum equipamento” (GLUSBERG, 2011, p. 59), uma vez que não existe para essa categoria qualquer técnica formal, sala de ensaio ou laboratório. O aprendizado das técnicas de “montaria” (maquiagem, perucas e figurinos), assim como os procedimentos relativos aos shows e o próprio relacionamento da persona com o público são conhecimentos normalmente passados de um artista para o outro. A descrição do processo criativo do performer, segundo Cohen, é capaz de explicar também o processo da arte transformista: “é a expressão de um artista que verticaliza todo o seu processo, dando a sua leitura de mundo, e a partir daí criando o seu texto (no sentido sígnico), seu roteiro e sua forma de atuação.” (COHEN, 2013, p. 100) Assim, o transformismo, como performance, pode se aproximar também da ideia de *body art*, uma vez que muitos artistas da área exploram exclusivamente sua dimensão visual/plástica através da maquiagem e do figurino, tendo o corpo como suporte artístico, mas sem investir teatralmente em suas personas. O alto investimento técnico no ilusionismo, na transformação, é performance como “um questionamento do natural e, ao mesmo tempo, uma proposta artística.” (GLUSBERG, 2011, p. 58)

A expressão *arte da performance*, assim como *arte transformista*, “tornou-se um signo abrangente que designa todo o tipo de apresentações ao vivo.” (GOLDBERG, 2007, p. 281)

⁵¹ “Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier [...]. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora.” (LOURO, 2001, p. 546)

Isso porque hoje transformistas e drag queens estão presentes na noite, seja como *hostess*, seja no palco com shows de dublagem e dança ou como DJs, mas também passaram a habitar fora dos guetos noturnos, como mestres de cerimônia em eventos, em desfiles e editoriais de moda, retornando também ao teatro. Trata-se, portanto, de um campo da performance e das artes cênicas muitas vezes não reconhecido como arte em virtude de seu caráter periférico e informal.

De tempos em tempos... o mundo vai pedindo outras formas, ou outras maneiras de se apresentar. Mesmo a minha personagem tendo o mesmo nome, ela de fato sofreu mudanças de maturidade, né, eu amadureci, então ela também amadureceu (EDG01, Diário de Campo).

A relação das drags queens com a arte pop aponta para uma permanente reinvenção do gênero. Esse fenômeno pode ser observado através de um movimento de popularização das *drag queens* no Brasil após o programa *RuPaul's Drag Race*. O reality show da *drag queen* norte-americana RuPaul, que passou a ser exibido em 2009, traz uma competição para escolher a melhor *drag queen* dos Estados Unidos, sendo um fenômeno que provocou uma massificação da estética *drag queen* no mundo. Paralelamente, houve um ressurgimento do interesse por shows de *drag queen* no Brasil, o surgimento da chamada "*drag music*", além de festas e eventos temáticos. Esse acontecimento é positivo por popularizar a arte transformista e criar novos espaços de atuação para essas artistas.

Contudo, podemos perceber também uma onda de colonização da arte local quando observamos que os novos empreendimentos em arte *drag* normalmente estão relacionados às *drag queen* americanas e que o *reality show* teve um impacto absurdo na estética das artistas locais. Assim, espero no futuro tecer considerações mais aprofundadas desse movimento de americanização da arte transformista, especialmente no que concerne às *drag queens*, visto que estar consciente desses fluxos é importante para pensarmos e conservarmos a arte transformista local.

Transformistas e *drag queens* são figuras potentes da cultura e da arte LGBT, seja no Brasil ou no exterior. Basta observar como essas artistas estão presentes, muitas vezes como porta-vozes, nas paradas do orgulho LGBT ao redor do mundo. Aí reside a importância de compreender as especificidades dessas artistas que são contestadoras em sua matriz: valorizar o que é produzido enquanto performance transformista local, e conservar essa expressão artística genuinamente LGBT.

Referências

- BARBOSA, Bruno Cesar. "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379, mai./ago. 2013.
- BURNIER, Luís Otávio. **A arte de ator**: da técnica à representação. Campinas: Unicamp, 2009.
- BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.
- CAMPUZANO, Giuseppe. Recuperação das histórias travestis. In: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Orgs.). **Questões de sexualidade**: ensaios transculturais. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.
- CARDOSO, Sandro Ouriques. **Ações-dispositivo**: estratégias de intervenção política no espaço público. 206f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

- CARRARA, Sérgio Luis; VIANNA, Adriana Resende Barreto “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, ago./dez. 2006.
- CHIADIC, Maria Teresa Vargas; OLTRAMARI, Leandro Castro. Ser e estar *drag queen*: um estudo sobre a configuração da identidade queer. **Estudos de Psicologia**, 2004, n. 9. p. 471-478.
- COHEN, Renato. **Performance como linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- ESPINOZA, Olga. A prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias**, Pelotas, v.1, n. 1, p. 35-59, jan./dez. 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GLUSBERG, Jorge. **A arte da performance**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- GOLDBERG, Roselee. **A arte da performance**: do futurismo ao presente. Lisboa: Orfeu Negro, 2007.
- JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 546, 2001.
- PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, 2006.
- PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui**. Madri: Espasa Calpe, 2008.
- REVERBEL, Olga. **Teatro**: uma síntese em atos e cenas. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- TEIXEIRA, Paulo César. **Nega Lu**: uma dama de barba malfeita. Porto Alegre: Libretos, 2015.
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil da colônia a atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000. eender o mundo de hoje. Tradução: Gentil Avelino Titton. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 261p.

Parte IV

Geografias Marginais: espaço e poder, gênero e sexualidades

CAPÍTULO 10

Geografias e Sexualidades: os espaços públicos na vivência de homens gays na cidade de Ponta Grossa, Paraná

William Hanke

Marcio Jose Ornat

Introdução

Esta discussão tem por objetivo analisar as relações entre Geografia, espaço público e as diferentes identidades que constituem a vivência cotidiana de homens gays na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Nosso material empírico está relacionado ao resultado de 8 entrevistas⁵² realizadas com pessoas que se autoidentificam como homens gays, e que foram analisadas segundo a metodologia de análise de conteúdo de discurso, (BARDIN, 1977) produzindo um total de 395 evocações. Esta análise está centrada em quatro eixos identitários que constituem estas pessoas, a saber: a classe de renda, a religiosidade, a sexualidade e a idade.

As falas destas pessoas evidenciam que frente a um conjunto de exclusões sociais e interdições espaciais, são estabelecidas na vivência do espaço público um conjunto de estratégias que se utilizam de elementos identitários, que ora são colocados, ora tirados do 'armário', como forma de subversão de relações de poder. (FOUCAULT, 1988) Também fora evidenciado que o espaço público, mesmo entendido enquanto um espaço de 'livre acesso', se constitui muitas vezes interditado (SILVA, 2013), limitando a vivência espacial plena destas pessoas.

Para tanto, organizamos este capítulo em dois momentos. Inicialmente, realizamos uma discussão sobre a relação entre sexualidade e a produção do conhecimento geográfico. No segundo momento, evidenciamos que a vivência do espaço público é organizada segundo os principais feixes identitários que constituem estas pessoas, a classe de renda, a religiosidade, a sexualidade e a idade, produzindo situações sociais de conforto ou desconforto para estas pessoas, que cotidianamente lutam contra todo tipo de preconceito e discriminação.

Uma Análise Geográfica sobre Sexualidades

A temática das sexualidades tem sido eleita como um caminho de reflexão geográfica na

⁵² As entrevistas produziram um total de 10 horas e 55 minutos de fala.

produção anglófona, pelo menos desde a década de 1980/90, como afirmado por Bell e Valentine (1995). Voltando mais no tempo, evidencia-se que a sexualidade, enquanto uma temática geográfica, não é uma 'invenção' do final do Século XX. Como afirmado por Phillips (2007), as concepções que os europeus tinham sobre a sexualidade no século XVIII sofreram grandes mudanças, estas sendo o resultado de diversos encadeamentos, tanto materiais quanto discursivos. Segundo o autor, essas tensões e alterações incluíram sistemas discursivos hegemônicos, como os da medicina, da religião e do direito. Além disso, ocorreram mudanças nos discursos da arte, da pornografia, da Antropologia e da própria literatura de viagem.

Para Phillips (2007), os autores da literatura de viagem colaboraram para a produção de outras cartografias, principalmente a partir de outras representações de sexualidade, analisando-as e questionando-as segundo suas diferentes localizações no mundo. E assim, poucos autores da literatura de viagem expressaram mais interesse na análise da sexualidade como Richard Burton. Sua principal proposta tinha o nome de *Sotadic Zone*, uma área localizada entre as latitudes 30° e 43° Norte, onde práticas homossexuais eram instituições bem estabelecidas.⁵³ Entretanto, estas afirmações não passaram despercebidas do crivo geográfico, tornando-se Richard Burton, segundo Phillips (2007), *persona non grata*. Podemos considerar que a sexualidade foi durante um bom tempo *cognitio non grata*, tanto para a Geografia anglófona, quanto para a brasileira, com diferencial de décadas.

Sobre a produção de um silêncio geográfico relacionado a sexualidade, Silva (2009), analisando o desenvolvimento de uma lógica epistemológica 'monotopista' da produção geográfica moderna, afirma que esta foi compreendida como neutra, objetiva e universal. Segundo a autora, as ausências de certas abordagens e sujeitos na ciência geográfica começam a ser tensionadas na década de 1970, principalmente no que se refere às mulheres, e em um momento posterior, por pesquisas que analisavam a vivência espacial de gays e lésbicas.

A partir do final da década de 1970 a sexualidade coloca-se como um tema de interesse geográfico, em uma perspectiva de análise social urbana. Este caminho pode ser visto em Ettore (1978) e Levine (1979). A primeira discussão analisa as representações políticas das mulheres no urbano e a libertação das mesmas a partir do movimento *La Femme*, tendo por recorte espacial os guetos lesbianos. Também tendo o gueto por objeto de interesse, Levine (1979) analisa a existência de bairros com grande quantidade de homens e mulheres homossexuais, afirmando que esta espécie de gueto seria uma forma de segregação urbana, oriunda a partir da sexualidade. Esta reflexão trata que tanto gays quanto lésbicas se concentram em determinados bairros para se relacionar, ou de outra forma, estes bairros são pontos de encontro nos quais seus comportamentos homossexuais são, de certa forma, aceitos.

Chamamos a atenção que mesmo que estas discussões não sejam realizadas pela Geografia, mas pela Sociologia, evidencia-se o surgimento de novas perspectivas de análise do urbano e sua relação através das sexualidades. Enquanto uma reflexão nascida na Geografia, a geógrafa Weightman (1980) analisa os bares *gays* e como eles se tornam lugares de encontro para estes grupos. Para a autora, estes bares estavam localizados estrategicamente nos bairros em cidades dos Estados Unidos, onde havia uma grande concentração de homens gays. Além disso, estes 'bares gays' agregavam certas características das relações homossexuais, como estilo das paredes e o próprio sigilo. Essa separação de lugares através das sexualidades

⁵³ A base para a construção da *Sotadic Zone* de Burton está, sobretudo, na tradução dos contos *Plain and Literal Translation of the Arabian Nights Entertainments* ou *The Book of a Thousand Nights and a Night* (PHILLIPS, 2007, p. 74-75).

homossexuais, como estilo das paredes e o próprio sigilo. Essa separação de lugares através das sexualidades fazia com que as comunidades gays sobrevivessem e sentissem o prazer em existir. Indo além, Weightman (1981) propõe então uma Geografia orientada para a comunidade gay, ou seja, a autora já estava evidenciando as análises geográficas que poderiam ser realizadas a partir das sexualidades.

Segundo essa perspectiva de vivências urbanas de diferentes grupos sociais, Castells e Murphy (1982), relacionando espaço urbano, identidade gay e política, afirmam que a cidade de San Francisco tornou-se uma importante referência urbana nessa perspectiva, pois havia uma quantidade considerável da população que se identificavam como gays, lésbicas, bissexuais ou *transgenders*.⁵⁴ Os autores argumentam que San Francisco seria a única cidade capaz de pleitear órgãos suficientemente organizados e capazes de ter uma política forte sobre essas mudanças sociais e culturais, sendo então uma importante cidade para se analisar tanto as relações urbanas quanto as mudanças culturais que estavam ocorrendo naquela época.

Um ano depois, Castells (1983), analisou as perturbações causadas pelos movimentos sociais nos Estados Unidos entre as décadas de 60 e 70 do Século XX. Essas perturbações tinham como máxima o consumo coletivo e a defesa de uma identidade cultural e territorial, como é o caso das comunidades gays. Para o autor, a sexualidade e os estilos de vida passam a tensionar o urbano que era – e diríamos que ainda é – centrado na lógica da família heterossexual. A vista disso, o autor afirma que as expressões abertas sobre assuntos como sexualidade e a homossexualidade colaboraram para rebeliões ideológicas, causando grande desconforto nas áreas conservadoras de San Francisco.

O objetivo era forçar a sociedade a rever as normas sobre a sexualidade e cultura individual, na qual a homossexualidade não deveria ser apenas tolerada, mas aceita como um comportamento normal e legítimo. Segundo o autor, os indivíduos e as instituições estavam com medo e perturbadas com esses tensionamentos. Por outro lado, os gays mostravam um importante elemento de autodefinição incentivados pelos próprios movimentos gays.

É a partir destas primeiras iniciativas que surge nos anos 1980/90 uma extensa produção sobre Geografia e sexualidade, analisando a relação entre movimentos sociais e políticas públicas, a manifestação espacial das vidas de gays e lésbicas, a análise das estruturas espaciais como constitutivas de relações de classe, gênero e sexualidade, as percepções lésbicas e suas experiências nos espaços cotidianos, segundo a existência de um espaço (hetero)sexualizado, as reconfigurações da Geografia política, sob uma demanda de inclusão de uma política sexual, vista e notada pelas novas políticas contemporâneas dos movimentos sociais, das políticas *queer*⁵⁵ e cidadania sexual, a produção de heterossexismos através da própria produção

⁵⁴ *Transgenders* é um conceito anglófono, cunha na década de 1990, compreendido como uma categoria de identidade coletiva, integrando um conjunto diversificado de masculinidades e feminilidades. A identificação transgender foi compreendida como fundamentalmente expressa a partir de diferentes caminhos de identificações homossexuais. (D. VALENTINE, 2007).

⁵⁵ Segundo Silva (2009), o pensamento acadêmico queer tem nascimento das contestações ao movimento social homossexual conservador norte-americano. Neste, o protagonista relacionava-se ao homem branco, homossexual e de classe alta. As críticas referem-se ao fato de que este movimento desconsiderava outras possibilidades existenciais 'homo', como visto em vivências relacionadas a pessoas não-brancas, travestis, lésbicas, transexuais, bissexuais, etc. Por outro lado, o mesmo termo queer também é usado como instrumento de ofensa a pessoas homossexuais.

geográfica em gênero e sexualidade, as análises críticas relacionadas ao espaço e a espacialidade, segundo contextos de estudos *queer*, as variações existentes das Geografias gays e lésbicas e a teoria *queer*, e as relações entre pós-estruturalismo, teorias *queer*, Geografia e as sexualidades. (BELL, 1991; 1994; BROWNE; LIM; BROWN, 2007; KNOOP, 2007a; 2007b; KNOPP; BROWN, 2003; KNOPP, 1987; 1992; 2004; VALENTINE, 1993)

Se de um lado a trajetória do pensamento da Geografia das Sexualidades e *Queer* anglófono vive um momento de efervescência no pós década 1990, no que se refere à Geografia brasileira temos uma outra disposição, como afirmado por Cesar e Pinto (2015), a partir da análise da produção intelectual da Geografia brasileira sobre as temáticas de gênero e sexualidades, segundo os periódicos geográficos *on-line*.

Por meio do Sistema Qualis-Capes, os autores levantaram informações de 13.990 artigos,⁵⁶ que foram classificados por estratos do A1 ao B5. Tendo por recorte temporal o período de 1974 a 2013, Cesar e Pinto (2015) afirmam que do total de artigos analisados, 1.2% tratavam das discussões de gênero e apenas 0.3% abordavam a relação entre Geografia e sexualidades. Os dados produzidos pelos autores indicam que os primeiros artigos científicos que analisam a relação entre Geografia e sexualidades foram publicados na metade da década de 1990. Segundo Silva (2015), é nesse mesmo período que há uma 'redemocratização' na sociedade brasileira, permitindo maior expressão dos movimentos populares, inclusive LGBT's no Brasil. Isso facilitou, de certa forma, a inclusão de debates sobre as sexualidades na academia.

No entanto, isso não quer dizer que hoje o campo da Geografia das Sexualidades seja consolidado ou respeitado como uma possibilidade geográfica no país, tendo visto os percentuais acima demonstrados. Silva (2015), ao argumentar sobre a então ciência geográfica da época (1990 a 2000), evidencia que os artigos geográficos que tratam da relação entre espaço e sexualidades eram e ainda são publicados em periódicos de menor prestígio acadêmico, segundo o próprio sistema Qualis-Capes, e que estes estariam concentrados em revistas recentemente formadas, como é o caso da Revista Latino Americana de Geografia e Gênero.⁵⁷

A Geografia brasileira das sexualidades tem sido elaborada desde o ano de 1995, com a primeira publicação no Brasil sobre esta temática, de Matos e Ribeiro (1995), com o título 'Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro'. Nele, os autores fazem uma análise sobre o núcleo central da cidade do Rio de Janeiro, composto por diversas atividades comerciais, de serviços, transporte e de gestão pública e privada. No que se refere ao restante das publicações geográficas realizadas da década de 90 (RIBEIRO, 1996; 1997; 1998), Miguel Ângelo Ribeiro produziu importantes contribuições para a Geografia brasileira, tornando-se um prógono no que se refere às conexões entre Geografia e sexualidades no país. Ribeiro faz discussões em seus trabalhos tanto sobre as territorialidades produzidas quanto sobre as dinâmicas do turismo sexual na cidade do Rio de Janeiro.

⁵⁶ Banco de Dados desenvolvido pelo Grupo de Estudos Territoriais, Gete, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

⁵⁷ A Revista Latino Americana foi criada no ano de 2010 e atualmente é a revista que contém o maior número de artigos relacionados à Geografia, Gênero e Sexualidades. Segundo Silva (2015), a revista concentra 62,85% do total de artigos sobre as sexualidades na Geografia brasileira, todos publicados após seu lançamento, em 2010.

A Geografia brasileira das sexualidades tem sido elaborada desde o ano de 1995, com a primeira publicação no Brasil sobre esta temática, de Matos e Ribeiro (1995), com o título 'Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro'. Nele, os autores fazem uma análise sobre o núcleo central da cidade do Rio de Janeiro, composto por diversas atividades comerciais, de serviços, transporte e de gestão pública e privada. No que se refere ao restante das publicações geográficas realizadas da década de 90 (RIBEIRO, 1996; 1997; 1998), Miguel Ângelo Ribeiro produziu importantes contribuições para a Geografia brasileira, tornando-se um prógono no que se refere às conexões entre Geografia e sexualidades no país. Ribeiro faz discussões em seus trabalhos tanto sobre as territorialidades produzidas quanto sobre as dinâmicas do turismo sexual na cidade do Rio de Janeiro.

Já no início dos anos 2000, mudanças significativas acontecem na produção do conhecimento geográfico brasileiro, especialmente no que se refere as suas epistemologias e referenciais teóricos. Silva (2015) ressalta que os anos 2000 foram nitidamente definidos como os anos de avanço, principalmente nos programas de pós-graduação e que isso possibilitou que novos pesquisadores e novos temas como os das sexualidades tivessem maior visibilidade. Para a autora, além dessa ampliação dos programas de pós-graduação, houve também um aumento dos periódicos ou revistas *on-lines*. Atualmente, do total de revistas geográficas, 80% desenvolveram-se após o início dos anos 2000.

No início do Século XXI são vistos no Brasil um conjunto de publicações que analisam os espaços dissidentes dos processos de ordenamento territorial, as relações contraditórias existentes entre o Estado e prostituição, quando relacionada as distinções feitas entre crianças, adolescentes e adultos, confrontando-os naquilo que o Estado define e as práticas espaciais cotidianas das profissionais do sexo a respeito da concepção de infância, a relação sobre a sexualidade e o uso de métodos contraceptivos, a relação entre território e prostituição travesti, a relação entre territórios e redes geográficas segundo a prostituição travesti no Brasil meridional, e a produção de espaços interditos à vivência travesti. (CASSARO; FERRETO, 2007; NABOZNY, 2007; ORNAT, 2008; 2009; SILVA, 2009; SOLLA, 2002)

Evidencia-se o crescimento expressivo das publicações relacionadas a estas temáticas a partir do ano de 2010. Além da criação de novas revistas e programas de pós-graduação, outro fato que pode ter contribuído para este crescimento foi a ação de cooperação entre pesquisadores das sexualidades e gênero no país, como aponta Silva (2015). Segundo essa autora, houve outras transformações nesse período, entre o final dos anos 2000 e início do ano de 2010, isso porque há uma inserção de novas perspectivas, principalmente as provenientes da produção anglófonas nas discussões brasileiras em que geógrafos e geógrafas nacionais incluíram em suas discussões referenciais anglo-saxões como Judith Butler, Gillian Rose, Gill Valentine e Jon Binnie. Ainda, Silva (2015) evidencia que a existência de inserção de perspectivas e referenciais anglófonos em textos produzidos por brasileiros estão presentes no final dos anos 2000, destacando seu próprio texto em 2008, citado anteriormente, e mais dois textos dos geógrafos Nabozny (2007) e Ornat (2008; 2009), também já mencionados.

A partir do ano de 2010, produz-se uma grande variedade de análises e sujeitos,

analisando a relação entre sexualidade e território, territorialidades, microterritorializações, rituais culturais, relações homocomerciais e práticas homoconjugais (COSTA, 2010; ORNAT, 2010; SILVA, 2010a; COELHO, 2010; BARRETO, 2010; PASSAMANI, 2011; PUCINNELLI, 2011; REIS, 2011; COSTA, 2012a;2012b; MAIA, 2012b), espaço urbano e suas representações a partir das sexualidades (FURLONG, 2010; COSTA, 2010; VEIRA, 2010; SOUZA, 2011; RIBEIRO e OLIVEIRA, 2011; SOLIVA, 2011; ARCOS, 2013; BOIVIN, 2013a-b; BROWN, 2013; CABRAL, SILVA e ORNAT, 2013), espaço escolar (PROENÇA, 2010; TEIXEIRA, 2010; CAETANO e COSTA, 2012), a prática cotidiana da produção científico geográfica (SILVA, 2010b), e a atividade da prostituição travesti (SANTOS, 2010).

Além destas temáticas, Maia (2012a) analisa os recados deixados em portas de banheiros públicos de seis edificações da Universidade Federal da Bahia, e Maia e Dutra (2012) realizam reflexões sobre o movimento LGBT e os outros espaços da cidade de Juiz de Fora - MG, que se vestem das cores da bandeira LGBT, mesmo sendo regidos pela heteronormatividade. Também no mesmo ano, Ornat (2012), Silva e Ornat (2012) analisam os espaços interditos, a partir das experiências das travestis. Este fenômeno se relaciona a processos espaciais de exclusão e de acolhida, ora sendo contraditórios, ora sendo integrados. Conjuntamente, os autores publicaram pesquisas referentes às experiências espaciais de travestis, através do movimento interseccional entre gênero, raça, sexualidade e classe na mobilidade transnacional, principalmente entre Brasil e Espanha, ao passo que Rodriguez e Guimarães (2012) tratam da transexualidade e as transformações do corpo na integração e repercussão com a cidade de Santiago, no Chile. Há outras publicações correspondendo a análises feitas a respeito de programas televisivos e suas representações sobre a hierarquização dos corpos, sexualidade e homoafetividades (MENEZES et al., 2013; NAME, 2013), como a análise sobre as relações afetivas e sexuais com diferentes estudantes universitários da América Central, Cuba e América do Sul. (WRIGHT, 2013)

Como evidenciamos até agora, diferentemente da Geografia brasileira, a Geografia Anglófona já estava analisando a relação entre geografia e sexualidades já no início da década de 80. Isso revela um rompimento espaço/temporal de mais de dez anos entre estas Geografias das Sexualidades. Mesmo que Browne, Lim e Brown (2007) façam uma importante introdução sobre as discussões de sexualidades na Geografia, esta se refere à produção científica anglófona e não brasileira, afirmando que essas discussões sobre sexualidades na Geografia vêm desenvolvendo-se desde os anos de 1980.

De outra forma, García-Ramon (2011), ao tratar sobre outras Geografias feministas, questiona a hegemonia anglo-americana e um conhecimento visto e reconhecido apenas por uma língua, a inglesa. Para a autora, as dificuldades encontradas estão desde um conhecimento que tem apenas por base a produção geográfica anglo-americana. As relações geográficas internacionais apresentam-se segundo relações assimétricas de poder (FOUCAULT, 1988), ficando clara a hegemonia da língua inglesa em níveis internacionais.

Por outra direção, Silva (2011) argumenta que as dificuldades na ciência geográfica brasileira, no que se refere às investigações sobre sexualidade, estão tanto em âmbito nacional

quanto internacional. Segundo a autora, nacionalmente os muros que são construídos têm como base o preconceito na própria academia, em torno dos temas relacionados às sexualidades. Além disso, as discussões que envolvem temas como as sexualidades são recentemente debatidas no país e na Geografia brasileira. Já no que tange aos obstáculos internacionais, umas das barreiras levantadas pela autora é a língua, seja no acesso as pesquisas produzidas fora do país ou ainda, na realização de um diálogo realmente internacional, que é pouco expressivo.

Sendo que esta reflexão analisa a relação entre espaços públicos e a vivência de homens gays na cidade de Ponta Grossa, Paraná, a partir do que foi proposto sobre o espaço segundo a Geografia das Sexualidades/*Queer*, anglófona e brasileira, evidencia-se que os primeiros trabalhos encontrados na década de 1980 foram influenciados por uma perspectiva estruturalista, na qual o espaço era observado e diferenciado a partir das sexualidades, ou seja, as relações sociais eram compreendidas como se ocorressem sobre o espaço. (ETTORRE, 1978; LEVINE, 1979, CASTELLS, 1982; 1983) Esse arranjo de produção científica analisou as vivências de *gays* e lésbicas, evidenciando a existência de uma segregação urbana, mas também a formação de guetos em cidades capazes de pleitear tais mudanças culturais, sociais e políticas.

Já nos textos de Knopp (1987), além dessa separação urbana, o autor demonstra que os movimentos sociais de gays e lésbicas (década de 70 e 80) começam a lutar por políticas públicas, pois suas vivências espaciais acabavam sendo restritas. Além disso, Bell (1991) argumentando sobre as manifestações espaciais que gays e lésbicas realizam, afirma que estas não podem ser compreendidas apenas por suas sexualidades, mas sim como um dos critérios para se analisar a pluralidade de uma Geografia Gay. Esse argumento fez com que olhássemos o nosso fenômeno através de uma perspectiva interseccional. Assim, Knopp (1992), ao refletir sobre as conexões entre várias categorias identitárias, discute que estas também podem ser entendidas como relações de poder, fazendo com que entendamos que essas relações de poder podem instituir espaços compostos por graduações de sensações de opressão ao alívio na vivência espacial dos homens gays. Portanto, as vivências e experiências desses sujeitos são fruto do elo entre categorias identitárias e as relações socioespaciais.

As discussões de Knopp (1992) auxiliam-nos a compreender as formas de como as estruturas espaciais são compostas por relações de poder e organizadas através delas. Ao pensarmos que todas essas categorias identitárias como o gênero, a classe, a raça e a sexualidade podem compor um mesmo indivíduo e seus espaços, compreendemos que estes sujeitos são compostos por múltiplas e variadas categorias identitárias e não somente por uma delas. Sendo assim, entendemos que os homens gays experienciam situações espaciais que variam da opressão ao alívio, a partir do momento que assumem uma identidade que não corresponda à predominância social, como já evidenciado por Rodó-de-Zárate (2013a).

Por outro lado, pensar como os espaços compõem as vivências cotidianas de homens gays é compreendê-los não enquanto meros receptáculos, mas como produtores e reprodutores dessas situações de opressão ao alívio. Portanto, a concepção de espaço não pode ser apenas entendida como uma sustentação dessas relações, mas sim parte delas. Essas relações e sentimentos constitutivos dos espaços dependem também de contextos espaço/temporais, em

que o sujeito vivencia-o e experencia-o, discussões estas que serão realizadas no próximo momento deste capítulo.

Espaços Públicos e Vivência Cotidiana de Homens Gays

Esse segundo momento tem por objetivo analisar os espaços públicos e de uso comum e social na vivência de homens gays na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Os 'espaços públicos' durante as entrevistas foram significados a partir das ruas, dos terminais de ônibus, dos parques, dos cafés, dos shoppings, etc. Porém, durante o processo investigativo optou-se analisá-los enquanto 'espaços públicos', uma vez que as perguntas que eram feitas aos sujeitos eram de cunho interseccional, ou seja, relacionando-as com os quatro feixes identitários de classe de renda, sexualidade, idade e religiosidade.

Sabemos da importância que cada espaço citado anteriormente tem na vivência espacial das pessoas, bem como suas relações específicas de acordo com suas identidades e dinâmicas socioespaciais. No entanto, nosso objetivo para esse momento de discussão não é produzir um olhar específico sobre as peculiaridades de cada espaço público citado, mas sim elaborar uma reflexão compreendendo-os a partir das representações dos sujeitos sobre as dinâmicas que podem envolver os espaços públicos em suas vivências espaciais na perspectiva da interseccionalidade.

A interseccionalidade é um conceito que tem ganhado cada vez mais campo nas pesquisas socioespaciais, por analisar a relação entre diferentes feixes identitários e suas relações complexas (COLLINS, 1990; CRENSHAW, 1991; McCALL, 2005; OBERHAUSER et al, 2003; RUDDICK, 1996; VALENTINE, 2007). Assim, uma das direções profícuas para se pensar a relação entre identidades e espacialidades têm se alocado nas discussões referentes ao conceito de 'interseccionalidade', ferramenta esta utilizada para demonstrar a teorização não entre identidades, mas a conexão de dimensões entre distintas categorias identitárias, tais como raça, gênero, sexualidade e etc.

Ao problematizarmos o espaço público, inicialmente, trazemos as reflexões de Gomes (2002), o qual argumenta que o espaço público na sua forma física é entendido como aquele espaço onde não haja restrições das pessoas, seja na sua participação, na viabilidade ou ainda no seu acesso, como as ruas, as praças e os *shoppings*. O espaço público é compreendido como o lugar das indiferenças, pelas diferentes posições, afinidades, jogos de prestígio entre outras dinâmicas, desde que estas sejam submetidas às regras da civilidade. Segundo Gomes (2002), a ciência geográfica multiplicou as análises sobre a segregação espacial, movimentos sociais e desigualdades espaciais. Porém, a perspectiva marxista foi praticamente um modelo exclusivo de análise, assim como a diferenciação de classes voltadas principalmente a visão economicista. Indo além, o autor ressalta que essas análises acabavam desmantelando quaisquer outras formas que não correspondessem à esfera da produção, tendo ainda hoje uma influência desse marco histórico como um critério fundamental de análise.

Dessa forma, Rodó-de-Zárate (2013b) aponta que temas como a sexualidade ainda são pouco estudados na Geografia e nos estudos urbanos, apesar de sua relevância para

compreendermos as organizações sociais e espaciais. Para a autora, os primeiros trabalhos relacionados à sexualidade e ao urbano apontaram que há uma construção da heteronormatividade nas cidades, analisando como as pessoas não heterossexuais eram marginalizadas a partir do urbano, como também pode ser observado nas discussões do primeiro momento desse capítulo. Ao corresponder a tais regimentos, Mayol (1996) afirma que passamos a ter um comportamento de 'conveniência'. Este passa a compensar no seu sentido mais gratificante possível. Essas regras por um bom tempo vêm se estabelecendo de um lado, e por outro têm sido tensionadas por feministas e também pelos movimentos sociais, mostrando que na realidade nós não temos um espaço público 'benevolente', mas sim um espaço que é desigual para diferentes grupos sociais. Assim, Borja (2014) afirma sobre a relação entre os espaços de poder e os espaços da cidadania, onde grandes praças e grandes avenidas passaram a concentrar a materialização desse poder e de suas simbologias ao longo da história, com grandes eventos desde plebiscitos, desfiles militares e procissões de igreja, etc. Além disso, passaram a ser um grande espaço econômico em que há uma grande concentração de comércio e publicidade.

O espaço público é antes de tudo, um espaço de uso coletivo, livre, multifuncional, integrador e carregado de sentidos, memórias e identidades e seus cidadãos se reconhecem mutuamente, com direitos e liberdades iguais. Nesse sentido, Serpa (2007) argumenta que o espaço público passa a constituir uma ação política ou, pelo menos, uma possibilidade para que essa ação ocorra, visto que as grandes revoluções e lutas sociais foram nas ruas e através desse espaço. Porém, o autor vai além, relatando que o espaço público também pode ser analisado por outros vieses, como a incorporação do consumo para poucos, dentro da lógica capitalista ou ainda como um espaço simbólico a partir de diferentes culturas e intersubjetividades. Já para Borja (2014), quando falamos sobre espaço público, falamos também de uma cidade heterogênea em que se concentra uma grande quantidade de funções e atividades, populações e memórias onde não nasce um cidadão, mas que este passa a ser construído como tal pelo próprio espaço público e a cidade, a qual tem a real vocação cidadã, nem sempre o consagrando-o para todos. Assim, o autor aponta que o espaço público pode ser excludente, degradar-se e ser inóspito. Basta perder sua natureza originária como ser 'indiferente' para todas as pessoas.

Assim, o espaço público se reduz em espaço político, e muitas vezes econômico, restringindo-se o processo de cidadania a pequenos momentos e determinados espaços de ócio e de vida coletiva. Historicamente, o espaço público passa a ser também um espaço de poder que envolve diferentes relações sociais, como as de gênero, as classes de renda, as religiosas, as de sexualidade, de racialidades, de etnicidades, de relações etárias e tantas outras possibilidades existenciais de relações sociais e identitárias. Ao construirmos uma análise a partir dos discursos dos sujeitos entrevistados, pudemos evidenciar que alguns resultados apontam para certas relações sociais hegemônicas que constituem esse espaço. Sendo assim, de um universo de 100% das evocações produzidas pela análise das entrevistas, temos 75% tratando sobre sexualidade, 12% sobre relações etárias, 8% sobre classe de renda e 5% sobre religiosidade.⁵⁸ Dos

⁵⁸ Do total de evocações que trataram das relações identitárias sobre religiosidade, estas não estiveram relacionadas ao espaço público. Assim, os espaços religiosos não são compreendidos pelos homens gays entrevistados como públicos, mas sim como espaços privados.

75% das vocações que falavam sobre sexualidade, 12% destas abordaram especificamente os espaços públicos. Ainda sobre esse dado, tivemos como resultados 50% das evocações apresentando o espaço público como um espaço de desconforto frente a suas sexualidades, em uma situação de divergência da heterossexualidade, estabelecida enquanto correta e passível de ser exercida através do espaço público.

Temos também 25% das falas sobre sexualidade relatando que o espaço público passa a ser um espaço neutro em relação à homossexualidade dos sujeitos. Contudo, pudemos identificar que essa neutralidade tem relação direta com determinados tipos de comportamentos considerados como 'coniventes' às normas estabelecidas ao espaço público da cidade, como não demonstrar homoafetividades, por exemplo. Dentro do universo dos 75% das evocações sobre sexualidade, obtivemos 16% apontando que o espaço público é espaço controverso. Isso significa que ele é um espaço constituído por situações controversas, ou seja, tanto de desconforto quanto de conforto. Por fim, apenas 9% dos discursos dos entrevistados apresentam o espaço público como um espaço significado como de conforto na relação com a categoria identitária sexualidade. Isso é evidenciado também nos relatos dos sujeitos, onde o espaço público tem sido estruturado a partir de uma determinada sexualidade, que nesse caso é a heterossexual, pois ao afirmarem que não exercem afetividade com o companheiro ou a partir de um uso de roupa que não seja compreendida como 'padrão' masculina, todo aquele sujeito que tende a transgredir essas normas passam a sofrer algum tipo de preconceito, violência (verbal ou física), sentindo-se limitados no espaço público.

Esta discussão está relacionada aos apontamentos realizados por Cabral, Ornat e Silva (2013), quando argumentam que a sociedade ocidental está convencionalmente organizada entre dois gêneros, masculino e feminino, e, aqueles que tentam subvertê-la passam a ser punidos segundo diferentes formas de violência. Outra identidade evidenciada como oprimida foi a classe de renda. Mesmo que os espaços públicos sejam formados a partir de encontros de diversas identidades, aquelas que escapam de seus comandos acabam sendo marginalizadas. Por isso, dos 8% das evocações que tratavam especificamente sobre a classe de renda, 8% destas abordaram sobre a relação entre espaços públicos e a classe de renda. Destas, 100% das avocações colocavam-se como controversas, uma vez que determinadas relações exercidas através de espaços públicos, como os *shoppings*, são elaboradas a partir do consumo. Os *shoppings*, enquanto espaços públicos, limitam cada vez mais o acesso a determinados grupos de renda, principalmente pelo alto poder de compra demandado para estes locais. Esse espaço público específico demanda um perfil de consumidor, com produtos de alto valor de venda, e taxas de estacionamento, assim limitando muitas das vezes o seu acesso.

Sobre as evocações que tratavam das relações que envolviam o elemento identitário 'idade' (12%), 10% abordaram especificamente os espaços públicos. Destes, 50% representam o espaço público enquanto constituído por situações controversas e os outros 50% de conforto.

Tendo visto o fato de que as pessoas que foram entrevistas são de classe de renda média intermediária a baixa com idades que variam entre 19 e 33 anos, estes elementos correspondem

⁵⁹ O IBGE (Censo 2010), compreende a classe média a partir de três grupos: a média alta, a intermediária e a média baixa.

aos resultados acima indicados, pois os *shoppings* não tem limitado seu acesso apenas às pessoas com classe de renda baixa. A idade tem sido uma identidade constantemente oprimida através deste local,⁶⁰ existindo situações em que administrações de *shoppings* entram com ações na justiça para proibir a entrada de jovens menores de 16 anos que não estejam acompanhados de responsáveis. Nesse sentido, o espaço público *shopping* passa a restringir seu o acesso.

Tendo visto o fato de que os espaços públicos foram representados pelas pessoas entrevistadas como neutro em 25% das evocações sobre a sexualidade e 50% de conforto sobre a idade, esta configuração está na possibilidade de que todos os sujeitos aqui entrevistados são masculinos, de classe média e adultos, relacionando-se ao afirmado por Rodó-de-Zárate (2013b), sobre o fato de que o espaço público tem sido organizado a partir de uma vivência adulta e masculina.

Para a autora, muitas feministas têm evidenciado questões sobre o gênero e a idade na relação com o espaço público, segundo a percepção do medo. Um exemplo está nas próprias discussões que ela faz sobre as experiências de jovens mulheres nos espaços públicos. Também encontramos tal relação nas discussões de Rose (1993), quando trata de sua própria experiência e sentimentos enquanto mulher à noite na rua; e ainda em Koskela (1997), quando discute sobre o medo e a confiança espacial das mulheres no espaço público. Dessa forma, fragmenta-se as diferentes relações sociais que o espaço urbano, e consequentemente os espaços públicos, vêm sendo fundamentados, e que tanto as relações de classe, como de gênero, sexualidades, racialidades e idades têm sido importantes para compreendermos as diferentes dinâmicas que ocorrem através desse espaço, o qual passou a ser organizado por constrangimentos identitários específicos.

Semelhante a essas discussões, Przybysz e Silva (2012) discutem que o espaço urbano, além de produzido politicamente, é economicamente constituído por experiências generificadas, onde a cidade privilegia o masculino, ocultando e impossibilitando outras relações de gênero e identitárias. A partir dessas argumentações, compreendemos que o espaço público também está centrado no masculino e a significação de uma neutralidade ou até mesmo de conforto pelos sujeitos entrevistados sobre esse pode estar relacionada a figura masculina de seus corpos e aos comportamentos desempenhados por eles nesses espaços. Também, Rodó-de-Zárate (2013b) aponta que o medo passa a ser um resultado da produção social que vulnerabiliza as mulheres no espaço público, assim como outros aspectos, por exemplo, a idade e a sexualidade, pois enquanto afirmado por Góis e Soliva (2008), espaços públicos como a rua têm sido aspectos relevantes na violência cometida contra jovens homossexuais. Para os autores, os espaços públicos são compreendidos como aqueles que permitem um trânsito contínuo de diferentes pessoas (heterossexuais e homossexuais), onde a rua passa a ser a expressão mais próxima dessa definição e que passa a ser dissolvida não apenas como pública, mas como um caráter de intersecção, reconhecida e legitimada pelos homossexuais a partir de seus gostos sociais.

Assim, entendemos que além do gênero, o espaço público tem se organizado a partir de

⁶⁰ <http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2015/07/shopping-pede-e-justica-de-rio-preto-proibe-entrada-de-menores-noite.html>>. Acessado 20 de Janeiro de 2016.

determinada civilidade heteronormativa, pois como aponta Mayol (1996), a prática do espaço público tem sido atravessada também pela diferença dos sexos, desde a relação que os rapazes impõem sobre as moças na rua, relações estas da mais 'vulgar' até a mais 'refinada', até as relações de demonstração de afetos heterossexuais de casais nos bancos das praças. Para o autor, "todas essas manifestações sociais correspondem a uma manifestação sexuada, onde cada parceiro desempenha o papel previsto pela sua definição sexual e nos limites que a conveniência lhe impõe." (MAYOL, 1996, p. 57)

Assim, o espaço urbano passa a ser elaborado por comportamentos a partir de uma 'conveniência de comportamento sexual', onde a demonstração de afeto que não corresponda a heterossexual passa a ser desrespeitosa, produzindo repulsa. Segundo Cabral, Silva e Ornat (2013), gays e lésbicas sofrem ações de violência por desviarem da heteronormatividade. Dessa forma, para os homens *gays* que tiveram suas falas aqui analisadas, dependendo das maneiras de se portar, isto pode produzir opressão e constrangimento, observado, por exemplo, na fala do entrevistado Rick. Para ele, o espaço urbano é de opressão à medida que se sente limitado a demonstrar afetividade para o seu companheiro. Da mesma forma, essas limitações comportamentais e sociais nos espaços públicos fazem com que homens *gays* passem a ser, muitas vezes, coniventes a elas, neutralizando efeitos negativos que possam sofrer a partir dessas relações de poder e desconforto.

Isso reforça a significação de um espaço de neutralidade, pois, como podemos observar, 'compensa' muito mais tornar-se invisível ou corresponder as normas do que transgredir as regras de uma civilidade voltada para a heterossexualidade. Diferentemente do que acontece com as travestis e transexuais, em sua maioria, os homens *gays* podem passar despercebidos pelas relações de poder que se estabelecem nos espaços 'públicos', como podemos observar em seus relatos:

[...] Bom eu vou falar uma coisa que minha mãe sempre fala quando eu saio de casa "aí, não é que a gente te ame menos, a gente só se preocupa de você sofra preconceito, então não fique demonstrando que você é gay". Por exemplo, eu ir no parque ambiental (praça pública) e ficar do lado da roda dos piás skatistas aí é o ambiente deles, né? [...] (Entrevista realizada com Carlos no dia 15 de agosto de 2014, Ponta Grossa, Paraná).

[...] Eu me sinto confortável em shopping quando eu estou com meus amigos assim, amigos próximos de mim, que sabe de mim. Mas eu nunca senti desconforto até porque eu nunca esbocei um afeto assim com outro homem, tipo eu já saí com amigos gays no shopping e tal e que ficaram demonstrando afetividade e tal até porque eu não vejo problema. Mas eu sei que, existe esse problema, pra mim não tem problema, mas para os outros tem. Então, para evitar eu não faço, a sociedade vê isso como um problema [...] (Entrevista realizada com Edson no dia 21 de agosto de 2014, Ponta Grossa, Paraná).

[...] Os meus ambientes públicos onde eu mais vou é o teatro, então se alguém for tirar sarro de alguém dentro do teatro, por favor, né. É mais local público, tipo uma padaria, ambientes menores, porque daí parece que as famílias vão e dominam, sabe e daí você não faz parte... você é indigno de frequentar aqueles

lugares. Ponta Grossa muito mais né, eu já fui em padarias em outros muitos lugares que não acontece isso. Mais aqui, ainda tem aquela coisa como assim?... o que você está fazendo aqui?... Uma vez a gente chegou junto (entrevistado e seu companheiro), a gente chego junto e causou um furor sabe. Aí eu pensei: o que é isso? Eu só quero compra alguma coisa e sair! Então é porque também acho que o gay ele fala né eu falo o tempo todo com a pompa toda do gay. Então, eu falo da ponta do pé até o cabelo né, não sei conversar assim contido com as pessoas, eu falo mesmo e mexo e isso chama atenção também então acaba me marcando muito nos espaços públicos, principalmente pelos olhares de julgamento, sabe? [...] (Entrevista realizada com Jorge no dia 02 de setembro de 2014, Ponta Grossa, Paraná).

[...] Embora eu namore, namorar pra mim é uma coisa que não tem espaço, sabe?, Muito menos em espaço público. Um lugar que eu tenho ido mais é no parque ambiental, por gostar de espaços abertos. Eu gosto de frequentar assim esses espaços públicos, eu gosto de andar pela rua, às vezes você na rua é mais livre do que quando você esta em casa, dependendo dos teus objetivos, eu fico muito tempo na rua se eu puder nem que seja só para andar, nem que seja assim para descer a avenida olhando os prédios e arquitetura da cidade, eu fico na rua. Isso incita o exercício de que cada pessoa que frequenta os espaços públicos podem ser vistas ou ignoradas, digamos assim. Eu tenho uma mania de querer me vestir da maneira mais excêntrica. Então eu me visto de um jeito que eu chamo muito a atenção das pessoas e quem olha pra mim já vai pensar 'puts esse cara é gay', seja pelo chapéu, seja pelo colar ou qualquer coisa que eu use. Então, você percebe no transporte (público) que é um espaço onde as pessoas são obrigadas a estarem próximas, não existe fuga para aquele momento, mas os olhares você percebe, as conversas você percebe, as opiniões das pessoas. Uma vez que eu entrei dentro de um ônibus e na hora que eu entrei dentro de um ônibus uma senhora que estava ali sentada pegou e me olhou dos pés a cabeça e balançou a cabeça como um sinal de desaprovação e eu senti muito mal nesse momento. Pô!!! Eu estava vestido, eu não estava pelado. Tipo, eu estou normal! Por que ela pegou e olhou pra mim com esse olhar de desaprovação? Aí você percebe o quanto que existe de preconceito e pré-julgamentos no espaço público [...] (Entrevista realizada com Pedro no dia 02 de setembro de 2014, Ponta Grossa, Paraná).

[...] Não, local público eu e nem o meu companheiro fazemos nada assim, tipo não demonstramos afetividade nem nada. No máximo foi em uma praia e em um lugar mais isolado assim. Mas sempre em outras cidades. Até por questão de respeitar a minha família assim sabe? Tipo, imagina se chegam para minha mãe e dizem ' Há! vi o seu filho com o namorado dele de mãos dadas na rua'. Coisas nesse sentido assim, sabe? Outra questão que você me fez pensar é em relação ao shopping, ele é um espaço público, mas eu tenho um pouco de desconforto também, não só por causa da minha sexualidade e ter esse sentimento de não poder exercê-la, como também pela renda né, porque você chega lá e fica bem louco querendo comprar tudo, mas nem sempre dá. Então, isso é meio chato pra mim [...] (Entrevista realizada com Rick no dia 06 de maio 2015, Ponta Grossa, Paraná).

Para Borja (2014), é no espaço público que se afirma a individualidade de cada um e a existência de uma comunidade de pessoas que mantêm laços solidários entre interesses e valores contraditórios. Nesse sentido, entendemos que os homens *gays* também utilizam desse jogo identitário como forma de inibir ações que possam produzir constrangimento e opressão através do espaço público. Tal fato faz com que os espaços públicos sejam, na maior parte das significações, compreendidos como neutros e controversos, não sendo de desconforto e nem de conforto em suas vivências. Como evidenciado nas entrevistas, os espaços públicos têm se organizado a partir do masculino e da idade adulta como evidenciado por Rodó-de-Zárate (2013b), da classe de renda alta, como aponta Villaça (2001), e, ainda pela heterossexualidade, como afirmado Valentine (1993). Contudo, a configuração de ser homem *gay* é a identidade mais oprimida nos espaços públicos, com 50% de evocações de desconforto, uma vez que é a identidade de todos os homens *gays* dessa pesquisa que conflitam preponderantemente com os espaços públicos heterossexualizados.

Conclusão

Evidenciamos ao longo deste capítulo a relações entre Geografia, espaço público e as diferentes identidades que constituem a vivência cotidiana de homens *gays* na cidade de Ponta Grossa, Paraná. As relações de poder constituem todas as nossas relações espaciais, tanto privadas quando públicas. Como visto, estas relações de poder também estão relacionadas a feixes de relações de categorias identitárias, como as de classe de renda, a religiosidade, a sexualidade e a idade.

Frente a toda ação que busca constranger, excluir e interditar os homens *gays* de sua vivência espacial plena, estes elaboram estratégias, segundo uma diversidade de elementos identitários, assumindo-os ou invisibilizando-os, como forma de desnortear as ações de opressão que possam sofrer. Para além, evidenciamos que o espaço público, mesmo que seja

compreendido enquanto de 'livre acesso', dependendo do elemento identitário que se leve em consideração, é configurado enquanto uma possibilidade de vivência espacial que é constrangida e em algumas situações interdita a estas pessoas. A divergência daquilo que é estabelecido enquanto comportamento válido pode produzir opressão, mas também estabelecer um novo horizonte de criação de caminhos de sobrevivência, frente todo e qualquer desconforto e limitação espacial.

Referências

- ARCOS, Fernando. R. Cuestionamientos a la Geografía a partir del cruising entre hombres en Bogotá. **Revista Latino americana de Geografia e Gênero**, v.4, n.2, p.134 - 147, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRETO, Rafael, C. V. Geografia da diversidade: Breve análise das territorialidades homossexuais no Rio de Janeiro. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n.1, p. 14 - 20, 2010.
- BELL, David. David. In bed with state: Political Geography and Sexual Politics, **Geoforum**, v. 25, p. 445 - 452, 1994.

- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I – A Vontade do Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FURLONG, Anthony. Tolerância das Performances de Raça e Classe na Zona Sul entre Homens Queers do Rio de Janeiro. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 2, p. 161 - 175, 2010.
- GARCÍA-RAMON, Maria Dolors. Geométrías asimétricas del poder en Geografía Feminista: Cuestionando la Hegemonía Anglosajona. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da (Orgs). **Espaço, Gênero e Poder: conectando Fronteiras**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.
- GOMES, Paulo César da Costa. A Condição Urbana: Ensaio de Geopolítica da Cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304p.
- KNOPP, Lawrence. From Lesbian and Gay to Queer geographies: Pasts, Prospects and Possibilities. **Geographies of Sexualities: theory, practices and politics**, 2007b.
- _____. Ontologies of Place, Placelessness, and Movement: Queer Quests for Identity and Their Impacts on Contemporary Geographic Thought. **Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography**, v. 11, n. 1, p. 121 - 134, 2004.
- _____. On the Relationship Between Queer and Feminist Geographies. **Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 47-55, 2007a.
- _____. Sexuality and the Spatial Dynamics of Capitalism. **Environment and Planning D: Society and Space**, p. 651 - 669, 1992.
- _____. Social Theory, Social Movements and Public Policy: Recent Accomplishments of the Gay and Lesbian Movements in Minneapolis, Minnesota. **Internacional Journal of Urban and Regional Research**, p. 243 - 261, 1987.
- KNOPP, Lawrence; BROWN, Michel. Queer diffusions. **Environment and Planning: Society and Space**, p. 409 - 424, 2003.
- KOSKELA, Hille. 'Bold walk and breakings': women's spatial confidence versus fear of violence. **Gender, Place, and Culture**, v. 4, n. 2, p. 301 - 320, 1997.
- LEVINE, M. P. Gay Ghetto. **Journal of Homosexuality**, v. 4, n. 4, 1979.
- McCALL, Leslie. The Complexity of Intersectionality. **Signs**, v. 30, n. 3, p. 177 - 1800, 2005.
- MAIA, Helder T. C. Acorda Alice, Aluga um Filme Pornô – Uma leitura dos banheiros masculinos da UFBA. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 1, p. 30- 36, 2012a.
- _____. Festividade e territorialidades na parada LGBT goianiense. **Terr@Plural**, v. 6, n. 2, p. 273 - 288, 2012b.
- MAIA, Helder T. C.; DUTRA, Rhafaela G. Liberdade e excessos sob as cores do arco-íris: Reflexões sobre a Rainbown Fest Juizforana. **Boletim goiano de Geografia**, v. 32, n. 2, p. 71 - 92, 2012.
- MATTOS, Rogério Botelho; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Boletim Goiano**, v. 15, n. 1, p. 57 - 79, 1995.
- MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel et al. **A invenção do cotidiano**. Morar, Cozinhar. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. v.2, p. 3127.
- MENEZES, Walfrido et al. I. Projeto de Extensão em Sexualidade Humanana Educação. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 1, p. 175 - 187, 2013.
- NABOZNY, Almir. Constrangimentos espaciais: a concepção da infância e as táticas desconstrucionistas desenvolvidas pelas profissionais do sexo. **Terr@ Plural**, v. 1, n. 1, p. 103 - 113, 2007.
- NAME, Leonardo. Existe amor na baixada fluminense: Espaço, homo_afetividade e dois casais em "Senhora do Destino". **Espaço e Cultura**, n. 33, p. 111 - 126, 2013.

- OBERHAUSER, Ann et al. Geographic Perspective on Woman. In: GAILE, Gary; WILLMOTT, Cort. (Orgs). **Geography in America at the Dawn of the 21st Century**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 736–758.
- ORNAT, Marcio Jose. Do território instituído ao território instituinte do ser travesti: Algumas reflexões teóricas e metodológicas. **Espaço e Cultura**, n. 27, p. 75 - 88, 2010.
- _____. Entre territórios e redes geográficas: considerações sobre a prostituição travesti no Brasil meridional. **Terr@Plural**, v. 3, n. 1, p. 89 - 101, 2009.
- _____. Interditos e a Constituição das Identidades Travestis através da Prostituição no Sul do Brasil. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 1, p. 54 - 73, 2012.
- _____. Território e prostituição travesti: uma proposta de discussão. **Terr@Plural**, v. 2, n. 1. p. 41 - 56, 2008.
- PASSAMANI, Guilherme. Processos Rituais e Homossexualidades: Culturas, Territórios e Representações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 2, p. 190-206, 2011.
- PHILLIPS, Richard. Literaturas de viagem e cartograficas da sexualidade. A 'Sotadic Zone' de Richard Burton. In: PIMENTA, J.R.; SARMENTO, J.; AZEVEDO, A.F. (eds.). **Geografias Pós-Coloniais: Ensaio de Geografia Cultural**. Figuerinhas: Porto, 2007, p. 71 - 110.
- PROENÇA, Eder. R. Cartografias dos corpos estranhos: narrativas ficcionais das homossexualidades no cotidiano escolar. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 2, p. 190 - 206, 2010.
- PUCCINELLI, Bruno. Territórios Sexuais: Análise de Sociabilidades Homossexuais no Shopping Gay de São Paulo. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 1, p. 133 - 140, 2011.
- REIS, Ramon. Lésbicas='Afeto'/ Gays='Sexo'? : Discutindo Práticas Homoconjugais no Seriado Queer as Folk. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 1, p. 104 - 121, 2011.
- PRZYBYSZ, J.; SILVA, Joseli Maria. Articulando os espaços público e privado: transformações das espacialidades vividas por mulheres moradoras de periferias pobres após a dissolução conjugal em Ponta Grossa – PR. **Revista Latinoamericana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 1, p. 94 - 104, 2012.
- RIBEIRO, Miguel. A. Prostituição de Rua e Turismo em Copacabana - A Avenida Atlântica e a Procura do Prazer. **Território**, v. 2, n. 3, p. 87 – 100, 1997.
- _____. Prostituição de Rua e Turismo: A Procura do Prazer na Cidade do Rio de Janeiro. **GeoUERJ**, v. 3, p. 53 - 66, 1998.
- RIBEIRO, Miguel Ângelo; MATTOS, Rogério Botelho de. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Revista Território**, v. 1, n. 1, p. 59 - 76, 1996.
- RIBEIRO, Miguel. A.; OLIVEIRA, Rafael S. da. A prostituição feminina 'fechada' na cidade do Rio de Janeiro: dinâmica e organização espacial. **Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 2, p. 277 - 291, 2011.
- ROSE, Gillian. **Feminism & Geography: the limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993, p. 137-143/ 150 - 160.
- RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria. Relief Maps: developing Geographies of Intersectionality. **Gender, Place and Culture**. p.1-32, 2013a.
- _____. Young lesbians negotiating public space: an intersectional approach through spaces. In: **CHILDREN'S Geographies**, v.13, n. 4, p. 413 - 434, 2013b.
- RODRIGUEZ, Martin; GUIMARÃES, Raul. B. Los espacios urbanos de sociabilización de los Transexuales en la ciudad de Santiago de Chile. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 1, p. 74-84, 2012.
- RUDDICK, Susan. Constructing difference in public spaces: Race, class, and gender as interlocking systems. **Urban Geography**, vol. 17, p. 132 – 151, 1996.

- SANTOS, Paulo, R. dos. Desejos, conflitos e preconceitos na constituição de um travesti no mundo da prostituição. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 1, p. 39-48, 2010.
- SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007a, 208 p.
- SILVA, Joseli Maria. Uma análise da expansão da produção científica da geografia das sexualidades no Brasil. In: ROMANCINI, Sonia Regina; ROSSETTO, Onélia Carmen; NORA, Giseli Dalla (Orgs). **NEER – As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em Geografia**. Documento eletrônico. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015. p. 537. p. 231 - 224.
- _____. Os desafios para a expansão da Geografia das sexualidades no Brasil e os limites do diálogo científico internacional. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. **Espaço, Gênero e Poder: conectando Fronteiras**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.
- _____. Espaço Interdito e a Experiência Urbana Travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Geografias Malditas: Corpos, Sexualidades e Espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013, p. 143 – 182.
- _____. **Geografias Subversivas: Discursos sobre Espaço, Gênero e Sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.
- _____. Geografia pós-coloniais: imigração ilegal e as brasileiras na atividade comercial sexual na Espanha. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n.1, p. 49 - 57, 2010a.
- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Interseccionalidade e mobilidade transnacional entre Brasil e Espanha nas redes de prostituição. **Revista da ANPEGE**, v. 8, n. 10, p. 51 - 66, 2012.
- SOLIVA, Thiago. B. A. Rua e o medo: Algumas Considerações sobre a Violência Sofrida por Jovens Homossexuais em Espaços Públicos. **Revista Latino-americana de geografia e gênero**, v. 2, n. 1, p. 122 - 132, 2011.
- SOLLA, Xósé M. S. Espacios disidentes en los procesos de ordenación territorial. **Doc. Anàl. Geogr**, v. 40, 69 - 104, 2002.
- SOUZA, Helaine. P. Sexualidade Juvenil: Vivências nas Ocupações do Movimento dos Sem Teto da Bahia. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 1, p. 76 - 91, 2011.
- TEIXEIRA, Rita de Cássia. C. Atitude dos educadores frente à expressão da sexualidade da pessoa com deficiência mental. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 2, p. 309 - 317, 2010.
- VALENTINE, David. **Imaging Transgender – an ethnography of a category**. London: Duke University Press, 2007.
- VALENTINE, Gill. (Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday space. **Environment and Planning D: society and space**, v. 11, n. 4, p. 395 - 413, 1993.
- _____. Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography. **The Professional Geographer**, vol. 59, nº 1, p. 10 – 21, 2007.
- VIEIRA, Paulo. Jorge. Aeminiumqueer. A cidade armário: quotidianos lésbicos e gays em espaço urbano. **Revista Latino-americana de geografia e gênero**, v. 1, n. 1, p. 5 - 13, 2010.
- WEIGHTMAN, Barbara. Gay Bars as Private Places. **Landscape Magazine**, p. 9-16, 1980.
- WRIGHT, Chrysalis. Variações no comportamento de namoro de estudantes universitários na América Central, Cuba e América do Sul. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 1, p. 86 - 102, 2013.

CAPÍTULO 11

Dinâmicas Atuais na Busca de Sexo Entre Homens: o Uso do Grindr como Ferramenta de Gestão de Práticas Sexuais

Adolfo Pizzinato

Cristiano Hamann

João Gabriel Maracci-Cardoso

O presente trabalho parte das pesquisas desenvolvidas pelo grupo Identidades, Narrativas e Comunidades de Prática, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que procura desenvolver compreensões a respeito do exercício livre da sexualidade, principalmente em articulação com as atuais estratégias de prevenção à infecção do vírus HIV promovidas no Sistema Único de Saúde. Esta reflexão, em específico, se situa no contexto epidemiológico do Estado do Rio Grande do Sul e sua capital, a cidade de Porto Alegre, que apresenta índices significativos de contágio por HIV/AIDS, em relação às taxas do resto do país. Considerando este panorama, este texto se propõe a debater alguns aspectos relativos à estratégia de ampliação das políticas de saúde – baseadas no uso do termo HSH⁶¹ – bem como os limites de abrangência deste tipo de nomenclatura frente às inúmeras possibilidades de autonarratividade e exercício da sexualidade nas novas plataformas virtuais. Acredita-se que estas novas plataformas, em especial as geolocalizadas, demandam complexificar as discussões sobre as noções de território e ocupação do espaço para as ditas minorias sexuais. Para tanto, serão apresentadas entrevistas realizadas pelo grupo com pessoas que, no uso do aplicativo *Grindr* de busca por parceiros, descreviam-se a partir da procura por sexo consentidamente realizado sem o uso de preservativos.

Contexto epidemiológico e o uso do termo HSH

No Brasil, a taxa de prevalência do HIV na população geral mantém-se estável em 0,6% desde 2004, sendo 0,4% entre as mulheres e 0,8% entre os homens. A epidemia está concentrada nos grandes centros urbanos, onde também estão as maiores proporções de casos de AIDS nas

⁶¹ Homens que fazem sexo com homens.

populações em situação de maior vulnerabilidade. O Estado do Rio Grande do Sul (RS) e a cidade de Porto Alegre continuam notificando um número elevado de casos de AIDS no cenário da epidemia brasileira. No levantamento da Secretaria de Vigilância em Saúde (BRASIL, 2013) para o ano de 2012, a taxa de detecção no estado foi de 41,4 casos para 100 mil habitantes, quase o dobro da média nacional, que era de 20,2. Porto Alegre apresenta taxas mais alarmantes, uma vez que notificou 93,7 casos para cada 100 mil habitantes e com uma crescente notificação de novos casos entre HSH, especialmente entre os mais jovens.

Acerca deste contexto epidemiológico, surgem discussões sobre os alcances e limitações das políticas públicas em relação à infecção pelo HIV. Principalmente quando relacionados a grupos que, historicamente, sofreram processos de estigmatização dentro do discurso biomédico, questionam-se critérios e lógicas epidemiológicas, como o virtualmente extinto termo “grupo de risco”, associado ainda principalmente a “homossexuais” (categorização que agrupava, sob uma perspectiva higienista e estigmatizante, uma série de práticas e identificações - tradicionalmente o termo também era associado a hemofílicos, heroinômanos e haitianos, formando o coletivo 4H). Considerando particularmente a politização do discurso sanitário em relação aos homossexuais, emergem estratégias de ampliação do alcance das políticas, bem como de afastamento das perspectivas preconceituosas às quais já foram relacionadas – uma delas é o termo HSH, que consiste numa mudança de direção da discussão (de identidades para a prática sexual). Assim, não importa se o sujeito se considera, por exemplo, homossexual, bissexual, heterossexual, mas sim o fato de praticar ou já ter praticado formas de sexo com outros homens.

Boellstorff (2011) apresenta breve histórico sobre o termo HSH, indicando sua formulação nos Estados Unidos em meados dos anos 1980 e partilhado desde o início com os países de língua inglesa (Reino Unido, Austrália, entre outros). A Organização das Nações Unidas, na tentativa de encontrar um termo epidemiologicamente e politicamente adequado, passou a utilizar HSH como categoria abrangente na UNAIDS por volta de 1989. Sua apropriação como categoria internacional coincidiu com a ascensão da internet e acesso a sites e documentos em PDF de circulação global. Somente a partir do ano 2000 foi amplamente utilizado por profissionais da saúde pública e outros profissionais que viam o vírus HIV / AIDS se espalhar de forma significativa através do sexo entre homens. Neste contexto, a categoria HSH se constitui como um marco, ainda que controverso, nos estudos de homens no campo da saúde. Essa terminologia é alvo de críticas, especialmente dos que compreendem que a denominação potencialize uma visão restrita do sujeito – ao ser genericado pela forma que expressa sua sexualidade, sem a inclusão de aspectos sociais, afetivos e vinculares, não contemplando seus modos de vida e as suas possibilidades de identificação. Neste sentido, a categoria poderia comprometer a compreensão das dimensões socioculturais que compõe aspectos de vulnerabilidade para a saúde das populações, ainda que funcione para a discussão sanitária em contextos onde a discussão identitária poderia dificultar as ações de saúde (MONTEIRO et al., 2014).

Para Young e Meyer (2005) o uso do termo HSH parece ter sido impulsionado pela convergência de duas perspectivas: a de epidemiologistas que buscavam evitar conotações sociais e

culturais complexas para investigação das doenças e a perspectiva do Construcionismo Social, que tem por princípio que as práticas sexuais particulares não carregam significados fixos. Os autores apontam que a introdução do termo HSH teve sucesso ao desestigmatizar a AIDS como *doença gay*, à medida que orienta a prevenção para comportamentos de risco e não para identidades de risco. Provoca com isso uma mudança conceitual na saúde pública dirigida às noções de base comportamental da sexualidade, mas, ao mesmo tempo, não gera abordagens mais complexas da sexualidade. (YOUNG; MEYER, 2005) Ainda que o termo HSH não dê conta de identificar as práticas homossexuais específicas e que não são uniformemente distribuídas em todas as populações de homens que fazem sexo com homens. Assim qualquer atividade erótica entre pessoas do mesmo sexo, em qualquer momento da vida, estaria incluída nesta categoria, o que poderia dar uma noção distorcida de comportamento comum (KHAN et al., 2004).

As argumentações a favor do uso do termo HSH como uma estratégia dentro do contexto da saúde indicam que a utilização da nomenclatura simplifica significações, visando facilitar a aproximação e a atenção não preconceituosa a grupos e indivíduos. Além disso, indica-se que pode representar um recurso para aumentar a interlocução entre diferentes áreas do conhecimento, sendo um termo acessível aos profissionais de forma global, simplificando e apresentando maior compreensão para a articulação de políticas que possam viabilizar a organização de tecnologias e dispositivos de atenção e melhoria da saúde da população.

Estas preocupações com as discrepâncias entre a utilização de uma categoria e a diversidade de itinerários sexuais ficam bastante evidentes se consideramos os processos subjetivos envolvidos. Antunes e Paiva (2013), por exemplo, argumentam sob a importância de se pensar os territórios de sociabilidade homoerótica como culturalmente, politicamente e socialmente relevantes neste contexto. Esta análise corrobora outras pesquisas que compreendem o espaço da sexualidade como dinâmico e mutável. (LOURO, 2001) Estes estudos dão ensejo para se pensar que não se fala em uma única homossexualidade, mas sim de diversas culturas, modo de ser que são transformados constantemente pelo campo social.

Autonarratividade e produção de si

A denominação HSH, deste modo, desloca a associação comumente realizada entre determinadas práticas sexuais e identificações previamente estabelecidas. Assim, possibilita uma maior abrangência de sujeitos por ela correspondidos, permitindo certa maleabilidade na inserção de políticas públicas em contextos distintos. Esta estratégia, no entanto, tira de cena os diversos encadeamentos possíveis da sexualidade, que se interseccionam a inúmeros discursos e possibilitam re-organizações singulares. Estas, evidentemente, não podem ser abarcadas no discurso de uma política que se caracteriza justamente pela intenção de não corresponder aos modelos identitários que compõem entendimentos comuns sobre a sexualidade, como as categorias de “hétero”, “homo”, ou “bi”, que tampouco são eficazes para uma compreensão abrangente deste contexto. Desta forma, surge-nos como questionamento: como e por que falar sobre “homens que fazem sexo com homens” de modo não universalizante, realizando associações entre estas práticas e os lugares que elas podem ocupar no tecido social, porém sem a

utilização de premissas monolíticas referentes a uma identidade sexual?

Para tanto, retomamos a concepção performativa com a qual Butler (1990) entende a noção de sujeito e as narrativas por ele construídas. Esta proposição consiste na ideia de um sujeito mediado por práticas de si. Opondo-se a dualismos presentes em concepções clássicas de sujeito (privilegiando a sociedade em detrimento do indivíduo ou vice e versa), a autora propõe uma noção de sujeito baseada no próprio fazer. Sujeitos constroem-se através de suas práticas, sempre circunscritas em uma discursividade vigente, ou seja, a partir de ações performativas baseadas em códigos disponíveis na cultura, reorganizados nas manifestações de si e produzindo narrativas incompletas (BUTLER, 2015).

Neste sentido, a concepção da performatividade pressupõe a ausência de um “eu” anterior à ação; pelo contrário, é a própria ação que constitui a existência do “eu”. Deste modo, entende-se a ideia de sujeito como práticas de si relativas a um regime discursivo, relacionando-se a este por meio de reiterações, tensionamentos ou subversões, mas sempre interiores ao mesmo. (BUTLER, 1990) O sujeito funda-se, assim, na resposta que dá aos discursos que o interpelam, reorganizando-os através de sua ação performativa. O “eu”, para Butler, excede a narração do próprio sujeito, posto que sua origem jamais será plenamente explicada; o “eu” não se origina em um indivíduo por si, mas sim nas relações de interpelação e resposta que este estabelece com o outro (BUTLER, 2015).

Dentro da perspectiva de performatividade e narratividade, chamou-nos atenção uma temática já discutida em outras pesquisas realizadas pelo grupo Identidades, Narrativas e Comunidades de Prática: a negociação do não uso consensuado de preservativos em relações sexuais entre homens. Como se constrói a noção de obrigatoriedade do uso de preservativo para a realização de um sexo “seguro” e as possíveis resistências a esta interpelação nas relações sexuais entre homens foram elementos que perpassaram nossa discussão. Esta reflexão gerou uma pesquisa que dirigiu entrevistas com usuários do aplicativo *Grindr*, que, na descrição de seu perfil, mencionavam o interesse por sexo sem preservativo a partir de termos específicos, como *bareback*. Alguns elementos desta pesquisa serão expostos no presente trabalho, a fim de estabelecer relações possíveis entre a importante questão epidemiológica apresentada, os discursos que dela emergem e as maneiras as quais estes sujeitos narram a si mesmos.

O *Grindr*: narrativas e geolocalização

As relações de sexo entre homens no cenário do país e nas dinâmicas cotidianas foi amplamente modificada a partir da inserção de tecnologias virtuais voltadas a esta prática. São muitos os aplicativos que apresentam como proposta a possibilidade de geolocalização e o *Grindr* foi o primeiro a conjugar a procura por parceiros entre homens ao mecanismo de geolocalização por satélite – promovendo uma ferramenta de busca cujo critério nodal é a proximidade entre os usuários. O usuário do *Grinder* pode visualizar as 100 pessoas que estão mais próximas de si e trocar com elas mensagens privadas, fotos e mapas com a localização de cada um.

Anteriormente à invenção dessa classe aplicativos para telefones móveis, a mediação virtual do sexo entre homens estava associada a salas de bate-papo e comunidades on-line em

páginas *web* específicas, mas estas não utilizavam o mecanismo de localização por satélite, permitindo que as salas pudessem ser acessadas a partir de qualquer lugar. Assim, uma sala destinada à busca por encontros em Belo Horizonte, por exemplo, poderia ter a participação de alguém localizado em Porto Alegre ou qualquer outro local com acesso à internet. O *Grindr* e os sucessores aplicativos com tal finalidade alteraram a lógica da busca por parceiros, sobrepondo as realidades *on-line* e *off-line* e intensificando a discussão sobre visões radicalmente dissociativas entre “mundo virtual” e “mundo real”. Estas diferenças operadas nestas tecnologias do “virtual” indicam que as dinâmicas do sexo entre homens – e a relação estabelecida entre este campo das sexualidades e o espaço público – sofreu alterações (MISKOLCI, 2014) e precisa ser repensada.

Os *smartphones* e seus dispositivos móveis permitem uma conexão contínua com a internet, de modo a tornar um acesso à rede transversal à vivência do espaço público. Esta conjugação permite uma nova experiência de cidade, que passa a ser vivida conjuntamente à realidade *on-line*. Referindo-se ao *Grindr*, esta dinâmica apresenta alterações significativas nos sentidos estabelecidos acerca do sexo entre homens e, por conseguinte, da vivência da homossexualidade. É possível, por exemplo, em grandes cidades, associar a experiência urbana à busca por sexo entre homens sem que essa prática perpassa locais reconhecidos pela socialização homossexual, devido à “discrição” que o uso do aplicativo permite. Apesar do alargamento destas possibilidades de comunicação, esta facilidade pode dar ensejo a formas de discriminação do sexo entre homens em função do possível distanciamento das práticas sexuais dos espaços públicos, a partir da formação de outras relações de sigilo e discrição (MISKOLCI, 2014).

Essa relação com o sigilo que, ainda em função da demanda opressiva de invisibilidade nos espaços públicos, pode se articular pela possibilidade de formas de gestão dos segredos acerca da sexualidade – como na metáfora do armário discutida por Eve K. Sedgwick (1990) –, demanda pensar a segregação para além de leituras clássicas de guetificação geográfica. Na necessidade de deslocar a prescrição individualista sobre o “assumir-se” gay – questão que, ainda que sujeita a outras possibilidades, como HSH, é atualizada constantemente – assim como contemplar esse novo circuito espacial/virtual no qual determinados sujeitos estão situados, mostra-se potente retomar as noções de gueto e território.

Discutindo o que considera ser a “opacidade” atual do conceito de gueto Loïc Wacquant (2004) atenta para mudanças nas formas de operar com a noção, em especial no cuidado de ultrapassar o senso comum envolvido na utilização desse operador. O autor chama a atenção para o entendimento de demandas que ultrapassam a distribuição geográfica e passam a marcar o caráter complexo do cerceamento e do controle, assim como convida a pensar a produção de identidades e formas de integração internas para além do processo de supressão. Partindo de uma crítica a noção de gueto como era tomada pela Escola de Chicago (enquanto forma naturalizada de separação no processo migratório), Wacquant toma a constituição dos guetos como “produto de uma dialética móvel e tensa entre a hostilidade externa e a afinidade interna que se expressa como uma ambivalência” (WACQUANT, 2004, p. 156).

Essa perspectiva de gueto faz atentar para compreensões não unilaterais desse fenômeno social, de modo que diversos tensionamentos operam para além da coerção. Na

atualidade, por exemplo, valeria pensar esse fenômeno de forma articulada às dinâmicas do capitalismo. Trata-se, portanto, não somente de orientação sexual, mas também de aspectos como as possibilidades de consumo e de se fazer consumível, das formas de comunicação que podem figurar em certos circuitos urbanos (MAGNANI, 2002). Para Perlongher (2008), por exemplo, a vinculação com o território também potencializa subverter análises essencialistas sobre a cidade, visto que esta deixa de ser considerada apenas como um construto geograficamente fechado e passa a ser discutida como um campo relacional. Tecer compreensões sobre essa dimensão de território é um processo pensado pelo autor a partir dos deslocamentos dos sujeitos e pelas atividades que engendram nessa processualidade. Trata-se, sob este ponto de vista, de compreender a cidade como campo de ação, no qual as vivências das pessoas envolvidas contrariam concepções estáticas de identidade e de territorialidade. Identidades fragmentadas, abertas a experiências cotidianas, diversas e complexas se circunscrevem em territórios, não se restringindo a um espaço físico concreto, mas sim a certos códigos territoriais que se inscrevem nas relações e nos corpos.

No texto “*Em defesa do Gueto*”, de Edward MacRae (1983), também figura a discussão sobre os locais de troca homoerótica que, no caso brasileiro, começam a ter maior visibilidade em São Paulo, processo que não se dá desvinculado da emergência de um mercado que se delinea para estes consumidores, assim como a demandas políticas que se aproximam de discussões plurais, como as partidárias e feministas. Para MacRae (1983), esses locais mostram-se estrategicamente importantes, pois possibilitam uma maior fortificação de possibilidades identificatórias e uma expansão de formas não hegemônicas de sociabilidade para além destes mesmos territórios. Mesmo assim, atravessamentos econômicos não deixam de operar nos processos de socialização e criação de “novos padrões de atitudes” (MACRAE, 1983, p. 59), o que leva diversos autores e autoras a discutir essa dinâmica de poder de consumo e das configurações de gueto e mercado (SIMÕES et al., 2005; FRANÇA, 2007).

Em Perlongher (2008) e MacRae (1983), vemos a influência dos trabalhos de Peter Fry para a compreensão da sociabilidade homossexual e de sua relação com discussões sobre territorialidades. Essas discussões enfatizam a potência de perspectivas microsociológicas e colocam em evidência discussões sobre as formas contemporâneas de guetificação. Entretanto, a modificação operada em relação às tecnologias de informação, com o desenvolvimento da chamada “*Web 3.0*” – geolocalizada e acessível em aparelhos portáteis – e de novas plataformas de comunicação, põe em questão quais atualizações são engendradas quando pensamos nessa articulação entre guetificação, território e tecnologia.

O incremento das possibilidades tecnológicas de comunicação também modifica as demandas de relação no campo das sexualidades. As buscas dos usuários, sua procura ou não por discrição e sigilo e a maneira como se definem são extremamente heterogêneas, de modo que aparentemente não haja padrões classificáveis de uso para o *Grindr*. O perfil, dessa forma, é a maneira posta pelo aplicativo para enunciar tais requisitos e identificações, com campos disponíveis para preenchimento voluntário. Pode se escolher uma foto, um nome, uma *headline* e um *about me* (usando caracteres e *emojis*); a idade, altura, peso, raça/etnicidade, tipo de corpo, o

que se procura, status de relação (esses com opções disponíveis de preenchimento); tribos (na versão gratuita, só se pode escolher duas tribos); e associar no perfil um link para *instagram*, *facebook* ou *twitter*. Todas essas opções têm preenchimento voluntário.

Como dito anteriormente, o *Grindr* difere-se das salas de bate-papo pelo critério exclusivo de proximidade. Se, neste outro momento da "socialização gay tecnológica", podia-se escolher uma sala através de uma temática comum (fetiches específicos, idades, cidades etc.), o *Grindr* permite deparar-se com o perfil daquelas pessoas que estão próximas ao usuário. Há um mecanismo de seleção, que permite a visualização de apenas as pessoas que correspondem com as "tribos" escolhidas pelo sujeito; no entanto, como esta opção é dificultada para os não pagantes do serviço, não é um dispositivo usado corriqueiramente. Desta forma, as informações expostas no perfil configuram-se pela função de expor ou não a maneira como o usuário se relaciona com o aplicativo, indicada a partir de códigos textuais e imagéticos em uma rede semântica compartilhada em maior ou menor nível pelos usuários. Esta rede envolve *emojis*, estilos de fotos, números, palavras e frases que se articulam em sentidos específicos usados para dizer quem se é e o que se deseja através do aplicativo.

É nesta escolha performativa de códigos disponíveis que os usuários do *Grindr* narram "quem são" e o que procuram no aplicativo através de seu perfil. A escolha, desta forma, é aqui entendida como uma produção de si, que se configura na reorganização daqueles atributos disponíveis para a manifestação de um "eu" no aplicativo. Este "eu", no entanto, não pode ser entendido como restrito ao uso do *Grindr*, posto que este, geolocalizado, se estende à vida cotidiana nos meandros territoriais, privados ou públicos. Considerando esse tipo de plataforma virtual, é possível indagar-se sobre possíveis alterações nos sentidos assumidos pelas relações sexuais entre homens, já que essa ferramenta dá ensejo a novas configurações de procura por parceiros nos territórios. Estas questões suscitam pensar não só as práticas sexuais que contemporaneamente se circunscrevem sob outras nuances espaciais, mas também de possíveis estratégias de reflexão que nos permitam constituir perguntas apropriadas a este fenômeno social.

O campo de pesquisa e seus caminhos metodológicos

A pesquisa que fomentou esse relato buscava analisar as dinâmicas contemporâneas do sexo entre homens na cidade de Porto Alegre, visibilizadas pelo uso de tecnologias disponíveis para a busca de parceiros, e, através delas, compreender as relações que os usuários estabelecem com práticas consideradas pelo sistema de saúde como de risco e estratégias psicossociais de proteção.

A pesquisa dividiu-se em dois momentos. Primeiramente, o foco da investigação foi a familiarização com o aplicativo e os códigos e símbolos compartilhados no mesmo. No segundo momento, que melhor exploraremos aqui, deram-se as interações e entrevistas com determinados sujeitos que, no mapeamento realizado previamente, demonstraram interesse ou disposição à realização de sexo sem preservativo na constituição de seu perfil, mapeada principalmente pela utilização do termo "*bareback*". Estas entrevistas foram realizadas no

próprio aplicativo, através de sua ferramenta de *chat*. Foram feitas perguntas referentes aos seus entendimentos sobre riscos e prevenções de contágio de doenças sexualmente transmissíveis, além de questionamentos sobre as relações de mediação e acordos estabelecidos no sexo com pessoas que não buscam esta prática de antemão.

Para tanto, propôs-se uma entrevista aberta, uma conversa pouco dirigida que iniciava com a apresentação do projeto, elucidando o compromisso com o sigilo e a finalidade acadêmica de tal interação. A abordagem foi realizada com um perfil específico montado para o grupo de pesquisa, cuja finalidade estava exposta no nome e na descrição do mesmo. Na imagem que ilustra o perfil, ainda, está o logotipo do grupo de pesquisa. Esta perspectiva está baseada em metodologia utilizada em estudo recente (BLACKWELL; BIRNHOLTZ; ABBOTT, 2015), no qual o perfil e as relações estabelecidas entre usuários do Grindr foram estudados por pesquisadores apresentados no aplicativo do mesmo modo.

A partir dos dados coletados nestas entrevistas, pode-se discutir relações entre os dados alarmantes acerca do aumento de índices de casos de HIV entre a população de homens jovens que fazem sexo com outros homens e as novas modalidades de relação propiciadas por aplicativos de busca por parceiros afetivos e sexuais, principalmente no que se refere à busca específica por sexo sem preservativo. Foram realizadas 6 entrevistas, entre novembro de 2015 e janeiro de 2016. Todos os entrevistados, que foram abordados inicialmente por nós, manifestaram interesse em relações sexuais sem preservativos com outros homens, seja essa uma busca premeditada ou decidida no momento da relação.

Reflete-se, deste modo, como se dá o processo de escolha pelo uso ou não de preservativos nas relações sexuais. Se o discurso biomédico determina o uso como uma sentença, ou seja, a única opção possível de sexo dentro dos limites da segurança, de que maneira os sujeitos respondem a este discurso, criando narrativas singulares que o reorganizam na composição de uma escolha por segui-lo ou não? Sobre as definições higienistas que este discurso pode proporcionar, dicotomizando práticas sexuais como seguras ou inseguras (padrão que, inevitavelmente, reitera concepções morais acerca das mesmas), questiona-se também se a impossibilidade de assunção pública da escolha por não usar preservativo em relações sexuais entre homens (ao menos as que não estão associadas com algum modelo romântico de relação) também pode ter relação com a própria criação de termos como HSH.

No livro “Relatar a si mesmo: crítica da violência ética” (BUTLER, 2015), a autora questiona as condições narrativas instauradas nas cenas em que sujeitos fazem relatos de si, concluindo a interpelatividade de tais momentos. Sujeitos dizem quem são quando são convocados a o fazer, e é nessa resposta que se instaura a própria noção de sujeito. Referindo-se ao *Grindr*, pode-se entender a construção de uma descrição como uma ação performativa, que se constitui através do responder às perguntas instituídas para a formulação de um perfil, mesmo quando se escolhe não responder às perguntas solicitadas. Esta ação relaciona-se com a lógica própria do aplicativo, a partir do conhecimento ou não dos códigos nele utilizados, e também ao contexto social no qual ele se insere, onde circulam verdades acerca de gênero, da sexualidade, do desejo etc., que são negociadas através de uma ação descritiva de si. Descrição esta que não

apenas relata uma realidade, mas também a produz no re-organizar performativo de seus símbolos e códigos.

A narração de um “eu”, desta forma, sempre se constitui em um diálogo, posto que retoma, mesmo indiretamente, a nomeação interpelativa de um outro e sua consequente resposta. Esta concepção de narrativa faz atentar para outros campos teóricos que se debruçam sobre essa noção dialógica de interpelação. As propostas do linguista russo Mikhail Bakhtin (2008), por exemplo, atentam para que se compreenda “diálogo” mais do que uma estrutura comunicativa entre duas pessoas, mas sim um pressuposto básico da comunicação, de qualquer tipo seja. O dialogismo, assim, seria a sempre presente relação de um ato de enunciação com a rede semântica no qual ele está inserido. Ato de enunciação nunca são idênticos e só podem ser compreendidos a partir das relações discursivas vigentes em seus momentos de função. Para Marchezan (2006, p. 128), o diálogo é identificado “na ação entre interlocutores, entre autor e herói, entre heróis, entre diferentes sujeitos sociais, que, em espaços e tempos diversos, tomam a palavra”.

Desta maneira, compreende-se que a composição do perfil no aplicativo – o espaço para se dizer quem é – corresponde a esta noção de sujeito, posto que a narração de si parte de uma pergunta que funda a necessidade de dizer quem se é. Para respondê-la, reorganizam-se símbolos e códigos disponíveis na cultura, fazendo uso de diálogos prévios ao sujeito, que o inserem nesta rede específica de comunicação. Por esta razão, entrevistamos inicialmente usuários que usavam na narração de si um código ao qual já tínhamos acesso, referente a uma prática sexual específica, o “bareback”. Este termo, comumente utilizado em sites ou aplicativos de busca por parceiros sexuais ou como descritor em materiais pornográficos, diz respeito à busca por relações de sexo anal entre homens sem o uso de preservativos. No entanto, não há delimitação precisa para as fronteiras deste termo, posto que, além de ser uma palavra estrangeira com alcance limitado no contexto brasileiro, estes sujeitos relacionam-se de modo singular, de modo que o *bareback* seja mais um elemento, e não o único, a compor suas experiências (SILVA, 2010).

Para compreender a maneira como os sujeitos se relacionavam com este termo escolhido por eles para responder ao “quem sou eu?” proposto pelo aplicativo, questionamos na entrevista os significados e interesses por eles atribuídos à palavra, e como se dava a mediação da busca sexual direcionada por este interesse. O usuário *Quero Dentro*, por exemplo, conta que mantinha interesse no sexo sem preservativo desde a adolescência, motivado principalmente por literatura e vídeos eróticos, nos quais as pessoas aparentavam sentir um prazer muito grande e em aproveitar o sexo e o sêmen de maneira especial. No entanto, não tinha coragem de realizar penetração sem preservativo, mantendo desde o início de sua vida sexual relações nas quais os utilizava. Recentemente, teria ocorrido uma nova experiência, que o fez mudar de ideia e passar a buscar direcionadamente esta modalidade sexual.

O usuário *Passivo*, que em seu perfil mencionava o interesse por *bareback*, responde que gosta desta prática, porém raramente a realiza, pois é difícil encontrar quem tope. Seu interesse é motivado principalmente pelo prazer, referindo que sente mais satisfação no sexo

quando não usa preservativo. O usuário *Caçador*, que também mencionava o termo “bareback” no perfil, por sua vez, explica que o termo se refere basicamente ao sexo sem preservativos entre homens, e esta seria sua preferência pelo prazer ser muito maior, por não gostar do cheiro e do gosto do látex e porque colocar a camisinha corta o clima e acaba com a naturalidade e espontaneidade do sexo. *Caçador* também afirma que bareback é uma palavra que chama muita atenção porque se refere a homens gays, porém as relações sexuais sem preservativo são muito comuns entre pessoas heterossexuais e “ninguém se preocupa com isso”.

A partir da análise dos perfis, percebemos que na descrição de dois destes sujeitos entrevistados constava, junto ao termo “bareback”, a expressão “sem frescuras”, o que nos serviu de pista para o entendimento das mediações do sexo sem preservativo neste contexto. Desta forma, também realizamos uma entrevista com *Body*, um usuário que não manifestava interesse específico por bareback, mas que buscava “foda sem frescuras”. Ele refere que o termo usado em seu perfil diz respeito a deixar as coisas rolaem o mais natural possível, sem códigos ou regras estabelecidas. Questionamos se há alguma relação com não usar preservativo, ele diz que depende, pois não há uma regra sobre isso. *Body* conta que raramente faz sexo sem camisinha, porém às vezes acontece de não usar. Diz que “desencanou” e “não nóia” mais com isso, pois às vezes é bom arriscar e sentir um prazer diferente. Além disso, *Body* diz que procura homens machos e que assume a posição de “ativo” em suas relações sexuais, ou seja, o que penetra.

Os entrevistados também falaram sobre as relações afetivas que estabelecem para além do aplicativo, apresentando significativa pluralidade nos conteúdos. *Quero Dentro* refere que suas primeiras relações sem preservativo foram com parceiros fixos, pessoas em quem ele confiava, porém hoje refere fazer sexo com dois a três parceiros diferentes por semana, encontrados via aplicativo ou em locais específicos, como boates e saunas. Conta que para ele o ideal é um relacionamento estável e monogâmico, porém teve poucas relações duradouras nestes parâmetros. *Body* diz que se sente solitário porque veio de outro estado e vive há pouco tempo em Porto Alegre. Para ele, o aplicativo também tem a função de encontrar pessoas para passar os domingos, mas não tem interesse em relações mais duradouras. *Passivo*, pelo contrário, refere buscar no aplicativo encontrar alguém justamente para que possa apagá-lo, mencionando a intenção de relacionar-se de forma monogâmica. *Caçador*, por sua vez, tem uma companheira fixa, que não sabe sobre suas atividades sexuais extraconjugais homoeróticas. As relações com outros homens são um segredo tanto para os amigos quanto para a família, que, segundo ele, é bastante conservadora e não lidaria bem com este fato.

Para Richard Miskolci (2005), a internet constitui-se como espaço possível de busca por sexo entre homens sem que isso acarrete em uma associação da prática a um ideal estático de identidade. Este autor analisa as dinâmicas da busca e do sexo entre homens não homossexuais em salas de bate papo, que associam o sexo não-heterossexual a uma série de estereótipos tradicionais de masculinidade, como a virilidade e a ausência de traços femininos. Esta prática configura uma extensão possível da lógica do armário a universos de sexo entre homens, permitindo a vivência destas práticas sexuais a partir da relação entre elas e lugares-comuns do “ser homem” na contemporaneidade. Identificar-se como “macho” e buscar homens também

“machos” pressupõe um sexo deslocado de modelos socialmente compartilhados sobre o “ser homossexual”, de modo que esta experiência possa ser articulada a uma vida paralelamente heterossexual, como casamentos ou namoros com mulheres, para quem a atividade no aplicativo é mantida em segredo. Ainda, o autor menciona que esta atividade é comumente associada apenas ao sexo, de modo que, para estes homens, seja raro ou até impossível desenvolver relações nomeadas de afeto e conjugalidade a partir dos encontros realizados através dos sites.

Tal perspectiva pode ser percebida no posicionamento de *Body*, que menciona especificamente a procura por “homens machos” em seu perfil, além de uma filiação ao termo “ativo”, posição que corresponde à atuação socialmente esperada pelo homem na penetração heterossexual. Neste sentido, também é significativa a fala de *Caçador*, que mantém uma vida heterossexual paralela ao seu uso do aplicativo, mantendo suas relações com outros homens em segredo tanto para sua companheira quanto para o resto da família.

Desta forma, não é surpresa constatar que os conflitos travados discursivamente acerca dos sentidos possíveis para as sexualidades masculinas na contemporaneidade sejam reproduzidos e, além disso, desenvolvidos através das dinâmicas do aplicativo. As disputas entre diferentes maneiras de expressão do sexo entre homens e a relação entre estas e possíveis modelos identitários, travadas no interior dos movimentos sociais, da academia e da própria vivência da homoeroticidade, também se estendem aos aplicativos de busca por parceiros. Desta forma, percebe-se que os debates que circulam acerca de uma “identidade gay”, que ora a refutam e ora a afirmam como forma de posicionamento também estão entrelaçados nos diálogos que constituem a autonarração destes sujeitos inseridos em redes de busca por parceiros sexuais.

Retoma-se assim o caráter dialógico da narração de si, aqui relacionada a disputas políticas que circulam no meio social, mas agenciadas de modo específico a partir do aplicativo, isto é, do meio onde estão circunscritas. A relação dos usuários com estes discursos não se dá de modo arbitrário ou aleatório, pelo contrário, ela existe como resposta performativa a enunciados prévios, que interpelam e, desta maneira, constituem sujeitos na ordem do discurso. Como vimos anteriormente, sujeitos constituem-se a partir de respostas a uma interpelação, que se reorganizam no fazer performativo os códigos disponíveis para a narração de si (BUTLER, 2015). Enunciações como as de busca exclusiva por “homens machos”, assim, funcionam como interpelações, que marcam lugares para determinados sujeitos, que respondem a estes em conformidade ou não.

Além desta perspectiva discursiva, que buscava compreender a autonarratividade na construção de noções de si através do aplicativo, também era interesse da pesquisa entender como eram mediadas por estes sujeitos as noções de risco em relação a doenças sexualmente transmissíveis, principalmente o HIV, dado o índice alarmante de transmissão na cidade de Porto Alegre, já exposto anteriormente. Desta forma, realizamos perguntas acerca dos riscos presentes na prática do sexo sem preservativo e das estratégias de mediação dos mesmos. Nossa intenção não era julgar o quanto tais métodos eram corretos ou funcionais, mas sim entender quais critérios estavam presentes na escolha destes sujeitos em realizarem ou não o sexo sem

preservativo, e como tal escolha se fomenta através de um viés dialógico.

Quero Dentro, por exemplo, refere que, em um primeiro momento, sentia-se seguro realizando sexo sem camisinha com um parceiro fixo. A estabilidade foi justificada mais pela confiança e pela segurança da relação do que pelo temor de se contaminar com HIV ou qualquer outra DST. No entanto, ao passar a relacionar-se com mais parceiros, conta que a mediação do risco dá-se por critérios de confiança. “*Eu pergunto se o cara está limpo. Se está, isso me basta... quando não estão, normalmente dizem. Não há por que mentir. Não sou tão irresistível assim. Se eu suspeitar que o cara está mentindo, peço para gozar fora*”. Em pesquisas já realizadas com sujeitos praticantes de bareback, a ideia de não ejacular dentro do ânus do parceiro aparece como estratégia frequente de proteção contra a contração de DSTs (SILVA, 2010).

Body refere que não há regras estabelecidas para o uso ou não de preservativos. Costuma utilizá-los, porém às vezes realiza sexo desprotegido. Esta atitude é geralmente tomada no momento da relação, dependendo de sua vontade e de uma avaliação do parceiro, mediada por critérios estéticos. *Passivo*, por sua vez, conta que tem medo de realizar *bareback*, mas que “o tesão ganha”, por isso o pratica. No entanto, diz que não tem muitas relações sem camisinha, pois a maioria das pessoas não quer. Deste modo, ainda que tenha um direcionamento explícito ao *bareback* no seu perfil, a maior parte de sua atividade sexual é realizada com preservativo.

Caçador, por fim, apresenta um discurso mais politizado em relação a esta questão, referindo que, sim, é perigoso, porém “*o que não é?*”. Refere que há um discurso que faz gays terem medo de tudo, desde se apaixonar até transar, e que heterossexuais realizam sexo sem preservativo sem que isso seja socialmente considerado como anormal. Sobre a mediação do risco, menciona que “*não vai no pelo com qualquer um*”, referindo que escolhe as pessoas com quem vai se relacionar sem preservativo “*da mesma forma como os héteros fazem*”, baseando-se em critérios estéticos, como a aparência saudável ou não do parceiro. Conta que o sexo sem preservativo é sempre realizado mediante a um acordo, que pode ser realizado previamente, na conversa travada no aplicativo, ou pessoalmente, durante o encontro. Também refere que há muitas pessoas que decidem usar preservativo e ele não se opõe, respeita as suas preferências.

Desta forma, percebeu-se uma pluralidade discursiva considerável, demonstrando que, mesmo entre sujeitos identificados com a busca por sexo sem preservativo, há estratégias de prevenção contra a transmissão de DSTs, de modo que esta prática esteja circunscrita a determinados critérios e situações, contextualmente definidos pelos participantes. Além disso, nota-se que as práticas sexuais de um sujeito identificado com o *bareback* não se restringem a este termo, posto que há uma flexibilização contextual desta busca, que diz respeito tanto ao parceiro, que pode ou não aceitar a relação sem preservativo, quanto ao próprio sujeito, que pode ou não querer relacionar-se sem preservativo com o parceiro em questão.

Considerações finais

Se por um lado a noção de HSH promete uma menor presença de discursos preconceituosos e estigmatizadores, ou o foco nas práticas e não em processos identificatórios, se abstém das questões vinculadas à orientação e identificação possíveis para além destas práticas. No entanto,

as entrevistas realizadas possibilitaram compreender aspectos qualitativos importantes nas identificações e sentidos atribuídos às práticas sexuais, especialmente àquelas que interpelam os discursos de consenso sócio-sanitário. Exemplo disso são falas recorrentes que associam ainda a aparência física a aspectos protetivos,⁶² relações românticas e de devoção, identificações com práticas de dominação, jogos sexuais que se baseiam no risco de contaminação de um dos participantes, etc. e que influenciam no uso ou não de preservativo.

Falar em HSH, ainda que inclua, também não enfrenta o fracasso do modelo de sujeito da Modernidade, do “Homem Moderno”, de identidade exclusiva, monolítica e integrada, que teria performatividades sexuais e de gênero que excluiriam a possibilidade de sexo entre homens, fora da vitrine do *pathos* (ou do *queer*). Essas vitrines, no âmbito acadêmico poderiam ser a patologização, a deslegitimação ou a desumanização. No âmbito do cotidiano, essas vitrines foram os guetos, os espaços de socialização de uma sexualidade “desviante”, que necessitavam de espaços geográficos específicos.

O arranjo biotecnológico dos espaços para os desviantes cobram outro sentido quando os espaços se marcam não apenas pelo geográfico, mas pelo virtual. Com o advento da internet, proliferam *chats*, páginas e *blogs* de contato sexual e, mais atualmente os aplicativos para *smartphones* de busca de relações, as articulações do gueto geográfico se transformam, e representam uma necessidade de complexificação do uso de categorias em saúde. Na conjuntura virtual, por exemplo, o recorte do corpo, da faixa etária e os recortes socioeconômicos se reintegram à lógica do capitalismo, estabelecendo novas relações com o espaço das cidades. Os aplicativos móveis, ainda que apresentem uma continuidade tecnológica com a linguagem do campo da internet, apresentam uma ruptura importante – a virtualização geolocalizada, que ao mesmo tempo em que permitem o distanciamento da virtualidade, mantém lastro no controle geográfico, em uma territorialização geosimbólica.

Agora o bairro/cidade de origem, a qualidade das imagens e do físico apresentado, assim como a faixa etária, excluem os que não se enquadram no gueto virtual do gay da cultura capitalista: moradores das periferias, idosos e corpos não tecnificados pelas academias de treinamento físico. O “abdômen trincado” é a cara hipervalorizada do gueto virtual. A face, assim como a generificação da sexualidade, já não são identitárias, ou ao menos não tem peso absoluto. O corpo trabalhado em academias e espaços médicos e estéticos se sobrepõe aos rótulos identitários coletivos, reforçando o individualismo tecnológico capitalista.

Além dessa nova significação valorativa dos atributos dos corpos, a visualização de si possibilitada pelos aplicativos também ressignifica a assunção pública da orientação do desejo sexual. Nossa aproximação ao campo, enquanto pesquisadores, também nos fez questionar seus efeitos (efeitos do que?) em relação ao tabu da assunção pública da escolha por não usar preservativo em relações sexuais entre homens (ao menos as que não estão associadas com

⁶² Na pesquisa realizada em 2014 pelo grupo Psicologia Saúde e Comunidades, “Avaliação do processo de implementação da política de descentralização do teste rápido de HIV na Atenção Primária a partir da percepção de matriciadores, profissionais da Atenção Primária à saúde e usuários”, uma participante profissional do sexo indicou como aspecto protetivo a beleza dos seus clientes. (ROCHA et al., 2014)

algum modelo romântico de relação), o que também pode ter relação com a própria criação de termos como HSH. O termo é uma tentativa de imiscuir-se do debate identitário essencializante do desejo sexual, que ao mesmo tempo possibilita, para o campo sanitário, focar nas práticas sexuais e suas implicações e não no campo relacional, em crescente complexificação.

Referências

ANTUNES, Maria Cristina; PAIVA, Vera Silvia Faciolla. Territórios dos desejo e vulnerabilidade ao HIV entre homens que fazem sexo com homens: desafios para prevenção. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 1-19, dez. 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4.ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BLACKWELL, Courtney; BIRNHOLTZ, Jeremy; ABBOTT, Charles. Seeing and being seen: Co-situation and impression formation using Grindr, a location-aware gay dating app. **New Media and Society**, v. 17, n. 7, p. 1117-1136, ago. 2015.

BOELLSTORFF, Tom. But do not identify as gay: a proleptic genealogy of the MSM category. **Cultural Antropology**, v. 26, n. 2, p. 287-312, maio 2011.

BRASIL. HIV-Aids: até semana epidemiológica 26ª. **Boletim Epidemiológico**, v. 2, n. 1, Secretaria de Vigilância em Saúde, Brasília, 2013.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

_____. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Rio de Janeiro: Autêntica, 2015.

FRANÇA, Isadora Lins. Sobre “guetos” e “rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 227-255, abr. 2007.

KHAN, Sharful Islam et al. Safer sex or pleasurable sex? Rethinking condom use in the aids era. **Sexual Health**, v.1, n.4, p.217-25, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, v. 4, n. 1, p. 1-6, jan./jul. 2001.

MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. In: GREEN, James Naylor et al. (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2005. p. 291-308.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin**: Outros Conceitos-Chave. São Paulo: Contexto, 2006.

MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 47, n. 1, p. 9-42, 2005.

_____. San Francisco e a nova economia do desejo. **Lua Nova**, São Paulo, v. 91, p. 269-295, 2014.

MONTEIRO, Simone Souza et al.. Discursos sobre sexualidade em um Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA): diálogos possíveis entre profissionais e usuários. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 137-146, jan. 2014.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ROCHA, Kátia Banes et al. **Avaliação do processo de implantação da política de descentralização do teste rápido de HIV na atenção primária, a partir da percepção de matriciadores, profissionais da Atenção Primária à Saúde e usuários** (Relatório de Pesquisa). Porto Alegre: PUCRS, 2014.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet**. Berkeley, University of Califrseu Abramo, 1990.

SILVA, Luís Augusto Vasconcelos da; IRIART, Jorge Alberto Bernstein. Práticas e sentidos do barebacking entre homens que vivem com HIV e fazem sexo com homens. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v. 14, n. 35, p. 739-752, out./dez. 2010.

SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins. Do Gueto ao mercado. In: GREEN, James Naylor et al. (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo, Editora Unesp, 2005. 344 p.

WACQUANT, Lo Editora Un gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, p. 155-164, nov. 2004.

YOUNG, Rebecca M.; MEYER, Ilan H. The Trouble With “MSM” and “WSW” Erasure of the sexual-minority person in public health discourse. *American Journal of Public Health*, v. 95, n. 7, p. 1144–1149, jun. 2005.



CAPÍTULO 12

“Meu Corpo, Minhas Regras!”: A Prática do Aborto Entre Múltiplas Escalas Territoriais de Poder e Resistência ⁶³

Meriene Santos de Moraes

Escrevo esse breve relato com base, especialmente, na minha pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGGEA – UFRGS), sobre a prática do aborto e suas múltiplas escalas territoriais de poder e resistência. Início com algumas referências ao que apresentei no evento que deu origem a esse livro, na Mesa “*Educando para a Diversidade: o desafio de ensino de gênero e sexualidades na escola e ensino superior*”, sobre o desafio que foi (e está sendo!) falar dessas “diferenças” – que são os temas de gênero, sexualidade e aborto – na academia. Sinto-me, portanto, duplamente grata por estar fazendo parte da história do *Nuances*, grupo que admiro e acompanho há um bom tempo,⁶⁴ naquela ocasião e agora outra vez, podendo tratar de um tema que ainda é tabu – como geralmente são os assuntos associados aos corpos e sexualidades desviantes.

O aborto, em sua complexidade, é uma questão de direitos humanos, de autonomia sexual e reprodutiva, de saúde pública, de ética, religião e de ordem pessoal. De acordo com a filósofa Márcia Tiburi, a prática do aborto pertence a todas as culturas, desde as mais arcaicas e primitivas. O aborto consiste num poder de decisão das mulheres sobre seu próprio corpo, e significa a opção de não parir. “Ele é uma fissura no poder patriarcal que mistifica a maternidade” (TIBURI, s.d.).

O tema, certamente, não é comum no âmbito da ciência geográfica. Adotando uma análise escalar do aborto, no entanto, pode-se compreendê-lo como um problema territorial, de governamento da população e, ao mesmo tempo, como uma prática que acontece na escala do corpo. Sendo restringindo pela legislação brasileira,⁶⁵ associo a questão do aborto às *biopolíticas*, tema que não poderá ser abordado nesse relato. Precisaré deixar também para uma próxima

⁶³ O texto trata da proibição do aborto no Brasil e das lutas pela discriminalização da prática, com base nos direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres. Enfoca a questão a partir da geografia feminista, entendendo o corpo como “território íntimo” e, portanto, espaço de possíveis resistências e subversões às normas estabelecidas em “escalas distantes” de poder.

⁶⁴ Agradeço, especialmente, ao nuanceiro Fabiano Barnart, pela amizade e pelo convite.

⁶⁵ No Brasil, o aborto é permitido por lei em três situações: para salvar a vida da mulher; se a gestação for resultante de estupro; e em casos de anencefalia.

ocasião a análise das entrevistas narrativas sobre as experiências corporais de mulheres que realizaram um aborto clandestino, assim como os itinerários e locais do aborto inseguro no Brasil. Essa escolha teve que ser tomada meramente por falta de espaço.

Desta forma, nas páginas que seguem, apresento algumas informações a respeito da prática do aborto clandestino, ressaltando o quanto ela é difundida, apesar de oculta, e evidenciando que a criminalização do aborto é prejudicial, além de ineficiente e perversa, especialmente, às mulheres mais pobres. Com base nas minhas observações sobre as múltiplas escalas que envolvem a prática do aborto, através de notícias, relatórios, artigos e outras fontes, explico rapidamente os caminhos teóricos que me levam a concluir que nossos corpos podem ser espaços de dominação, mas também de resistências e subversões; e que devemos seguir lutando pela emancipação e a autonomia de nossos territórios corporais, contra toda forma de opressão. Apesar do período “de trevas” que estamos passando no país, com o Congresso mais conservador desde 1964 (MARTINS, 2014), finalizo o relato com algumas palavras de estímulo à luta conjunta de mulheres, gays, lésbicas, trans, travestis, negras(os), indígenas e todos os outros “corpos impuros”⁶⁶ – ou possíveis cidadãos democráticos radicais e plurais, como diria Mouffe (2003) – por direitos, respeito e espaço.

Falando de aborto e(m) geografia: alguns desafios

Minha história, no Mestrado, foi um tanto sinuosa e arriscada. Ingressei com uma pesquisa na área da geografia urbana, com a qual eu já tinha bastante familiaridade. Foi somente no final do primeiro ano de curso, a poucos meses da qualificação, que conheci o trabalho da geógrafa Joseli Maria Silva⁶⁷ – com quem aprendi que a geografia feminista nos possibilita muitas outras imaginações geográficas – e, imediatamente, tomei coragem para mudar os rumos da minha pesquisa. Isso foi bem complicado no início, principalmente porque nenhum(a) professor(a) da Geografia da UFRGS tinha experiência nessa área. Minha sorte foi poder contar com a professora Dr^a Cláudia Luísa Pires, que aceitou o desafio de me orientar por esse caminho ainda pouco ou quase nada explorado.

Assim, posso dizer que essa pesquisa já surge de uma subversão. Para desenvolvê-la da melhor maneira possível, precisei falar, abrir uma experiência íntima, mas muito bem resolvida e super comum, bem mais do que se imagina! Tive uma experiência pessoal de aborto clandestino, vivida há mais de 10 anos, em Florianópolis, onde eu residia. Naquela ocasião, me senti completamente *desterritorializada* e, inclusive,⁶⁸ senti a necessidade de voltar, dias depois, para Porto Alegre. Precisei procurar pelo Cytotec (nos camelôs) para resolver meu problema com o menor risco possível. E foi o que fiz. Pouco tempo depois, no entanto, descobri que precisava de uma curetagem para completar o procedimento. Procurei um hospital privado e lá, então,

⁶⁶ Corpos Impuros é o nome de um Grupo de Trabalho, do qual faço parte, na Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB-Porto Alegre), que trata de temas ligados à corporeidade na análise geográfica.

⁶⁷ Professora Dr^a da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná (UEPG).

⁶⁸ Nome comercial do Misoprostol, medicamento abortivo, proibido no Brasil.

privilegiada por ter tido dinheiro naquela situação mas, infelizmente, isso não acontece com muitas mulheres.

Não foi fácil passar por aquela experiência, mesmo que esse resumo tenha dado a entender que sim. Mas entendo a importância de falar disso abertamente e sem traumas, especialmente hoje em dia, que temos assistido a inúmeros retrocessos, inclusive, nos planos de educação municipais. Também não é fácil trazer esse assunto para a academia, especialmente em um curso como a Geografia da UFRGS, ainda tão pouco interessada em temas relacionados ao corpo! Acredito, no entanto, que vale a pena arriscar e sair dos lugares-comuns que mantêm as coisas sempre do mesmo jeito, seja na ciência, na política ou na vida pessoal. E essa é a pretensão da minha pesquisa, assim como desse relato: contribuir para a compreensão do corpo enquanto espaço pessoal – território íntimo –, além de desmistificar o aborto e somar esforços na luta por direitos sexuais.

Não foi fácil passar por aquela experiência, mesmo que esse resumo tenha dado a entender que sim. Mas entendo a importância de falar disso abertamente e sem traumas, especialmente hoje em dia, que temos assistido a inúmeros retrocessos, inclusive, nos planos de educação municipais. Também não é fácil trazer esse assunto para a academia, especialmente em um curso como a Geografia da UFRGS, ainda tão pouco interessada em temas relacionados ao corpo! Acredito, no entanto, que vale a pena arriscar e sair dos lugares-comuns que mantêm as coisas sempre do mesmo jeito, seja na ciência, na política ou na vida pessoal. E essa é a pretensão da minha pesquisa, assim como desse relato: contribuir para a compreensão do corpo enquanto espaço pessoal – território íntimo –, além de desmistificar o aborto e somar esforços na luta por direitos sexuais.

Sobre a interrupção voluntária da gravidez

Segundo Jannotti e Soares (2015), aborto é o produto da concepção eliminado no processo de abortamento, que é a interrupção da gestação até a 20ª (ou 22ª) semana, com o embrião ou o feto pesando menos de 500g, ocorrida de forma espontânea ou provocada. Na linguagem cotidiana, porém, utiliza-se a palavra *aborto* nos dois sentidos. Já no campo da saúde pública, o aborto é classificado de acordo com o modo como é iniciado e com as circunstâncias em que se realiza, dividindo-se em três grandes tipos: *a)* aborto espontâneo; *b)* aborto legal ou previsto em lei; e *c)* aborto inseguro (JANNOTTI; SOARES, 2015). O primeiro tipo refere-se à perda involuntária do embrião ou do feto e, cabe ressaltar, esses casos não se enquadram no tema da minha pesquisa. Já os dois outros tipos de aborto, legal ou ilegal, são provocados por vontade da mulher.⁶⁹ É o terceiro tipo de aborto, ou seja, aquele realizado de forma clandestina e que, por isso, é considerado inseguro, que constitui o foco da minha pesquisa.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), aborto inseguro é o procedimento de interrupção de uma gravidez indesejada, realizado tanto por pessoas que não possuem as habilidades necessárias, quanto em um ambiente que não atende aos mínimos padrões médicos

⁶⁹ É importante considerar que abortos provocados também podem ser forçados e realizados contra a vontade da mulher. No entanto, esses são casos de extrema violência não poderão ser analisados no âmbito da pesquisa.

e de higiene, ou ambos. Quando as mulheres querem parar de engravidar ou aumentar o tempo entre uma gestação e outra, mas não usam contracepção, a usam de maneira errada ou sofrem um abuso sexual, gravidezes indesejadas ocorrem: algumas terminam em abortos induzidos, enquanto outras resultam em nascimentos indesejados. Onde as leis de aborto são restritivas ou os serviços de aborto seguro não são amplamente acessíveis ou são de má qualidade, as mulheres acabam tentando auto-induzir um aborto ou recorrendo a pessoas não qualificadas, arriscando sofrer graves consequências para a sua saúde e bem-estar (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2012).

E isso não é uma novidade, ou um problema “moderno”. A prática do aborto é registrada nas mais diversas épocas e culturas. Segundo Galeotti (2007), na Antiguidade, o aborto era fundamentalmente uma questão feminina, assim como a gravidez e o parto. O feto, nesse período de escassos conhecimentos médicos, era considerado uma espécie de apêndice do corpo materno. Até o século XVIII, a participação dos médicos em relação ao aborto consistia apenas na extração do feto morto de dentro do útero. Durante esse longo período, eram as mulheres que davam instruções e ofereciam conselhos às gestantes, bem como auxiliavam no parto e nos casos de aborto. Esses temas eram exclusivamente de competência feminina, pois o que acontecia entre a concepção e o parto não fazia parte dos interesses sociais e institucionais. O aborto, no mundo greco-romano, era punível somente se contrariasse os interesses do marido ou do pai em ter um possível herdeiro.

No Brasil, conforme Priore (2009), é impossível pensar a questão do aborto sem situá-la no quadro mais abrangente da colonização. Aquele foi o momento por excelência de preocupação da metrópole portuguesa com o imenso vazio demográfico que significavam as terras brasileiras. A prática do aborto era considerada, no período colonial, a antítese da maternidade e um crime contra o crescimento da nação. Para evitá-la, o regimento de quadrilheiros (uma espécie de polícia de costumes) era acionado para denunciar aos juízes as mulheres acusadas de tentar abortar.

O aborto passou a ser generalizado e estendido a todas as camadas sociais entre os séculos XIX e XX. A transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial, somada ao afrouxamento das pressões religiosas em relação aos costumes e ao comportamento dos indivíduos, assim como a própria urbanização e as condições materiais provenientes do capitalismo facilitaram – e, inclusive, passaram a justificar – essa prática. Entretanto, no início do século XX, o aborto era considerado um “crime biológico” e antinatural das mulheres contra o Estado, o crescimento da nação e o fortalecimento da espécie. Assim, para evitar possíveis “delitos contra o amor materno”, a gravidez passou a ser ainda mais normatizada e controlada (VAZQUEZ, 2014).

Atualmente, mesmo sendo menos reprimida pelo Estado e pela Igreja,⁷⁰ sabe-se que a proibição não coíbe a prática do aborto. Segundo o Guttmacher Institute (2012), leis altamente restritivas não são associadas a menores taxas de aborto. Por exemplo, a taxa de aborto é 32 por

⁷⁰ Conforme a reportagem “Papa oferece ‘perdão’ a mulheres que fizeram aborto”, de Erika Zidko (BBC, dez. 2015), disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151207_papa_jubileu_aborto_ez_fd>, acesso: 20 abr. 2016.

por 1.000 mulheres na Europa Ocidental, onde o aborto é amplamente permitido. Além disso, praticamente metade de todos os abortos provocados no mundo são inseguros e, entre eles, quase todos (98%) ocorrem em países ditos “em desenvolvimento”. Nesses países, 56% de todos os abortos provocados são inseguros, comparados com apenas 6% nos países desenvolvidos.

A proibição não impede que abortos sejam provocados, mas leva para a cadeia – quando não mata – apenas as mulheres mais pobres e vulneráveis. Conforme Maciel (2014), de cerca de 1 milhão de abortos clandestinos realizados anualmente no Brasil, 33 mulheres foram presas, com base no artigo 124 do Código Penal, de 1940, em 2014. Essas mulheres apresentam semelhanças: são jovens, negras, com pouca escolaridade e baixa renda. Contra esse cenário, diversos movimentos feministas vêm, há anos, lutando para que a prática seja descriminalizada. Para Scavone (2008), nas últimas décadas, os debates e as ações feministas pela descriminalização do aborto no Brasil foram marcados por avanços e recuos mas, sobretudo, por muitas negociações políticas, uma vocação que a autora enxerga no feminismo brasileiro. Essas negociações, entretanto, tiveram mais sucesso no nível político do que no social, porque não conseguiram alcançar e sensibilizar camadas mais amplas da população. Essa afirmação é confirmada pela pesquisa de opinião pública “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo (2010). O feminismo ainda é visto de forma positiva, preponderantemente, por mulheres de 25 a 34 anos e de 45 a 59 anos, mais escolarizadas, que entendem que os movimentos feministas lutam por igualdade de direitos, liberdade e independência para mulheres. Essas correspondem, basicamente, a apenas 30% das entrevistadas; enquanto 70% declara que não se considera feminista.

De acordo com Miguel (2012), a luta legalização do aborto está relacionada à laicidade do Estado, uma condição necessária para a vigência da democracia – e a ausência desse direito deixa a cidadania das mulheres incompleta. Essa luta não tem conseguido grandes avanços no Brasil, não em decorrência da herança católica na vida política brasileira, nem de um suposto bloqueio do debate público na mídia (que não há): o problema é que a exigência do direito ao aborto aparece muito timidamente na agenda pública no país, assim como nas próprias agendas dos movimentos que lutam pelos direitos das mulheres. Essa ideia corrobora com Scavone (2008), que também considera que os movimentos feministas negociam suas pautas, evitando entrar em polêmicas maiores, como é o caso do aborto.

Mas, afinal, quem é “a mulher que aborta”? Estudos indicam que essa não é bem uma questão de identidade... A Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) foi um levantamento realizado pela Universidade de Brasília (UnB) em 2010, por amostragem aleatória de domicílios em todo o Brasil urbano, abrangendo 2.002 mulheres alfabetizadas, com idades entre 18 e 39 anos. Os resultados apontam que mais de uma em cada cinco mulheres já fez um aborto ao final da sua vida reprodutiva, e que os abortos têm maior incidência no centro do período reprodutivo das mulheres (entre 18 e 29 anos de idade). Em cerca de metade dos casos, o aborto é realizado com medicamentos e a internação pós-aborto é necessária.

A PNA demonstrou também que abortos ilegais são realizados por mulheres das mais diversas classes, idades, raças, níveis de escolaridade, situação conjugal e orientação religiosa, indicando que o problema é disperso na sociedade, mas que a situação é vivenciada de forma ainda mais insegura e arriscada por aquelas que têm as piores condições financeiras (DINIZ; MEDEIROS, 2010).

Os resultados da etapa de entrevistas da PNA trazem mais características das mulheres que fizeram ao menos um aborto ilegal, assim como os itinerários percorridos e os métodos utilizados por elas. As entrevistas foram realizadas em 2010 e 2011, com 122 mulheres entre 18 e 39 anos de idade, em cinco capitais brasileiras (Belém, Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador). A maior parte das mulheres realizou apenas um aborto e a maioria dos abortos é feita por jovens de até 19 anos, muitas das quais já tiveram filhos. O principal método abortivo é uma combinação de chás e Cytotec, sendo finalizado em hospitais. Parentes e companheiros auxiliaram no processo e muitas entrevistadas relataram já ter ajudado outras mulheres a abortar, depois da sua experiência (DINIZ; MEDEIROS, 2012).

As pesquisas esboçam a realidade, mas é importante considerar que muitas pessoas não sentem-se à vontade para responder sobre um assunto tão íntimo. Entretanto, como já comentei, cada vez mais mulheres, anônimas e famosas,⁷¹ têm falado abertamente nas mídias sociais sobre sua experiência com a interrupção voluntária da gravidez. Muitos exemplos estão no *site Women on Web*,⁷² do grupo *Women on Waves*,⁷³ no qual as mulheres de toda parte do mundo podem encontrar informações sobre aborto seguro e relatar suas experiências, compartilhando histórias que envolvem medo, dúvidas, resiliência e superação. Nessa página, existem atualmente 746 depoimentos de brasileiras que interromperam uma gravidez de forma clandestina.⁷⁴

Pela soberania de nossos territórios corporais!

Embora o aborto possa ser considerado como o último recurso para barrar uma gravidez indesejada, geralmente, resultante de uma relação heterossexual, pensá-lo dentro de múltiplas escalas territoriais de poder e resistência pode ser um bom exercício para compreender também outras relações sócio-espaciais que “desviam” das normas e das verdades estabelecidas. Uma ideia que pode contribuir para se pensar em lutas e estratégias conjuntas, que mobilizem todos os “corpos impuros” pelo direito à autonomia – e soberania – de nossos territórios corporais, é a perspectiva de que corpos não apenas ocupam espaço, mas também são espaços! Conforme Lefebvre (2013, p. 210), “através do corpo se percebe, se vive e se produz o espaço”.

⁷¹ Conforme a matéria “9 famosas que já revelaram ter feito aborto e defendem a legalização”, de Mariana Bueno (Bolsa de Mulher, s.d.), disponível em: < <http://www.bolsademulher.com/dia-da-mulher/9-famosas-que-ja-revelaram-ter-feito-aborto-e-defendem-a-legalizacao> > acesso em: 20 abr. 2015.

⁷² www.womenonweb.org e <https://www.womenonweb.org/pt/map>

⁷³ www.womenonwaves.org – organização não-governamental holandesa que auxilia mulheres a terem acesso ao aborto seguro, em todo o mundo.

⁷⁴ Consulta no dia 01 de maio de 2016.

Por isso, é tão importante, para a geografia, que um problema seja analisado sob uma ótica escalar, em suas múltiplas e complexas relações espaciais e territoriais. Considerando que a escala geográfica é um conceito socialmente construído, que serve para representar e organizar o mundo, além de interferir na maneira como pensamos sobre ele, podemos assumir que escalas tradicionais, como a global, a nacional, a regional e a local, são insuficientes para compreendermos algumas relações de poder como, justamente, as que envolvem uma escala menor, ou nas palavras de Adrienne Rich, “*the geography closest in – the body*”⁷⁵ (em tradução livre, “a geografia mais próxima – o corpo”).

Assim, se perguntarmos: onde o aborto é realizado? Podemos responder de formas diferentes, em qualquer escala, todas corretas. Afinal, abortos são provocados em qualquer lugar do mundo, sendo legais ou não. Podemos dizer que a prática é feita na Ásia, na Europa, na América do Sul, no Haiti, no Canadá ou na Nigéria. Abortos também são provocados em todas as regiões do Brasil, no meio urbano e no rural, em bairros nobres e em áreas de ocupação, no centro e na periferia. Acontecem em hospitais, clínicas clandestinas de luxo, locais improvisados, verdadeiros “açougues humanos”, dentro de casa... Entre tantas possibilidades, uma coisa é certa: abortos sempre acontecem em *corpos* que, quase sempre, são *corpos femininos*. No final das contas é, mais precisamente, no *útero* que o aborto acontece. Essa é, portanto, uma questão de escala de decisão *versus* escala de ação. Se a gravidez acontece e só existe no espaço corporal, o corpo em questão também deve ser a escala que decide se vai prosseguir ou interromper a gestação. Isso já acontece, mesmo de forma ilegal e sob sérios riscos, e deve ser revisto pelo legislativo brasileiro, no que concerne aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. O Estado brasileiro precisa reconhecer a soberania das mulheres sobre seus próprios corpos.

Desta forma, retorno ao pensamento de Chantal Mouffe (2003): somente uma democracia radical poderá confrontar as muitas relações sociais em que há dominação. Isso sugere o reconhecimento comum entre diferentes grupos que lutam por uma extensão e radicalização dessa democracia: mulheres, trabalhadoras(es), negras(os), lésbicas, gays, bissexuais, travestis e pessoas transexuais, assim como outros movimentos sociais. Na luta pela autonomia de nossos territórios corporais, portanto, precisamos saltar uma escala, construindo um “nós” como cidadãs(os) democráticas(os) radicais, uma identidade política do coletivo articulado através do princípio da *equivalência democrática*, que não elimina as diferenças. Assim, além de afirmar “Meu corpo, minhas regras!”, sugiro: “‘Corpos impuros’ do mundo, univós!”.

Referências

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna.

Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, supl. 1, 2010. Disponível em: http://www.apublica_org/wp-content/uploads/2013/09/PNA.pdf. Acesso em: 27 mai. 2015.

_____. Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, jul. 2012. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000700002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 mai. 2015.

⁷⁵ A expressão aparece no livro *Of woman born: Motherhood as experience and institution* [1976].

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. Pesquisa de opinião pública, ago. 2010. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

GALEOTTI, Giulia. **História do aborto**. Lisboa: Edições 70, 2007.

GUTTMACHER Institute. **Facts on Induced Abortion Worldwide**. jan. 2012. Disponível em: http://www.who.int/reproductivehealth/publications/unsafeabortion/induced_abortion_2012.pdf?ua=1. Acesso em: 21 mar. 2016.

JANNOTTI, Cláudia B.; SOARES, Gilberta S. Aborto. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. **Dicionário Feminino da Infância**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

MACIEL, Edgar. De 1 milhão de abortos ilegais no país, 33 viraram casos de polícia em 2014. **Estadão**. 20 dez. 2014. Disponível em: <http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,de-1-milhao-de-abortos-ilegais-no-pais-33- viraram-casos-de-policia-em-2014,1610235>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MARTINS, Helena. Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos. **EBC – Agência Brasil**, 09 out. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>. Acesso em: 05 abr. 2016.

MIGUEL, Luis F. Aborto e democracia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n.3, p. 384, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n3/04.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, n. 3, out. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015/1763>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PRIORE, Mary del. A árvore e o fruto: um breve ensaio histórico sobre o aborto. **Revista Bioética**, Brasília, v.2, n.1, nov. 2009. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/442/325. Acesso em: 24 fev. 2015.

SCAVONE, Lucila. Políticas feministas do aborto. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n.2, p. 440, mai./ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/23.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

TIBURI, Márcia. **Aborto e biopolítica**: questão de mais valia moral. s.d. Disponível em: <http://www.marciatiburi.com.br/textos/aborto.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

VAZQUEZ, Georgiane G. Sobre as mulheres e o aborto: notas sobre leis, medicina e práticas femininas. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 5, n. 2, ago./dez. 2014. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/6116/pdf_126. Acesso em: 14 set. 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Safe and unsafe induced abortion**: Global and regional levels in 2008, and trends during 1995-2008. Information sheet, 2012. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/75174/1/WHO_RHR_12.02_eng.pdf. Acesso em: 20 abr. 2015.

Parte V

Travestilidades e transexualidades: violência nas ruas e nas instituições

CAPÍTULO 13

O Sexo das Pessoas Trans – Uma análise de materiais didáticos

Eric Seger de Camargo

Como parte do projeto de pesquisa “Subjetivação e Experiência: análise de ações dirigidas à redução da homofobia e do heterossexismo na educação”, do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), do Instituto de Psicologia da UFRGS, foram analisados os seguintes materiais didáticos sobre gênero e sexualidade disponíveis online para professores/as: “Gênero e Diversidade na Escola - GDE” (2009), “Programa Saúde e Prevenção nas Escolas - SPE” (2007) e “Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem” (2014), “Caderno Escola Sem Homofobia” (2004) e “Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Currículo e Prática Pedagógica” (2015). A metodologia utilizada centra-se na análise das redes enunciativas interrogando-os em relação à forma como tratam a questão das hierarquias fundamentadas na noção de que o gênero é um correlato de características biológicas e classificando outras formas de viver como inferiores ou anormais.

O objetivo desta análise foi verificar como é tratado o assunto de anatomia e fisiologia humana pensando como seria possível pensar nas pessoas trans e seus corpos sexuados, tendo legitimidade sobre o seu gênero, ou seja: como é pensado o sexo de mulheres trans, travestis e homens trans nestes materiais analisados e como eles podem ajudar os/as professores a elucidar essas questões na educação?

Para entender como essa análise foi feita, primeiramente, é necessário entender a quem me refiro quando digo “pessoas trans”. Esse termo se refere a pessoas que, quando nasceram, receberam uma designação de sexo, mas que ao longo da vida perceberam que esta designação não fazia sentido para suas vidas, e então precisaram passar por um processo de reconhecer a si mesmos/as e serem reconhecidos/as pela sociedade de acordo com uma identidade diferente daquela que era esperada. A maneira atual de realizar essa designação de sexo no nascimento é a partir do formato genital. Se o/a médico/a identifica uma genitália que convencionalmente se diz “feminina” (vagina, vulva), o bebê é designado como menina e espera-se que se torne uma mulher. Se o/a médico/a identifica uma genitália que convencionalmente se diz “masculina” (pênis e testículos), o bebê é designado como menino e espera-se que se torne um homem.

Existem situações em que o/a médico/a não identifica a genitália dessa forma, porque

alguns bebês têm características tanto do modelo genital “vagina” quanto do modelo genital “pênis”. Nesses casos, a medicina considera que a genitália é “incompletamente formada”, ou ainda, é acionada a ideia de “ambiguidade genital”, pois só é possível pensar em ambíguo porque se acredita que existam os polos masculino e feminino. Estas situações estariam no espectro do que será considerado intersexualidade ou, na linguagem médica mais atual, desordens/anomalias do desenvolvimento sexual. Uma equipe de vários/as profissionais da medicina é responsável por “identificar” qual o sexo é o “predominante” e muitas vezes a criança passa por cirurgias de correção. Estas cirurgias nem sempre são reconhecidas posteriormente como necessárias pela pessoa que foi operada (MACHADO, 2005).

O processo de designação sexual não termina com a cirurgia, as diversas instituições pelas quais a criança vai passando contribuem para conformar o sujeito à identidade sexual que lhe foi atribuída. Deste modo, a escola também ensina gênero, uma vez que existem maneiras, hábitos, vestimentas, atividades e atitudes que são consideradas adequadas para meninos e meninas agirem, tais como a manutenção de banheiros divididos por sexo/gênero e, em algumas escolas, ainda há educação física também separada por sexo/gênero. Todo esse conjunto de ações dirigidas a educar em relação a comportamentos relacionados ao sexo/gênero constitui uma pedagogia da sexualidade que ensinam o que é o “feminino” e “masculino” e punem aqueles/as que não corresponderem a essa construção (LOURO, 2000).

Esta maneira de classificar os bebês e de educá-los posteriormente cria a impressão de que possuir determinados órgãos (vagina, útero, pênis, testículos, etc.) é o que “causa” a feminilidade ou masculinidade de uma pessoa. Entretanto, para muitas pessoas não é isso o que acontece. No caso das pessoas trans, existem bebês que foram designados do sexo feminino e não se tornaram mulheres, e bebês que foram designados do sexo masculino e não se tornaram homens. (JESUS, 2014) Nestes casos, existe uma multiplicidade de possibilidades de configurações corporais, que podem envolver o uso de hormônios, cirurgias de reconstrução peitoral, cirurgias genitais, implantação de próteses de silicone, cirurgias de “feminilização” facial, etc. Não existe nenhuma configuração corporal que seja mais certa. Assim como entre as pessoas que não são trans (a estas pessoas refere-se como “cisgêneras” – aquelas cujo gênero/sexo corresponde ao que foi designado ao nascer) têm muitas possibilidades de corpos diferentes, assim as pessoas trans. Algumas podem se aproximar aos corpos mais padronizados como “femininos” ou “masculinos” e outras menos (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

As normas e regramentos de gênero são um fator importante em relação ao preconceito, pois quanto mais uma pessoa é percebida se afastando da norma, mais ela é suscetível à discriminação. (COSTA et. al, 2013) As pessoas trans frequentemente são percebidas como alguém que se afastou da norma a partir da designação do nascimento, o que as deixa suscetíveis a diversas situações de discriminação, a partir da noção de que elas não seriam do gênero/sexo que dizem ser, muitas vezes utilizando-se de argumentos de cunho biológico para referir-se ao que seria considerado “homens e mulheres verdadeiros”. Isto configura uma situação de ininteligibilidade social para pessoas, percebidas como “abjetas”. (BUTLER, 2013) Assim, estas pessoas podem ter seus direitos civis negados, sofrer situações de agressão

e inclusive assassinato sem que isso seja percebido socialmente como grave. A educação é uma ferramenta importante para que os direitos de todos sejam reconhecidos e para que o preconceito e discriminação não sejam mais tão recorrentes. A preocupação com as instituições públicas em produzir materiais para a capacitação de professores/as indica que existe um projeto político preocupado em reduzir as desigualdades referentes à diversidade sexual e de gênero, levando em consideração que a escola, como uma instituição laica e promotora de cidadania, não deve ser um local de reificação de preconceitos. Entretanto, como veremos a partir da análise de materiais divulgados contra uma suposta “ideologia de gênero”, existe um conflito de projetos políticos relacionados a concepções divergentes sobre a diversidade sexual e de gênero que ameaçam a laicidade da instituição e também a garantia de direitos equivalentes em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

A questão de pesquisa na análise é: como que os materiais didáticos estão preparados para lidar com a diversidade de possibilidades corporais? Eles oferecem às pessoas trans as mesmas oportunidades de reconhecimento enquanto homens e mulheres, levando em consideração a corporalidade, os órgãos e a fisiologia das diversas possibilidades que decorrem da diversidade de gênero? Se somente forem previstos homens que tenham sido designados do sexo masculino ao nascer, e mulheres que foram designadas do sexo feminino ao nascerem, como as pessoas trans podem ser consideradas sujeitos humanos tão legítimos como os outros e desfrutarem dos mesmos direitos civis?

Pensando nestas questões, alguns trechos dos materiais didáticos foram destacados, para poder entender como que o corpo humano e o gênero são compreendidos por eles:

Excerto	Análise
<p>“nascemos homem (sexo masculino-biológico) ou mulher (sexo feminino-biológico)” (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, p. 62)</p> <p>“não se reconhecem no sexo biológico em que nasceram” (BRASIL; UNESCO, 2014, p. 34)</p>	<p>Ambas as frases delimitam a feminilidade e masculinidade de um corpo a uma constituição fisiológica, utilizando-se do discurso da Biologia. Pessoas trans, portanto, não podem se reconhecer como nascidas com seu sexo. A inteligibilidade deste dado se dá somente a partir de uma “essência” atribuída à biologia relacionando funções reprodutivas à feminilidade ou masculinidade.</p>
<p>“meninas passam a ovular e menstruar”</p> <p>“meninos começam a produzir esperma e a ejacular” (UNESCO, 2014, p. 34)</p>	<p>Estes trechos também estabelecem funções fisiológicas de acordo com gênero. É impossível, a partir dele, pensar em meninos que podem engravidar e em meninas que podem ejacular.</p>

<p>“a ponto de querer modificar seu corpo tornando-se tão mulher (ou tão homem) quanto quem teve esse gênero atribuído ao nascer.” [sobre pessoas trans e suas modificações relativas a sexo/gênero] (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SPM/PR, 2009,p. 114)</p>	<p>Todas as pessoas (tanto cis quanto trans) podem querer modificar seu corpo para se aproximar de um ideal estético padrão. As expressões “A ponto de” e “tornar-se tão [mulher/homem] quanto...” indicam uma correlação de ser “mais homem” ou “mais mulher” aqueles que quando nasceram tiveram essa designação. Seria a partir de uma mudança corporal que as pessoas trans “se tornariam” então “mais” homem/mulher.</p>
<p>“a criança aprende a se comportar de acordo com o que a sociedade – família, amigos, escola – espera de uma pessoa do seu sexo biológico” (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, p. 62)</p>	<p>Nem sempre isso acontece, visto que as expectativas que as pessoas trans recebem quando nascem não correspondem ao seu gênero e nem ao comportamento que aprendem. E novamente o texto atribui obrigatoriamente o constructo “sexo biológico” como uma verdade fixa e pré-discursiva e que tem “acordo” com um comportamento de gênero.</p>
<p>“já uma pessoa transexual desconsidera o fato de ter nascido com um pênis ou com uma vagina para afirmar-se, respectivamente, como homem ou mulher a partir da forte convicção que tem de sua identidade de gênero.” (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011, p. 27)</p>	<p>Para uma pessoa transexual fazer sentido, é preciso que ela desconsidere parte de sua anatomia, de acordo com o excerto, ou não poderá se considerar homem ou mulher inteiramente, de acordo com uma “convicção” que se opõe ao que pessoas cisgêneras simplesmente “seriam”. Pessoas trans que consideram sua genitália de nascença como parte de si, não podem afirmar-se como homens ou mulheres? É somente a convicção que faz sua identidade valer? Para as outras pessoas ter “convicção” não é necessário, visto que tem o genital considerado “respectivo” a ser homem ou mulher?</p>
<p>“um famoso kickboxer transexual tailandês que acredita ser uma mulher aprisionada em um corpo masculino” (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011, p. 38)</p>	<p>O trecho selecionado faz referência a uma mulher trans famosa referindo-se a ela no masculino e reitera a crença de que a pessoa em questão “acredita” ser uma mulher, aprisionada em um “corpo masculino” demonstrando novamente o caráter de essência que alguns corpos carregam nessa rede enunciativa.</p>

Tabela 01

O material “Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Currículo e Prática Pedagógica” (BORTOLINI et al., 2014) rompe com alguns enunciados importantes em relação aos anteriores: ele se propõe a desnaturalizar a ideia de que o sexo seria um dado natural e imutável. Assim é possível pensar em diversas constituições corporais de homens e mulheres, e diversas denominações possíveis em relação a corpo e gênero: “As imagens de Thomas, com todo o estereótipo cultural masculino (barba, bigode, cabelos curtos, roupas masculinas) exibindo uma enorme barriga de grávido...” – trecho que descreve um homem trans, ou seja, um homem que

quando nasceu foi designado como sendo do sexo feminino por aparentemente possuir um sistema reprodutivo com útero, ovários e vagina, e que após sua transição de gênero, apresentando uma aparência comumente associada a masculinidade (barba, cabelo, roupas, etc.) utilizou de sua capacidade reprodutiva, estando então nesta época grávida, gestando um bebê. Nota-se que se utiliza a expressão “grávida”, possibilitando o reconhecimento de que a característica fisiológica de engravidar possa ser atribuída a um homem e, portanto, não naturalizada como “feminina”.

Entretanto, ainda que a categoria “sexo” não seja dada como natural e considerada como uma construção histórica, as pessoas trans ainda assim não têm acesso à mesma compreensão sobre ter/ser seu sexo, como visto neste trecho de uma história ilustrativa:

Laura é transexual. Quando ela nasceu, disseram que era um menino. Mas ela construiu uma identidade de gênero feminina [...] Qual é o sexo dessa pessoa hoje? É masculino ou feminino? O que é determinante nesse caso? O sexo de nascença? O sexo que ela tem agora? De todo modo, Laura continua sendo XY. Por enquanto, os processos de transexualização ainda não alteram o DNA. [...] Há características físicas e biológicas para dizermos que Laura é do sexo masculino (genótipo, por exemplo) (BORTOLINI et al., 2014, p.16).

Quando a história refere-se que ao nascer “disseram que Laura era um menino”, coloca em suspeição a naturalidade dessa designação, o que já é diferente das proposições vistas nos outros materiais. Entretanto, logo em seguida refere-se ao “sexo de nascença”, aceitando como legítimo o sexo atribuído ao nascer. Ao colocar que Laura “continua sendo XY” e relacionar este fato com os processos de transexualização, nota-se que a rede enunciativa desta narrativa, apesar de ter iniciado sem a intenção de naturalizar o que era o dado “sexo” ainda correlaciona dados fisiológicos como parte de ser homem/masculino, pois eles impossibilitam pensar que Laura tenha sexo feminino quando levados em consideração. Uma limitação em relação à generificação dos corpos aparece quando os cromossomos XY são necessariamente parte do que é masculino.

Pode-se perceber a partir da análise dos trechos destacados na tabela 1 que, na maioria dos materiais, o corpo humano é pensado somente a partir da dicotomia “homem-pênis/testículos” e “mulher-vagina/útero”. Isso visibiliza somente esta possibilidade de vivência corporal como verdadeira e legítima. As pessoas trans (chamadas nos materiais predominantemente de “transexuais”, o que coloca em questão se são consideradas nisso as travestis, por exemplo) são lembradas quando se fala em comunidade LGBT e recomenda-se que não sejam tratadas com desrespeito. Entretanto, a única matriz de inteligibilidade que os materiais produzem sobre as pessoas trans é que se trata de pessoas que “trocaram de sexo”, ou seja, “sexo” é legitimamente a dicotomia mencionada anteriormente.

Ainda que nos trechos selecionados possa ser identificada uma lógica que atribui feminilidade ou masculinidade de acordo com uma essência marcada no corpo, os materiais analisados reiteram a importância de respeitar as pessoas transexuais e travestis. Ao elencar como uma possibilidade que alguém seja transexual ou travesti, ainda que para obter inteligibilidade enquanto corpo sexuado seja necessário adequar-se a padrões corporais, os

textos alcançam o objetivo de serem materiais que indicam caminhos para a educação sem preconceito e discriminação.

A Ideologia de Gênero

Durante as discussões sobre o Plano Nacional, Planos Estaduais e Planos Municipais de educação, em 2014, houve uma discussão sobre a retirada do tema transversal “Gênero” nos planos. Como parte desta discussão, existiu o uso de uma cartilha cujo título inicial diz “Você já ouviu falar da Ideologia de Gênero? Conheça essa ideologia e entenda o perigo que você e seus filhos estão correndo!”. Esta cartilha está disponível online em várias versões: algumas com menção a candidatura de vereadores, outras sem nenhuma referência de autoria. Devido ao impacto social decorrente da divulgação dessa suposta ideologia, esta cartilha também foi analisada em relação a como as ideias contidas nela se relacionam com a educação para acabar com a discriminação proposta nos materiais anteriores e quais são as diferenças de argumentação sobre gênero e seus efeitos sociais. A proposta aqui é analisar um material que tem como objetivo denunciar materiais de educação contra o preconceito e a discriminação como ensinamentos que vão “destruir as famílias”. Ou seja, esta cartilha refere-se de forma geral a materiais didáticos como os que foram analisados na primeira parte do capítulo.

De acordo com a cartilha, existiram muitas estratégias para “destruir famílias” sendo que uma das mais perigosas e disfarçadas seria a referida “Ideologia de Gênero”. Seria uma referência aos ensinamentos referentes à diversidade sexual e de gênero, que de acordo com a cartilha promoveriam esta “destruição”. O objetivo da análise é verificar como a argumentação da cartilha se sustenta quando comparado com o que os materiais didáticos da primeira parte do capítulo dizem.

Alguns trechos do que a cartilha referencia sobre esta ideologia:

Trecho	Análise
A “Ideologia de Gênero afirma que ninguém nasce homem ou mulher, mas deve construir sua identidade, isto é, o seu gênero, ao longo da vida”. (p. 1)	A ideia de que todos/as constroem sua identidade de gênero ao longo da vida também está presente nos demais materiais analisados com o objetivo de promover a diversidade sexual e de gênero sem preconceito, ou seja, até aí, ele de fato descreve o que os materiais argumentam.
O que significa “gênero”, então? “Gênero” seria uma construção pessoal, auto-definida, e ninguém deveria ser identificado como “homem” ou “mulher”, mas teria de inventar sua própria identidade.	A construção da própria identidade também inclui as identidades “homem” e “mulher”. A recomendação é que cada um/a tenha o direito de ser identificado como homem ou mulher, desde que esta não seja uma identificação que vai contra a sua auto-identificação. Ou seja, a cartilha usa um argumento falso, que não está nos materiais didáticos.

<p>Quer dizer que essas pessoas acham que “ser homem” e “ser mulher” são papéis que cada um representa como quiser? Exatamente. Para eles, não existe “homem” ou “mulher”, é cada um que deve inventar sua própria personalidade como quiser.</p>	<p>Existem “homens” e “mulheres” de vários tipos: de diversas orientações sexuais, classes, raça, e designações de nascimento (cis ou trans). A questão é que a identificação da identidade de gênero que lhe cabe venha de si, e não da presença de órgãos genitais, sendo reconhecidos casos de pessoas transexuais como quem ‘muda’ o seu sexo. Além de que não se deve punir socialmente pessoas cuja expressão de gênero não esteja de acordo com estereótipos de gênero. (Exemplo: homens que cuidam da casa, mulheres que praticam esportes, mulheres que se relacionam com mulheres, homens que se relacionam com homens, etc.)</p>
<p>Acontecerá que todas as nossas crianças deverão aprender que não são meninos ou meninas, e que precisam inventar um gênero para si mesmas. Para isso, receberão materiais didáticos destinados a deformarem sua identidade. E isso seria obrigatório por lei.</p>	<p>De acordo com os materiais analisados, muitos deles ainda mantém uma coerência com a lógica de que pênis e vagina são sinônimos de ser homem ou ser mulher. Eles não se propõem a negar a identidade de alguém, e sim de afirmar direitos de identidades políticas (LGBT) que são cotidianamente negados, com consequências como discriminação, violência, assassinatos, etc.</p>

Alguns dos argumentos utilizados nessa cartilha, de que não se nasce homem ou mulher, de que existe uma construção de identidade de gênero ao longo da vida e de que esta identidade é definida pelo próprio indivíduo, estão congruentes com os argumentos dos materiais didáticos voltados para educação sem preconceito e discriminação. Entretanto, a partir deles, a cartilha propõe que a consequência deste modelo de educação deformaria a identidade das crianças e não as permitiria construir suas identidades (Todas as crianças deverão aprender que não são meninos ou meninas). Este é um argumento contraditório, pois se cada um pode construir a sua identidade, a partir de seus critérios, então a identidade de “meninos” e “meninas” também é uma opção. A ideia de “deformação” de identidade desta lógica ocorre, pois ela atribui a “naturalidade” de ser menino ou menina de acordo com uma essência anterior a cultura, e, por consequência, qualquer divergência de comportamento em relação a este modelo de natureza, seria considerado pela cartilha uma “deformação”. De acordo com Butler (2003), esse raciocínio faz parte de como as atitudes de preconceito e discriminação se manifestam, pois torna “abjetos/as” aqueles/as que se diferem do modelo dito como “natural”, portanto que não

mereceriam os mesmos direitos. Nesse sentido, a cartilha promove uma educação para o preconceito e que fomenta a discriminação.

Considerações Finais

Ao entrar em contato com concepções de educação que preveem somente algumas possibilidades de ser como naturais e legítimas, uma das estratégias comuns que pessoas trans encontram para fazer sentido da sua existência é relatar estarem em um “corpo errado”. Pensando para além da sensação subjetiva com o próprio corpo, e trazendo a reflexão para uma questão política de como os corpos são tratados a partir dessa lógica binária, essa ideia de “corpo errado” só faz sentido porque o tempo todo os corpos afirmados como “certos” são os que correspondem a designação “homem-pênis/testículos” e “mulheres-vagina/útero”. Se não forem consideradas outras configurações corporais como legítimas, é impossível ensinar que não existe nada de errado na diversidade de configurações corporais existentes.

O desafio da educação, então, é produzir outra lógica de pensamento sobre os corpos que considerem que as identidades políticas “homem” e “mulher” não se confundam com características morfológicas e anatômicas, pois se verifica que estas não são as únicas determinantes no reconhecimento social e também no reconhecimento de si enquanto homem, mulher, ou outro gênero que não seja nenhum destes dois. Por enquanto, o sexo das pessoas trans ainda é ambivalente, dependendo da interpretação de quem o percebe. Para muitas das pessoas trans, seu sexo é aquele com o qual se identificam, sem precisar passar por uma cirurgia de redesignação sexual. Para outras, essa cirurgia é importante para afirmarem seu sexo de acordo com o que é imposto pela norma, o que é seu direito dentro da liberdade de construção de seus próprios corpos e do acesso a direitos básicos ligados ao reconhecimento social (como acesso a banheiros, vestiários, práticas de esportes institucionalizados, etc.) e do reconhecimento de si no próprio corpo. Para a área da educação, é importante que todos/as/es tenham direito de serem reconhecidos como seres humanos, com os mesmos direitos à identidade de gênero e sexo, sem que sejam exigidas mudanças corporais obrigatórias para se encaixar nos modelos padrões de “sexo”.

Entretanto, estes desafios parecem esbarrar nos discursos que reiteram a naturalização das formas hegemônicas de ser homem e ser mulher, e que invertem a lógica do preconceito, insinuando que a diversidade de gênero seria uma “deformação”, e que, portanto, a educação que prevê como possíveis e legítimas várias possibilidades de ser homem e ser mulher seria nociva para a sociedade. O que se vê como resultado deste pensamento são as atitudes discriminatórias contra pessoas LGBT, e que mostram mais ainda a importância de que se insiram na educação as múltiplas possibilidades de ser como legítimas.

Espera-se, com esta análise, que seja instigada a capacidade de repensar as associações entre gênero e fisiologia reprodutiva, para que possam ser produzidas novas expressões na linguagem. Também se espera contribuir para o combate aos discursos que reforçam o preconceito e a discriminação, ao associarem a educação para a diversidade com a “deformação” da identidade das crianças e com a obrigatoriedade de “invenção” de identidades.

Referências

- BORTOLINI, A.S. et al. **Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola**: Currículo e Prática Pedagógica. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno Escola Sem Homofobia**. São Paulo, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Saúde e Prevenção nas Escolas**. Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação; SPM/PR. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Caderno de atividades. Rio de Janeiro : CEPESC, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. Brasília, 2015.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro**: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2014.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, A. B. et al. Homophobia or sexism? A systematic review of prejudice against nonheterosexual orientation in Brazil. **International Journal of Psychology**, v.48, n.5, 900-909, 2013.
- JESUS, J. G. **Transfeminismo**: Teorias e Práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.
- LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: Louro, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MACHADO, P. S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 249-281, 2005.

CAPÍTULO 14

Entre a pista e a polícia: as travestilidades brasileiras face à agenda da política criminal e penitenciária brasileira⁷⁶

Guilherme Gomes Ferreira

Introdução

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, segundo informações da organização Transgender Europe (2016). Esse cenário de genocídio – cada vez mais agravado, fruto do recrudescimento das desigualdades sociais e do avanço do Estado Penal como defesa da segurança – vem acompanhado da consolidação discursiva da categoria “travesti” como própria de contextos ligados à pobreza, à periferia e à criminalidade, fazendo com que as travestis figurem no imaginário social como pessoas potencialmente perigosas e para quem é necessária uma política penal de controle e repressão. É fácil, por isso, a captura dessa população pelos sistemas policiais e penitenciários que naturalizam as possibilidades com que as travestis são levadas a prestar depoimentos em delegacias e a cumprir penas em presídios.

Essa relação com o “mundo do crime” é também resultado das condições concretas de vida das travestis no contexto brasileiro, cujas vidas precárias (BUTLER, 2006) majoritariamente utilizam a prostituição como possibilidade de sobrevivência, podendo também conviver (ou viver) com/do tráfico de drogas que faz parte da maioria dos bairros periféricos já etiquetados como zonas de conflito e de violência – o que podemos chamar de espacialização da pobreza. A presença desses elementos sociais produz em muitas travestis a sujeição criminal, cujo sentimento incorporado de pessoa perigosa leva à banalização das abordagens policiais e aprisionamentos, fazendo mesmo com que a prisão e a delegacia se tornem uma espécie de extensão das suas comunidades, onde podem exercer suas sociabilidades.

Mas essas instituições também banalizam as possibilidades de encontro com as travestis, e seus padrões de seletividade penal (que levam em consideração experiências anteriores de vulnerabilidade socioeconômica, raça/etnia, território e até mesmo outras

⁷⁶ Manuscrito acadêmico derivado de pesquisas de mestrado (defendido em 2014) e doutorado (atualmente em curso), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Sistematiza, portanto, alguns dos achados a respeito das relações entre as travestilidades brasileiras, a prisão e os processos de criminalização dessa população.

circunstâncias como exercício da religiosidade e expectativas estéticas) fazem materializar um modelo de sujeito que pode ser capturado, reprimido e até mesmo exterminado pelo Estado – indiretamente quando não subsidia as possibilidades mínimas de vida mas também diretamente quando as próprias instituições policiais e presidiárias dão conta disso através de seus agentes. É precisamente essa questão que pretendemos debater no presente texto, resultado de uma pesquisa realizada no Presídio Central de Porto Alegre, e de outra, atualmente em curso, sobre os processos de criminalização experimentados pelas travestis.

Discursos e contra-discursos

Existe uma gama discursiva que aponta, em geral, duas posições-sujeito em relação às travestis: a primeira, tratando-as como sujeitos potencialmente perigosos, que assaltam, matam, fazem escândalo, enganam, são violentas; a segunda, como sujeitos que morrem sem direito a um nome feminino e a serem tratadas no feminino, sendo assassinadas, em decorrência da droga, do HIV/aids, da violência doméstica. Qualquer que seja a posição – e isso pode ser verificado em pesquisa rápida na Internet utilizando a palavra “travesti” – estão quase sempre ligadas ao chamado “mundo do crime” (QUEIROZ, 2013; JESUS, 2015).

Nas palavras da filósofa norte-americana Judith Butler (2012), essa experiência social das travestis com o crime e a criminalização dos seus modos de vida seriam representativas da noção de um sujeito abjeto. Para compreender essa noção, é preciso voltar à teoria da autora: se o gênero diz respeito à produção da relação binária homem/mulher, seu estudo deve buscar a compreensão de como tal relação é tornada real, consolidada e usada como argumento para a hegemonia e auto-naturalização em certas configurações culturais. O gênero enquanto performático está relacionado, portanto, ao caráter de repetição e reprodução de enunciados que dizem respeito a um sistema de regras que produzem a inteligibilidade cultural do masculino e do feminino. Atuando a partir da diferenciação, um enunciado performativo como “isso é coisa de homem” institui um domínio do masculino a partir do qual são identificados os sujeitos não-homens, os que não se coadunam às práticas estabelecidas como “coisa de homem”. A relação entre pênis e masculino, que embora inegavelmente possua também um caráter material, antes de ser apenas uma significação histórica descritiva do pênis e daqueles que o possuem, é uma enunciação performativa que cria o sujeito masculino a partir dessa materialidade e exclui de seu âmbito os indivíduos que não o possuem. Elabora um conceito de identidade por essência e representação – o pênis é da essência do masculino, que é representado por aqueles que o possuem – e de um indivíduo indivisível e universal – todos que possuem pênis são homens. Esse conceito de identidade “normatiza sujeitos através do ato que se propõe a descrevê-los, controlando, pela exclusão e pré-definição, comportamentos linguísticos e sociais em geral” (PINTO, 2007, p. 15).

Butler (2012) afirma também que os sujeitos são reiteradamente generificados por meio da norma discursiva, o que significa que o caráter performático do discurso produz o gênero nos sujeitos através da repetição de gestos, atos e expressões que reforçam e corroboram com uma construção determinada de feminino ou masculino. Para que uma pessoa seja, portanto,

considerada e construída socialmente como mulher ou homem, ela deve reiteradamente se expressar de uma forma específica, através de gestos, comportamentos e atitudes que sejam consideradas femininas ou masculinas. Um bom exemplo disso pode ser encontrado na gravidez: a possibilidade supostamente essencial da mulher engravidar se torna um instrumento legitimador de sua condição feminina, sem o qual a sua qualidade “natural” de mulher poderia ser contestada. O mesmo acontece com o homem se sua capacidade de fecundar estiver em risco; põe-se em risco a sua própria masculinidade. Ou seja, para que uma pessoa seja socialmente mulher ou homem, ela deve reiteradamente se expressar de uma forma específica, através de gestos, comportamentos e atitudes que sejam consideradas femininas ou masculinas.

Por isso, toda construção, seja de um sujeito ou de uma identidade, envolve um certo grau de normatização, cujo efeito é a produção de sujeitos fora da norma. A abjeção, portanto, “relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como 'não importante’” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 161). São aqueles sujeitos que escapam “à inteligibilidade normativa de todo um sistema de controle social” (WOLFF et al., 2007, p. 18), ou seja, não são reconhecidos ou legitimados como importantes simplesmente porque suas vidas não são culturalmente inteligíveis, não são compreendidas como legítimas. Dada sua característica de repetição no tempo, o enunciado performativo mantém sua operação para além do momento em que foi enunciado. Preciado (2002, p. 105) afirma que “gracias a la ecografía – una tecnología célebre por ser descriptiva, pero que no es sino prescriptiva – o en el momento mismo del nacimiento, se nos ha asignado un sexo femenino o masculino”. Assim, os enunciados performativos “é uma menina” ou “é um menino” inserem o corpo no domínio da inteligibilidade e prescrevem as práticas e comportamentos que são compatíveis com o gênero designado a partir da constatação do sexo. Essa primeira constatação performativa define o ponto a partir de onde as noções de gênero e sexualidade serão construídas por derivação, formando os conjuntos regulatórios “sexo-macho, gênero-homem, que deseja mulheres” e “sexo-fêmea, gênero-mulher, que deseja homens”.

Butler em entrevista à Prins e Meijer (2002) afirma, entretanto, que o abjeto não se refere somente aos dissidentes de gênero, mas cita outros exemplos, como as pessoas tratadas como “questão psiquiátrica”, a população que experimenta a pobreza e o empobrecimento, etc. Mas é preciso perceber que o discurso que produz a materialidade da abjeção no sujeito também o reproduz, uma vez que é reflexo do social e não é anterior à cultura de determinada sociedade. Assim, a ideia de travestilidade como sinônimo de criminalidade (CARVALHO, 2014), por exemplo, é ao mesmo tempo, produzida através do discurso – discurso sobretudo midiático que constrói essa materialidade nos meios de comunicação de massa, no jornalismo policial, etc. – e também é a reprodução de uma ideia anterior à própria mídia, consolidada por ela (KLEIN, 2016).

Por outro lado, em que medida a travestilidade não é uma experiência identitária que se constitui mesmo através do entrelaçamento de diferentes marcadores sociais da diferença, entre eles, o marcador dos interditos penais, da criminalidade, da criminalização, da incriminação? Além do mais, quais as relações possíveis entre ter uma “vida criminal” e experimentar marcadores de dissidências identitárias (de gênero, sexualidade, raça, etc) e de condições

objetivas de vida subalternizadas (da precariedade do trabalho, da pobreza, da relação com o tráfico de drogas)?

Marcadores sociais e padrões da seletividade penal

José Vicente Tavares dos Santos (2002, p. 18) aposta que vivemos na atualidade um quadro de mundialização da violência e da injustiça. Por outro lado, estabelecer relações com as características das conflitualidades latino-americanas ainda é necessário, uma vez que há nesse continente em particular um aumento dos processos estruturais de desigualdade que geram “a expansão de práticas de violência como norma social particular, vigente em vários grupos sociais enquanto estratégia de resolução de conflitos, ou meio de aquisição de bens materiais e de obtenção de prestígio social”. A violência na América Latina, portanto, é estrutural (decorrente de desigualdade social, empobrecimento, corrupção, etc), urbana (cujo aumento da criminalidade ligada ao tráfico de drogas e ao comércio ilegal de armas de fogo são características) e de pobres contra pobres (SANTOS, 2002).

A realidade dos países de democracia recente na América Latina é a de um controle institucional da violência através de maior violência (ZAFFARONI, 1999), no qual as instituições policiais mantêm as características da tortura impune e da detenção arbitrária (PINHEIRO, 1997) especialmente quando dirigida às periferias e aos periféricos de modo sempre truculento e imprevisível. (SILVA; LEITE, 2007) Um Estado Social tímido (que propriamente é uma das causas da escalada generalizada de insegurança) é substituído por maior Estado Policial e Penal cujo princípio de “tolerância zero” tem o poder coercitivo e de repressão das populações mais periféricas por serem consideradas mais próximas do crime e mais distantes de redes de proteção social e de inserção produtiva – produzindo a criminalização da miséria e da pobreza (WACQUANT, 2001; 2003; 2008).

Os moradores de favelas são tomados como cúmplices dos bandos de traficantes, porque a convivência com eles no mesmo território produziria aproximações de diversas ordens – relações de vizinhança, parentesco, econômicas, relativas à política local, etc. – e, assim, um tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa. Esta, por sua vez, fundamentaria a aceitação e a banalização do recurso à força, o que terminaria por legitimar e generalizar a chamada “lei do tráfico”. Em consequência, os moradores de favelas estariam recusando a “lei do país” ao optarem por um estilo de vida que negaria as normas e valores intrínsecos à ordem institucional. Uma forte convivência marcaria, portanto, as relações dos moradores de favelas com as redes criminosas sediadas nessas localidades, levando-os a buscar sua proteção e apoio, bem como a protegê-las da polícia (SILVA; LEITE, 2007, p. 549).

O emprego da força e da arma de fogo revelados nas abordagens policiais parece ser, desse modo, uma característica latino-americana do funcionamento dessas instituições policiais sobre os pobres, e também (e profundamente) sobre as travestis, conforme afirma a entrevistada de uma das pesquisas: “não existe camburão pegando as pessoas trans, fazendo ronda em

as pessoas trans, fazendo ronda em pessoas trans 'lá fora'". (P02:E03).⁷⁷ Esse poder de punir se dá frequentemente “na base da porrada [...] [metendo] o cacete mesmo”, e é ainda mais trágico se pensarmos na cotidianidade dessa violência para o caso das travestis, submetidas a “insultos, espancamentos, agressões, humilhações, extorsões” e até “afogamento de travestis” (SILVA; TASCETTO, 2008, p. 460-461).

É preciso explicar que essa naturalização da violência não se dá somente por parte das instituições policiais, mas também é reproduzida entre e através das travestis, o que Michel Misse (1999; 2010) vem denominando de sujeição criminal:⁷⁸ a produção de uma subjetividade no sujeito, que faz com que se crie uma expectativa nele de que sua experiência social seja coerente com a de uma pessoa potencialmente acusável. Em outras palavras, produz incriminação, fazendo com que o sujeito dos segmentos dominados se perceba como mais suscetível à ação policial justamente por ser considerado criminoso – o que de fato ocorre porque as instituições já o percebem assim. Para Misse (1999, p. 70), só é possível pensar em sujeição criminal quando “a transgressão, cuja criminalização é socialmente justificável, desliza para a subjetividade do transgressor e para sua individualidade, reificando-se socialmente como caráter ou enquadrando-o num tipo social negativo”.

Para alguns pode parecer uma perspectiva individual (por estarmos falando de subjetividade), mas a sujeição criminal justamente possui uma dimensão coletiva, uma vez que o quadro socioeconômico latino-americano contribui para que os sistemas de justiça favoreçam essa definição, já que, na prática, as classes subalternas, quando acusadas, é que na maioria das vezes precisam provar a inocência. Além disso, em razão dos marcadores sociais experimentados pelas travestis, a vulnerabilidade penal a que estão submetidas já favorece em muito que sejam consideradas culpadas quando de alguma acusação criminosa, não importando tanto as condições que possibilitaram suas chegadas na delegacia; trata-se, portanto, de produzir na subjetividade das travestis a noção de que elas carregam o perigo, que são pessoas “que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável” (MISSE, 2010, p. 21).

E eu achava superinteressante, achava que era uma coisa normal a polícia bater, a polícia prender todo dia, fazia parte da minha vida, eu achava que era isso mesmo, que veado tinha que apanhar, travesti tinha que apanhar, que a gente que tava errado, eu sempre achava que nós estávamos errados. E a gente ia fazer uma reclamação onde? Nem sabia o que eram direitos humanos, nem sabia, nem se falava sobre isso (P02:E01).

⁷⁷ As entrevistas passaram por codificação, o que tornou sem identificação as narrativas coletadas, como forma de proteger o sigilo das pessoas e não causar danos às suas vidas, especialmente levando em consideração que algumas das entrevistadas eram travestis que estavam presas no período de uma das pesquisas. Assim, as legendas para as entrevistas são as seguintes: “P01” refere-se à pesquisa de mestrado, enquanto “P02” à pesquisa de doutorado atualmente em curso; “E” refere-se à “entrevista, seguida do número da narrativa de acordo com a ordem em que as entrevistas foram feitas. Na pesquisa do mestrado (P1) há ainda a particularidade de, além de travestis, terem sido entrevistadas também profissionais da prisão chamadas “técnicas penitenciárias”, homens homossexuais presos e maridos de travestis também presos. Não incluíamos a legenda de cada grupo porque as narrativas evidenciam esses lugares quando esse for um dado relevante à análise.

⁷⁸ “A sujeição criminal é o processo social pelo qual identidades são construídas e atribuídas para habitar adequadamente o que é representado como um 'mundo à parte', o 'mundo do crime'. Há sujeição criminal quando há reprodução social de 'tipos sociais' representados como criminais ou potencialmente criminais: bandidos”. (MISSE, 1999, p. 71)

Eu sempre pensava que estava fazendo uma coisa errada, quando a gente ia preso a gente nem questionava muitas vezes, né. Praticamente todas as noites eles iam atrás das travestis né... [...]. “Mataram uma travesti”, aparecia no jornal. Naquela época existia o Jornal do Comércio, Jornal Folha da Tarde e Correio do Povo, então, muitas notícias, a gente conseguia ler, “mataram tal travesti porque tava lá...”, nem falavam “travesti”, “mataram um homem vestido de mulher”, as colocações eram assim. E eu achava que a sociedade, que nós estávamos erradas, entendeu? Nós estávamos erradas e a sociedade estava certa (P02:E01).

Quando se fala sobre marcadores sociais, é comum ter-se em mente a noção de que certos sujeitos são mais ou menos oprimidos de acordo com aquilo que lhes caracteriza como “diferentes”, e que essas diferenças vão se somando umas às outras produzindo uma experiência social quantitativamente distinta (o exemplo disto é a ideia de dupla opressão). Entretanto, o uso da categoria “interseccionalidades” deposita um sentido qualitativo a esta realidade, através do qual categorias como a pobreza e a negritude, a juventude e a orientação sexual, a identidade de gênero e a localização geográfica e uma série de outras combinações se articulam ganhando novos contornos e relevâncias em contextos específicos (PISCITELLI, 2012).

Um corpo, localizado em certas relações sociais desiguais, não pode ser pensado senão através de sua totalidade social, através das diferentes formas de opressão que ele pode experimentar e que se cruzam/interconectam. Não é possível pensar um corpo que sofre opressão de classe, por exemplo, sem situar sua dimensão sexuada, generificada e racializada. Na experiência de travestis com a prisão, por exemplo, a transfobia recebe sim uma evidência particular, na medida em que é ela a causa última da discriminação que as travestis sofrem dos outros presos e ainda dos policiais e dos técnicos penitenciários. Mas essa transfobia tem uma classe e uma raça específicas: a violência não é depositada somente àquilo que se refere à identidade de gênero da travesti, mas a todo o comportamento cultural que é produto da interação entre gênero, sexualidade, classe social, padrões estéticos, religiosos e étnicos que se considera como desqualificado.

Com as travestis ocorre, portanto, que o pensamento do senso-comum reiteradamente credita a elas o lugar da “ladra”, da “marginal”, da “violenta”, do que é considerado periférico. É por isso que, na prisão, na delegacia de polícia ou “na pista”, os outros direcionam a transfobia às travestis também em razão daquilo que se considera ser uma travesti, ou seja, não é puramente por suas identidades de gênero não se conformarem à ordem binária da norma cissexista, mas é também por serem consideradas esteticamente inadequadas, promíscuas, “sem caráter”, de má índole, criminosas, etc.

As travestis [presas] ficavam junto com os que cometiam crimes sexuais?

Sim, junto com os que cometiam crimes sexuais.

Mas elas cometeram crimes sexuais?

Não, não, era uma questão de segurança. Como elas não podiam, porque elas não podem circular normalmente sozinhas por ali porque poderia existir violência, os caras pegam no pé, falam bobagem. E os que cometem crimes sexuais também não podem circular. [...] Juntava e ficavam numa galeria né. [...] nessa galeria também ficavam outros presos que não podiam ficar em nenhuma outra galeria por questões de segurança mesmo não tendo cometido crime sexual mas que estão sofrendo muitas ameaças e vão ter que ficar muito tempo aqui dentro (P01:E02).

Desse modo, os outros presos podem compartilhar com as travestis de algumas experiências de classe social, raça/etnia e dos interditos penais, mas desqualificam essas experiências em razão de suas identidades de gênero. Descreditam, assim, de *toda a experiência delas*: se sofrem violência, elas a merecem porque são travestis; se adoecem, elas buscaram a doença; se passam fome, é porque não são suficientemente trabalhadoras; se sofrem assédio sexual, é a conclusão fatal da prostituição; se são discriminadas no bar, não se comportaram bem; se não conseguem emprego, são vagabundas; e toda uma ordem de enunciados que podem ser explicativas das experiências das travestis com o social, mas que seriam interpretadas de outra maneira para explicar a experiência das pessoas cisgêneros pobres e negras.

É por isso que essas combinações, em certas relações de poder, são capazes de gerar tipos novos de opressões, agravadas e aprofundadas por meio de diferentes dimensões (PISCITELLI, 2012), o que significa que, em uma relação de desigualdade, uma classe historicamente oprimida não pode ser analisada somente através de um marcador, uma vez que ela própria é capaz de exercer a dominação em razão de obter privilégios sob outras circunstâncias. Um homem negro preso exerce facilmente a opressão na travesti branca e presa, na medida em que essa relação de dominação quase faz parte do *modus operandi* da prisão. Mas ele não exerce opressão à uma técnica penitenciária no interior do cárcere, porque ela está protegida pelo seu papel profissional e em certa medida até mesmo pela desigualdade de classes que existe entre eles. E a técnica, mesmo sendo mulher, pode discriminar tanto o homem quanto a travesti, pela mesma motivação (a noção do “marginal” e do “bandido”) ou por motivações diferentes:

[...] uma coisa que num momento assim tu abstrai que tu tá falando com alguém que na verdade nasceu com o sexo... porque as demandas são completamente femininas, né. “Porque tu roubou o meu esmalte”. Coisas muito assim, de picuinhas, de briga, né, e de fulana que pegou e como o cabelo dela ficou mais comprido [...] E coisas muito parecidas assim na forma delas chegarem, né, desse vínculo, dessa coisa mais, entre aspas, “grudenta”, né, que mulher tem, e até chata, vou te dizer. As mulheres do Pelletier eu pedi pra sair porque não aguentava, era muita chatice, muita abobrinha no teu ouvido. E elas me parecem um pouco assim, né? (P01:E02).

A ala das travestis é só ladaia (P01: E01).⁷⁹

⁷⁹ Gíria para confusão, intriga, problema.

Já a outra técnica penitenciária analisa como “ladaia” a ala direcionada às travestis por também considerar suas demandas menores, fúteis. Entretanto, o que se percebe é que a própria criação de um espaço específico para travestis no cárcere oportuniza que suas vozes sejam mais ouvidas. Em outras palavras, a prisão é um espaço acostumado a violar os direitos humanos das pessoas, e quando estas começam a receber o mínimo do que se pode chamar de individualização da pena ou tratamento penal com dignidade (que no caso das travestis, passa por reconhecer suas identidades de gênero, seus nomes, as formas como se vestem, etc.), parece aos olhos da prisão que estas pessoas estão querendo mais do que necessitam; além disso, o que pode ser “ladaia” para a técnica, é expressão de identidade de gênero para as travestis, no entanto, sem dúvida é a opinião da técnica que valerá no momento da realização de um atendimento.

Mas as travestis, ainda que em posição de completo desprivilegio na prisão, também produzem seus abjetos: os chamados “criminosos sexuais”, que nas palavras delas são aqueles “bandidos mesmo que não têm correção” (P01:E07). Loïc Wacquant (2001) também é atento para o fato de que os chamados “delinquentes sexuais” são alvos privilegiados do sistema penal criminal. Ele afirma que esses presos são considerados “desviantes incuráveis que representam um perigo criminal *ad aeternum*, qualquer que seja o seu status judicial, sua trajetória de reinserção e seu comportamento pós-penal” (WACQUANT, 2001, p. 114).

Mas é melhor entre nós mesmos, um de nós dar um tapa na cara de qualquer outro aqui dentro, do que vir um estuprador, uma pessoa que é inaceitável pela sociedade, com uma mente psicopata querer bater na cara de uma pessoa só por que é homossexual... Ser homossexual, na minha opinião, não é defeito, não é crime, é uma opção sexual [...]. Agora tu, se for lá destruir uma família, um lar social, um sistema psicológico emocional de uma pessoa, agredindo sexualmente ela, isso é imperdoável, pra nós que somos homossexuais e até pra sociedade (P01: E03).

Isso não significa, por outro lado, que as travestis estão em posição de poder privilegiado; significa apenas que elas também podem, amparadas por uma ideia social, discriminar outros grupos em certos contextos situacionais. O mesmo exemplo pode ser encontrado na experiência dos maridos das travestis e o abandono que sofrem de suas famílias. Se as travestis possuem algum tipo de vínculo familiar antes da experiência prisional (isso quando essa convivência não é cessada em razão do processo de travestilidade), essa convivência é rompida ou fragilizada na prisão, pois aquilo que até então era pensado a respeito de si mesmas ganha *status* de “verdade”: “a travesti é mesmo criminosa”. Se o homem até então possui vínculo familiar mesmo depois de ser preso (e muitas vezes as visitas que recebem são femininas –

⁸⁰ O Presídio Central de Porto Alegre, em comparação à maioria das prisões no Brasil, possui uma situação particular com relação ao aprisionamento das pessoas de identidades travestis e homens homossexuais: desde abril de 2012 possui uma ala específica para a permanência de travestis, seus “maridos” e homens gays. O primeiro presídio no Brasil a possuir configuração semelhante (pois acolhe somente travestis e homens gays) foi o de Belo Horizonte; atualmente, entretanto, com a Resolução n. 1 de 15 de abril de 2014 assinada pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCND/LGBT) e pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), ambos da Presidência da República, estabeleceu-se a necessidade de criação de espaços específicos para LGBT em todos os presídios brasileiros, fazendo com que essa tendência de criação de alas específicas venha crescendo.

esposa, mãe, irmã), isso é obliterado pela assunção de seus relacionamentos com as travestis e, assim como as suas relações com os outros presos:

Que nem eu, sempre puxei cadeia do outro lado do muro, do outro lado do muro as leis são diferentes. No outro lado, quer dizer as outras galerias. Nunca tinha me envolvido com homossexual dentro da cadeia, acabei vindo parar por causa de uma Lei Maria da Penha... que eu tenho no meu currículo uma Maria da Penha e me largaram aqui acabei me envolvendo com a [nome da travesti] e estamos aí... Já fiquei mal visto por outros por ter me envolvido com a travesti dentro da cadeia, vários olham pra gente de cara virada. Já não bebem no mesmo caneco que a gente, eles já não comem mais, eles já não fumam o mesmo cigarro que nós. No caso, pra me envolver com ela eu tive que abrir mão de tudo isso. O preconceito é muito grande (P01: E04).

Nessa última narrativa, feita pelo marido de uma das travestis, novamente revela-se a interação entre sexualidade e as outras categorias de articulação como produtoras da violência. No caso desses homens, o que os diferencia dos outros presos é a assunção de um desejo em manter relacionamentos com travestis, e esse desejo faz com que seus modos de vida sejam desqualificados ante a massa carcerária, mas apenas para que se mantenha uma ordem sexual vigente entre todos – já que, longe do controle de qualquer pessoa, alguns presos se permitem conviver com os maridos das travestis. Percebe-se, portanto, que os companheiros das travestis também experimentam processos sociais únicos na prisão em razão das interseções entre categorias de gênero, sexualidade, classe social e raça/etnia, embora novamente – assim como no caso dos chamados “duques”⁸¹ – essa posição de oprimidos seja ainda mais circunstancial e limitada às paredes da prisão. Não necessariamente as experiências dos duques e dos maridos de travestis poderiam, fora da prisão, ser analisadas do ponto de vista da interação do gênero e sexualidade com outras categorias como raça e classe, pois eles não estão colocados como subordinados em estruturas de dominação como o patriarcado, o sexismo e cissexismo. Todavia, é possível dizer que no interior do cárcere as estruturas que investem a pena funcionam de maneira a igualizar categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, fazendo, por exemplo, com que tanto travestis quanto seus maridos sejam igualmente classificados como “putos”, e junto dos duques, todos sejam “perversos sexuais”.

Todos esses exemplos, entretanto, aludem para o fato de que articular esses diferentes marcadores sociais na perspectiva das interseccionalidades já não se trata de discutir a “diferença sexual, nem [a] relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas [se trata de discutir a] diferença, em sentido amplo para dar cabo às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos.” (PISCITELLI, 2008, p. 266) Trata-se, sim, de situar os ecos desses marcadores em situações nas quais são colocados como definidores de relações de desigualdade de poder, podendo assim “capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Em relação às travestis, é imprescindível analisar suas experiências com o crime e com a

⁸¹ Duque é como se nomeia o homem que comete um crime de teor sexual.

segurança pública através das interseccionalidades porque, em certas circunstâncias (senão em todas), é a partir dos marcadores sociais que as travestilidades são codificadas para as políticas criminais, de justiça e de segurança: a partir de marcadores identitários (sexualidade, gênero, raça/etnia, nação/posição geográfica no mundo) e marcadores que implicam em certas condições objetivas de vida (a prostituição que é a forma de sobrevivência de mais de 90% das travestis brasileiras⁸², o uso/tráfego de drogas decorrente da relação que as periferias estabelecem com as “bocas⁸³”, a classe social⁸⁴ e o próprio pertencimento territorial às comunidades pobres, etc). Cabe, portanto, analisar de maneira mais concreta como esses marcadores vem se articulando na história das travestilidades brasileiras para a produção das travestis enquanto sujeitos tipificados como perigosos.

A punição das travestis da história aos dias atuais

A consciência de que se tem uma vida que pode ser extinguida, de que a vida que carrega não vale nada, faz com que as travestis recorram ao próprio corpo para se protegerem do extermínio, ainda que para isso seja necessário tortura-lo. Uma prática comum na história social das travestis brasileiras, por exemplo, foi a automutilação com pedaço de vidro ou lâmina de barbear para serem levadas ao pronto-socorro ao invés de para a prisão. Ao mesmo tempo, essa prática funcionava também como ameaça, fazendo com que a polícia receasse tocar nas travestis com medo de transmissão do HIV, o que funcionava muito bem especialmente no início da emergência da Aids na década de 1980. Já no período da ditadura militar era comum que as travestis entrassem dentro de uma caixa d'água em Porto Alegre enquanto as viaturas passavam para que não fossem detidas pelo “crime de costume⁸⁵” [sic].

[...] a gente se jogava ali pra não ficar uma semana presa. Entendeu, porque senão o camburão pegava a gente, além de tomar um laço, ia pra oitava delegacia – a oitava delegacia era na [Avenida] Protásio Alves⁸⁶ (P02:E02).

⁸² Dados da Associação das Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro (Triângulo Trans) e da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). (Carta Capital, 2013; Revista Forum, 2014).

⁸³ “Boca” é como comumente se chamam os pontos de comércio de drogas ilícitas nas favelas e bairros de periferia.

⁸⁴ Muitos textos tratam a “classe social” como uma categoria que se iguala a “gênero” e “raça”. Aqui eu distancio classe social destas últimas por não considerar que ela seja uma categoria prioritariamente identitária. É certo que gênero e raça também aludem para condições de vida, uma vez que funcionam não apenas como categorias descritivas da realidade social, senão também como analíticas das desigualdades sociais fundadas no gênero e na raça; mas elas funcionam melhor para explicar em que termos os sujeitos são discriminados em função de suas identidades de gênero e identidades raciais/étnicas, enquanto que dificilmente as pessoas na cotidianidade estabelecem uma consciência em si de seus pertencimentos de classe.

⁸⁵ No período da ditadura militar brasileira era bastante comum que as travestis fossem presas acusadas de praticarem crimes contra os costumes (título presente no Código Penal até 2009, revogado pela Lei 12.015 e passando a ser denominado “crimes contra a dignidade sexual”). Eram, de acordo com as narrativas, enquadradas segundo os artigos que tratam do favorecimento à prostituição e rufianismo, uma vez que trabalhavam como profissionais do sexo; entretanto, uma das entrevistadas relata que até mesmo andar na rua expressando sua identidade de gênero já era o suficiente para o aprisionamento.

⁸⁶ Um dos principais locais de prostituição de travestis na década de 1970 e 1980 em Porto Alegre era o ponto que ficava na

[...] e outra coisa, a Polícia Civil era mais rígida que a Brigada Militar; a Brigada Militar abordava muitas vezes no sentido de terem relações com a população de travestis, e a Polícia Civil não, a Polícia Civil recolhia e dava-lhe pau, né. [...] E eu achava normal, era uma coisa assim que as travestis daquela época, elas se cortavam, elas se mutilavam, muitas delas tinham corte aqui no pescoço, nos braços, eu nunca tinha coragem. Quando eu via elas fazendo isso, quando a gente ia pro paredão, a polícia chegava, todo mundo na parede e levava, e a maioria das travestis geralmente carregava uma garrafa – não era uma garrafa de plástico, era de vidro – e elas se mutilavam pra não ir presa (P02:E01).

Essas experiências com uma vida sem qualidade, passível de extermínio, estão intrinsicamente relacionadas com a interseção de diferentes marcadores sociais, fazendo com que os índices de violência e morte de travestis estejam mais próximos daquelas que se prostituem, que vivem na periferia e que são lidas socialmente como não-brancas, “porque o que a gente mais vê é travesti negra e puta morrendo” (P02:E03). Além do sentimento de culpa e de que ser travesti é errado, como já visto, ter uma vida precária produz também o sentimento de que a vida não possui valor, que a vida que se leva não pode ser considerada uma vida de verdade, e os efeitos disso são percebidos muito cedo, desde a expulsão de casa.

O uso da categoria “não-branca” é necessário porque no contexto da prostituição europeia as travestis muitas vezes são discriminadas racialmente por serem latinas e/ou por terem a pele mais escura – nesse último caso, uma manifestação discriminatória que tem a ver com o colorismo. É importante que o debate sobre discriminação racial esteja aliado a uma discussão sobre colorismo, uma vez que no Brasil e nos demais países latinos que sofreram com períodos escravocratas e com a colonização europeia é muito comum a discriminação baseada na tonalidade da pele e nos aspectos físicos de uma pessoa; é frequente entre as travestis, por exemplo, as práticas religiosas de matriz africana, e os ataques que elas sofrem em decorrência disso correspondem a uma discriminação de teor étnico e de racismo cultural. (NEVES, 2015; DJOKIC, 2015) Ocorre, além disso, de muitas travestis serem discriminadas em termos de racismo sem, no entanto, se reconhecerem como negras ou afrodescendentes. Também no contexto europeu, as travestis latinas sofrem ataques combinados de racismo e xenofobia e muitas vezes são presas ou interditadas pela política em razão das suas nacionalidades e situações de ilegalidade no país, o que converge ainda para a impossibilidade de acesso a políticas sociais como a saúde.

Combinado ao trabalho sexual e à questão racial que atravessa a análise de classe no contexto brasileiro, está também o (não-)debate sobre as drogas que vem sendo cada vez mais acirrado e obliterado pela emergência de uma lei de drogas que aumenta a criminalização e a penalização do porte ilegal. O Brasil ainda engatinha nas políticas de redução de danos e investe cada vez mais em campanhas proibicionistas sem o devido debate com a população, o que acaba

na Avenida 24 de Outubro, próximo à caixa d'água da Estação de Tratamento de Água (Hidráulica) do DMAE no Bairro Moinhos de Vento. Já a 8ª Delegacia de Polícia Civil era um dos 39 locais gaúchos de detenção, repressão e tortura durante o regime militar. O Estado do Rio Grande do Sul concentrou a maior estrutura de tortura militar montada no país, conforme relatório da Comissão Nacional da Verdade de 2014.

por estabelecer um aumento da população carcerária e a consequente superlotação das prisões – constituída por maioria negra e jovem. Se os dados estatísticos mais recentes mostram que mais de 60% dos presos no Brasil são negros (e isso levando em consideração que muitas pessoas lidas como negras não se autodeclaram negras, em certo sentido pelo reflexo do racismo institucional que vivemos), a população de mulheres presas aumentou 567% em 15 anos no Brasil, consequência sobretudo de políticas mais severas na punição do tráfico de drogas. Também as mulheres presas são majoritariamente negras (68%), jovens (50%) e com baixa escolaridade, revelando informações relativas igualmente à classe social e à experiência com a pobreza. (CARTA CAPITAL, 2016; BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2015).

Considerações finais

Seguir uma vida subalternizada é o que resta para a maioria das travestis brasileiras. Suas condições concretas e objetivas de vida refletem, em termos gerais, experiências com o precário, constituindo também suas participações no contexto daquilo tudo que é representado como marginal, criminoso e de pouco ou nenhum valor; a equação substanciada dessa lógica é de mais vulnerabilidade (tanto social como jurídico-penal) e menos representatividade, poder de fala e de decisão sobre as próprias demandas sociais, de modo que “a travesti hoje que tá na mídia, que é bonita, que vai no programa de TV, que fala com articulação, que viaja, aquela coisa toda, essas travestis são poucas a nível nacional, são poucas as travestis que podem ir num programa de TV e falar sobre nós” (P02:E01). Pois ter a “experiência trágica de pertencer às classes subalternizadas” é construir trajetórias ligadas à

exploração, pobreza, alienação, opressão e resistência; observamos o crescimento da violência, que interpela as promessas de futuro, da droga, da humilhação, do ressentimento, da fadiga, da crença na felicidade das gerações futuras, e de outros códigos que sinalizam uma condição social. Sabemos que a pobreza tem múltiplas faces, e é algo mais a sobrevivência material, pois o processo de reprodução social capitalista não priva as classes subalternas apenas do acesso a bens e serviços, mas priva-as também do conhecimento que lhes permitiria explicar o capitalismo (YAZBEK, 2013, p. 11).

Quando falamos sobre essas condições subalternizantes não significa, é preciso lembrar, que os sujeitos ditos dominados não resistem, não sonham, não “celebram o amor e a festa”; ao contrário, as travestis frequentemente “dissimulam a guerra e o luto [porque não separam] a festa e a luta, porque sem a festa a luta não tem sentido.” (MARTINS, 1989, p. 12) A vida dessas pessoas é intensa de resistência e de contradição e por isso quando usamos a noção de “dominados” para referir a vida subalterna não significa que essas pessoas não possuam agência, nem mesmo significa que elas não tenham meios para produzir violências circunstanciais em termos das relações que estabelecem. Significa, na verdade, denunciar que fazem parte de uma classe que tem passado uma “longa noite de humilhação” (MARTINS, 1989, p. 12) e que por isso lutam, debocham, desobedecem, proclamando “sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da história” (MARTINS, 1989, p. 13).

Referências

- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **População carcerária feminina aumentou 567% em 15 anos no Brasil**. Waleiska Fernandes, 5 nov. 2015. Coluna Notícias. Não paginado.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- _____. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- CARVALHO, Bruno Robson de Barros. **“Tá pensando que travesti é bagunça?”** Repertórios sobre travestilidades, em contextos de criminalidade, por jornais pernambucanos. 2014. 127f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan./jul. 2002.
- DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona. **Blogueiras Negras**, 27 jan. 2015. Coluna Negritude. Não paginado.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Vítimas e agentes no corpo da exclusão (Prefácio). In: FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil**. Curitiba: Multideia Editora, 2015.
- KLEIN, Caio César. **“A travesti chegou e te convida pra roubar”**: representações sociais e sujeição criminal de travestis na mídia policial. 2016. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- CARTA CAPITAL. Mais de 60% dos presos no Brasil são negros. Carta Capital, abril de 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mais-de-60-dos-presos-no-brasil-sao-negros>>. Acesso em: 02 out 2017.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.
- _____. **Malandros, marginais e vagabundos & acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 413 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- NEVES, Consuelo. Colorismo: quem decide?. **Blogueiras Negras**, 3 fev. 2015. Coluna Negritude. Não paginado.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 43-52, mai. 1997.
- PINTO, Joana Plaza. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **Delta**, São Paulo, v. 23, n.1, p. 1-26, jan./jul. 2007.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, direitos humanos e vítimas. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (orgs.). **Discursos fora da ordem: sexualidades, sabers e direitos**. São Paulo: Annablume, 2012.
- _____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.
- PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual**. Madri: Opera Prima, 2002.
- O PRECONCEITO contra transexuais no mercado de trabalho. Nádia Lapa. **Carta Capital**, 31 out. 2013. Coluna Feminismo Para Quê? Não paginado
- PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan./jul. 2002.
- QUEIROZ, Igor Henrique Lopes de. Quando a travesti torna-se notícia. In: I Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História (1. : Guarapuava : 2013) **Anais eletrônicos**. Guarapuava.: Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2013. p. 266-276.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 16-32, jul./dez. 2002.

SILVA, Rosimeri Aquino da; TASCHETTO, Leônidas Roberto. Direitos humanos e polícia. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 454-465, set./dez. 2008.

WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 80, p. 9-19, mar./jun. 2008.

_____. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003. (Coleção Pensamento Criminológico).

WOLFF, Maria Palma et. al. (Coord.). **Mulheres e prisão: a experiência do Observatório de Direitos Humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Org). **Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza**. São Luís: EDUFMA, 2013.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

CAPÍTULO 15

Assassinatos Pautados em Gênero: Um Interstício Sobre a Violência Letal Contra Travestis e Mulheres Transexuais

Fabiano Barnart

Stela Nazareth Meneghel

Este ensaio apresenta reflexões sobre a violência letal contra travestis e mulheres transexuais é um recorte da pesquisa do trabalho de conclusão de curso do autor, inserida no projeto "Femicídios e Assassinatos Pautados em Gênero no Rio Grande Do Sul". (MENEHEL et al., 2010) A pesquisa teve como ponto de partida o estudo dos assassinatos de mulheres através de registros policiais na Delegacia de Homicídios de Porto Alegre. As investigações fizeram com que nos defrontássemos com outros assassinatos, motivados pela identidade de gênero das vítimas: os *transfeminicídios* ou *transfemicídios* de travestis e mulheres transexuais, ampliando o campo de estudo, abrindo caminho e possibilidade de investigação das ocorrências, inquéritos policiais e processos judiciais desses crimes de ódio.

A violência contra população LGBTT em diferentes escalas

No Brasil, a violência letal infligida por outros - assassinatos ou homicídios - contra população de lésbicas, *gueis*,⁸⁷ bissexuais, travestis e pessoas transexuais - LGBTT - constitui um fenômeno de impacto no cenário internacional, pois em números absolutos o país ocupa o 1º lugar no ranking de homicídios perpetrados contra essa população.

Até o ano de 2012 não existia sistematização de dados oficiais por parte do poder público para dimensionar a magnitude das violências *homolesbotransfóbicas*, no intuito de justificar ou embasar a construção de políticas públicas específicas de combate à violência e proteção para população LGBTT. Em 2012, pela primeira vez no Brasil, foram lançados dados oficiais sobre as violações de Direitos Humanos da população LGBT reportadas ao Poder Público Federal por meio do "Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, o ano de 2011" (BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012). Lançado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República foi o primeiro documento para denunciar e dar visibilidade para o fenômeno da violência contra população LGBTT, até então invisível, pois estavam diluídas nos dados da população geral.

87 A expressão guei foi forjada por instituições do movimento social brasileiro para se referir a população de gays em um processo de resistência à linguagem colonizadora dos países anglo-saxônicos.

O segmento de travestis e mulheres transexuais⁸⁸ são aquelas que mais sofrem a violência letal, conforme podemos observar no relatório (BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012), que apresentou 278 assassinatos LGBTT, divulgados nos veículos de mídia do país. Em 2013, uma segunda edição do relatório revelou 310 assassinatos de LGBTT e, recomendou que a população de travestis e mulheres transexuais mereça uma atenção especial, considerando que foi vítima de alto número de homicídios (BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012; 2013). Os dados apresentados nesses relatórios registram nos anos de 2011 e 2012 uma porcentagem de 49% e 40% das vítimas de homicídio com identidade de gênero travestis ou mulher transexual (BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013). Cabe a sistematização não oficial dos crimes contra LGBTT desenvolvida pelo movimento social dessa população, em especial pelo Grupo Gay da Bahia - GGB, em parceria a outros grupos LGBTs do Brasil; que existe desde década de 1980 denunciando esses crimes de ódio e a gravidade desse fenômeno no Brasil.

No que se refere ao Estado do Rio Grande do Sul, o relatório do ano de 2012, apresenta oito homicídios noticiados nos veículos de mídia contra população LGBT, porém não especifica a orientação sexual ou identidade de gênero. (BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013) Na pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, analisamos três casos de *transfeminicídios* ocorridos naquele ano, ou seja, um terço dos casos que foram divulgados no relatório. Ainda, no relatório '*Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012*' (BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013) foi registrado o entendimento de que a violência de caráter *homosbotransfóbica*⁸⁹ é estrutural no Brasil.

A Organização Mundial da Saúde (2012) define a violência estrutural como referente aos processos sociais, políticos e econômicos que produzem e 'cronificam' a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero, de etnia, compreendendo, portanto a violência de gênero como estrutural. A violência estrutural é considerada difícil de ser quantificada, pois "[...] aparentemente ocorre sem a consciência explícita dos sujeitos, [...] se perpetua nos micro e macroprocessos sócio-históricos, se repete e se naturaliza na cultura e é responsável por privilégios e formas de dominação" (MINAYO, 2006, p. 81).

Em 2012, a organização americana Global Rights, publicou o seguinte documento: "*Relatório sobre situação dos Direitos Humanos das mulheres trans afrobrasileiras*", denunciando que este é o segmento mais vulnerável da população de travestis e pessoas transexuais, decorrente de uma sociedade racista e *transfóbica*: "*Os atos de violência cometidos contra esta população são particularmente cruéis, muitas vezes envolvendo violência psicológica e sexual, são frequentemente manifestados em espaços públicos e exibidos ao público em geral*" (GLOBAL RIGHTS, 2012, p. 32). A organização recomenda que o governo brasileiro tome providências urgentes para criar políticas de proteção contra as violências brutais que sofrem as

⁸⁸ A Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil - RedeTrans Brasil, recentemente divulgou a necessidade de inclusão do termo 'mulheres', ao se referir ao segmento de travestis e transexuais femininas, no sentido de reafirmar sua identidade de gênero feminina ao qual lutam pelo reconhecimento como uma das principais pautas do movimento social dessa população.

⁸⁹ Refere-se a todo tipo de preconceito e discriminação contra pessoas homossexuais, lésbicas, travestis e pessoas transexuais.

travestis e mulheres transexuais, em especial as negras.

A reportagem chamada "*Como a LGBTfobia se esconde no Brasil?*"⁹⁰ divulgada no site *HuffPost Brasil* em março de 2016, apresenta as dificuldades para quantificação, sistematização e geração de dados da violência *LGBTfóbica*⁹¹, no Brasil. Dentre os determinantes dessas dificuldades destacam a falta de informação e legislação que criminalize a *homosbotransfobia*, o despreparo dos agentes de segurança pública e das delegacias, o medo de realizar as denúncias e/ou sofrer violência institucional nos órgãos responsáveis pelo registro, medo da família, entre outros.

Embora haja relatórios divulgados pelo poder público que sistematizem a violência contra população LGBTT, existe uma subnotificação desses dados, havendo necessidade de adequação entre os sistemas de informação nacional e estaduais, em relação à abrangência dos registros efetuados nas delegacias de polícia, além de incluir nos boletins de ocorrência as informações referentes à expressão sexual e à identidade de gênero, para possibilitar a busca destes descritores nos sistemas de informação.

A escala global da violência contra a população LGBTT está identificada no mapa de Monitoramento de Assassinatos de Trans em Números Absolutos, divulgado pela ONG Transgender Europe (TGEU, 2016). Esse mapa sistematiza em números absolutos os assassinatos de pessoas trans⁹² em 61 países, e o Brasil é o país onde existe a maior prevalência desses crimes no mundo. A própria reportagem divulgada no site do *HuffPost Brasil* reafirma essa informação no seguinte trecho: "Somos a nação que mais mata pessoas trans no mundo" (HUFFPOST BRASIL, 2016).

O movimento social brasileiro divulga a informação de que o Brasil é o país onde a população LGBTT mais sofre violência letal no mundo. Entre os anos de 2008 e 2015, o Brasil encontra-se no primeiro lugar do *ranking* com 802 assassinatos de pessoas trans; seguido do México que registra 229 assassinatos e ocupa a segunda posição. Ou seja, no *ranking* mundial, a violência letal no Brasil é 350% maior do que o segundo colocado. Importante reafirmar que essa análise é feita a partir dos dados disponíveis, sabendo-se que as informações são subnotificadas.

Calculamos as taxas de mortalidade de pessoas trans, com base nos números absolutos divulgados pela ONG TGEU e população total dos países segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016). O Brasil está em 4º lugar nos assassinatos de pessoas trans no mundo, sendo os três primeiros lugares respectivamente: Honduras, Guiana e Nova Caledônia. Dos 28 (vinte oito) que estão acima da média global que corresponde a 0,036 assassinatos de pessoas trans por 100.000 habitantes, 20

90 Disponível em: http://www.brasilpost.com.br/2016/03/24/lgbtfobia_n_9535490.html?utm_hp_ref=lgbtfobia&utm_hp_ref=brazil&ncid=fbklnkbrhpmg00000004. Acesso: 2 de abr. 2016.

91 LGBTfobia: Termo atualizado de homofobia. Entende-se que homofobia contemplaria apenas violência para pessoas homossexuais dentro do movimento LGBT, deixando assim pessoas Bissexuais e pessoas Transexuais (que podem inclusive serem heterossexuais por se tratar de questões de Gênero e não de sexualidade) de fora desse mesmo tipo de violência que é sofrida.

92 Entende-se por 'pessoas trans' a população de mulheres travestis e transexuais e homens trans.

estão na América Latina. Na América Latina a taxa de assassinatos de pessoas trans é maior em comparação com a taxa global, enquanto no Brasil a taxa de assassinatos de pessoas trans é maior do que a taxa global e da taxa da América Latina (AL), respectivamente, 10,8 vezes e 1,5 vezes superior.

Para fazer a mesma comparação no Estado do Rio Grande do Sul e na cidade de Porto Alegre, utilizamos as informações do trabalho de conclusão da graduação do autor principal deste texto (BARNART, 2014) e dos relatórios⁹³ divulgados pelo Grupo Gay da Bahia – GGB (Grupo Gay da Bahia, 2014). Através dessa breve pesquisa, chegamos aos seguintes números absolutos de assassinatos de travestis e mulheres transexuais: 31 (trinta e um) no Rio Grande do Sul (RS) e 10 (dez) em Porto Alegre (POA), no mesmo período utilizado pela ONG TGEU para que possamos fazer as comparações. Levando em consideração a população total desses territórios, o RS e POA possuem as seguintes taxas, respectivamente, 0,28 e 0,68 assassinatos mulheres travestis e transexuais por 100.000 habitantes.⁹⁴

O RS possui uma taxa de mortalidade de pessoas trans quase 8 (oito) vezes maior em relação à taxa global; enquanto Porto Alegre possui uma taxa de assassinatos de pessoas trans quase 3 (três) vezes maior em comparação com a AL e mais de 2 vezes em comparação ao RS; quase 2 (duas) vezes maior em relação ao Brasil e, finalmente, quase 19 vezes maior em relação a taxa global. Portanto, a cidade de Porto Alegre apresenta cifras preocupantes no que se refere ao fenômeno estudado, sabendo-se que essas informações são subnotificadas e a magnitude do problema é muito maior. Entre os anos de 2010 e 2014, em Porto Alegre o território de prostituição foi o local de maior ocorrência dos *transfeminicídios* (BARNART, 2014).

As características dos territórios de prostituição se reproduzem em diversas cidades do Brasil de forma similar, citando-se a seguir estudos realizados em diferentes cidades e com objetos de análise semelhantes. As pesquisas realizadas por Carrara e Vianna (2006) referem-se ao Rio de Janeiro e pesquisas do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) à Ponta Grossa apontam nesse sentido.

A análise dos eventos violentos mostra que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro. A violência designa, de acordo com épocas, locais e circunstâncias, realidades muito diferentes, havendo violências toleradas e violências condenadas (MINAYO, 2006). No caso das travestis e mulheres transexuais o desejo de eliminação/aniquilamento, em certo grau, está relacionado à transgressão das normas de gênero, na medida em que esses sujeitos vivenciam uma identidade de gênero que não está em conformidade com aquela atribuída ao nascimento e validada pela cultura, então, emerge o desejo de eliminar essa população.

Sobre feminicídio e *transfeminicídios*: assassinatos de mulheres, mulheres travestis ou travestis e mulheres transexuais

⁹³ Disponíveis em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/>>. Acesso: 3 de abr. de 2016.

⁹⁴ Lembrando que não estão incluídos os assassinatos de homens trans, pois se existiram casos do tipo no período de análise não foi encontrado nenhum registro.

Para nos debruçarmos sobre o assassinato de travestis e mulheres transexuais utilizamos o conceito de *femicídio*, elaborado por Diana Russel em 1976, perante o Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, realizado em Bruxelas, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, definindo-o como uma forma de terrorismo sexual ou genocídio de mulheres (RUSSEL; CAPUTTI, 1992). Para pensar as causas da violência *transfóbica*, buscamos entender como histórica e socialmente tem se tratado a questão das travestilidades e transexualidades.

Muitas travestis e mulheres transexuais procedentes de regiões rurais ou pequenas cidades do interior são obrigadas a migrar às grandes metrópoles, onde podem viver sua sexualidade de forma mais livre e protegida. As sociedades interioranas ainda mantêm um controle rígido e moralista sobre as sexualidades e quando uma travesti ou mulher transexual começa a expressar sua identidade de gênero, geralmente sofre rechaço da família e da comunidade, *bullying* na escola e violência por parte das instituições sociais, sendo expulsa ou forçada a deixar suas cidades na esperança de viver de forma mais plena seus desejos. Esta migração explica a maior quantidade destas pessoas nos centros urbanos, assim como a maior frequência de *transfeminicídios* nestes locais.

Para caracterizar esse tipo de crime - os *transfeminicídios*, criamos uma classificação especial pautada em outros autores, mas especificando para melhor compreendermos os fatos analisados. Assim, considerou-se **execução**: “*assassinatos ocorridos na rua, em que uma arma de fogo foi utilizada, geralmente sem que tenha havido testemunhas*” (CARRARA; VIANNA; 2004, p. 51); **crimes interativos**: quando havia indícios de que vítima e assassino se conheciam e nos quais não ficou comprovada qualquer intenção de roubo (CARRARA; VIANNA; 2004); **extermínio**: quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, dirigida à população LGBTT e/ou em casos em que o(s) suspeito(s) é/são investigado(s) ou possuem registro por outro(s) crime(s) de transfobia e; **tortura**: quando os crimes foram realizados principalmente com uso de arma branca ou objeto contundente associado a um elemento como espancamento, crueldade, agressão causando dor desnecessária, desfiguramento do rosto, ou mutilação ou impedimento de defesa da vítima (BARNART, 2014).

No recorte da pesquisa que aqui apresentamos são analisados 40 casos de *transfeminicídios* e em 32 deles foram identificados elementos de tortura ou execução. Destes últimos, mais de 85% ocorreram em via pública - na rua; sendo que na relação entre arma/meio utilizado: 37% dos crimes foram praticados com arma de fogo; 22% com arma branca e 37% através de estrangulamento e/ou com objeto contundente. Mais de 50% dos crimes foram praticados com elementos associados à tortura. Os crimes de tortura têm por principais instrumentos ou meios preferenciais arma branca, objeto contundente ou estrangulamento que matam com crueldade, ao contrário dos crimes de execução que tem como característica uma morte rápida com uso de arma de fogo. O elevado percentual de arma branca, objeto contundente e estrangulamento, evidenciam o objetivo precípua de causar sofrimento, dor e/ou desfigurar a vítima.

O assassinato com tortura caracteriza-se pela extrema violência com a qual são

praticados, com atributos de crueldade. Cortar o cabelo, mutilar os seios e/ou órgão genitais, desfigurar o rosto são características dos feminicídios/femicídios acompanhados de tortura, visando desqualificar a vítima (SEGATO, 2006). Feminicídios ou femicídios são tipos de morte entendidas como decorrentes dos conflitos de gênero, termo forjado utilizando um cunho político e legal para se referir aos homicídios perpetrados contra mulheres. (CARCEDO; SAGOT, 2000).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) caracteriza a violação dos direitos humanos como atos bárbaros e ultrajantes à consciência da Humanidade e no Artigo V afirma que "Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante". Entretanto o mecanismo legal ou jurídico somente considera agravante para crimes de tortura quando há motivação racial ou religiosa, não incluindo as violações relacionadas à identidade de gênero das vítimas. Isso significa que nos *transfeminicídios com tortura*, a motivação que levou à tortura, ou seja, a identidade de gênero das vítimas não é considerada um qualificador desses homicídios. Por isso, esses casos, em sua grande maioria, são julgados como homicídio simples, o que contribui para a impunidade desses assassinos.

Os crimes categorizados *transfeminicídios com execução* aconteceram em espaços públicos com uso de arma de fogo, em um padrão similar a outras regiões do país, como em pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro (CARRARA; VIANNA, 2006). Em relação ao local de ocorrência, a rua foi o local de maior prevalência de assassinatos, confirmando o risco associado à prostituição, atividade noturna realizada pela grande maioria de travestis e mulheres transexuais que ficam expostas aos crimes de ódio, também observada nas mortes ocorridas em hotel e motel.

No principal território de prostituição de travestis e mulheres transexuais de Porto Alegre - as imediações da Avenida Farrapos, no 4º Distrito - estão localizados diversos estabelecimentos comerciais de hospedagem: hotéis, motéis e pensões; muitos utilizados por quem exerce a atividade de prostituição como local de moradia e realização de programa. As travestis ou mulheres transexuais que foram assassinadas nesses locais possivelmente estariam com clientes ou supostos clientes, usaram o programa para executar esses crimes. Esse fato também aponta a negligência nesses locais, muitas vezes sob o domínio de traficantes, que têm acesso livre aos estabelecimentos.

Pode-se afirmar que as travestis e mulheres transexuais foram assassinadas de forma cruel, incluindo tortura, mutilação e execuções. Esses assassinatos foram caracterizados no território segundo o conceito de homicídios/assassinatos pautados em gênero⁹⁵ e buscando a compreensão dessas histórias de vida violentamente destruídas, o que nos remete ao cenário

95 "Homicídios ou assassinatos pautados em gênero é uma expressão criada pelo grupo de pesquisa para designar os crimes em que o gênero constitui o motivo pelo qual ocorreu o homicídio. Dessa forma, entendemos que as travestis e transexuais podem ser incluídas nessa categoria, na medida em que a maioria dos assassinatos perpetrados contra este grupo trata-se de crimes de ódio ou execuções, nos quais foi determinante o fato da vítima ser travesti. Nos assassinatos de travestis predominam atitudes homofóbicas de rejeição a pessoas que exercem outras formas de sexualidade além da heterossexualidade compulsória. A rejeição possibilita e acoberta atitudes de violência física como espancamentos e perseguições em vias públicas e violência simbólica cujo limite são os assassinatos marcados pelo ódio" (GUIMARÃES et al, 2013, p.5).

patriarcal, *transfóbico* e predatório da sociedade brasileira.

Os homicídios podem ser considerados o término de itinerários de vida marcados pela violência, e os fatos narrados apontam para a necessidade de uma maior vigilância por parte da segurança pública e do poder judiciário para os assassinatos pautados em gênero, entendidos nessa pesquisa como *transfeminicídios*. Destacamos o descaso social das mídias e do poder público em relação à violência letal *transfóbica*, pois entre outras questões não reconhecem a identidade de gênero das vítimas e/ou as culpabilizam pela sua morte. As travestis e as mulheres transexuais encontram-se estão em situação de vulnerabilidade aos assassinatos pautados em gênero, devendo-se priorizar a defesa dos direitos humanos dessa população como uma questão de proteção ao direito à vida e existência.

As relações de gênero entendidas como a construção social das hierarquias de gênero, estão diretamente relacionadas às formas como se organizam as relações sociais e pessoais (NARDI, 2013) e a partir desse referencial, o gênero e a sexualidade estão inseridos em relações de poder.

Guacira Louro (2010) argumenta que a identidade masculina, branca, heterossexual de classe média é tomada como a identidade "normal" e legítima. A partir desta identidade considerada como referência é que as minorias sociais, representadas pela raça, etnia, identidade de gênero e pelos seus corpos, são rotuladas pela cultura dominante e classificadas como o grupo dos "outros". As normas sociais nomeiam os "outros" como desprezíveis, desviantes, nojentos, feios, ofensivos, doentes e fora do padrão, abjetos como nomeou Judith Butler. O grupo dominante aprisiona o "outro" em seu corpo, se posicionando como sujeitos desincorporados e puros e constituindo a referência positiva que serve de base para a comparação com os demais.

Carrara e Vianna (2004) que afirma que a reação da justiça à violência letal contra homossexuais se articula a partir da interação das diferentes hierarquias de gênero/sexo, o que influencia no decorrer das investigações e fomenta a impunidade desses crimes.

As mulheres travestis e mulheres transexuais são consideradas o segmento mais vulnerável da população LGBTT, em virtude dos perigos que são submetidas em suas trajetórias de vida. Utilizamos o conceito de perigo em virtude de estar associado com causas alheias a uma decisão daquela pessoa que sofre o dano, enquanto o conceito de risco se refere a danos relacionados à decisão própria (LUHMANN apud MENEGHEL; CECCON, 2015).

A apropriação do espaço urbano por grupos de travestis e mulheres transexuais na criação dos territórios de prostituição deve-se ao fato deste grupo sofrer um processo de exclusão sócio-espacial. Para compreender melhor e singularizar a exclusão sócio-espacial para população de mulheres travestis e transexuais que se prostituem, utilizamos o conceito de exclusão social apontada por Heidrich (2006):

(...) Em sentido amplo, o que a globalização e a reestruturação produtiva fazem é produzir um novo espaço, com renovadas técnicas. [...] A geração de situações de perda da condição de reprodução social, embora implique mudança de arranjos espaciais, especialmente em virtude das mudanças técnicas, ganha sentido por meio de processos de *desterritorialização*, posto que se configuram

como descolamentos (social ou territorial) das pessoas e grupos em relação a suas condições originais de vínculo com o espaço. Assim, por exclusão social, considera-se o caso de excluir o indivíduo da sociedade, tal consideração transita tanto pela obviedade quanto pelo absurdo. Mas não tanto assim, se a reconhecermos como processo, como um 'mecanismo de perda' (HEIDRICH, 2006, p. 22-23).

Os processos de exclusão sócio-espacial que atingem essa população também são exercidos através de técnicas de poder executadas por instituições públicas e sociais, como a família, a escola, os serviços de saúde, a segurança pública, entre outros. Através desses processos de exclusão social, agrega-se a um processo de segregação espacial, ou seja, a interdição sócio-espacial atua nas espacialidades desses sujeitos de maneira que refletem nas suas dinâmicas de sociabilidade. (SILVA, 2013) Em geral, as violências sofridas surgem de forma concomitante no âmbito familiar e escolar, através da exclusão desses espaços de sociabilidade e posteriormente, ocorrem no sistema de saúde e no mercado de trabalho.

A rua como espaço de construção das travestis e mulheres transexuais se relaciona também com a fragilidade dos vínculos familiares que possuem, uma vez que muitas das travestis são expulsas ou abandonam suas casas muito jovens devido ao preconceito e discriminação que sofrem no próprio contexto familiar (FERREIRA, 2015). O rompimento com a família geralmente se acompanha de evasão escolar – decorrência da inexistência de políticas de educação em direitos sexuais e de diretrizes claras sobre identidade de gênero nas escolas – e à consequente dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho (KLEIN, 2016, p. 60).

Esses fenômenos contribuem para que esses sujeitos busquem como uma alternativa de sobrevivência o exercício da prostituição, condicionando o processo de apropriação espacial para formação de territórios de prostituição no espaço urbano, ou seja, "[...] a mesma sociedade heteronormativa que exclui as travestis da maioria das espacialidades de convivência social cotidiana diurna, possibilita a constituição dos territórios da prostituição durante a noite [...]"(CABRAL; SILVA; ORNAT, 2013, p. 290). A vulnerabilidade das travestis e mulheres transexuais é incrementada pelo envolvimento com a atividade de prostituição, que as coloca numa posição de maior exposição pública às práticas de violência transfóbica. Assim, há casos em que a identidade de gênero suposta da vítima, o fato de "ser travesti" ou mulher transexual, parece ser o fator determinante da execução – que assume as feições de um crime de ódio (CARRARA; VIANNA, 2006).

Cabe lembrar, que os sujeitos possuem uma realidade vivida diferenciada em relação às opressões que sofrem, atribuindo diferentes significados à exclusão sócio-espacial e às violências, podendo reivindicar, por exemplo, o direito à prostituição, em especial, aquelas travestis e mulheres transexuais que pertencem às classes sociais mais privilegiadas. Sendo assim, a prostituição não deve ser analisada apenas pela via da vitimização ou vulnerabilidade. Conforme explica Ornat (2007) é "[...] a força da interdição socioespacial que possibilita o fortalecimento do

território da prostituição travesti, já que este é o único espaço que lhes possibilita reconhecimento social, independentemente de sua valoração moral".

O espaço interdito às travestis não é algo que possa facilmente ser detectado materialmente [...]. Mas esse espaço se faz no efeito de ações regulatórias, um conjunto de práticas que são lidas e interpretadas por elas como sendo espaços dos quais elas não tem o direito de fazer parte (SILVA, 2013, p. 158).

De acordo com Silva (2013), os lugares nos quais as travestis "são impedidas de estar" tratam-se dos *espaços interditos*, as sanções disciplinares podem se manifestar "[...] de maneira sutil, por meio de constrangimentos, como olhares acusatórios, sorrisos de deboche e humilhação ou atos de rejeição ou exclusão explícita [...]" (SILVA, 2013, p. 158). No espaço social se constroem os "espaços interditos" para as travestis e pessoas transexuais ou que transgridem as normas morais, são espaços sociais regulados por aqueles que se julgam dentro da normalidade e onde elas são impedidas de estar (SILVA, 2013). A força da interdição sócio-espacial fortalece o território da prostituição travesti, já que este é dos únicos espaços que lhes possibilita reconhecimento social (ORNAT, 2007) e possibilidades de subsistência.

O espaço interdito é concebido como o efeito da ordem discursiva, espacial em que práticas regulatórias são desempenhadas por aqueles que se julgam dentro da ordem e possuem o poder de exercê-la, bem como o de estabelecer as formas com que determinados sujeitos devem ser excluídos (SILVA, 2013, p. 158-159).

Dentre a população LGBTQ, as travestis e mulheres trans são aquelas que mais sofrem sanções disciplinares, pois as transgressões à *cisnormatividade* estão inscritas e marcadas (materializadas) nas suas modificações corporais em busca da conformidade entre seu corpo e a sua identidade de gênero.

No caso das travestis e mulheres transexuais o fenômeno que o autor chamou de 'mecanismo de perda' manifesta-se em sua segregação/marginalização no espaço urbano, construção dos "*espaços interditos*" (SILVA, 2013), falta de alternativas de inserção no mercado de trabalho, negação de direitos sociais, privação de cidadania, etc. A exclusão social interpretada como um processo que

(...) consiste na perda de sua participação na integração, de não ter participação nos interesses e necessidades da integração, tampouco do acolhimento a suas significações e valores. Em contraposição, é necessário reconhecer que a ocorrência do indivíduo na sociedade é predominantemente contingencial, sem grandes possibilidades de escolha (HEIDRICH, 2006, p. 23).

Essas condições que as travestis e mulheres trans estão submetidas, no que se refere à exclusão social reconhecida enquanto processo, ou seja, o mecanismo de perda agrava na medida em que o indivíduo experimenta o processo de transgressão das fronteiras entre o gênero atribuído ao nascimento e o aquele com o qual se identifica. Segundo Heidrich (2006),

(...) pode-se apontar diversos tipos-resultado e formas-processo da situação geral em questão: perda de direitos e garantias sociais; carência ou falta em termos de educação, saúde, moradia, etc.; exclusão da possibilidade de realização do trabalho, das condições de reprodução da vida e, até mesmo, impossibilidade da manifestação e da exposição do pensamento no âmbito da integração (HEIDRICH, 2006, p. 23-24).

O processo de exclusão social se concretiza em termos absolutos na medida em que se deixa de existir, ou seja, no caso da morte.

Começa a fazer sentido, então, a contextualização desse problema como algo relacionado ao espaço e ao território. Soa como falácia aceitar a exclusão como um fato espacial, ao menos enquanto situação absoluta, não adjetivada pelas recriações que a humanidade lhe impingiu. Não estar no espaço é não existir. E, se de alguma forma processos de exclusão social induzem a sua ocorrência em termos absolutos - à morte -, essa sim poderia ser considerada uma exclusão plena (HEIDRICH, 2006, p. 24).

Considerando-se a maior concentração de assassinatos de travestis e mulheres transexuais no território de prostituição de Porto Alegre e a sociedade *heteronormativa*, que gera mecanismos de interdição espacial originando os territórios de prostituição (ORNAT, 2007), pode-se considerar o fenômeno de exclusão sócio-espacial plena dirigido às travestis e mulheres transexuais que se prostituem como um processo nega os direitos de cidadania e leva à violência letal.

Os territórios de prostituição são os locais onde existe a maior ocorrência de assassinatos de travestis e mulheres transexuais (CARRARA; VIANA, 2006; BARNART, 2014; 2016), portanto a mesma sociedade que exclui travestis e mulheres trans de outros espaços de sociabilidade e de reprodução material contribui para formação dos territórios de prostituição e condiciona essa população a sobreviver em um território de morte, apesar de todas as ressignificações possíveis no sentido de vínculos e afetos nos processos de sociabilidade entre esses sujeitos.

Relações de poder nos Territórios de Prostituição

As relações de poder que se manifestam no espaço entre os grupos de prostituição resultam na separação desses grupos de prostituição de mulheres travestis e transexuais, *homens cis*⁹⁶ e *mulheres cis*⁹⁷ em territórios específicos. Essa separação se justifica no [...] exercício do poder, e com ele o desejo ou necessidade defender ou conquistar um território, tem a ver com um acesso a recurso e riquezas, com a captura de posições estratégicas e/ou com a manutenção de modos de vida [...] (SACK, 1986 apud SOUZA, 2013, p. 95), ou seja, a necessidade de garantir um território de prostituição exclusivamente para travestis e mulheres transexuais, em geral, exclui a possibilidade de concorrência com a prostituição de *mulheres cis* ou *homens cis*.

96 Disponíveis em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/>>. Acesso: 3 de abr. de 2016.

97 Lembrando que não estão incluídos os assassinatos de homens trans, pois se existiram casos do tipo no período de análise não foi encontrado nenhum registro.

As fronteiras territoriais que separam grupos de prostituição são efêmeras, não necessariamente estanques, ao contrário, podendo ocorrer variações na apropriação desse espaço, os "territórios podem ser de *longa duração* [...] ou em outro extremo, efêmeros" (SOUZA, 2013, p. 107), pois resultam de relações sociais tensionadas no exercício do poder, podendo ser modificadas a partir dos acordos, por vezes tácitos, estabelecidos entre os grupos.

(...) ao mesmo tempo que o território corresponde a uma faceta do espaço social [...] ele é, em si mesmo, intangível, assim como o próprio poder o é, por ser uma relação social (ou melhor uma das dimensões das relações sociais). Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço (SOUZA, 2013, p. 97-98, grifos do autor).

Os espaços apropriados pela prostituição de *mulheres cis* durante o dia podem ser os mesmos da prostituição de mulheres travesti e transexuais à noite, entretanto, dificilmente se identificam *mulheres cis* em territórios de prostituição de mulheres travesti e transexuais e vice versa, em geral, esses sujeitos estão arrançados espacialmente configurando uma divisão baseada na identidade de gênero. As trajetórias entre grupos modificam a composição do território e, além disso, os territórios de prostituição podem se configurar como territórios cíclicos conforme descrito por Souza (2013):

(...) os diferentes usos diurnos de muitas praças e outros logradouros públicos pelo mundo afora, comumente tão diferentes de seus usos noturnos (SOUZA, 1995, p. 87-89). De dia, mães com crianças e aposentados frequentam uma praça para conversar, deixar os filhos brincar, etc.; a mesma praça que, à noite, é ocupada por prostitutas ou travestis à espera de clientes (SOUZA, 2013, p. 106-107).

No caso de Porto Alegre, a prostituição masculina ocorre cada vez menos na rua e mais nos estabelecimentos comerciais (bares, casas noturnas e saunas) ou por meios virtuais, enquanto a prostituição de mulheres travestis e transexuais e *mulheres cis* ainda ocorre na rua, em especial nos arredores da "insone e nervosa Avenida Farrapos – zona histórica no cenário de prostituição na cidade" (POCAHY, 2012, p. 124), o que não necessariamente exclui a prática de prostituição de mulheres travestis e transexuais e mulheres cis nos estabelecimentos comerciais ou por meios virtuais.

A apropriação do espaço é a forma primeira que, se reduzida ao sentido de posse (de domínio), resulta apenas na separação de grupos ou comunidades. O seu outro sentido, o de adequação (de tornar um espaço apropriado, favorável ou suscetível), decorre do uso, da transformação que, embora tenha tornado plenamente efetiva a desnaturalização, constrói a humanização do espaço como uma condição oposta (HEIDRICH, 2006, p. 25).

O contexto da prostituição de rua pode ser visto na perspectiva de apropriação do

espaço que "consiste na criação dos territórios, em seu duplo sentido de posse e adequação" (HEIDRICH, 2006, p.26). Nesse sentido, se estabelece vínculo com o território que permita a prática do sexo tarifado, a partir da formação dos territórios de prostituição, os mesmos separados de acordo com os grupos de mulheres cis, travestis, mulheres transexuais e homem cis. As relações de poder no interior do território de prostituição de travestis e mulheres transexuais estabelecem uma separação de grupos baseada na hierarquização, pois os lugares mais disputados e com maior circulação de clientes, chamados de "vitrine", possibilitam maior visibilidade e, conseqüentemente, são destinados às prostitutas consideradas mais atraentes.

O território de prostituição de travestis e mulheres transexuais em Porto Alegre

O principal território de prostituição de mulheres travestis e transexuais, em Porto Alegre [4º Distrito], possui uma grande quantidade de casas noturnas, saunas, hotéis, motéis e tráfico de drogas. A coexistência entre o território de prostituição e o território do tráfico aumenta a situação de vulnerabilidade ao qual esse grupo está exposto, conforme apontado por Klein (2016): "a interdição do mercado sexual cria territórios próprios para as travestis profissionais do sexo, normalmente espaços compartilhados com o tráfico de drogas e sem atenção de políticas de segurança pública" (KLEIN, 2016, p. 58).

Em alguns depoimentos de testemunhas encontrados nos processos judiciais que foram analisados durante a pesquisa dos assassinatos de travestis e mulheres transexuais no Rio Grande do Sul foram encontrados relatos de que, às vezes, elas são forçadas a trabalhar para os traficantes. O que corrobora os apontamentos de Klein (2016): elas atuam no tráfico de drogas de pequena monta, configurando em acréscimo de vulnerabilidade penal e agravando os perigos a que estão expostas no exercício da prostituição, muitas travestis e mulheres transexuais em situação de prostituição possuem envolvimento com tráfico por demanda dos clientes (KLEIN, 2016) ou traficantes e cafetões.

Na pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Territoriais - GETE, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - Paraná, atentou-se para o sentido das espacialidades, para a leitura que as travestis fazem da cidade em suas existências cotidianas e para suas percepções sobre as vulnerabilidades e o risco de morte. As representações sociais das travestis em relação à cidade e ao território estão relacionadas, respectivamente, às violências, interdição, morte e preconceito (CABRAL; SILVA; ORNAT, 2013).

A prática de valorização do espaço exercida por travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo e ocupando territórios de prostituição, se traduz na transformação do espaço em lugar de sobrevivência, socialização e trabalho. A ideia de lugar nesse contexto se refere ao espaço vivido, que "[...] é dotado de significados e carga simbólica, ao qual se associam imagens, muitas vezes conflitantes entre si: lugar de "boa fama" ou de "má fama" [...]" (SOUZA, 2013, p. 36). No caso do imaginário da sociedade sobre o território da prostituição, ele é visto como um lugar perigoso ou de 'má fama', embora também se constitua em um lugar de sociabilidade e reconhecimento para quem se prostitui na rua.

É na convivência nos territórios de prostituição que as travestis incorporam os

valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos truques e técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências (especialmente os sexuais) e muitas vezes ganham ou adotam um nome feminino. Este é um dos importantes espaços onde as travestis constroem-se corporal, subjetiva e socialmente (BENEDETTI, 2000, p. 224).

A consciência do espaço se traduz no sentimento de reconhecimento no território de prostituição e de legitimação da identidade de gênero e possibilidade de reprodução material através da prostituição. A relação que se estabelece com risco de morrer no território de prostituição não impede que se crie um sentimento de pertencimento, já que este território é um dos poucos lugares de sociabilidade entre as mulheres travestis e transexuais que se prostituem.

Carrara e Viana (2006), no Rio de Janeiro, denominaram de crime de execução, ao tipo de agressão que ocorre mais frequentemente na rua, causada por arma de fogo e sendo maciçamente arquivados, mostrando o grau da impunidade que incide sobre a execução de travestis. Na pesquisa realizada em Porto Alegre foi proposta a denominação de crime de tortura, caracterizados pela extrema violência com a qual são praticados, com atributos de crueldade.

A grande maioria dos assassinatos de mulheres travestis e transexuais são similares aos feminicídios, quando além do crime, marcam o corpo das vítimas para enviar uma mensagem de terror à sociedade. Essas mortes são acompanhadas de: "[...] corte do cabelo, mutilação dos seios ou genitais, desfiguramento do rosto, além das violações sexuais". Esses atributos fazem com que deva haver inclusão no Código Penal de elemento qualificador desses homicídios, assim como ocorreu com o feminicídio, no ano de 2014, por esse motivo acreditamos na importância da utilização do termo *transfeminicídio* ou *transfemicídio*.

Os dados e reflexões produzidos na pesquisa (BARNART, 2014) indicam que a população de travestis e mulheres transexuais, em especial as negras e que se prostituem, encontra-se em situação de extrema vulnerabilidade. Esse grupo sofre maior frequência de violência letal e é prioritário defender o seu direito à vida. O descaso social e a negligência do poder público em relação à violência letal *transfóbica* ou *transfeminicídio* configuram, mais do que um problema de segurança pública e justiça, uma violação dos direitos humanos e uma prática genocida, perpetrada nos cenários de um capitalismo patriarcal, *LGBTfóbico*, racista e necrófilo.

Referências

- BARNART, Fabiano. **Assassinatos Pautados em Gênero: um interstício sobre a violência letal contra travestis, transexuais e homossexuais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 81 p. Trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **TODA FEITA - O Corpo e o Gênero das Travestis**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFRGS, 2000.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil** : ano de 2012 / Secretaria de Direitos Humanos. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013. 102 p.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil** : ano de 2011. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2012. 138 p.

CABRAL, Vinicius; SILVA, Joceli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Espaço e morte nas representações sociais de travestis. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JR, A. B. (Orgs.). **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Todopalavra, 2013. p. 273 - 307.

CARCEDO, A; SAGOT, M. **Femicídio em Costa Rica 1990-1999**. Washington: Organización Panamericana de la Salud; 2000.

CARRARA, Sérgio; VIANNA Adriana. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2006.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro: características gerais. In: CACERES, Carlos (Org.) **Ciudadania sexual en America Latina: abriendo el debate**. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2004. p.47-64.

GLOBAL RIGHTS. **Relatório sobre situação dos Direitos Humanos das mulheres trans afrobrasileiras**. Global Rights, 2012.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Tabela Geral Assassinatos de Homossexuais no Brasil 2010**. Bahia. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/imagens/Tabela%20geral%20Assassintos%20de%20Homossexual%20Brasil%202010.pdf>> Acesso em: 21 de jun. de 2014.

GUIMARÃES, Beatriz. **Cissexual, cisgênero e cissexismo: um glossário básico**. Feminismo Trans - O virtual é poético. 2013. Disponível em: <<https://feminismotrans.wordpress.com/2013/03/15/cissexual-cisgenero-e-cissexismo-um-glossario-basico/>>. Acesso em: 21 de ago. 2017.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano et al. Assassinatos de Travestis e Transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero? **Athenea Digital**, v.13, n.2, p. 219–227, 2013. Disponível em: <http://atheneadigital.net/article/view/v13-n2-guimaraes-meneghel-guaranha-et-al>. Acesso em: 18 ago. 2017.

HEIDRICH, Álvaro. **Territorialidades de Exclusão e Inclusão Social**. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (Org.). **Saberes e Práticas na Construção de Sujeitos e Espaços Sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 21-44.

HUFFSPOT BRASIL. **Labirinto da Informação**. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2016/03/24/lgbtfofia_n_9535490.html>. Acesso em 04 abr. 2016.

KLEIN, Caio Cesar. **A travesti chegou e te convida pra roubar: representações sociais e sujeição criminal de travestis na mídia policial**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUC-RS. Porto Alegre, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidades minoritárias e educação: novas políticas? Em Fernando Pochay (Org.). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre, Nuances, 2010. p. 143-150.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. **Femicídios e Assassinatos Pautados em Gênero no Rio Grande do Sul**. Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq - Edital Mulheres, gênero e feminismos; aprovado sob o número 22.162 pela Comissão de Pesquisa da UFRGS e pelo Comitê de Ética da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

MENEGHEL, Stela Nazareth; CECCON, Roger Flores. Risco. In. **Dicionário Feminino da Infância: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela Nazareth (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 132 p. Coleção Temas em Saúde.

NARDI, Henrique Caetano. Relações de gênero e diversidade sexual: compreendendo o contexto sociopolítico contemporâneo. In: NARDI, H. C.; SILVEIRA, R. S.; MACHADO, P. S. (Org.). **Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2013. p.15-31.

ORNAT, Marcio Jose. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – Paraná**. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território. Universidade Federal de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2007. 160 p.

RUSSELL D, CAPUTTI J. **Femicide: the politics of women killing**. New York: Twayne Publisher; 1992.

SEGATO, Rita. Que és um feminicídio. Notas para um debate emergente. Brasília: Universidade Nacional de Brasília; 2006. Série Antropologia, 401. [Internet]. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie401empdf.pdf> (Acesso em: 10 de junho de 2015).

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Espaço geográfico, espaço social, organização espacial e produção do espaço**. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Território e (des)territorialização. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013..

TRANSGENDER EUROPE. **Trans Murder Monitoring**. Disponível em: <http://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>. Acesso em: 04 Abr. 2016.

Sobre os Autores

Adolfo Pizzinato - Doutor em Psicologia pela Universitat Autònoma de Barcelona. Psicólogo, Professor da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma universidade. Coordenador do Grupo de Pesquisas Identidades, Narrativas e Comunidades de Prática (INCP) e membro do Núcleo de Estudos e Intervenção Psicossocial à Diversidade (NEPsiD), também na PUCRS. E-mail: adolfofizzinato@hotmail.com.

Alcindo Antônio Ferla - Doutor em Educação, professor Adjunto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientador nos Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e em Psicologia nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul e do Pará, respectivamente. E-mail: ferlaalcindo@gmail.com.

Andrew Pasley is a PhD student in the Department of Education and Social Work at the University of Auckland. They have a Bachelor of Arts in Psychology and English Literature, a Bachelor of Science (Honours) in Psychology, and research experience in Brazil. Their current research, in Aotearoa New Zealand, is based around gender and sexuality. On top of their PhD, they are an author, tutor, and data analyst. Their interests lie in gender theory, philosophy, (post)qualitative methods, and network analysis. E-mail: andrewsspasley@gmail.com.

Angelo Brandelli Costa - Professor de Psicologia Social do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e coordenador do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialista em Psicologia Social (CFP), mestre em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS) e doutor em Psicologia (PPGPSICO/UFRGS). Atualmente é Conselheiro Titular do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP/RS), pós-doutorando do PPGPSICO/UFRGS e pesquisador associado do Centro de Estudos Psicológicos (CEP-RUA/UFRGS), do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX/UFRGS) e do Programa de Identidade de Gênero do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Consultor da UNESCO no Programa de Prevenção à Violência junto à Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, coordenando a criação de Política Estadual de Saúde da População LGBT. E-mail: angelobrandellicosta@gmail.com.

Caio Cesar Klein - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (2013) e Mestre em Ciências Criminais (2016) pela PUCRS. Doutorando em Artes Cênicas pela UFRGS. E-mail: kleincaio@gmail.com.

Camila Santos Pereira - Graduada da Licenciatura de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua na extensão universitária como bolsista no Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Sexualidade e Raça (CRDH/NUPSEX). Vinculada ao projeto Formação para a rede de Saúde e da educação sobre diversidade sexual e relações de gênero. Também participa ativamente do projeto: Cotas Universitárias: explorando caminhos para jovens em medidas sócio-educativas. Em 2014, concluiu o Magistério. E-mail: fycamila@gmail.com.

Célio Golin - Educador Físico pela UFPel e pós-graduação em Ciências do Esporte pela Esef/UFRGS. Militante e fundador do Nuances - grupo pela livre expressão sexual, representante do nuances junto às Conferências Estaduais, Municipais e Nacionais de Direitos Humanos da População LGBT. Palestrante e debatedor. E-mail: celiogolin@yahoo.com.br.

Cláudia Schulz - é atriz, diretora teatral, produtora cultural e articuladora de redes. Bacharel em Atuação e Direção Teatral pelo Curso de Artes Cênicas da Universidade Federal de Santa Maria/ Rio Grande do Sul (2004/2005). Foi gestora nacional do Fora do Eixo (2009 a 2013), rede sociocultural de trabalhos colaborativos que conecta mais de 2.000 agentes, 27 estados brasileiros e 10 países da América Latina. Nos últimos oito anos, desenvolveu tecnologias inovadoras, sociais e de gestão na área da economia da cultura, por meio de práticas como a economia solidária, o midialivrismo e o compartilhamento livre de conhecimento. Esteve à frente da Mídia Ninja no Rio Grande do Sul durante as Jornadas de Junho de 2013 e a Copa do Mundo de 2014. No período de junho de 2013 a dezembro de 2014 esteve exercendo a função de articuladora de redes e mobilização social no Gabinete Digital do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Entre 2015 e 2016 foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura e Coordenadora da plataforma Rede Cultura Viva, atuando no campo de cultura digital. E-mail: claudia.schulz@cultura.gov.br.

Cristiano Hamann - Licenciado em História, Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e doutorando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). membro do Núcleo de Estudos e Intervenção Psicossocial à Diversidade (NEPsiD), também na PUCRS. E-mail: cristiano.hamann@gmail.com.

Daniel Canavese de Oliveira - mestre em Educação, Doutor em Psicologia, Pós-Doutor em Antropologia Médica. Professor Titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientador no Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: daniel.canavese@gmail.com.

Diego Carrilho da Silva - Acadêmico de Enfermagem na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista de iniciação científica no Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: dipolska@gmail.com.

Eric Seger de Camargo - formado em Educação Física pela UFRGS, coordenador da HTA - Homens Trans em Ação, ONG voltada para homens trans no Rio Grande do Sul. De 2013 a 2016 foi bolsista de pesquisa e extensão no Nupsex - Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero, da psicologia social da UFRGS. Contato: eric.w.seger@gmail.com

Fabiano Barnart – Militante do Nuances - grupo pela livre expressão sexual. Sanitarista - Bacharel em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: Fabiano.bart@gmail.com.

Flávia Luciana Magalhães Novais - Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. Mestranda em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora membro do Núcleo de Pesquisa em Relações de Gênero e Sexualidade NUPSEX, atua como apoio técnico na área do Serviço Social do Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça (CRDH) - UFRGS. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em questões relacionadas à Identidade de Gênero, questões relacionadas à população LGBTI atuando principalmente nos temas: sexualidade, identidade, formação profissional, pósmodernidade e direitos humanos. E-mail: flanovais@gmail.com.

Frederico Viana Machado - Mestre e Doutor em Psicologia pela UFMG. Professor do Bacharelado em Saúde Coletiva e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Editor Chefe da Revista Psicologia Política e membro da Associação Brasileira de Psicologia Política. Coordenador do Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde (LAPPACS/UFRGS). E-mail: frederico.viana@ufrgs.br.

Guilherme Gomes Ferreira - Assistente Social, Mestre e Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS/PUCRS), com período sanduíche no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Pesquisador do GEPEDH - Grupo de Pesquisas e Estudos em Ética e Direitos Humanos da PUCRS e do Núcleo de Doutorandos Latino-América do ISCTE-IUL. Consultor voluntário para criação da Política Nacional de Diversidade no Sistema Penal, pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/DF). Membro da iniciativa Freeda: espaços de diversidade. E-mail: gfaeu@iscte.pt / guih@live.it.

Helen Barbosa Santos - Doutoranda PPGPSI UFRGS NUPSEX, Mestra em Psicologia Social e Institucional UFRGS, Especialista em Gestão de Redes de Atenção em Saúde FIOCRUZ, Residências em Atenção Básica e Atenção em Saúde Indígena, Consultora UNESCO de 2013 a 2016. E-mail: helenpsi@yahoo.com.br.

Henrique Caetano Nardi - Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1990), Residência em Medicina Social (1993), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002) e Pós Doutorado na EHESS de Paris (2008). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretor do Instituto de Psicologia. É Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) e do Centro de Referência em Direitos Humanos: Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça (CRDH) do Instituto de Psicologia da UFRGS. Pesquisador associado do Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les Enjeux Sociaux (IRIS-EHESS) e membro do grupo FIRA - Frontières Identitaires et Représentations de Alterité. E-mail: hcnardi@gmail.com.

João Gabriel Maracci-Cardoso - Graduando em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista de Iniciação Científica no Grupo de Pesquisas Identidades, Narrativas e Comunidades de Prática (INCP), também na PUCRS. E-mail: jmaraccicardoso@gmail.com.

Julian Rodrigues - Licenciado em Letras pela UFV, Especialista em Economia do Trabalho pela Unicamp e mestrando em ciências sociais pela Universidade Federal do ABC. Ativista pelos direitos da população LGBT e militante dos Direitos Humanos, foi um dos idealizadores e impulsionadores da Frente Parlamentar LGBT e coordenador LGBT da Prefeitura Municipal de São Paulo, quando criou o programa Transcidadania. Atualmente é membro da Coordenação Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e do Conselho Consultivo da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). E-mail: julianvic@gmail.com.

Luis Artur Costa - Docente Adjunto do Departamento e PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Colaborador no grupo de pesquisa Corpo, Arte e Clínica; NUCOGS e no CRDH-NUPSEX. Leonardo Régis de Paula - Acadêmico do Curso de Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desde 2014/1, com um semestre de mobilidade acadêmica na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), integrante do Núcleo de Estudos em Psicologia Positiva (NEPP), bolsista de extensão acadêmica no Centro de Referência em Direitos Humanos Relações de Gênero, Diversidade Sexual e de Raça, e estagiário no Núcleo de Extensão e Pesquisa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei (PIPA). E-mail: larturcosta@gmail.com.

Leonardo Régis de Paula - Graduando de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com um semestre de mobilidade acadêmica na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), integrante do Núcleo de Estudos em Psicologia Positiva (NEPP) e do Centro de Referência em Direitos Humanos Relações de Gênero, Diversidade Sexual e de Raça. E-mail: leonardoreggis@gmail.com.

Marcio Jose Ornat - Pós-Doutor em Geografia e Sexualidades (Universitat Autònoma de Barcelona - 2016); Doutor em Geografia (UFRJ - 2011); Mestre em Gestão do Território (UEPG - 2008); Licenciado e Bacharel em Geografia (UEPG - 2005); Professor Adjunto (Degeo-UEPG); Desde o ano de 2011 é co-coordenador do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) e pesquisador do Grupo de Pesquisa Instrumentações Geotecnologias - UNICENTRO; Compõe: a equipe de coordenação da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades Ibero Latino Americana; é coordenador de layout da Revista Latino americana de Geografia e Gênero. Desenvolve pesquisas que analisam as relações entre espacialidades, gênero e sexualidades. E-mail: geogenero@gmail.com.

Mario Pecheny - Doctor en Ciencia Política por la Universidad de París III. Profesor Titular de Sociología de la Salud y de Ciencia Política en la Universidad de Buenos Aires, e Investigador Principal del CONICET en el Instituto Germani. Trabaja sobre derechos y política en relación con la salud, el género y la sexualidad. Publicó *Abortus Interruptus* (con Sonia Correa, 2016), *The Politics of Sexuality in Latin America* (con Javier Corrales, 2010), *Discutir Alfonsín* (con Roberto Gargarella y María Victoria Murillo, 2010), *Todo sexo es político* (con Carlos Figari y Daniel Jones, 2008), *Argentina: Sexualidad y derechos humanos* (con Monica Petracci, 2007), entre otros. E-mail: pecheny.mario@gmail.com.

Meriene Santos de Moraes - Geógrafa feminista, defendeu a dissertação de Mestrado intitulada “A prática de aborto e as múltiplas escalas de poder e resistência: entre o corpo feminino e o território nacional”, na Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2016). Na área da Geografia Humana, pesquisa sobre as relações entre espaço, gênero e poder, o corpo como espaço de resistência, os movimentos feministas por direitos sexuais e (não) reprodutivos, e representações de gênero no espaço urbano. Bacharel em Turismo pela ASSESC (2005). Especialista em Gestão Estratégica do Território Urbano pela Unisinos (2011). E-mail: meriene.geo@gmail.com.

Regina Facchini - Regina Facchini é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e atuou organicamente no movimento LGBT entre meados dos anos 1990 e final dos anos 2000. Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e professora dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e em Antropologia Social, todos na Unicamp; é, ainda, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, editora dos Cadernos Pagu (Unicamp) e diretora regional da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). É autora de livros e artigos relacionados a gênero e sexualidade, sobretudo nos temas: movimento LGBT, violência, saúde e produção de conhecimento. E-mail: re.facchini@gmail.com.

Renan de Mattos - Geógrafo e Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista de iniciação científica no Laboratório do Espaço Social e militante do Nuances - grupo pela livre expressão sexual. E-mail: mattos.renan@gmail.com.

Ricardo Burg Ceccim - mestre em Educação, Doutor em Psicologia, Pós-Doutor em Antropologia Médica. Professor Titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientador no Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: burgceccim@gmail.com.

Rodrigo Oliva Peroni - Mestre em Estudos Críticos de Gênero (Central European University) e Psicólogo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Foi bolsista de Iniciação Científica por 4 anos vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), tendo participado de revisões sistemáticas e projetos de pesquisa sobre homofobia e sexismo e educação, e estudos trans*. Atualmente vive em Londres, onde pretende seguir sua carreira acadêmica em Estudos da Performance, Teoria dos Afetos e Teoria Queer. E-mail: roperoni@gmail.com.

Roger Raupp Rios - Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993), mestrado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4 Região. Professor do Centro Universitário Ritter dos Reis, no Mestrado Stricto Sensu (Direitos Humanos) e na Graduação. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, direitos fundamentais, direito da antidiscriminação, direitos sexuais e direito à saúde. E-mail: roger.raupp.rios@gmail.com.

Sandro Ka - Artista visual, designer gráfico e agente cultural. Doutorando e mestre em Artes Visuais (PPGAV/UFRGS), especialista em Ética e Educação em Direitos Humanos (FACED/UFRGS) e bacharel em Artes Plásticas (IA/UFRGS). Desde 2003, participa de exposições e projetos artísticos, desenvolvendo trabalhos nas linguagens da Escultura, Desenho e Intervenção Urbana. Em âmbito de pesquisa, possui interesse nas articulações entre Arte Contemporânea e Gestão Cultural, bem como nas relações entre Arte, Política e Sexualidade. Ativista de Direitos Humanos/Direitos Sexuais, atua junto à ONG SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade e é membro do Comitê Técnico de Cultura LGBT do Ministério da Cultura. E-mail: sandro.ka@somos.org.br.

Stela Nazareth Meneghel - Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1977), especialização em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (1978), mestrado em Medicina: Ciências Médicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1989), doutorado em Medicina: Ciências Médicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996) e pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona (2005/6). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva e professora do PPG Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Participa do Grupo de Estudos Rotas Críticas: desigualdades sociais, generificadas e racializadas/UFRGS; do EduSaúde/UFRGS e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Violências/PUC-RS. Tem experiência na área de Saúde

Coletiva em vigilância da saúde, vulnerabilidades, gênero e violências. E-mail: stelameneghel@gmail.com.

William Hanke - Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisador do Grupo de Estudos Territoriais (GETE). Componente pesquisador da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades Ibero Latino americana de Geografia e Gênero. Professor de Ensino Fundamental e Médio da rede privada de ensino. Desenvolve pesquisas que analisam as relações entre espacialidades, homofobia, identidades e sexualidades. E-mail: hankegete@gmail.com.



Foto do encerramento do seminário 'Éba! Viado na Pista - 24 anos nas ruas'

